01
ano 1
1986

TERRA LIVRE

associação
dos geógrafos
brasileiros
agb

AVALIAÇÃO DO PNRA



E MAIS:

A natureza na Geografia do ensino médio

Estado nacional e capital monopolista

Avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano

APRESENTAÇÃO

Quando estávamos inseridos no processo de discussão que gerou o Plano Diretor da AGB para a gestão 85/86, apareceu como ponto evidente e como questão a ser superada, o fato de a entidade estar muito voltada para si mesma e, de um modo geral, muito pouco preocupada em atender as demandas da sociedade.

A produção do conhecimento faz-se a partir da prática, ou pelo menos, deve levá-la em conta. Em função disso, a AGB, como entidade que aglutina uma parcela da sociedade, deveria ter como meta a soldagem desse segmento particular com a prática social.

Foi com base nessas idéias que reformulamos a dinâmica das reuniões de Gestão Coletiva e do próprio Encontro Nacional de Geógrafos. Decidimos que seria essencial e prioritário equiparmos a entidade com uma revista de circulação nacional, que tivesse como pretensão transpor os muros da "comunidade geográfica".

Isso aparece com clareza, quando definimos no projeto editorial, que a revista TERRA LIVRE deve "... veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade", assim como "... sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira". Em suma, trata-se de trazer a Geografia para desvendar a dinâmica da sociedade.

Foram esses os pontos que levamos em consideração para formar a pauta dos artigos que compõem este l.° número da revista TERRA LIVRE. Sem descurar de inserir matérias que tratem da discussão teórica interna à geografia, procuramos trazer artigos com foco sobre questões em pauta na sociedade, como os diversos aspectos da questão do campo, da ecologia, do urbano e do ensino de geografia.

Enfim, este primeiro número da revista TERRA LIVRE é fruto do trabalho e preocupação de um grande número de pessoas. Esperamos que a próxima diretoria da entidade assuma o compromisso politico de manter sua continuidade, em função de sua importância como veículo de divulgação e debate.

Diamantino Pereira
Editor

SUMÁRIO

O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão 6
Ruy Moreira

As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio 20
Antônio Thomaz Júnior

A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista 26
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento 39
Orlando Valverde

Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais 43
Wanda Carneiro de Cláudino Sales, Pedro José Alves Capibaribe, Paulo Ramos, Maria Clélia Lustosa da Costa

A natureza na Geografia do ensino médio 46
Marcos Bernardino de Carvalho

Estado nacional e capital monopolista 53
Douglas Santos

O enfoque locacional na Geografia 62
Roberto Lobato Corrêa

Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano 67
Beatriz Maria Soares Pontes

Plano Diretor da AGB Nacional - Gestão 85/86 73

A AGB e o documento final do Projeto Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia no Brasil 76

O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão

RUY MOREIRA
Professor da PUC - Rio de Janeiro

Em aparente paradoxo com o amplo predomínio que o urbano atualmente tem sobre o rural, bastou que o governo da "Nova República" anunciasse sua tímida "Proposta para Elaboração do 1.° Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República", para que se evidenciasse o lugar que a questão agrária ainda ocupa na problemática geral da sociedade brasileira. Tudo leva à idéia de que no Brasil a revolução burguesa ocorreu sem que se tenha resolvido uma questão clássica de toda revolução burguesa: a questão do campo.

Houve violenta reação dos grandes proprietários rurais, em todos os cantos do País, com toda a reverberação dada pelos meios de comunicação, TV Globo à frente. Essa reação variou de acusações diversas ao governo à mobilização armada. Nesse passo, aumentou a escalada de assassinatos a camponeses e suas lideranças sindicais. Multiplicaram-se na imprensa noticias acerca da formação de milícias armadas, compra e estocagem de armas no Pará (leste/baixo Amazonas e região de Marabá, para tanto fazendo-se uma "caixinha" de 5 bilhões de cruzeiros), Goiás (onde, numa primeira leva, são leiloados mil bois para levantamento de fundos), Paraná (sudoeste, onde 45 fazendeiros fundam uma Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná para organização do movimento), Santa Catarina (oeste); e do massacre de camponeses no sul do Pará, norte de Goiás e interior da Bahia. Organizados na Sociedade Rural Brasileira (SRB) e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os grandes proprietários rurais marcham sobre Brasília para pressionar o Governo e encaminhar seus documentos de contestação ao conteúdo da "Proposta". (1)

Há séculos reivindicando terra, o campesinato aponta a timidez da "Proposta" e reage apoiando (CONTAG, CONCLAT) ou denúncia e anti-reforma (CUT) de seu conteúdo, mas responde em uníssono aos massacres com denúncias, passeatas de protesto e renovadas "invasões" de terras. Recrudescem as "invasões" no Ceará (45 famílias invadem uma área de 1.300 ha na serra do Ibiapaba, fronteira do Ceará/Piauí), Bahia (camponeses partem direto para a demarcação da área de três fazendas na região de Iaçu e Itaberaba, a 270 km de Salvador), Goiàs/Pará/Maranhão (diversos pontos de conflito no Bico do Papagaio, centro nevrálgico das lutas camponesas a partir dos anos 60), Minas Gerais (nas antigas áreas de conflitos do norte), Paraná (os índios expulsam os posseiros e fecham a estrada no sudoeste, exigindo a demarcação de suas terras) e Santa Catarina (onde o Movimento dos Sem-Terra reaviva antiga reivindicação de desapropriação de área de 1.000 ha já ocupada pelos camponeses no oeste do Estado). As marchas sobre as capitais (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília) reacendem as passeatas dos anos 50. A corrida às agências regionais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aglomera os camponeses nesses lugares estratégicos. Essa movimentação e pressão do campesinato repercute no seio dos trabalhadores urbanos e se amplia no apoio de sindicatos, estudantes e intelectuais.

*** Este texto desenvolve as idéias centrais do trabalho O Movimento Camponês e a Questão Cidade-Campo no Brasil, em fase de redação, com o qual desdobro o livro O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil, publicado em 1983 pela Editora Vozes.**

Nenhum segmento da sociedade fica indiferente à questão agrária e ás proporções que ela reassume.

Assustado, o Governo Federal pede moderação a seu ministro da Reforma Agrária (Nelson Ribeiro) e ao presidente do INCRA (José Gomes da Silva). Embora nada faça relativamente i formação de milícias armadas e aos massacres a camponeses pelos grandes proprietários rurais, recomenda em circulares aos governadores ação policial nos casos de invasão.

Anunciado como "Proposta para Elaboração" e em relação ao qual a sociedade teria 30 dias para se manifestar, esse esboço do 1.° PNRA-NR permanecerá nesse impasse por seis meses, ao fim dos quais sofrerá, segundo cobertura da imprensa (ver os números da Folha de S. Paulo da época), doze reformulações até receber a versão final. Esta, assinada com transmissão por TV, é anunciada no exato momento em que a mesma TV estarrece a Nação com as imagens da chacina de cinco posseiros na fazenda Princesa, localizada a 50 km de Serra Pelada e 90 km de Marabá, no sudeste do Pará, em plena área de jurisdição do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins) - órgão de "segurança nacional" criado para administrar militarmente os conflitos da região do Bico do Papagaio - pelo fazendeiro Marlon Lopes Piddi, com requintes de crueldade: "Piddi contratou o serviço de um grupo de pistoleiros na cidade maranhense de Imperatriz, amarrou os cinco homens aos troncos de duas árvores e espancou-os durante horas antes de ordenar os disparos. O primeiro a ser capturado, Ezequiel Pereira dos Santos, foi amarrado com os pés sobre um formigueiro e ali ficou durante dois dias e duas noites, enquanto os torturadores o espancavam. Por fim, Piddi comandou a chuva de disparos que desfigurou completamente os corpos amarrados e chegou a descascar quase inteiramente o tronco d« uma das árvores". Em seguida, jogou os corpos amarrados nas águas do rio Itacaiúnas, atados a pedras.

A versão final é recebida pelo segmento do movimento camponês que apoiara a "Proposta" como um grande recuo. Mas é considerada pelas representações dos grandes proprietários rurais como sendo "prudente", na qualificação da CNA (Confederação Nacional da Agricultura): "Estamos satisfeitos porque não haverá desapropriação de terras que produzem, como sugeria o documento de maio" (CNA); "Os fantasmas estão exorcizados" (FAESP - Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo). O governo dela dirá ser "uma reforma realista, modernizadora, justa, competente" (discurso de apresentação do Presidente José Sarney).

A matéria desse texto é a reflexão da amplitude que adquire a questão do campo no Brasil, quando já se considerava a sociedade brasileira como uma formação econômico-social organizada segundo uma espaço-temporalidade urbano-industrial e o significado disso para a compreensão do processo de revolução social em curso, tanto pelo lado da burguesia (uma revolução que se processa como contra-revolução, no dizer de Florestan Fernandes), quanto pelo lado do proletariado e do campesinato e o próprio caráter da questão do campo hoje.

No nosso entender, o 1.° PNRA-NR não é um mero jogo discursivo para fins conjunturais por parte das elites dominantes, e sim uma faceta nova da política de alianças, que implica considerar o campeonato para além do populismo habitual pelo lado das elites urbanas e para além de simples clientela pelo lado das elites rurais, disso sendo indícios a extensão do direito de voto aos

camponeses (direito de voto aos analfabetos) e o anúncio oficial da "Proposta" pelo Governo no IV Congresso da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas), ocorridos estrategicamente no mesmo período. Todavia, sem uma ruptura maior da aliança cidade-campo que historicamente fez das elites rurais e urbanas uma só unidade no bloco do poder. Mais do que o intuito momentâneo de levar uma legitimação da "Nova República" ao seio do campesinato, encontramo-nos diante do equacionamento de um novo "modo de inserção" da agricultura no movimento geral da acumulação capitalista, na qual o velho binômio latifúndio-minufúndio refaz seus termos de natureza e estruturação, e, em face disso, de localização das hegemonias, desde o padrão de acumulação até a totalidade do bloco histórico.

Como não poderia deixar de ser, a lógica que preside o 1.° PNRA-NR e a seqüência de acontecimentos que desencadeia é o estado atual em que se encontra o curso da luta de classes, que avança com o desenvolvimento do capitalismo. Vejamos essa problemática à luz da espacialidade diferencial[2], isto é, a forma efetiva de estruturação que adquire o capitalismo em seu desenvolvimento, passado e presente, e no âmbito da qual o PNRA encontra seu enquadramento concreto.

1. O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo

0 desenvolvimento do capitalismo no Brasil segue duas fases, que, distintas ao longo do tempo, coexistem com o advento da segunda e atual: a fase da subsunção formal, hegemonizada pelo capital agromercantil, e a fase da subsunção real[3], hegemonizada pelo capital financeiro (constituindo, nos quadros da formação brasileira, pela fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário). Cada uma dessas fases implica uma espaço-temporalidade própria, que se exprime estruturalmente por meio de espacialidade diferencial própria.[4]

Espécie de unanimidade nacional, o Estatuto da Terra surge para ordenar a espacialidade diferencial que advém da transformação da subsunção formal em real, isto é, de parâmetro geral de uma política reguladora da reviravolta que o capitalismo experimenta a partir dos anos 40-50, configurando-se como nova organização econômico-social nos anos 60, enquanto o 1.° PNRA-NR surge para redirecionar tal política, sem alterar seus parâmetros, e tendo em vista o novo quadro de contradições para cuja formação contribuiu mas que não pode mais controlar. O Estatuto da Terra cristaliza as contradições de classes dos anos 50-60. Sintetiza tanto a emergência das Ligas Camponesas desde 1955, quanto a do regime militar das forças anti-reforma agrária desde 1964, mas já sob a hegemonia dessas forças. Aprovado pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964 como Lei n.° 4.504, seis meses após a instituição em março do regime militar, o Estatuto da Terra direciona a energia das contradições para dar impulso ainda maior à reviravolta do capitalismo da fase da subsunção formal à real.[5] Todavia, esse movimento que impulsionou o capitalismo brasileiro a um nível até então inatingido, reestrutura as bases agrárias herdadas dos tempos da subsunção formal com tal rapidez e amplitude, acumulando contradições velhas e novas, que a própria forma de aplicação das diretrizes constituintes do Estatuto da Terra precisará ser revista, sob o risco de a continuidade do processo atrapalhar essas diretrizes. O fato novo é a velha luta do campesinato, que cresce em contestação ao "modelo de desenvolvimento" no mesmo ritmo da progressão deste.

A transformação na estrutura agrária que o Estatuto da Terra se destina a acelerar é, fundamentalmente, a redefinição dos termos do binômio latifúnfio-minifúndio. A própria redação do Estatuto da Terra não deixa margem de dúvidas quanto ao propósito dessa redefinição, bastando examinar o que ele dispõe sobre a Reforma Agrária, nos artigos 1.° e 16.°:

1 - Reforma agrária é uma "modificação do regime de posse e uso da terra", mediante a observância (a) da sua função social e (b) do aumento da produtividade.

2 - Esta modificação dar-se-á pela "gradual extinção do minifúndio e do latifúndio".

Passados mais de 20 anos, o 1.° PNRA-NR surge enfatizando a extinção desse binômio, mas agora sob a tônica da multiplicação da pequena propriedade, quando a tônica do Estatuto da Terra é a quase que pura identificação da estrutura agrária brasileira com a empresa rural. Reformulação ou continuidade da forma de aplicação do Estatuto? As duas coisas combinadas, evidentemente.

Essa ênfase reiterada na "gradual extinção do minifúndio e do latifúndio", mais do que uma retórica é a constatação pelo Estado, autor e executor do Estatuto da Terra, do papel que representou e continua representando nos anos 60 na dinâmica da reprodução ampliada do capital e da montagem do bloco de poder no Brasil o binômio latifúndio-minif úndio, bem como da necessidade de reinventá-lo para que assuma o novo papel que lhe compete no quadro da subsunção real, com a mesma função, mas sob forma nova. Isso em função de que o curso que o capitalismo segue em seu desenvolvimento no Brasil se apóia em três planos:

1 - A combinação desigual cidade-campo é o leito histórico desse desenvolvimento;

2 - A aliança cidade-campo dos dominantes é a substância e a ossatura dessa combinação desigual;

3 - O binômio latifúndio-minifúndio é a base rural desse complexo cidade-campo.

Nesses termos o campo ocupa um lugar fundamental na montagem da história do capitalismo no Brasil. Entretanto, são essencialmente as leis de mercado e não as de uma economia natural que, desde o período colonial até hoje, têm regulado seu lugar na dinâmica de conjunto. É esta a particularidade essencial do nosso processo histórico em relação ao processo clássico do capitalismo, que a comparação das respectivas espacialidades diferenciais evidencia claramente.

1.1. A espacialidade diferencial clássica

A compreensão dessa aparente contradição de formas históricas de desenvolvimento do capitalismo requer um tratamento analítico da teoria clássica e dos particularismos de sua espaço-temporalidade com uma profundidade que escapa aos objetivos e limites desse trabalho. Vamos examiná-la aqui em seus aspectos essenciais.[6]

Na evolução clássica, o processo se inicia com a criação das condições gerais de instauração da subsunção formal, devido à crise geral do feudalismo, essas condições gerais se sintetizam na relação que se vai constituindo entre a pequena produção parcelar e a burguesia mercantil. Antes que esta relação de classe de formalize minimamente, a subsunção formal se manterá no estágio de embrião. A pequena produção parcelar surge como veículo necessário para o nascimento e difusão da renda-dinheiro no corpo enfermo do feudalismo. Sendo assim, é a unidade de produtora parcelar, e não o comércio, a forma social que está na origem do processo de criação das condições com as quais se iniciará a real transformação do feudalismo no capitalismo. A relação mercantil, fazendo o produto mover-se para além dos limites da pequena unidade parcelar, propicia a esta o espaço para veicular o desenvolvimento da renda-dinheiro no interior do organismo feudal combalido. A transição para o capitalismo só se inicia efetivamente com a instituição da subsunção formal, e esta só ocorre quando a relação entre as pequenas unidades parcelares e o capital mercantil-usuàrio se estrutura e se generaliza dentro da ordem feudal. Até então, o que se tem é a espiral que desemboca progressivamente na subsunção formal: multiplicando-se quantitativamente, sob a estimulação da relação mercantil, a pequena unidade parcelar com ela expande a renda-dinheiro, criando e tomando espaço às formas mais atrasadas de renda prê-capitalista (renda-trabalho e renda-produto), a qual amplia o raio de ação da relação mercantil, iniciando-se com o mercado a seqüenciação das mediações do processo, primeiramente o mercado, com o renascimento mercantil, e, a seguir, a cidade, com o renascimento urbano, que fará da subsunção formal uma nova espaço-temporalidade frente à ordem feudal, embora ainda dentro dela. Nasce a subsunção formal, então, como uma espaço-temporalidade cuja estrutura é uma espacialidade diferencial de traços nítidos: a esfera da produção ê de domínio da pequena unidade parcelar, e a esfera da circulação é de domínio do capital mercantil-usuàrio, a unidade espacial só se forjando no nível conjunto da reprodução combinada. Essa estrutura do espaço da subsunção formal se explica pelo fato de a própria ordem feudal, ao dar-lhes origem, separar em duas diferentes formas sociais de propriedade as esferas da produção (propriedade familiar autônoma) e da circulação (propriedade burguesa). Por isso, embora ocorrendo no interior de um corpo social unitário, o organismo feudal em decomposição, a pequena unidade parcelar e o capital mercantil-usurário se reproduzem simultânea e combinadamente, mas em separado. Isso ocorre enquanto o pequeno produtor par-

celar ainda tem autonomia de reprodução dentro da espaço-temporalidade em gestação, produzindo ele mesmo e levando ao mercado local o grosso do excedente que terá de converter na renda-dinheiro que deverá transferir à classe dominante feudal. Entretanto, à medida que, na própria seqüência do aprofundamento do desenvolvimento do processo de transição, a distância territorial vai surgindo como componente da nova espaço-temporalidade, estabelece-se uma dependência crescente do pequeno produtor parcelar em relação à mediação do burguês mercador-usurário. O aumento dessa dependência de mediação, que se nutre do aumento escalar da distância territorial, acaba engendrando uma escala de espacialidade diferencial sobre a qual o pequeno produtor parcelar tem cada vez menos domínio, ao contrário da burguesia mercantil-usuária, cujo domínio é cada **vez** maior. É nesse passo, então, que o pequeno produtor parcelar vai perdendo gradualmente sua autonomia, e, sobre a base dessa usurpação, o capital mercantil-usuário vai edificando sua hegemonia indireta sobre uma esfera de produção cuja propriedade social não detém. Essa perda de autonomia do proprietário parcelar, e o ganho correspondente de hegemonia do proprietário burguês, se precipita quando o desenvolvimento da subsunção formal engendra o processo de acumulação primitiva do capital, uma vez que esta, expulsando da terra e proletarizando o campesinato, ou forçando sua capitalização (o mesmo se dando com os artesãos em suas pequenas instalações autônomas urbanas), extingue a própria propriedade parcelar. Criado pela necessidade dí iniciar o processo capitalista, o campesinato moderno é extinto por esse mesmo processo na medida em que se completa. O progresso da subsunção formal leva à diferenciação vertical que extingue o campesinato: este emburguesa ou se proletariza. A subsunção formal termina seu ciclo, e já estamos no ciclo da subsunção real, isto ê, no interior de uma outra espaço-temporalidade cuja base é a relação capital-trabalho, em que a classe subsumida é o proletariado urbano-industrial, herdeiro do campesinato extinto, e o capital subsume a sociedade no seu todo, pois desde a esfera da produção, razão por que sua estrutura é uma espacialidade diferencial em que, a burguesia, tendo feito sua revolução no campo, fez da sua forma social de propriedade a forma geral de propriedade.

1.2. A espacialidade diferencial do capitalismo no Brasil

A realidade brasileira atual situa-se na singularidade historica de, já tendo por quadro geral a subsunção real, a acumulação primitiva do capital ainda estar em curso e seu aprofundamento no campo fazer multiplicar, numérica e territorialmente, tanto a proletarização do campesinato quanto a pequena produção autônoma familiar. A lei histórica da diferenciação vertical do campesinato parece aqui inexistir, e a revolução burguesa no campo seguir, então, outros rumos.

Até os anos 30 o capitalismo evolui internamente no Brasil sob parâmetros semelhantes aos da subsunção formal clássica. A espaço-temporalidade tem uma espacialidade diferencial análoga: as esferas da produção e da circulação diferem pelas respectivas formas sociais de propriedade. Por isso, o espaço da produção também aqui é atomizado. A unidade só se efetiva no âmbito do espaço da circulação, e são as relações mercantis que, tal qual no caso clássico, a efetuam, com apoio nas relações políticas emanadas do Estado Nacional. Assim, o plano da unidade orgânica é o movimento conjunto da reprodução ocorrendo em simultaneidade e combinadamente, mas em separado. O Estado Nacional reflete esta espacialidade fragmentada-unitarizada da esfera econômica sob a forma de um espaço disperso-centralizado. Por isso, em outro trabalho [7] denominei essa espaço-temporalidade de espaço molecular. Não vai além a analogia entre o caso brasileiro e o caso clássico. Isso porque entre nós tal espacialidade diferencial espelha não uma multiplicidade de pequenas unidades parcelares de produção articuladas no tecido mercantil unitarizador, mas um padrão agromercantil de acumulação, cuja base é o monopólio fundiário exercido pela grande propriedade plantacionista, e cujo tecido social unitarizador é a divisão internacional do trabalho. Basta lembrar que aqui a distância tem a escala planetária.

Desde então e visivelmente a partir dos anos 50, evolui mais e mais para os parâmetros da subsunção real, cuja espaço-temporalidade, à semelhança do que temos no caso clássico da espacialidade diferencial da subsunção real, caminha para o homogeneizado, em virtude de construir-se, com apoio numa forma social basicamente única de propriedade, a forma burguesa de propriedade, comum às esferas da produção e da circulação, isto é, ao sistema econômico como um todo. A analogia entre o caso brasileiro e o caso clássico é maior nessa fase da formação do capitalismo. A passagem da subsunção formal para a subsunção real é a passagem de uma espacialidade diferencial, calcada em economias regionais nacionalmente organizadas, para uma espacialidade diferencial calcada numa economia nacional regionalmente organizada - o monopólio fundiário gerando e se abrindo no monopolismo generalizado do capital financeiro. Dai a razão de denominarmos a espaço-temporalidade dessa fase de espaço monopolista. Por isso, o capital financeiro é, no Brasil, fruto da fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário, e não apenas dos monopólios industrial e bancário, como ocorre na subsunção real clássica, radicando a singularidade brasileira exatamente na presença do capital agroexportador na gênese do capital financeiro.

1.3. O lugar do campo no processo

Portanto, a agricultura ocupa um lugar singular nesse *pro* cesso de formação do capitalismo no Brasil, e o ocupa, em cada fase, segundo uma natureza diferente: é a própria esfera da produção na espaço-temporalidade da subsunção formal, mas apenas uma componente estrutural da divisão interna de trabalho que se abre e sobre a qual se funda a espaço-temporalidade da subsunção real. Na primeira fase, as relações nas quais a agricultura se funda não são ainda propriamente capitalistas, porque a base produtiva ainda não foi transformada, ao passo que na segunda as bases produtivas já se encontram fortemente transformadas, mas as relações capitalistas ainda não se expandiram por todo o tecido social rural, embora praticamente todos os segmentos desse tecido social já se encontrem sob o comando do circuito mercantil capitalista.

É o suporte (a base é a totalidade das relações agromercantis) por excelência do bloco histórico (padrão de acumulação mais bloco do poder) na fase da subsunção formal e um dos suportes (a base é a totalidade das relações agroindustriais) na fase da subsunção real. Na fase de subsunção formal, o bloco histórico tem por raiz e conteúdo um padrão de acumulação em que os valores de troca têm por veículos valores agrícolas de uso, isto é, a esfera da circulação se apoia numa esfera da produção de natureza agrária, e essa esfera agrária de produção não se baseia na relação capital-trabalho, uma vez que a massa trabalhadora rural não é um proletariado agrícola, mas um campesinato de diversos matizes. Ou seja, o meio de produção por excelência é a terra. Esta, apropriada monopolisticamente pelos grandes proprietários plantacionistas, constitui a base material que deles faz uma classe dominante de natureza agrária, mas mercantil, isto é, uma classe social agromercantil. Esta é a base que efetua a totalização do bloco histórico e lhe confere uma natureza agromercantil, desde o padrão de acumulação até o bloco do poder. Na fase de subsunção real, o bloco histórico tem por raiz e conteúdo um padrão de acumulação em que os valores de troca passam a ter cada vez mais por veículos valores de uso industriais, apoiando-se a esfera econômica no seu todo cada vez mais integralmente na relação capital-trabalho, seja na indústria ou na agricultura, seja na esfera da produção ou na esfera da circulação*. O capital subordina o trabalho a partir de uma base produtiva profundamente transformada pelo nascimento das forças produtivas capitalistas, isto ê, uma divisão interna de trabalho nucleada na bidepartamentalização do setor fabril. Esta é a base que efetua a totalização do bloco histórico segundo uma sucessão de padrões de acumulação que vai desde a articulação agroindustrial até as formas mais avançadas de monopolismo financeiro, em sucessivas periodizações de blocos históricos a partir dos anos 40-50.[8]

Nessa linha ininterrupta de transformações, as relações agrárias seguem uma evolução peculiar: a modernização. Isto é, essas relações se refazem a cada novo padrão de acumulação; muda, entretanto, o modo de inserção da agricultura no esquema geral ia acumulação capitalista, uma vez que dois aspectos fundamentais dessa inserção seguem inalterados: (1) a propriedade da terra rural mantêm-se monopolisticamente concentrada nas mãos da restrita fração de grandes proprietários; (2) em conseqüência, a agricultura vai perdendo expressão econômica com o avanço do capitalismo, sem que todavia decline na mesma proporção a expressão política desses monopolistas fundiários no poder do Esta-

do Mantendo-se inalteradamente monopolistas da terra, os grandes proprietários fundiários mantêm o poder de controle e, portanto, de determinação da direção das transformações da agricultura, dos seus modos de inserção nas sucessivas conjunturas, de modo a que essa direção instrumentalize sua permanente modernização e sua força de barganha com relação a outras frações das classes dominantes no âmbito do bloco histórico e, nessa medida, justamente mantendo seu poder de interferência e determinação da própria linha geral do desenvolvimento do capitalismo, de modo a também torná-la um processo de modernização, isto é, de transformações sucessivas mas sem rupturas estruturais profundas, uma "revolução burguesa" sem revolução. Assim sendo, é este o lugar da agricultura no processo da história brasileira, pelo lado dos latifundistas, classe social rural a que até agora restringimos nossas considerações.

É este o segredo da grande plasticidade histórica que os latifundistas têm demonstrado. Através dela, mantêm-se sempre como componentes fundamentais da montagem de novas configurações na formação econômico-social brasileira, a exemplo da configuração do Estado, que o faz seja através da manipulação do jogo eleitoral (seu controle do voto é algo de fantástico), seja através da ameaça de ação armada (é a fração das classes dominantes que preserva a seu lado um destacamento armado particular, as demais tendo a servi-las a estrutura coletiva, as "forças armadas", organizada a nível geral de Estado).

Por meio do monopolismo fundiário, os grandes proprietários forjam dois mecanismos básicos para efetuar esse jogo de mão dupla, no qual se modernizam e impõem a modernização como leito histórico da formação do capitalismo no Brasil: o primeiro é uma certa "dependência estrutural" do esquema de reprodução ampliada do capital perante a agricultura, e o segundo é o modo como o Estado é estruturado de maneira a abrigar todas as frações da classe dominante. A "dependência estrutural" consiste no importante papel que a produção agrária (agropecuária) ainda ocupa na determinação dos níveis e termos da reprodução do capital em cada uma das formas em que se decompõe no interior do ciclo reprodutivo (variável, constante circulante e constante fixo), o que é o mesmo que afirmar o importante lugar que a agricultura do Estado, por sua vez, consiste na montagem da máquina da administração federal sob a forma de um amplo e inesgotável leque de órgãos, superintendências, institutos, comissões, etc, tais como SUDENE, SUDAM, DNOS, DNOCS, IAA, IBC, CEPLAC, BNB, BASA, etc, para exemplificar apenas os que cabem aos latifundiários, cuja distribuição faz o papel de entrega de "territórios" da máquina entre as diferentes frações da classe dominante, que, garantindo assim sua ampla e massiva presença na composição do poder estatal, mantêm-no em comum e nele têm o espaço de concerto da sua hegemonia coletiva sobre a "sociedade civil". Não é preciso demonstrações para se chegar à conclusão de que um mecanismo se apóia no outro, e que tal expediente não é exclusividade dos monopolistas fundiários, mas o procedimento generalizando da classe dominante como um todo. Basta lembrarmos que a estrutura ministerial é a reprodução pura e simples do leque vigente da divisão interna do trabalho no interior, na qual as frações da classe dominante se constituem como classe dominante-proprietária. É igualmente desnecessário demonstrar a ligação existente entre a estrutura acima descrita e sua configuração estratégica numa espacialidade diferencial - a espacialidade diferencial vigente -, como uma bem montada rede escalar na qual cada organismo da máquina estatal é criado de modo a servir de instrumento institucional de líquida mobilidade à sua fração detentora do nível local ao federal, e vice-versa. Qualquer exemplo acima pode permitir essa constatação, uma vez que todos eles são organismos de nível federal, mas com territorialidade (nível de localização física) regional e/ou local. O que vale observar é que, ao lado dos grandes proprietários fundiários, só os banqueiros dispõem de igual ubiqüidade nessa espacialidade diferencial.

1.4. O binômio latifúndio-minifúndio e seu papel nuclear no campo

O monopólio fundiário propicia tal plasticidade porque permite que os grandes proprietários organizem a agricultura sob forma do binômio latifúndio-minifúndio[9] e o "reiventem" sempre, como o fazem hoje. É a qualidade desse binômio, isto é, a forma histórico-concreta de inserção do latifúndio e do minifúndio no âmbito geral da acumulação do capital, que determina o modo de inserção da agricultura, de cujo direcionamento se servem os latifundistas em seu movimento de modernização e de enquadramento do leito do capitalismo no Brasil nesse mesmo parâmetro. Essa qualidade e, conseqüentemente, o modo de inserção da agricultura, difere substancialmente nas duas fases da espacialidade diferencial.

No espaço molecular, o binômio latifúndio-minifúndio se organiza na forma da "plantation". Esta é uma estrutura global centrada no latifúndio, que se desdobra interna e externamente no minifúndio.[10] O minifúndio assume, assim dupla forma: há o minifúndio dominial (interno) e o minifúndio autônomo (externo). Em ambos casos, o minifúndio atua como parte orgânica do padrão plantacionista de acumulação, um padrão agromercantil exportador: como mola amortecedora, nos momentos de crise de realização do valor (retração da demanda internacional do produto plantacionista), e como reserva de terra e de força de trabalho, nos momentos de auge da realização (expansão da demanda internacional). Isto é, nos momentos de queda das exportações transfere-se parte dos gastos do sistema plantacionista para o minifúndio dominial, via liberação de terras e força de trabalho para a produção interna de meios de subsistência, o que significa transferir para a força de trabalho plantacionista a tarefa de sua auto-reprodução, com o que obtém-se redução dos custos e estabilização dos lucros do sistema. Nos momentos de expansão das exportações, remobilizam-se estas terras e essa força de trabalho liberadas durante o momento de crise, restabelecendo — se o ritmo do sistema. Como nesse momento praticamente ocorre a extinção do minifúndio dominial, o minifúndio autônomo entra em cena com a mesma função de suprimento das necessidades de reprodução a baixos custos da massa da força de trabalho plantacionista. Desse modo, embora fisicamente externo, o minifúndio-autônomo é parte integrante do padrão plantacionista de acumulação. Tanto, que na sua dupla tarefa de suprir de meios de subsistência seja o campo ("plantation" no sentido estrito do período do espaço molecular), seja a cidade (mero elo de intermediação entre a esfera da produção plantacionista, interna, e a esfera da circulação-realização do valor, internacional), nos momentos de auge da "plantation" é para esta prioritariamente que se destinam os produtos do minifúndio autônomo, ocorrendo nessas ocasiões grandes colapsos no abastecimento alimentício das cidades. Autônomo no âmbito da forma social dominante de propriedade, já que não faz parte da propriedade imediata da "plantation", só o fazendo potencialmente em face do instituto da adjucação de terras á "plantation", o minifúndio autônomo extrai sua dinâmica igualmente dos humores do padrão plantacionista de acumulação.

Ê este o quadro global que se tem de 1870-1880 até os anos 30 do nosso século no seu estado "puro", e dos anos 30 aos anos 50 em forma deteriorada. Às formas minifundistas compete a tarefa de garantir as condições de reprodução geral da força de trabalho a baixíssimos custos, liberando nisso o latifúndio para que ele possa dedicar-se à lavoura nobre. Com diferenças pequenas, mas suficientes para estabelecer-se como forma distinta, esse esquema plantacionista é o mesmo que encontramos vigorando nas demais formas latifundistas do espaço molecular: o latifúndio pecuário e o latifúndio extrativo-vegetal. Variações de um padrão geral de acumulação -, o agromercantil exportador - são estas três formas latifundistas as bases nucleares da regionalização que estrutura o nível horizontal da espacialidade diferencial molecular.

No espaço monopolista, o binômio latifúndio-minifúndio se reestrutura por completo, até adquirir uma forma que faz supor seu desaparecimento histórico. A medida que, dos anos 30 aos anos 50, o padrão de acumulação de suporte agroexportador vai cedendo lugar ao de suporte agroindustrial e ao urbano-industrial -, para usarmos a linguagem do empirismo espacial - o caráter de binômio vai-se transformando qualitativamente, alterando-se na sua forma clássica do espaço molecular pela desagregação dos laços umbilicais que fazem ligação orgânica direta entre latifúndio e minifúndio, até atingir a forma atual do "complexo agroindustrial" (CAI). Chegado nesse momento, tanto o latifúndio quanto o minifúndio sofrem forte transfiguração. Com a "plantation" em desagregação, o latifúndio plantacionista, bem como as demais formas latifundistas, mais e mais passa a servir à sustentação do "financiamento" da industrialização, via geração de divisas e exportação para cobertura das importações de máquinas e de equipamentos industriais (capital constante fixo), isto é, a cumprir um papel estrito de equivalente de departamento I (indústria de produção de meio de produção), uma vez que este se encontra em fase de "substituição de importações" (traduza — se:

ainda não completou internamente sua montagem a nível que separe a demanda interna de meios de produção da dependência tecnológica externa). Na medida, entretanto, em que o departamento I se expande no âmbito do sistema fabril e forja neste âmbito uma divisão bidepartamentalizada do trabalho fabril, e daí, então, se amplia, tornando-se o núcleo de todo o sistema econômico nacional, de modo que este se transforme numa divisão interna de trabalho, que incorpora progressivamente todos os setores e segmentos, incluindo a agropecuária, num todo orgânico único, unificado, a transformação em curso no sistema latifundista é lançada para mais além. Nessa rápida transformação, que abarca o período dos anos 60 e 70, fica para trás a velha diferenciação horizontal latifundista em latifúndio plantacionista, pecuarista e extrativo-vegetal, com sua respectiva regionalidade, para surgir em seu lugar a diferenciação vertical latifundista em latifúndio modernizado e latifúndio não-modernizado, com a nova regionalidade que introduz. Durante o período de decomposição plantacionista, que vai dos anos 30 aos anos 50, as metamorfoses latifundistas se impõem às formas minifundistas, levando estas igualmente a se transformar. Até o final dos anos 50, o minifundismo da subsunção formal, molecular, embora desagregando-se de suas formas clássicas, ainda será encontrado no tecido social do espaço monopolista, cumprindo seu papel tradicional de sustentar a reprodução da força de trabalho latifundista e urbana. Todavia, já o faz sob conteúdo e forma acentuadamente modificados, porque seus produtos, fundamentalmente alimentos básicos, mais e mais abandonem a condição predominante de valor de uso para irem se integrando ao mercado urbano, destinando-se a uma maior e mais ampla ligação orgânica com a reprodução da força de trabalho urbano-industrial em expansão. Com a entrada do latifúndio em sua fase de diferenciação vertical, a metamorfose minifundista se aprofunda. O minifúndio dominial tende a extinguir-se no interior do latifúndio em modernização, constituindo-se na principal fonte de camponeses proletarizados que irão abundar nos campos de trabalhadores rurais volantes (bóias-frias, peões e clandestinos) e de exércitos de reservas industrial nas cidades, ao passo que com o minifúndio autônomo se dá uma extraordinária multiplicação numérica, a ponto de, na sua considerável gama de variedades, em que predominam posseiros e sitiantes, vir a se constituir a forma por excelência moderna de minifúndio. Assim reestruturados, latifúndio e minifúndio permanecem como núcleo da estruturação interna da agricultura e da sua inserção como setor no sistema global da divisão interna nacionalmente unificada de trabalho, mas como partes separadas de um novo corpo: a espacialidade diferencial monopolista da subsunção real.

Desse modo, quando entramos no Brasil dos anos 60, nos encontramos no momento exato desse aprofundamento de metamorfose do binômio latifúndio-minifúndio. O binômio clássico, do espaço molecular, encontra-se, no momento de sua ruptura, frente à moldagem definitiva de uma nova feição estrutural. É então que o Estado é chamado a assumir seu papel de disciplinarizador do movimento da História. E o faz, via Estatuto da Terra. Até então, o Estado não cuidara de uma "política agrícola" específica. Os planos estatais, iniciados em 1946 com o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), visavam, basicamente, a disciplinação do processo de industrialização pela via das "políticas industriais". Só a partir dos anos 60, os planos estatais se abrem em leque, ramificando-se em diversas políticas "públicas" do tipo "política industrial", "política urbana" e "política agrícola". Não se trata de um plano organizado como um todo, com desdobramentos setoriais, mas de um plano feito à imagem e semelhança da estrutura corporativa que é o Estado brasileiro.

2. Teoria e prática do Estatuto da Terra.

É este, então, o conteúdo histórico do Estatuto da Terra, que torna o instrumento ordenador de uma "gradual extinção do minifúndio e do latifúndio", como reza seu artigo 16. Isto é, o instrumento normativo da nova reinvenção da estrutura agrária, baseada no monopolismo fundiário que busca a plasticidade histórica da modernização. O capítulo novo da "revolução pelo alto", realizada pelo "pacto das elites"

2.1. A Teoria

O texto do Estatuto da Terra se divide em quatro partes (títulos), das quais a primeira parte (Título I: Das Disposições Preliminares) sobressai por encerrar o cerne conceituai de seus formuladores (uma comissão presidida por Roberto Campos) sobre a questão do campo no Brasil. Uma análise detida dessa primeira parte revela que cada parte encerra aspectos que, considerados em conjunto, tomam um todo que longe de um mosaico incoerente e casuístico compõe uma estratégia planejada para dar-lhe o papel que efetivamente virá a ter nos anos 60 e 70.

Aprovado em votação pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964, nove meses após o golpe militar de 31 de março que instaura o longo período de regime ditatorial dos anos 60/70, vindo à luz, portanto sob esse regime, o Estatuto da Terra tem uma gestação que ultrapassa esses nove meses. Na forma em que veio a ser aprovado, é a síntese sob a conjuntura do regime militar de um processo cujo início remonta aos anos finais da década de 50, mas cujo momento de configuração são os primeiros anos da década de 60 (1961-1963), nos quais a pressão organizada do campesinato por uma reforma agrária ganha nova amplitude com a criação do MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra), em 1961, da LCB (Liga Camponesa do Brasil), em 1963, e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963. Estas representam, todavia, o auge de uma sucessão de formas de organização institucional que o movimento camponês vai criando desde a fundação das Ligas Camponesas, em Pernambuco, e da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), em São Paulo, ambas no ano de 1954. Este é o quadro que leva o governo Jânio Quadros, recèm-empossado, a criar uma comissão a nível federal destinada a formular uma lei agrária que regule os conflitos de terra. A renúncia de Jânio, sete meses após sua posse, interrompe os trabalhos da comissão, que só com o primeiro governo militar, o de Castello Branco, será reativada, mas agora sob uma conjuntura de desestruturação do movimento camponês, pela repressão militar e absoluta hegemonia latifundista, mesmo no Parlamento. É assim que a comissão vai redigir o Estatuto da Terra, enfatizando na conceituação da reforma agrária em torno da política agrícola, embora sob formulações separadas, a reforma agrária no título II (Da Reforma Agrária) e a política agrícola no titulo III (Da Política de Desenvolvimento Rural). E é como tal que será posto em prática.

Três parâmetros mais gerais inserem o Estatuto da Terra no propósito da modernização: (1) a vinculação do uso social da terra ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento econômico; (2) a definição da empresa rural como objetivo a ser atingido com a "gradual extinção do minifúndio e do latifúndio"; e (3) o referenciamento geral da questão do campo à industrialização do país.

É exatamente isso que se infere da análise do arcabouço taxonômico e estatístico a partir do qual o Estatuto da Terra se erige como sistema normativo. Sua base é o tripé minifúndio-empresa rural-latifúndio. Como se vê, interpõe-se no binômio latifúndio-minifúndio a empresa rural. Esta é o objetivo a ser atingido, via, "gradual extinção do minifúndio e do latifúndio". É o escopo da transformação estatalmente orientada do binômio latifúndio-minifúndio. Sobre este tripé, e a direção que se pretende dar-lhe, os formuladores do Estatuto da Terra (lembremos, uma comissão coordenada por Roberto Campos, o mesmo estrategista do que virá a ser o modelo econômico do regime militar) edificam os conceitos e os parâmetros com os quais o Estado construirá o imaginário que passará à sociedade como o equacionamento da questão agrária que esta reclama. Esse imaginário tem como ponto de partida o conceito de imóvel rural, isto é, de propriedade (e não poderia ser diferente!), tal qual se vê no "caput" do Artigo 1.°: "Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais". O imóvel rural é um conceito genérico, a partir do qual se vão alcançando níveis gradativamente mais definidos de taxonomia rural. Assim, do conceito geral de imóvel rural, passa-se para o conceito ainda abstrato de módulo rural, e, deste, para os conceitos concretos do tripé (minifúndio, empresa rural e latifúndio, desdobrado em latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração). A classificação da categoria latifúndio em duas ordens é altamente reveladora da ênfase na empresa rural: dela se aproxima o latifúndio por dimensão e se afasta por (in) exploração, numa clara referência à diferenciação vertical latifundista, já visível nos anos 60. Fica evidente que a empresa rural é o paradigma dessa fase da modernização.

Como, no entanto, nenhum imaginário é efetivamente objetivo se não se materializa numa forma geográfica, sua materiali-

zação se concretiza na espacialidade das "regiões homogêneas". Esta ê uma espacialidade diferencial com quatro ordens de "regiões" homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e do ponto de vista das características da estrutura agrária": (1) "regiões críticas", (2) "regiões em estágio avançado de desenvolvimento social e econômico", (3) "regiões já economicamente ocupadas", (4) "regiões ainda em fase de ocupação econômica". Não é difícil percebermos que se trata da regionalidade herdada da espacialidade diferencial molecular e ainda vigente, mas já francamente decomposta, no início dos anos 60. O que importa perceber nessa formatização territorialmente tão diversa da questão agrária é que o referencial (e também aqui não poderia ser diferente, em se tratando de um "programa agrário" traçado pelo Estado) é o espaço do capital. Ora, uma vez que o referencial prèdireciona o equacionamento, fica evidente que o Estatuto da Terra tem o objetivo de instrumentalizar uma reforma agrária para o capital. Já o vimos, sua função é ordenar a passagem de uma fase de espacialidade diferencial capitalista para outra. E o faz de acordo com o previsto, segundo o mapeamento:

1 - Situação de crise estrutural nas "regiões críticas" - solução na "reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios";

2 - Situação sem tensão estrutural nas "regiões em estágio" mais avançado de desenvolvimento econômico e social - solução na intensificação da tecnificação agrícola;

3 - Situação de predomínio de economia de subsistência nas "regiões já economicamente ocupadas" - solução na "assistência adequada";

4 - Situação de subocupação nas "regiões ainda em fase de ocupação econômica" - solução num "programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras".

2.2. A prática

A reconstituição da evolução da agropecuária nos anos 60 e 70 flagra o processo de modernização fluindo exatamente segundo os parâmetros desse mapeamento: relocalização do campesinato da Zona da Mata no Meio-Norte e irrigação de áreas do Sertão, no Nordeste, exemplo conspícuo de "região crítica"; aumento acelerado de emprego de máquinas e insumos industriais no Centro-Sul, exemplo de "região em estágio mais avançado de desenvolvimento econômico e social"; pesquisas e experimentações com grandes cultivos no Centro-Oeste, exemplo de "região já economicamente ocupada"; e colonização acelerada na Amazônia, exemplo por excelência de "região em fase de ocupação econômica". Se o ponto de partida é a espacialidade diferencial molecular herdada e ainda vigente no inicio dos anos 60, os resultados e conseqüências são uma espacialidade diferencial inteiramente nova, mas com os mesmos problemas sociais da anterior, aliás, agravados.

A tabela 1 nos oferece um quadro geral de referência da situação no campo brasileiro atualmente.

De imediato, sobressai o elevado grau de concentração monopolista da terra: os estabelecimentos com até 100 ha correspondem a 89,6% do total dos estabelecimentos rurais e detêm nãomais que 20% das terras, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 ha correspondem a menos de 1,0% do total dos estabelecimentos e detêm 45,0% das terras. Em plenos anos 80 o Brasil permanece o secular país de pouquíssimos com muitas terras e de muitíssimos com pouca ou nenhuma terra.

Esse monopólio fundiário secular se combina com um emprego crescente de máquinas e insumos industriais. As forças produtivas elevam seu nível, sem que ocorra alteração na distribuição da propriedade da terra, havendo antes um aumento em seu grau de monopolização. É este um traço característico do desenvolvimento do capitalismo pela via da modernização: as estruturas apenas se aperfeiçoam, mudando sem mudar. Veja-se, pela distribuição do consumo de energia, o nível atingido em 1980 nos grandes estabelecimentos (considera-se como grandes os estabelecimentos com mais de 500 ha), que, somando menos de 10,0% do total de estabelecimentos, utiliza mais de metade da energia consumida. Esse dado encontra relativa correspondência quanto ao uso de tratores de maior porte, os que gastam mais combustível. **Observe-se,** todavia, que a elevação do nível de forças produtivas não se restringe aos estratos maiores de estabelecimentos rurais. Embora desigual, é geral o uso de tratores e, conseqüentemente, 0 consumo de combustíveis. É nítida, no entanto, a diferenciação vertical latifundista: comparem-se os dados referentes ao uso de

TABELAI:QUADRO GERAL DO CAMPO NO BRASIL[1]

Categoria do Estabelecimento (ha)	Distribuição da Terra		Uso da Terra[2]	Nível das Forças Produtivas		Força de[3] Trabalho	Nível de Emprego
	est.	área		número de tratores	consumo de energia combustível		
até 10	50.3	2,5	LP: 12,0 PN: 10,2 LT: 52,6 PP: 5,4 D : 2,5 M : 5,7 TO: 3,7	5,3	5,1	NRF: 92,2 AP : 1,4 AT : 5,7	37,4
10 a 100	39,0	17,5	LP: 6,9 PN: 23,4 LT: 22,4 PP: 12,2 D : 4.8M : 16,9 TO: 7,3	43,2	28,1	NRF: 77,2 AP : 6,6 AT : 12,8	42.2
100 a 1.000	9.5	34,7	LP: 2,9 PN: 33,2 LT: 10,4 PP: 18,8 D : 7,5M : 20,5 TO: 6,5	37,1	41,0	NRF: 40,4 AP : 28,0 AT: 25,4	18,0
1.000 a 10.000	0,8	28,6	LP: 0,9 PN: 35,4 LT: 5,4 PP: 20,9 D : 1,5M : 24,3 TO: 6,5	12,3	20,7	AP: 49,3 AT: 31,4	0,4
10.000 e mais	0,09	16,4	LP: 0.3PM: 31,0 LT: 1,2 PP: 10,8 D : 0,6 M: 40,6 TO: 7,6	1,8	4,6	AP: 69,8 AT: 24,2	0,7

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DO BRASIL - 1980 FIBGE

1. Excetuando a primeira coluna, nas demais os dados são percentuais
2. Uso da terra:
   LP - lavoura permanente
   LT - lavoura temporária
   PN - pastagens naturais
   PP - pastagens plantadas
   D - descanso
   M - matas
   TO - terra ociosa
3. Força de trabalho
   NRF - Não-remunerada familiar
   AP - Assalariada permanente
   AT - Assalariada temporária

tratores e o consumo de energia combustível entre os estratos de 500 a 10.000 ha, grosso modo, os estratos mais modernizados, correspondendo às modernas empresas rurais, com os estratos acima de 10.000 ha. Igualmente nítida é a nova qualidade do binômio latifúndio-minifúndio, vista da perspectiva do largo emprego, seja pelo grande, seja pelo pequeno estabelecimento, de tratores e combustível. Considerando como minifúndios, no sentido que vimos empregando neste trabalho, os estabelecimentos de até 100 ha, a eles corresponde 48,5% do total de tratores (evidentemente de pequeno porte) e 33,l°7o da energia combustível (o que corrobora o menor porte dos tratores usados nesses estratos, comparados com o porte grande dos usados nos estratos maiores) empregados pela totalidade dos estabelecimentos.

Essa nova qualidade do binômio latifúndio-minifúndio se evidencia ainda mais na tabela abaixo, que indica os efeitos sobre o campesinato, da elevação do nível das forças produtivas empregadas nos grandes estabelecimentos:

TABELA 2: EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE TRABALHO RURAL NO BRASIL (%)

FORMAS DO TRABALHO	**1950**	1960	1970	1975	1980
Familiar[1]	54,8	63,0	80,2	80,5	73,4
Assalariado	33,9	28,2	15,1	15,9	23.2
Rendista[2]	11,3	8.8	4,7	3.6	3.4

Fonte Censo Agropecuário de 1960 - FIBGE

1 Responsável e não-remunerados

2.Todas as formas produtoras de renda prè-capitalistas que compõem no seu conjunto a massa camponesa do que vimos designando como minifúndio dominial.

Nota-se uma evolução claramente inversa entre o que vimos chamando minifúndio dominial (na tabela, trabalho rendista) e minifúndio autônomo (na tabela trabalho familiar): enquanto o porcentual da massa camponesa dominial declina até tornar-se inexpressiva (3,4%), no cômputo geral da força de trabalho rural, em 1980, o da massa camponesa autônoma se eleva continua

mente (73,4%). Apesar do possível viés dessa interpretação, uma vez que é conhecida a precariedade da estatística agrária no Brasil, sobretudo numa questão tão complexa como as formas de trabalho, em função da extrema metamorfose do camponês no âmbito do processo da produção, essa interpretação encontra apoio nos dados da evolução da força de trabalho assalariado, tipicamente característica do estabelecimento latifundista, como se depreende da tabela 1, na qual o peso do trabalhador assalariado temporário (safrista, volante) aumenta na razão direta do declínio do peso do trabalhador assalariado permanente. O acelerado aumento do número de trabalhadores volantes, expresso na proliferação nestas últimas décadas de bóias-frias, peões e clandestinos, tem origem na brusca proletarização do campesinato dominial (parceiros, condiceiros, foreiros, moradores, colonos etc) e na rescisão dos contratos de trabalho (geralmente verbal) com os assalariados permanentes, ambos expulsos em massa das terras de seus vínculos.

Mas o caráter de combinação desigual, típica do desenvolvimento capitalista, pela via da modernização, e não da ruptura radical das estruturas, ganha destaque quando nos quadros acima vistos acrescentamos os dados de uso da terra. De início, sobreleva-se o fato de o índice de terras sem utilização efetiva (as famosas margens de terras improdutivas) permanecer muito elevado (38,8% na tabela), o que encontra confirmação no baixo índice de uso efetivo com lavoura (13,4% na tabela). Sabemos que também nesse aspecto são precárias, e até fraudulentas as informações estatísticas. Numa tentativa de maior precisão, considerada a repartição do uso interno do estabelecimento, vemos que a margem de terras sem utilização efetiva cresce proporcionalmente com o tamanho do estabelecimento: *12,2%* nos estabelecimentos de até 10 ha, atingindo 48,8% nos estabelecimentos com mais de 10.000 ha. Em relação ao uso efetivo com lavoura, temos uma relação inversa: 64,6% nos estabelecimentos de até 10 ha e chegando a cair para apenas 1,5% nos estabelecimentos com mais de 10.000 ha. Mas contrasta ainda mais com o nível de modernização atingido pela agropecuária nesses últimos decênios o quadro das respectivas funções sociais (objetivo altamente proclamado pelo Estatuto da Terra) do uso da terra do minifúndio e latifúndio modernos. Observando-se os dados referentes ao emprego rural com relação aos estratos de estabelecimentos, nota-se uma situação inversa: os estabelecimentos de até 100 ha detêm apenas 20% das terras, embora totalizem perto de 90% dos estabelecimentos, respondem por 78,6% do emprego rural, ao passo que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que controlam 45% das terras, embora não totalizem 1% dos estabelecimentos, respondem pela insignificância de *1,5%* do emprego rural. Esse peso da função social do minifúndio moderno cresce em significação quando aos *19%* do emprego rural adicionamos os *15%* da produção e abastecimento alimentício global do país. Todavia, tal peso da função social não encontra correspondência no plano da distribuição da renda, *20%* da qual é apropriada pelo 1 % mais rico.

A estratégia das classes dominantes não pode ser mais clara. É absoluto o predomínio do emprego do trabalho familiar, isto é, não-remunerado, nos estabelecimentos de até 100 ha *(92,2%* nos estratos de até 10 ha e 77,2% nos estratos de 10 a 100 ha), justamente aquelas que empregam *19%* da força de trabalho rural e respondem por 75% da produção e abastecimento alimentício do país. Pode-se avaliar o preço de custo desses meios de subsistência básicos para a reprodução da massa dos trabalhadores do pais, rurais e urbanos. É um custo perto do zero que assim repassado para os gastos com salários no cômputo geral dos gastos do capital monopolista no Brasil.

2.3. **As contradições**

E este o ponto central da problemática agrária cujo desdobramento será o 1.° PNRA-NR. O fundamento do modo de inserção da agricultura no padrão de acumulação que passa a viger a partir dos anos 60 é a modernização da grande propriedade latifundiária, ancorada essa modernização latifundista, porém, num minifúndio cada vez mais mergulhado na tarefa de produção e abastecimento alimentício de uma formação econômico-social de suporte crescentemente urbano-industrial. A forma clássica do binômio latifúndio-minifúndio já não é mais compatível, dada a estrutura urbano-industrial alcançada pelo desenvolvimento do capitalismo, com as necessidades desse desenvolvimento. Todavia, a nova forma deve ser aquela que atenda a uma dupla demanda: a demanda urbano-industrial em crescimento e a de liberar o latifúndio dessa tarefa pouco rentável que é a especialização na produção alimentícia.

Sendo assim, embora o objetivo seja a modernização latifundista, esta, e, por conseqüência, o movimento geral de modernização dependem do desempenho do minifúndio moderno. Essa coexistência não se efetivará sem contradições, quebrando do lado dos minifundiários.

De início, essa coexistência encontra apoio em três componentes estruturais: (1) a "fronteira em movimento", (2) o crescimento demográfico rural e (3) a "importação" de tecnologia. Cada vez menos, entretanto, e não por razões do tipo "fechamento de fronteira", tais componentes (não passam de componentes) facultarão estruturalmente a continuidade da coexistência.

A proletarização do campesinato pode ocorrer sem descamponezação, não só porque sua base de apoio ê a expulsão do campesinato dominial das terras de sua vinculação, mas o ê juntamente com os componentes acima. Sem proletarização do campesinato dominial é impossível tanto a modernização latifundista, quanto a urbano-industrialização. Mas a descamponezação pura e simples inviabiliza igualmente esse processo. Em aparente contradição com a teoria marxista sobre o processo histórico de formação do capitalismo, segundo a qual, via diferenciação vertical, o campesinato desaparece, seja pela sua proletarização, seja pelo seu emburguesamento, seja pela ocorrência simultânea das duas vertentes. Aqui, segundo constatamos, aumentam, paralelamente, tanto o proletariado rural quanto o campesinato familiar.

A "fronteira em movimento" atua como componente estrutural, na medida em que serve aos propósitos de um processo que é de modernização e não de ruptura estrutural. Todavia, o determinante é a natureza do processo, não o fenômeno da "fronteira", ou seja, é o processo da modernização que explica a "fronteira" e não o contrário, como é de uso corrente na literatura. O papel da "fronteira em movimento", aqui entendida como processo de incorporação da agricultura ao circuito mercantil criado pela bidepartamentalização da divisão interna do trabalho, visto em sua expressão territorial, portanto não restrito a um processo de expansão territorial do espaço agrícola, é o de propiciar a reprodução em escala ampliada da pequena produção camponesa familiar autônoma. Isso porque, através dela, como vemos na tabela abaixo, expandem-se numericamente tanto a área agrícola quanto a quantidade de estabelecimentos:

TABELA 3: MOVIMENTO DA "FRONTEIRA AGRÍCOLA" NO BRASIL

ANO	ÁREA DO TERRITÓRIO AGRÍCOLA (EM hA)	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS
1920	175.104.475	648.153
1940	197.720.247	1.904.589
1950	232.211.106	2.064.642
1960	249.862.162	3.337.769
1970	294.145.466	4.924.019
1980	364.854.421	6.159.851

Fonte: Censo Agropecuário - 1980 - FIBGE

E fácil avaliarmos a atenuação das pressões sobre o monopólio fundiário que se obtém através da "fronteira em movimento", bastando para tanto a operação de deslocamento dos camponeses das áreas de tensão para as da "fronteira", a exemplo do que vimos nos anos 50 entre a Zona da Mata e o Oeste Maranhense, no Nordeste dos áureos tempos das Ligas Camponesas, e dos vários cantos do País (Nordeste e Sul, sobretudo) para a Amazônia nos anos 60 e 70. Não foi, portanto, mero jogo ideológico ou político a "política agrícola" do Estatuto da Terra ter feito coincidir colonização nas áreas da "fronteira agrícola" com reforma agrária, uma vez que, na verdade, a colonização nessas áreas tem sido a geopolítica habitual do Estado perante as lutas do campesinato. Vem de longe o uso da política de colonização das áreas de "fronteira agrícola" como política de contra-reforma[11]. Mas também como política de esfriamento das lutas camponesas e de seu isolamento quanto a uma vinculação com as lutas do operariado urbano, e vice-versa[12].

Todavia, a "fronteira em movimento" conta com a imensa população camponesa do país, cujo volume absoluto aumenta na razão inversa do declínio de seu volume relativo (proporcional), como vemos na tabela 3.

TABELA 4: EVOLUÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO BRASIL

ANO	TOTAL NO BRASIL	URBANA		RURAL	
		ABS.	REL (%)	ABS.	REL (%)
1890	14 333.915	1.433.391	10	12.900.624	90
1900	17.438.434	2.615.783	15	14.822.651	85
1920	30.635.605	6.127.121	20	24.508.484	80
1940	41.236.315	12.880.182	32	28.356.133	68
1960	51.944.397	18.782.891	36	33.161.506	64
1960	70.119.071	31.303.034	45	38.767.423	55
1970	93.139.037	52.084.984	56	41.054.053	44
1980	119.070.865	30.436 409	68	38.566.297	32

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - FIBGE

Dado o acelerado ritmo de crescimento demográfico rural, cuja lógica é também a natureza da via modernizante do desenvolvimento do capitalismo, em sua determinação sobre o processo de acumulação primitiva do capital, em relação à qual está vinculada a chamada "explosão demográfica" 13, o campo brasileiro torna-se fonte inesgotável de condições de reprodução do trabalho, na frente rural (reposição do campesinato familiar, nas áreas de "fronteira agrícola", e o proletariado rural, nas áreas dos latifúndios modernos) e na frente urbana (reposição do exército de reserva industrial). Vê-se, pela tabela, que nem mesmo com o acelerado êxodo rural, que alimenta o ritmo crescente da urbanização, cai o volume absoluto da população rural, a qual até mesmo aumenta. Não ocorre, assim, e como subproduto do que se disse anteriormente acerca da teoria clássica, uma descamponização. Em linguagem empírica, contrariamente ao processo de desruralização/urbanização que vemos para o desenvolvimento clássico do capitalismo, temos no Brasil um processo de urbanização que não é acompanhado de desruralização. Em condições de êxodo rural/urbanização tão acelerado, a "fronteira em movimento" seria inviável ou de importância insignificante inviabilizando o processo da modernização tal qual se dá, não fora o comportamento demográfico rural.

Não se incorra, no entanto, convém repetir, no equívoco habitual de remeter as "disponibilidades" dos "fatores terra e trabalho" à origem do processo do capitalismo no Brasil, invertendo-se o jogo das determinações.

É a inserção da formação econômico-social brasileira no quadro da divisão internacional do trabalho, tornando-a uma forma particular de realização do imperialismo, a determinante geral do movimento de modernização, definindo o peso específico das duas componentes anteriores, por ser esta divisão internacional do trabalho espaço de origem das forças produtivas, da natureza e nível, que substanciará o processo interno do desenvolvimento do capitalismo. Embora este desenvolvimento, no seu conjunto, seja a resultante do primado das determinações internas (estrutura de classes) sobre as determinações externas (divisão internacional do trabalho) no jogo recíproco das suas determinações, são estas últimas que definem as possibilidades das direções do movimento. E, assim, só com a entrada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil na fase da bidepartamentalização do sistema fabril, e, a partir daí ampliando-se para abarcar o sistema econômico nacional no seu todo, bidepartamentalização esta que é uma internalização da divisão internacional do trabalho do pós-Segunda Guerra, que teremos o binômio latifúndio-minifúndio molecular entrando em decomposição e a nova qualidade emergindo. É quando as marcas da espacialidade diferencial monopolista, aqui exemplificadas na "fronteira em movimento" e na inflexão urbano-rural da população, mostram com clareza cada vez maior, pelo lado das transformações minifundiárias, vertente sob cujo ângulo estamos desenvolvendo esta análise, fazendo inferências a partir do 1.° PNRA-NR, as peculiaridades da revolução (ou contra-revolução?) burguesa no Brasil. Pode-se conferir essa peculiaridade da proletarização com ampliação do campesinato familiar, comparando-se a passagem dos anos 40 aos anos 50 simultaneamente nas tabelas 2, 3 e 4, exatamente o mesmo período em que (qualquer tabela consultada traz esta confirmação) sedimenta-se de vez o deslocamento do fluxo das migrações nordestinas da Amazônia (resíduos do ciclo da borracha dos anos 20) para o Sudeste (São Paulo em particular) e inicia-se ramificação e difusão da rede viária (rodoviária principalmente a partir daí) em demanda do Sudeste para o Sul, Norte e Nordeste. Tais são, no conjunto, os ingredientes necessários para fazer da proletarização com ampliação do campesinato o núcleo da nova qualidade do binômio latinfúndio-minifúndio, e esta, o núcleo da estruturação da nova fase de modernização latifundiária. Na verdade, núcleo da modernização geral, se não reiterarmos o equívoco habitual de confundir industrialização com aumento do número de indústrias, e sim entendê-la como ampliação á totalidade do sistema econômico nacional da divisão interna de trabalho bidepartamentalizada, o capitalismo em sua fase de subsunção real, na qual a agricultura torna-se progressivamente uma indústria agrícola.

O binômio latifúndio-minifúndio de novo tipo, ao se estabelecer sobre a base de um minifúndio organizado para atender à dupla demanda de produção-abastecimento alimentício por parte da urbano-industrialização acelerada a partir dos anos 40-50 e de liberação dessa tarefa pouco rentável por parte do latifúndio em modernização, sendo exatamente esta a peculiaridade que justifica que o estejamos denominando de minifúndio moderno, mantém a contradição anteriormente existente, mas agora sob uma modalidade mais tensa, tendo em vista que a extinção do campesinato dominial implica uma simplificação interna da massa do campesinato em apenas duas formas básicas, o campesinato familiar autônomo e o proletariado rural, e, então, numa coexistência de confronto mais direto.

Essa coexistência se verifica a propósito da divisão interna do trabalho, em que a própria divisão do trabalho intra-agrícola passa a percorrer. Pelo que vimos, essa nova qualidade do binômio surge por exigência do aprofundamento, significando âmbito de abrangência que ultrapassa o setor industrial onde nasce originariamente, da divisão interna do trabalho bidepartamentalizada que é característica do capitalismo em sua fase de subsunção real. Como o binômio do espaço molecular é estruturalmente incompatível com essa nova estrutura em aprofundamento, torna-se inevitável sua redefinição. A nova estrutura binominal que surge é uma imagem da tripartição do capital quando este evolui no âmbito do ciclo da reprodução ampliada D-M1-P-M2-D'. Isto é, nesse contexto, o capital segue uma sucessão de metamorfoses, que começa com sua transfiguração da forma capital-dinheiro (D) na forma capital-mercadoria (M1). Ao adquirir esta nova forma, a forma-mercadoria, o capital se triparte em capital variável (compra da mercadoria força de trabalho), capital constante circulante (compra da mercadoria matérias-primas) e capital constante fixo (compra da mercadoria máquinas e equipamentos). **E** nesse exato ponto que se dão as articulações do setor agropecuário com o setor fabril, uma vez que, tanto neste quanto em todos os momentos seguintes da interminável seqüência de reprodução do ciclo D-M-D', há necessidade de que cada uma destas três formas de mercadorias em que o capital-dinheiro irá transfigurar-se permanentemente resposta, dado que as unidades que entram no ciclo são produtivamente consumidas, necessitanto-se de sua reposição imediata. Assim, é necessário que os trabalhadores se alimentem, para que readquiram energia física e intelectual (força de trabalho) consumida produtivamente; que novos insumos agrícolas (matérias-primas agrícolas) sejam produzidos; e que novas máquinas e equipamentos possam ser importados (quando é a importação a fonte) para substituir o material obsoleto. Nas condições do espaço molecular, como já vimos, a agricultura se organiza no âmbito do sistema plantacionista e segundo este basta que ela esteja ligada à produção de valores de uso minifundista, uma vez que a reprodução do capital plantacionista se restringe a alguns poucos equipamentos, em geral obteníveis no seu próprio espaço territorial, e, basicamente, à massa trabalhadora, que, no geral, é a própria minifundista dominial. **A** medida, contudo, que, com o nascimento e avanço da divisão interna bidepartamentalizada do trabalho, ocorre o deslocamento da centração plantacionista para a centração no mercado urbano-industrial, a agropecuária vai mudando sua referência e se reestruturando segundo novos parâmetros. Nem por isso, já o enfatizamos, sua importância diminui. Agora, como antes, e ainda por muito tempo, a agricultura participa vitalmente da reprodução do capital, mas gradualmente tripartindo-se, operando uma divisão intrasetorial de trabalho, para acompanhar a reprodução tripartite do capital industrial: a do capital variável, através da produção mercantil alimentar, deixada, então, à tarefa do minifúndio moderno, a qual se torna uma componente vital do cálculo dos salários urbanos (ainda hoje em 1986, os gastos com alimentos correspondem a 60% do salário do trabalhador urbano); a do capital constante circulante, através a produção de insumos agrícolas, parte produzida pelo minifúndio moderno e parte pela empresa rural (os insumos agrícolas, dado o custo quase zero da produção ali-

mentar, repassado ao custo industrial, acaba por incidir em maior peso sobre os custos industriais); e a do capital constante fixo, através da produção para os mercados externos, praticamente monopolizada pelo latifúndio, modernizado e não, dado tratar-se de culturas de maior rentabilidade, de cujas exportações advirão as divisas requeridas para pagamento da maquinaria e equipamentos importados, isto é, para o "financiamento" de uma industrialização que ainda não se apóia (e não se apoiará jamais nos quadros do imperalismo) numa divisão interna bidepartamentalizada do trabalho inteiramente completada em sua fase "substitutiva de importações (no que atua como um "equivalente" de departamento I).

Entretanto, exatamente porque se trata de uma estrutura montada para abrir ao latifundiário a franquia da modernização, esta coexistência vai desencadear conflitos de classes cada vez mais agudos. E estes virão na esteira e em face da modernização.

Embora redefinidos em seus papéis, mantém-se praticamente inalterado o quadro de diferenças entre latifúndio e minifúndio: o latifúndio mantém as tarefas de alta lucratividade e as terras mais férteis e melhor localizadas, ao passo que para o minifúndio continuarão reservadas as tarefas de baixa rentabilidade e as terras menos férteis e pior localizadas. Estas, inclusive, na medida em que avança a modernização latifundista, tendem a ser engolidas pela grande cultura em expansão, sendo os camponeses expulsos para lugares mais distantes, sobretudo para as áreas de "fronteira", num processo em latifúndio moderno vai se apropriando das terras dos minifúndios, primeiramente as do minifúndio dominial, e, depois, também as do minifúndio autônomo, forçando, simultaneamente a proletarização de uns e a reprodução da condição camponesa, de outros mas agora basicamente como campesinato autônomo familiar e a grande distância do local de expulsão. Toda via, mesmo nessas áreas novas a modernização latifundista logo chegará, repetindo-se mais adiante de forma interminável, o ciclo expropriação-expulsão-reprodução, com seu cortejo de conflitos pela terra crescendo e propagando-se pela faixa da "fronteira em movimento".

Por longo tempo, entretanto, a tendência é o aumento numérico geral do campesinato autônomo familiar, em particular na faixa da "fronteira", velha ou nova. É assim que a extinção maciça do campesinato dominial é compensada com a reprodução ampliada da unidade familiar autônoma nas áreas de "fronteira", cumprindo essa estratégia o duplo objetivo de saturar o mercado (urbano e rural) de oferta de força de trabalho pelo aumento elástico do proletariado e de produtos alimentícios necessários à reprodução da massa proletarizada.

Sobretudo porque a "racionalidade industrializante" requer o estabelecimento de uma relação agricultura-indústria em que a agricultura se estruture sob a mesma diferenciação tríplice do capital industrial, ganha franquia à modernização não só o monopólio fundiário, mas a estrutura monopolista como um todo.

Isso implica que o minifúndio moderno, diferentemente do que acontece com o espaço molecular, insere-se numa rede monopolista mais ampla e global que o monopólio fundiário. Trata-se de um tecido social no qual a reprodução do minifúndio moderno se efetua vinculada à reprodução do capital moderno, como parte desta, mas mantendo sua autonomia.

Essa reestruturação implica a ação diretora do Estado, que passa a organizar via Estatuto da Terra, como já vimos, a hegemoneização conjunta do capital moderno. O Estado assume o papel de coordenador do processo, **por** meio de um leque de "políticas agrícolas" destinadas a dar conta do crédito rural, preços mínimos, seguro agrícola, transporte e arnazenagem, pesquisa, assistência técnica, extensão rural. Voltado, no entanto, para a modernização latifundista, esse "complexo" de políticas de Estado reduz-se a um sistema de transferência de recursos financeiros para fins raramente produtivos. Sendo assim, o efeito será o reforço da concentração de terra e de renda que vimos na tabela 1.

Tradicionalmente, os mecanismos da concentração de renda são os do espaço molecular, que se assentam basicamente, na extração da renda do minifundiário pelo capital mercantil-usuário, não raro o próprio grande proprietário local, através do controle da intermediação mercantil-financeira. Esse é um processo que se assemelha ao que vimos para a espaço-temporalidade clássica da subsunção formal. O "complexo" de políticas para o campo que o Estado retira do Estatuto da Terra não o suprime, antes o reinventa, mas agora em função de uma sobreposição dos interesses dos monopólios bancário e industrial aos do monopólio latifundista. A priorização das culturas nobres e a vinculação da hipoteca da terra ou da safra, na política do crédito, aumentam o reforço da expropriação da renda minifundiária pelo grande proprietário via controle da intermediação mercantil-financeira, uma vez que situa o latifundista agora na intermediação entre o banco e **o** minifundista. O grande proprietário obtém o empréstimo bancário a uma determinada taxa de juros e a repassa ao minif undiário a uma taxa mais alta, apropriando-se da diferença. Dessa forma, doravante o banco passa a integrar a partilha da massa do excedente expropriada aos minifundiários, expandindo-se para **o** nível geral da acumulação capitalista a teia de extração da renda fundiária. É por isso que ocorrerá, então, a proliferação das agências bancárias pelo campo, organizando uma espacialidade na qual passam a situar-se no início e no fim da cadeia da expropriação do excedente rural, que, fundamentalmente, é o próprio arcabouço urbano latifundista, a partir de cuja apropriação o capital bancário organiza sua hegemonia sobre a industrialização da agricultura, sobretudo quando a política do crédito rural vier mais tarde a estabelecer a vinculação do empréstimo à obtenção de insumos industriais.[14] Isto é, com a qual intermediará a integração entre os setores monopolistas na partilha da renda fundiária que constituirá a substância do "complexo agroindustrial" (CAI).

A articulação agroindustrial é antiga na estrutura econômica brasileira, uma vez que a agroexportação, que lhe serviu de base, implica níveis mínimos de beneficiamento do produto. Esta articulação se amplia com o início da industrialização, dado que as indústrias desse período inicial têm base rural, isto é, suas matérias-primas são de origem agrícola. Até os anos 60/70 é essa a forma de articulação agroindustrial existente, aquela na direção dos insumos agrícolas para seu consumo industrial, a exemplo da agroindústria açucareira. A partir de então, a direção dos insumos industriais para seu consumo agrícola passa a ser articulada, estabelecendo-se assim uma integração orgânica de mão dupla no sistema econômico. Isto é, surge a articulação que implica a industrialização da agricultura. Entre 1960 e 1974, o peso da agroindústria tradicional, no cômputo global da indústria, cai de 30,8% para 26,8%, enquanto o ramo específico de insumos industriais para consumo agrícola cresce de 1,2% para 5,5%. É assim que o uso de adubo químico no campo ultrapassa rapidamente o uso de adubo orgânico: o número de estabelecimentos rurais que usam o adubo orgânico aumenta de 1.021 em 1960, para 2.524 em 1970 e para 6.931 em 1975, enquanto o dos que passam ao uso de adubo de origem industrial (químico) aumenta de 60 para 6.093 e para 36.555 nos mesmos anos. O emprego de tratores também aumenta: de 61.338 em 1960, para 165.870 em 1970 e para 323.113 em 1975. Nessa escalada, embora o número dos estabelecimentos esteja aumentando, a relação estabelecimentos/tratores passa de 54 em 1960, para 30 em 1970 e para 15 em 1975. Mas o complexo agroindustrial atinge seu maior grau com o acentuado aumento do consumo de agrotóxicos: visto em 1.000 toneladas, o consumo agrícola de agrotóxicos aumenta de 22,4 em 1965, para 39,5 em 1970 e para 78,5 em 1975. Isto é, tomando-se 1965 como índice 100, temos 176 em 1970 e 336 em 1975.

Essa rede de hegemoneização do capital moderno é uma tessitura peculiar. Seu núcleo agrário é um binômio latifúndio-minifúndio, no qual o minifúndio é uma unidade camponesa familiar autônoma. A reprodução minifundiária se vincula à reprodução ampliada do capital moderno. Nessa vinculação, a pequena unidade familiar reproduz-se praticamente apenas no limite da reprodução da autonomia, impedida que está de acumular, e consequentemente de diferenciar-se pela vertente do emburguesamento. O capital subsume a renda da pequena produção camponesa familiar como quem subsume o trabalho: há reprodução da autonomia, mas a um nível de renda que tem mais o caráter de um salário-familiar. Esclareçamos essa aparente contradição com a teoria clássica.

Examinemos, primeiramente, a teoria da renda fundiária. A renda da terra é uma relação social, não se confundindo com os objetos em que se materializa, na forma dos quais entrará em circulação. Por isso, distinguem-se diferentes formas de renda fundiária. Do ponto de vista histórico, temos a renda pré-capitalista' e a renda capitalista. Do ponto de vista das formas de realização, a renda pré-capitalista pode ser de três tipos: renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro; e a renda capitalista pode ser de dois tipos: renda diferencial e renda absoluta. A renda pré-capitalista é uma relação binária de classes, envolvendo o proprietário fundiário e o camponês; enquanto a renda capitalista é

uma relação trinária de classes, envolvendo o capitalista locatário, o proprietário rural e o proprietário fundiário. Desse modo, **a renda capitalista** difere da renda pré-capitalista em pelo menos três pontos básicos: é uma relação trinária, uma fração da mais-valia operária e está referenciada ao lucro médio. Descarta-se, pois, a possibilidade de confundi-la com a renda-dinheiro, também mediada pelo mercado. A renda diferencial relaciona-se ao **mercado, a** partir das diferenças de fertilidade e de localização das terras das unidades produtivas, enquanto a renda absoluta o faz a partir do direito jurídico da propriedade. Onde a terra é objeto de apropriação privada sempre se imbricam, então, essas duas formas de renda capitalista.

Na atual estrutura agrária brasileira, três traços precisam ser destacados nesse paralelo: (1) a pequena unidade camponesa autônoma coexiste com o capital moderno em sua reprodução, (2) o capitalista agrário e o proprietário fundiário se confundem numa só "persona" e (3) a relação trinitária não é a regra geral, restringindo-se a algumas áreas especificas, como as do trigo e do arroz, no Rio Grande do Sul, só nas quais ê comum o arrendamento capitalista das terras. A relação histórica do capital com a pequena produção é de duas ordens: (1) aquela feita com o minifúndio dominial, em franca desaparição, despojando-se o campesinato dominial das terras de sua vinculação, com a qual a relação assume formas pré-capitalistas de renda, ou de "assalariamento disfarçado" como propôs Caio Prado Jr. e (2) aquela feita com o minifúndio autônomo, que tende a constituir-se na forma de exploração predominante, com a qual a relação é de subsunção da renda em termos que se assemelham á subsunção do trabalho, assumindo a renda as formas capitalistas da renda diferencial e/ou absoluta.

Em segundo lugar, a espacialidade diferencial. A espacialidade diferencial é uma estrutura que exprime, sob a forma da rede da escala territorial, a metáfora das esferas da base e da superestrutura, a da produção e a da circulação em termos imediatos. Nessa rede, a estrutura espacial é, a um só tempo, descontínua, do ponto de vista do movimento, e contínua, do ponto de vista orgânico da reprodução. O que vai determinar a natureza da espacialidade diferencial é a natureza da subsunção, e é sua constituição que organiza a espaço-temporalidade como um todo.

No contexto brasileiro, a espacialidade diferencial monopolista exprime a vinculação orgânica da reprodução do capital moderno e da unidade familiar camponesa, pelo lado agrário da relação cidade-campo. É no seu âmbito que ganha identidade a forma de renda capitalista envolvida. Assim, na rede escalar da indústria do vinho, em sua relação com a pequena produção de uva no nordeste do Rio Grande do Sul, a territorialidade das esferas de produção e de circulação-realização do valor, à exceção da etapa final, a de realização do vinho, é única e local, estando envolvida a renda absoluta.[15] Já na rede escalar da indústria em relação á lavoura do chá do vale do Ribeira do Iguape, no litoral sul de São Paulo, a territorialidade é local apenas para a lavoura do chá, deslocando-se as demais esferas, a da industrialização e da realização da bebida, para o nível mundial, o que, tornando o vale uma dentre as muitas áreas de lavoura do chá, engendra a renda diferencial.[16]

As situações dessa espacialidade diferencial variam notavelmente de um lugar para outro, denotando essa diversidade a universalidade nacional da exploração do capital moderno.[17] E essa universalização da exploração da renda/trabalho do campo acarreta seu contrário, na forma de igual universalização das lutas da **massa** trabalhadora do campo. Provocando uma proletarização paralela do campesinato dominial (que leva à ampliação da massa de proletários rurais em todas as regiões, como os bóias-frias nas arcas cafeeiras do Centro-Sul, os clandestinos dos direitos nas áreas canavieiras do Nordeste e os peões nas áreas de colonização da "fronteira" amazônica) e da expansão do campesinato autônomo (predominantemente sitiantes e posseiros), o aprofundamento da divisão interna capitalista do trabalho simplifica a pauta das lutas, antes atomizada na multiplicidade das formas de campesinato, reduzindo-as basicamente ao campo da legislação do trabalho e da reforma agrária.

Toda essa evolução vai culminar no final dos anos 70 num impulso acelerado que fará as contradições acumuladas explodi-
"rem com grande intensidade.

Sob argumentos variados, cujo pano de fundo é a "crise de energia, a "política agrícola" é direcionada para a sustentação
grandes projetos" que então irão surgindo na área da ener-
|11 (hidrelétrica e biomassa) e na agropecuária. Estes, passam a ter prioridade nas políticas de financiamento (crédito rural, incentivos fiscais, subsídios a juros negativos), e com isso tornam-se enormes sorvedouros de recursos financeiros de fontes internas e internacionais.[18] Uma vez que o aumento do preço internacional do petróleo leva ao encarecimento das máquinas e equipamentos importados (dos produtos importados em geral), a produção agropecuária para exportação torna-se o centro da prioridade por excelência da "política agrícola" ("exportar é o que importa", dirá um "slogan" da época). Sendo assim, as culturas de soja, cítricos, café, cana, pecuária de corte etc, intensificam ainda mais seu avanço sobre terras antes desocupadas ou ocupadas pelas culturas alimentícias. As enormes extensões de áreas ocupadas com monocultura e a substituição da força de trabalho minifundista dominial pela do trabalhador volante, já em si resultantes do emprego da mecanização pesada e demais insumos industriais, expandem ainda mais a mecanização dos trabalhos rurais, abrindo o cortejo de problemas ecológicos que passam a somar-se ao agravamento das contradições de classes produzidas pela expropriação e expulsão do campesinato de suas terras, a partir de agora não mais incidindo apenas sobre o minifúndio dominial.[19] A industrialização da agricultura atinge seu ponto culminante.

E assim que são abertas as terras do Centro-Oeste e da Amazônia para o capital monopolista, nacional e multinacional, em geral consorciado, que delas vão-se apropriando em grande escala e expulsando camponeses e comunidades índias, já antes expulsos de outras áreas para estas pelo próprio capital em expansão. É esta a origem das enormes propriedades de mais de 10.000 ha de extensão nessas regiões, a exemplo da Fazenda Itamarati, em Mato Grosso do Sul, de propriedade de Olacyr Francisco de Moraes, o "rei da soja", cuja extensão é de 50.000 ha. É essa igualmente a origem dos enormes conjuntos de obras incompletas que hoje encontramos espalhados por essas regiões, projetados com o intuito exclusivo de servir de biombo para a captura de elevadas verbas fornecidas pelo governo a título de prioridade, mas cujo destino é a especulação no mercado de capitais. Tal é a origem das enormes áreas apropriadas para serem transformadas em mera reserva de valor, especulação pura e simples com a terra.

Generaliza-se o emprego de tratores, adubos químicos e agrotóxicos, ultrapassando velozmente os índices da primeira metade dos anos 70, por trás do qual encontramos os interesses das mesmas multinacionais, agora, porém, como produtoras de insumos industriais para consumo agropecuário: Ford, Massey Ferguson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow-Chemical, Agroceres, Cargill etc. Embora o argumento oficial seja a "crise da energia" e seus efeitos sobre as importações, a origem real da direção adotada pela industrialização da agricultura é a transformação do mercado brasileiro de insumos industriais, já potencializado pela degradação ambiental dos anos 60, numa tentativa de colocar os produtos das multinacionais, as quais fogem das pressões da opinião pública em seus países de origem. Cada vez mais impotentes perante a ação persistente da lei tendencial do declínio das taxas de lucro, cuja pressão é mais poderosa que a mais poderosa pressão ecologista, as multinacionais vão generalizando pelo mundo o emprego dos insumos industriais na agricultura, generalizando a nível mundial o chamado desequilíbrio ecológico, uma vez que impõem a ecossistemas extremamente variados uma tecnologia de padrão único.[20]

Assim, a especialização da monocultura que se alastra, com seu cortejo de máquinas pesadas e substâncias químicas tóxicas, indiferente às variações ecossistêmicas do país, acarreta uma devastação ecológica sem precedentes. A devastação de uma cobertura vegetal heterogênea, como são as coberturas vegetais nos trópicos, quebrando sua cadeia trófica local, dá origem a pragas, oriundas da superpopulação em que passam a viver componentes que antes estavam em equilíbrio ecológico. Dessa forma, o que era um componente num ecossistema passa a ser praga em outro, atacando a agropecuária, afetando sua produtividade e solicitando o uso maciço de substâncias tóxicas. Praticamente desconhecidos até os anos 60, os agrotóxicos vêm desde então penetrando na agropecuária brasileira, até que sua produção e consumo internos disparam na segunda metade dos anos 70, impulsionados pela progressão das culturas de soja, cana, cítricos, do reflorestamento e da pecuária, mas também pela necessidade de compensar com um "aumento de produtividade" a queda geral da produção alimentícia que decorre da diminuição da quantidade das pequenas unidades camponesas autônomas imposta pela crescente expulsão do campesinato de suas terras. A produção interna de agrotóxicos aumenta de um total de 9.798 toneladas em 1970 para

48.477 toneladas em 1980, e o consumo de uma ordem de 27.728 toneladas para 80.968 toneladas nesse mesmo período. Isto é, a produção aumenta numa ordem de 4947o e o consumo numa ordem de *292%,* no curto espaço de um decênio, levando a importação desses produtos a cair da ordem de 65% para 41%, tornando-se o Brasil o 3.° país em vendas de agrotóxicos. Todavia, desmentindo o argumento da racionalidade ("elevação da produtividade da agropecuária brasileira", como afirmam os documentos oficiais e das empresas multinacionais), o número de pragas aumenta na esteira do próprio aumento do emprego de agrotóxicos: de um total de 193 pragas em 1958 para 593 em 1976. Aspergidos sobre as culturas, também caem sobre os corpos dos trabalhadores rurais, provocando-lhes doença ou morte, espalham-se pelas águas dos lençóis subterrâneos e dos rios, de onde irão ser absorvidos pelos produtos alimentícios, e destes passarão para o organismo dos que deles se nutrem nas cidades. Resíduos de DDT, BHC, Aldrin, Toxafeno, Dodecacloro etc. (inseticidas organoclorados) mantêm-se por anos a fio nos solos e água de extensas áreas, fazendo-se sentir seus efeitos muitos anos depois.

A mecanização pesada, que passa a ser usada em todo o País e sob um mesmo padrão tecnológico, acarreta três outros efeitos ecológicos drásticos. Primeiramente, a erosão dos solos. A aração profunda com arados de disco e grade - forma de mecanização da agricultura que é necessária nas regiões temperadas para a quebra do solo ainda endurecido logo após a primavera - mostra-se inadequada nos solos tropicais, pois as fortes chuvas tropicais se infiltram nesses solos indo acumular-se no plano de contato da camada revolvida com a intocada, atuando isto como um poderoso impulso à erosão da camada revolvida. É essa a razão pela qual hoje se perdem no Brasil, por ano, 25 toneladas de solo por hectare, arrastados pela erosão. Em segundo lugar, a perda da fertilidade orgânica do solo. Gradeado a essa profundidade e deixado exposto à insolação, forte e prolongada nas áreas tropicais, à espera das chuvas, o solo vai vendo morrer sua vida microbacteriana, e com isso sua fonte de fertilidade. Em terceiro lugar, o aumento exponencial do desmatamento. Trabalhada em devastação superficial de grande escala, a cobertura vegetal é derrubada em igual proporção. Por isso, essa devastação atingiu nas últimas décadas uma média nacional de 2,5 milhões de hectares por ano. Atualmente acontecendo em maior grau na Amazônia, a atual "fronteira agrícola", essa devastação atingiu drasticamente o Paraná, área de "fronteira" velha, reduzindo em 80% a vegetação desse Estado.

As conseqüências são, então, absurdas: os solos são arrastados e esterilizados pela erosão acelerada; os rios ficam assoreados, tornando-se irregulares, secando na estiagem e transbordando a qualquer chuva; o ar e os solos passam a ter um balanço hídrico irregular, uma vez que as chuvas e as secas passam a alternar-se por longos períodos; a fauna extingue-se com o desaparecimento da flora e com o ressecamento ou esterilização das águas fluviais, com efeitos danosos sobre as condições de reprodução da existência das populações que extraem seu sustento do ecossistema local, em geral justamente o campesinato minifundista familiar.

Assim, seja pela redução da heterogeneidade ecossistêmica, que exclui o ecossistema como fonte de valores de uso e de sobrevivência, seja pela redução da heterogeneidade dos cultivos, que até então constituíra uma peculiaridade minifundista (o chamado "sistema de roça"), seja pela sumária expulsão da terra, o que temos em marcha é a progressiva redução das margens que estabelecem as condições de reprodução da autonomia minifundista familiar, mesmo sob a intensa espoliação de sua renda pelo capital moderno. Isto é, o que está em curso é o momento de auge da acumulação primitiva do capital que culmina a fase de subsunção formal.[21]

O binômio latifúndio-minifúndio moderno cumpre, então, seu propósito de mudar sem mudar, mantendo a clivagem clássica que separa os homens rurais em dois extremos desde os tempos coloniais: de um lado a acumulação de riqueza, o lado latifundista, de outro, a acumulação da miséria, o lado minifundista. Mas agora como base da reprodução ampliada dessa clivagem numa sociedade já fortemente urbano-industrializada: de um lado, a acumulação do capital monopolista e, de outro, a pauperização absoluta da imensa massa de trabalhadores da cidade e do campo.

Entre 1970 e 1980, seja provocada pela crescente expulsão maciça do campesinato de suas terras, seja pela introdução da política recessiva por parte do governo federal, a mobilidade territorial do trabalho atinge 24 milhões de trabalhadores em busca de ocupação em qualquer área do pais, chegando no campo a 12 milhões os camponeses sem terra. Sob a hegemonia coletiva dos monopólios, os da cidade e os do campo, o Estado transfere a crise que então se instala como fruto do próprio processo da modernização para as costas da massa trabalhadora: a taxa da desocupação (razão entre população economicamente ativa e pessoas ocupadas) sobe de 1,84% em 1976 para 2,32% em 1977, 2,36% em 1978, 2,76% em 1979 e 4,26% em 1981. Atingido esse patamar, o "exército de reserva industrial" passa a pressionar para baixo os salários reais: tomando 1940 como índice 100, a tendência para 1985 era de 48, isto é, para nível inferior á metade do índice de cinco décadas atrás. O número médio de horas de trabalho necessárias à aquisição do mínimo de subsistência, que é de 88 horas em 1965, passa para 105 horas em 1970", 149 horas em 1975 e 157 horas em 1980: o trabalhador necessita trabalhar mais para obter o mesmo volume de meios de subsistência para si e sua família. Constituindo o salário sua renda monetária, o estrato de renda da massa trabalhadora cai ainda mais, ao passo que a riqueza monetária se concentra ainda mais nas mãos dos poucos ricos: entre 1979 e 1981, a porcentagem da renda monetária dos 50% mais pobres cai de 14,11% para 13,91%, enquanto a do 1% mais rico sobe de 14,10% para 15,40%. A ínfima porcentagem populacional do 1 % mais rico detém uma fatia de renda que ultrapassa a fatia detida pela metade da população! Essa desproporção e o aumento dessa defasagem é maior no campo que na cidade: cai de 19,05% para 16,68% nos estratos pobres e sobe de 12,25% para 18,3% no campo, e cai de 14,26% para 13,25% nos estratos mais pobres e sobe de 13,36% para 14,32% na cidade.[22]

Retração da produção de alimentos básicos, queda dos níveis de emprego e de renda, generalização de mortes e lesões orgânicas de origem ecológica, recrudescimento da subnutrição e da mortalidade infantil entre as classes trabalhadoras, conflitos e invasões de terras na cidade e campo, greves explodindo agora também no campo, derrotas eleitorais do partido do governo, tais são os itens de uma crescente lista das formas que as contradições de classes vão produzindo por toda parte. Enquanto se encontra em expansão, o próprio processo da modernização absorve essas contradições que engendra e aguça. A proletarização do campesinato dominial é compensada pela expansão da oferta de empregos na cidade e mesmo no campo e na "fronteira em movimento". A destruição ecológica de uma área é compensada pela incorporação de novas, e assim sucessivamente. Quando, entretanto, o padrão de acumulação que sustenta a maré modernizante entra em crise pelo seu próprio esgotamento histórico, as contradições explodem sem controle. E chegada a hora da "abertura", que leva à "Nova República", que leva ao 1.° PNRA-NR

3. O 1.° PNRA-NR e a Questão Camponesa

O 1.° Plano Nacional de Reforma Agrária é um programa agrário de governo, o governo federal da "Nova República", com previsão de redistribuição de terras a 7,2 milhões de camponeses no prazo de 15 anos, escalonados em quatro quadriênios, prevendo-se para o primeiro quadriênio (1985-1990) a redistribuição de 1,4 milhão de propriedades camponesas de caráter privado familiar ou associativo. Os recursos financeiros provirão de fontes governamentais diversas, 20%, correspondentes às indenizações de benfeitorias, em dinheiro, e os 80% restantes, correspondentes às indenizações das terras desapropriadas para redistribuição, pagos em TDAs (Títulos de Dívida Agrária), 90% dos quais devendo ser ressarcidos pelos beneficiários entre 15 e 20 anos.

Entre os objetivos declarados estão os que permitem a reversão do quadro traçado acima: retomada do volume de oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas a nível compatível com a demanda do mercado interno, retomada do nível de emprego, refreamento do êxodo rural, distensão dos conflitos de terra, etc. Isso enquanto "objetivos específicos", uma vez que o "objetivo geral" é "promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências do desenvolvimento do país, através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em conseqüência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural". Ou seja, o objetivo geral é aquele mesmo consagrado pele Estatuto da Terra há 26 anos.

A redistribuição de terras prevê um volume que ultrapassa a simples recuperação do declínio numérico do minifúndio automo familiar da fase dos "grandes projetos". Essa recuperação, todavia, e o objetivo a ser alcançado a curto prazo pela estratégia de redistribuição escalonada em quadriênio e cada quadriênio em anuênio, simultaneamente, nas diferentes unidades da Federação (via PRRAs: Plano Regional de Reforma Agrária). A porcentagem de estabelecimentos de até 10 ha, que aumentava ao longo dos anos até 1975, declina entre o Censo desse ano e o de 1980, como vemos na tabela abaixo:

TABELA 5: EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ATÉ 10 HA (EM %)

	1950	1960	1970	1975	1980
sobre o total de estabelecimentos	34.4	44,8	51.4	52,3	50.3
Sobre o total de áreas	1.9	2,4	3,1	2.8	2.5

Fonte: **Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE**

Há declínio do porcentual de pequenos estabelecimentos tanto sobre o total dos estabelecimentos quanto sobre a área total por eles abarcada no período 1975-1980, enquanto neste mesmo período aumenta o peso dos estabelecimentos de mais de 1.000 ha, que passam de 0,8% para 0,9% do total de estabelecimentos e de 42,6% para 45,0% do total da área controlada, verificando-se nítido aumento de seu tamanho médio.

Expulsando das terras as culturas alimentícias e o campesinato, seus produtores, e substituindo aquelas pelas culturas nobres (soja, cana, cítricos, café, gado de corte e reflorestamento), 0 latifúndio moderno arranha os objetivos traçados no Estatuto da Terra de normatização da nova qualidade do binômio latifúndio-minifúndio. As conseqüências já as vimos e igualmente 0 lugar que nelas ocupa o 1.° PNRA-NR.

Mas é com o incontrolável açucamento dos conflitos pela terra que se encontra a preocupação maior dos estrategistas do 1.° PNRA-NR, que, apresentando-o sob o lema "Paz na Terra", explicitam para que finalidade surge. Acelerando e generalizando a expulsão do campesinato, a fase dos "grandes projetos" generaliza territorialmente a insegurança do campesinato em todo o país, conseqüentemente, suas lutas pela terra. Antes pontuais, locais e dispersas, essas lutas explodem agora ao mesmo tempo e sob crescente articulação orgânica por parte da CONTAG e do MASTER. O confronto do campesinato com a resposta, em geral armada, dos expropriadores, faz crescer o número de mortes e de áreas em conflito de terra: 109 áreas e 20 mortos em 1971; 126 áreas e 31 mortos em 1976; 896 áreas e 91 mortos em 1981; e 950 áreas com 180 mortos em 1984. Sobem a mais de 1.000 as áreas em 1985, com 40 mortos (29 posseiros e 11 fazendeiros ou jagunços) até o mês de junho, só no sul do Pará.

"Paz na Terra" e recuperação das funções minifundistas, via restabelecimento e mesmo reforço do número das pequenas unidades extinguidas pelo próprio avanço da modernização, tais são, no fundo, os objetivos reais do 1.° PNRA-NR.

Em outros termos, o objetivo mais profundo do 1.° PNRA-NK é a sedimentação do binômio latifúndio-minifúndio da espacialidade diferencial monopolista, de modo a poder-se edificar o bloco histórico em gestação, isto é, o novo padrão de acumulação e a nova composição de forças no bloco de poder a ele correspondente, já perceptível no âmbito da modernização dos anos 70.

É pelo fato de as contradições internas desse novo bloco histórico se mostrarem ainda não de todo encaminhadas que tivemos o jogo de marchas e contramarchas quando da formulação do PNRA, fluindo conflitivamente no seio das classes dominantes ainda hoje, meses após a versão final ter sido anunciada. E daí 0 desfecho que tivemos.

Dentre as contradições que queimam as relações intrabloco do podei ao longo do desenvolvimento da modernização dos anos 60-70, e agora explodem a propósito do PNRA, sobressai aquela que explode no próprio âmbito da classe latifundista. COMO o processo da modernização aprofunda a diferenciação vertical interlatifundista, passam a opor-se os interesses dos latifundistas modernizados e latifundistas retardatários(23)no tocante ao modo de inserção da agricultura no interior das reformulações do bloco histórico. Surge, então, o problema de como compor essa diferenciação latifundista em torno das alianças cidade-campo das classes dominantes, sobretudo em vista das pressões pela reforma agrária Principalmente porque essa fragmentação interna do até então monolítico bloco agrário passa a ser explorada pelo bloco urbano-industrial-financeiro, procurando este atrair para si a aliança do segmento latifundista modernizado e atiçar sua contradição com o segmento latifundista retardatário. Todavia, conflitam nesse bloco urbano a burguesia industrial e a burguesia financeira, a primeira, buscando no âmbito popular, no caso o campesinato, a aliança que lhe dê a força de que necessita para disputar com a segunda, mais poderosa, a hegemonia sobre o conjunto do bloco do poder. Por sinal, certamente é essa a vertente burguesa que está na origem do lançamento da "Proposta" em pleno congresso da CONTAG, atitude considerada "radical" pelas demais frações monopolistas, bem como da extensão do direito do voto aos analfabetos, diga-se campesinato, dois ingredientes à altura de um aceno de aliança à francesa.

Mas essas discordâncias intramonopolistas não acontecem em torno dos objetivos do 1.° PNRA-NR, e é precisamente isso o que a análise das marchas e contramarchas nos revelará. As divergências se dão em torno dos aspectos do Plano que levem a sedimentações de alianças indesejáveis. Pode-se constatar esse fato simplesmente comparando-se os termos da "Proposta" como texto final do PNRA, que resumimos no quadro abaixo. Nota-se que os objetivos do Plano contidos na "Proposta" estão ratificados integralmente no texto aprovado, não tendo ocorrido o mesmo com o que a "Proposta" dispõe sobre a fórmula da desapropriação, seja o que concerne às terras a serem redistribuídas (as "terras improdutivas"), seja o que concerne ao estabelecimento da desapropriação como forma por excelência da aquisição dessas terras. Uma vez que na versão da "Proposta" são os latifundistas retardatários (aqueles cujas propriedades têm margem de terras improdutivas), e não o monopólio fundiário, o aparente alvo do Plano, era de se esperar que partisse deles a reação. Todavia, são os latifundistas como um todo que reagem. O que explica essa reação em bloco dos latifundistas, senão a retórica da aliança à francesa? Ora, é desse ataque latifundista, desferido em bloco, isto é, acima das contradições intrabloco agrário, ao aceno de aliança à francesa do bloco urbano, com origens na fração industrial, que resulta um texto final reduzido às proporções do consenso geral intramonopólios cidade-campo.

Como o conteúdo da "Proposta" retoma o Estatuto da Terra, um documento muito elogiado mas pouco dissecado pelas forças de esquerda e do próprio movimento camponês organizado (24), estes divergem quanto à "Proposta". O segmento organizado em torno da CONTAG o aprova, embora lhe faça críticas. Já aquele abrigado no MASTER e na CUT o desaprova. Ao condená-lo, diz a CUT: (1) Está aquém mesmo do Estatuto da Terra, já em si uma lei derivada do regime militar; (2) Não responde às necessidades imediatas dos trabalhadores rurais (no sentido amplo do termo), (3) Ignora as reivindicações fundamentais do seu movimento, (4) Retira das mãos destes, colocando-a nas mãos do Estado, a gestão da reforma agrária, da sua formulação à sua execução, como requer o movimento popular, (5) Visa amortecer o avanço das lutas no campo, e (6) Não fere o monopólio da terra, a origem real dos problemas.(25)Por isso,para as forças de CONTAG, o texto aprovado do Plano é considerado um recuo e, para as forças da CUT, uma confirmação das denúncias.

A comparação, entretanto, entre o programa do governo (o 1.° PNRA-NR) e os programas agrários do movimento popular (vide), isto é, o da CNRA (Campanha Nacional da Reforma Agrária), apresentado pela CONTAG, CPT, CIMI, CNBB, ABRA, com apoio do PT, e o da CUT, apresentado pelo PT, nos dá a medida da grande distância em que o 1.° PNRA-NR se encontra frente às reivindicações do movimento do campesinato e forças de esquerda.

Coloca-se, então, para todas as forças que lutam pela transformação profunda das estruturas a necessidade de compreender séria e cristalinamente o caráter da revolução burguesa em curso, em outras palavras, de dissecar detalhadamente a espacialidade diferencial em que a sociedade brasileira se encontra enredada.(26) É desse conhecimento que vai derivar a linha política a ser seguida.

O que revela a espacialidade diferencial sobre a questão do campo senão a progressiva usurpação pelo capital das margens de autonomia do campesinato, que, reproduzindo no Brasil o processo geral comum ao desenvolvimento do capitalismo em qualquer espaço-temporalidade, o faz, todavia, segundo singularidades importantes? Isto é, que a revolução (ou contra-revolução) burguesa no Brasil se sustenta sobre aspectos singulares, organi-

PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL "PROPOSTA"	CNRA	CUT
1. Linguagem direta em relação ao latifúndio improdutivo. 2. Referência direta é desapropriação como instrumento por excelência da reforma agrária. 3. Identificação das áreas de tensão como as prioritárias para a realização imediata da reforma agrária. 4. Escalonamento e metas discriminados para os quadriênios. 5. Referência oblíqua aos fins políticos. 1.º PNRA-NR 1. Linguagem oblíqua e retórica em relação ao latifúndio improdutivo. 2. "Negociação" e "entendimento" como "instrumento primeiro a ser tentado" e a desapropriação como "último recurso". 3. Nebulosidade quanto à identificação das áreas prioritárias e sua transferência para os PRRAs, ficando as áreas de tensão social/invasão consideradas matéria de ação penal. 4. Limitação do escalonamento/discriminação ao quadriênio 1385-1989. 5. Referência à "Paz na Terra" e à cidadania do campesinato como metas políticas. PONTOS COMUNS 1. 0 Estado como gestor integralmente do Plano. 2. Manutenção do GETAT e do GEBAM, órgãos de "segurança nacional", como órgãos de reforma agrária. 3. Objetivos de: (1) gradual eliminação do latifúndio e do minifúndio, (2) regulação do êxodo rural/questão urbana através da fixação do homem no campo e l3l expansão do setor rural produtor de alimentos básicos.	1. Distribuir os 280 milhões de hectares de terra não exploradas dos latifúndios aos 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; 2. Multiplicar a área das lavouras, aumentando a produção de alimentos; 4. Eliminar a especulação, possibilitando preços justos para pequenos produtores e alimentos mais baratos para a população; 5. Criar novas oportunidades de vida e de trabalho para os desempregados e subempregados nas cidades; 6. Reestimular as atividades econômicas que oferecem mais empregos e voltadas ao bem-estar da população; 7. Quebrar o monopólio das multinacionais na produção agroindustrial e recuperar as terras que estão em suas mãos; 8. Acabar com a especulação de terras; 9. Eliminar as causas da violência contra os trabalhadores rurais e os povos indígenas; 10. Contribuir para a implantação da democracia no país, democratizando o acesso à propriedade da terra.	1. Legalização imediata de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais; 2. Estabelecimento de área máxima para as propriedades rurais; 3. Extinção imediata do Getat e do Gebam, e revogação das exposições de motivos n.º 005 e n.º 006 do Conselho de Segurança Nacional; 4. Desapropriação dos latifundiários que não trabalhem a terra para os sem-terras em condições de produzir; 5. Desapropriação das terras em conflito e reconhecimento imediato da área ocupada, individual ou coletiva, de acordo com os trabalhadores; 6. Demarcação das terras indígenas respeitando os critérios estabelecidos pelas comunidades; 7. Desapropriação das empresas rurais; 8. Desapropriação das áreas ocupadas por multinacionais, fim da exploração de nossas riquezas naturais pelas multinacionais; 9. Apuração e punição dos responsáveis pelos crimes e violências cometidas contra os trabalhadores rurais e indígenas, bem como a conivência, omissão ou participação dos órgãos públicos e agentes do Estado; 10. Reorientação da Política Agrícola para a produção de alimentos para a população, através de crédito e financiamento subsidiados e preço mínimo real, que garanta 30% de lucro ao produto; 11. Suspensão da construção das grandes usinas hidrelétricas; 12. Fim do incentivo e subsidio do Governo ao Proálcool e abertura dessas áreas ao plantio de alimentos.

3. Ampliar o mercado interno, através da da propriedade e da renda agrária;

zados, de modo geral, no que designamos binômio latifúndio-minifúndio, de cuja compreensão depende nosso próprio conceito de questão camponesa.[27]

Uma primeira singularidade é a negação, pela acumulação capitalista, da possibilidade de diferenciação vertical para o campesinato pela via do emburguesamento. Não se está afirmando a inexistência dessa diferenciação no campo brasileiro, mas negando-se que esteja acontecendo como tendência geral do processo. As alternativas que dessa forma restam para o campesinato, nos quadros do desenvolvimento do capitalismo, são a proletarização, a única vertente da diferenciação clássica realmente em processo como evolução geral, ou a permanência, como uma forma de unidade familiar autônoma, cuja autonomia é cada ve2 mais restringida pela teia da espacialidade diferencial monopolista, até tornar-se aparente, embora ainda longe de ser ultrapassado o limite que configure uma proletarização geral e definitiva da massa rural. O que é o 1º PNRA-NR senão o reforço dessa teia?

Uma segunda é a dependência recíproca das lutas do campesinato em relação às do operariado e demais frações das classes trabalhadoras urbanas.[28] E que a acumulação primitiva do capital no Brasil tem a particularidade de seguir seu curso quando no plano mundial a subsunção real já se sedimentou, há tempo, como base definitiva do capitalismo, que, precisamente por isso, tornou-se um modo de produção de espaço-temporalidade planetária. Sendo assim, a burguesia no Brasil encontra fora do âmbito estrutural nacional, em caráter e nível, as forças produtivas que lhe permitem fazer avançar o capitalismo, sem que para isso necessite levar o processo da acumulação primitiva — uma "transição" baseada no binômio latifúndio-minifúndio moderno,, como temos visto ao longo deste trabalho — às últimas conseqüências no campo, qual sejam, à cabal proletarização do campesinato familiar autônomo, o que inviabilizaria o caminho da questão agrária formulado por essa burguesia, algo semelhante à via prussiana (seria melhor dizer inglesa), que é basear a agropecuária inteiramente na grande propriedade moderna (a empresa rural). A margem de flexibilidade de enfrentamento das lutas camponesas, a despeito do risco da fase de "transição", que essa inserção mundial lhe confere é, assim, extraordinariamente ampla. Embora, pelo próprio papel que ocupa na "transição", o campesinato possa, com suas lutas, opor impecilhos, ou mesmo obstar, o caminho da "revolução" agrária da burguesia monopolista, so o proletariado industrial, em função de a construção do capitalismo no Brasil repousar hoje sobre a mais-valia fabril, portanto sobre os ombros dessa classe, pode efetuar uma real ruptura histórica. Todavia, sem apoiar-se numa aliança com as demais classes trabalhadoras urbanas, mas, sobretudo com o campesinato, reduz-se muito essa possibilidade de a partir de sua intervenção no processo a classe operária partejar uma ruptura com a profundidade de uma reversão na História.

Portanto, essa impossibilidade de o operariado e demais classes dominadas operarem uma transformação real fora de uma aliança mais ampla de classes trabalhadoras cidade-campo é o desafio concreto do movimento popular e o impasse efetivo das lutas camponesas.

E a correlação de forças é um imperativo, já que sob as condições da tessitura da subsunção real, da maneira como ela se estrutura no Brasil, vale dizer as de uma estrutura monopolista com raízes estabelecidas numa sólida interpenetração dos monopólios da cidade e do campo e com espaço-temporalidade planetária, qualquer saída histórica implica uma profunda ruptura na armadura da espacialidade diferencial, através da qual, e só através da qual, as singularidades dessa subsunção real se sedimentam.

Tornou-se impossível romper a armadura do Estado das elites cidade-campo sem romper sua espacialidade diferencial. Uma identifica-se com a outra.

Rio de Janeiro, maio de 1986.

NOTAS

1. Esses dados e os seguintes encontram-se nos números da revista VEJA 873 (29/5), 875 (12/6), 876 (19/6), 893 (16/10) e 894 (23/10).
2. Espacialidade diferencial é a estrutura de mediações da formação econômico-social vista como rede escalar, isto é, os níveis de relações estruturais que formam as múltiplas determinações dos fenômenos dessa totalidade social expressos na forma dos sucessivos níveis da escala territorial. De modo que mover-se dentro da espacialidade diferencial é passar de um para outro nível territorial do mesmo tecido social e de um para outro nível de relação social que constitui a escala abstrata das determinações do concreto. Nosso ponto de partida é o próprio Yves Lacoste e sua proposta de conceito de espacialidade diferencial no A Geografia Serve Antes para Fazer a Guerra, mas inserindo-a na "metáfora espacial" da infra-superestrutura, e, esta por sua vez, na tríade do singular-particular-geral, pois a metáfora e a tríade compõem parâmetros básicos do método mar-

xista. Esse conceito assim trabalhado já se encontra no âmago de conceitos empregados em textos anteriores, como o conceito de arranjo espacial e a metáfora da quadra de esportes em **A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais** ou das formas do espaço do capital, em **O Que é Geografia** (parte das páginas 94 a 105, que constitui o núcleo teórico do livro **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil,** Editora Vozes), etc. A espacialidade diferencial nos parece o instrumental analítico, a ferramenta operacional por excelência da Geografia. Seu conceito e formulação mais discriminados desenvolvemos em **Método Marxista, Método da Geografia.**

3. Subsunção é um conceito que Marx aplica ao campo da relação do capital com o trabalho, vendo-a como hegemonia indireta (subsunção formal) ou direta (subsunção real), do capital sobre o trabalho, sendo a subsunção formal essa hegemonia no âmbito de relações que já são capitalistas mas com a base material produtiva ainda não de todo revolucionada. Marx desenvolve-o em "Capitulo VI - Inédito". Usamo-lo neste trabalho com alguma margem livre de aplicação, para ampliá-lo á relação do capital moderno com a renda da terra.
4. Espaço-temporalidade é a totalidade social vista na abrangência das determinações internoextcrnas, que se exprime através de um arranjo espacial que não é mais que a espacialidade diferencial segundo o conceito da nota 2 acima. Em outros textos usamos a expressão "formação espacial".
5. Ver os capítulos III e IV de **O Movimento Operário e a** Questão **Cidade-Campo no Brasil.** Doravante, as referências a esse livro limitar-se-ão á indicação do capítulo que menciona o assunto em pauta.
6. O que se segue é um resumo da teoria do espaço do capitalismo, que em partes de textos anteriores já foram expostos quanto a pontos específicos, e reúne de modo sistemático em livro a ser brevemente publicado pela Editora Brasiliense. Na forma resumida que se segue é o desdobramento de um núcleo que sintetizamos em **O Que ê Geografia,** sob o título **"O** Espaço do capital: a produção capitalista do espaço", ao qual fizemos adendos no texto do Capitulo 1 de **O Movimento Operário e** a Questão **Cidade-Campo no Brasil.**
7. Ver Introdução.
8. Ver Capitulo IV.
9. Na tradição intelectual da esquerda brasileira, latifúndio e minifúndio têm sido conceituados de dois modos diferentes. **O** primeiro é a conceituação meramente física de excesso (latifúndio) e insuficiência (minifúndio), de área para fins de "racionalidade econômica". **O** segundo, que aqui resgatamos, é a conceituação estrutural, situando-os no âmbito das funções que ocupam no processo da reprodução do capital. É este o sentido do binômio.
10. A "geografia agrária" tem operado com um conceito equivocado de "plantation" e de "roça", em grande medida em face da influência **de Leo** Waibel **(Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil,** edição do IBGE), que opera **com** leituras mal assimiladas de Max Weber, e ê este weberianismo de segunda mão o **que essa geografia** utiliza e difunde. O exemplo mais **conspícuo** encontramos nos trabalhos de Orlando **Valverde, em** parte reunidos na coletânea **Estudos de Geografia Agrária Brasileira,** Editora Vozes. **Essa** coletânea de Valverde e o clássico **A Terra e o Homem no Nordeste,** de Manoel Correia de Andrade (obra única no meio de uma prolífica produção desse autor), representam, todavia, o que **de** melhor foi produzido até há pouco nessa área, de uma ciência prenhe no Brasil de oficialismo e até de oportunismo intelectual (autores de obras que não são suas). Desenvolvemos esse tema em O **Pensamento Geográfico e o Pensamento Geográfico no Brasil.**
11. Ver **Colonização e Contra-Reforma Agraria na Amazônia,** de Octavio Ianni, Editora Vozes; **Capitalismo Autoritário e Campesinato,** de Otávio Guilherme Velho, Difel; e Capitulo IV e V.
12. Ver Capitulo V.
3. Desenvolvemos esse tema em "Ideologia e Política nos Estudos de População", revista **Espaço** Sociedade n.° 1, AGB-Rio (versão ampliada de "Para Repensar a Geografia da População", UPEGE/AGB/APEOESP).
14. Para detalhamento da política de crédito rural ver "Desafios da Política Agrícola", Mailson Ferreira da Nóbrega, **Gazeta** Mercantil/CNPq.
15. Sobre a região, ver Colonos **do Vinho,** José Vicente Tavaras, Hucitec.
16. Sobre a região ver **Estado, Estrutura Agrária e População,** Geraldo Muller, Editora Vozes/CEBRAP.
17. Para um mapeamento das formas de subordinação ver "Agricultura e Indústria", Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Boletim Paulista de Geografia n.° 58, e, para a citricultura paulista, do mesmo autor "O **Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil: a apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista",** nesta revista.
18. Esses "grandes projetos" absorvem 9/10 do crédito rural então.
19. O Proálcool é o exemplo maior desses "grandes projetos" e de seus efeitos sobre o campesinato e a agroindústria, materializando o protesto do movimento popular contra o poder hegemonizador do grande capital monopolista nessa fase da agroindústria.
20. Os dados que seguem são de **Questão Agrária** e **Ecologia,** Francisco Graziano Neto, Brasiliense; **RS: Modernização & Crise na Agricultura,** Elomar Tambara, Mercado Aberto; **Agricultura Suicida,** Paulo San Martin, Ícone Editora; e **Manejo Ecológico do Solo,** Ana Primavesi, Nobel.
21. Para o campesinato, é este o significado da relação entre questão ecológica e questão agrária: a problemática dos processos que resultam em usurpação pelo capital das margens de autonomia do campesinato familiar.
22. Para esses dados ver **Ditadura Econômica versus Democracia,** Marco Antônio de Souza Aguiar et Alli, **IBASE**/CODECRI; e **Repartição da Renda - Ricos e Pobres sob o Regime Militar,** Paul Singer, Jorge Zahar Editor.
23. Nesse aspecto especifico da diferenciação nos parece acertada e rica em resultados analíticos a teoria de Ignácio Rangel, que ele mesmo designa como "Dualidade" e desenvolve em diferentes publicações. Ver **Economia: Milagre e Antimilagre.** Jorge Zahar Editor.
24. Não há coincidência em o Estatuto da Terra e a estratégia do "Desenvolvimento com Segurança" serem frutos de mesma conjuntura. Além disso, com o Estatuto da Terra, o Estado cria uma nova sistemática de taxonomia e estatística agrícola, passando agora a dispor de dois sistemas, o IBGE (baseado no estabelecimento rural, uma unidade administrativa) e o ET/INCRA (baseado na propriedade rural, uma unidade de produção), isto ê, o sistema nascido em 1937 (IBGE) e o nascido em 1964 (ET/INCRA). Há datas mais significativas para servirem de marco dos momentos fundamentais da construção da hegemonia do capital monopolista e do papel dos militares nesse processo no Brasil?
25. Ver Boletim Nacional da CUT, n.° 2 (junho/julho de 1985), encarte especial "Terra para quem trabalha".
26. A expressão marxista inicial para designar a problemática das ligações do campo com a revolução social é "questão camponesa", substituída pela expressão "questão agrária", sobretudo a partir da obra clássica de mesmo título de Kautsky. Desenvolvemos esse tema em O **Debate da Questão Agraria no Marxismo e no Brasil.**
27. Reserva-se ao geógrafo, assim, através do uso da técnica do zoneamento, a tarefa de mapear no interior da rede escalar da espacialidade diferencial as contradições de classes e os deslocamentos migracionais de seus pólos de gravidade territorial.
28. Uma aliança operário-camponesa nos moldes clássicos do leninismo?

As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR
Professor do Departamento de Geografia - UNESP - Campus de Presidente Prudente

Inicialmente, cabe colocar que o interesse em estar desenvolvendo este trabalho passa por uma preocupação para a qual despertei quando da realização e posterior discussão do trabalho que executei[1], ainda, no curso de graduação. Aquele trabalho foi sobre o processo peculiar de origem, estruturação e consolidação do grupo agro-industrial canavieiro Bellodi, no município de Jaboticabal, que reflete uma faceta do processo geral de reprodução do capital na etapa monopolista e, em assim sendo, guarda características gerais sob o aspecto da reprodução ampliada deste, mas com algumas peculiaridades e contradições que se materializam e caracterizam um uso e apropriação específica do território historicamente determinados.

Assim, o intento maior é podermos entender o processo de organização/reorganização do território, o qual nos propomos estudar. Isto é, temos claro que o processo de organização/reorganização do território por parte do capital é diverso e sujeito a contínuas modificações, em consonância com as diferentes fases de desenvolvimento do processo capitalista - as formas concretas territorializadas historicamente, através das relações sociais que se travam entre as classes sociais em luta. Sabemos, ainda, que os modos de produção se materializam concretamente em territórios historicamente determinados, a formação econômico-social.

1. Formação histórica

Desde sua fundação em 1828 até o primeiro lustro da década de 80 do séc. XIX, a atividade econômica desempenhada em Jaboticabal se, restringiu à agricultura de subsistência, ligada à pecuária extensiva. Neste momento histórico, quando a cultura cafeeira não havia ainda se instalado na área, Jaboticabal, assim como outros povoados vizinhos, participou do êxito do avanço do café na região, pois a estes coube o cultivo e suprimento de produtos alimentícios - Jaboticabal era uma área marcadamente de fronteira. Dessa forma, tem-se, ao mesmo tempo, um processo de ocupação/povoamento, em que a figura dos posseiros estes na sua maioria oriundos do Estado de Minas Gerais, foi determinante e imprescindível à frente de expansão. Em outras palavras, podemos identificar a área em estudo, antes da penetração da cultura cafeeira, no período acima descrito, como de fronteira, de frente de expansão.

Para melhor caracterizar essa discussão, introduziremos uma colocação de Martins:

> "Essa frente se constitui em decorrência da instauração de um estado de insuficiência econômica que se realiza na fronteira econômica. (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. Todavia, as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, isto é, da terra, não se faz como empreendimento econômico. A instauração da propriedade privada da terra, no plano jurídico, pela Lei de Terras de 1.850, não constitui nem o princípio dessa instituição nem o fim da instituição ao uso privado das terras comuns ou da posse, por ocupação, das terras devolutas" (MARTINS, 1975:46).

Na sua marcha, a partir do Estado do Rio de Janeiro, o café havia se expandido pelo Vale do Paraíba e atingido a região Central de Campinas, Bragança e Piracicaba. Nos idos do último quartel do século passado, o café começou a penetrar no município, atraído pelas terras roxas ali existentes, sendo essa a tendência de toda a região de Ribeirão Preto, onde o município de Jabuticabal se inclui.

O desenvolvimento urbano de Jaboticabal foi sempre o reflexo de sua economia agrícola. Antes da chegada do café, Jabuticabal era uma região despovoada. Essa fisionomia começou a modificar-se quando o café, no final do século passado, atingia a região, sendo acompanhado pela estrada de ferro. A partir dai, a economia local veio a ocupar um lugar de destaque, ampliando suas relações econômicas, não só no Estado de São Paulo como também dentro do cenário nacional e internacional, pela exportação do café.

A medida que avançava, a monocultura cafeeira provocava A reorganização das forças produtivas pois, ao mesmo tempo em que se materializava o regime de "trabalho livre", criava-se o mercado local, vinculado á região, mas insuficiente, devido ao grande número de braços que a cultura exigia. A saída que o Estado brasileiro encontrou para saldar o problema da escassez de mão-de-obra foi elaborar uma política de imigração estrangeira e executá-la. Um número significativo de imigrantes afluíram para a região. Segundo algumas publicações da época, "aproximadamente a metade da população, em 1901, era composta de imigrantes, predominando entre eles o italiano que, devido às crises no seu país de origem, emigrou para o Brasil" (ZAMBONI, 1978:64). Instaurando-se então o regime do colonato.

Entendemos por regime de colonato uma relação de produção não-capitalista, voltada a produzir mercadoria nestas bases, portanto voltada para a valorização do capital do fazendeiro. Ora, a determinação capitalista dessas relações não-capitalistas de produção se dava essencialmente pelo fato de que o trabalhador produzia diretamente os seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que, por estar já subjugado pelo capital comercial, surgia das mãos do colono como propriedade alheia, como mercadoria do fazendeiro. Mesmo trabalhando para produzir seus meios de subsistência, o colono estava trabalhando para o fazendeiro, pois estava garantindo as condições da sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente (MARTINS, 1979:85-86).

Na vigência do regime de colonato, é a família que se engaja no trabalho produtivo. O contrato de trabalho naturalmente envolvia o fazendeiro e o cabeça da família. Então, o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combi-

* Este texto versa sobre as primeiras análises dos dados levantados da pesquisa que está sendo desenvolvida - referente à dissertação de mestrado - junto ao Departamento de Geografia - USP, sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

nava as forças de todos os membros da família: o mando, a mulher e os filhos com mais de sete anos. Recebia, então, uma parcela do cafezal, à base de 2.000 pés por trabalhador (homem adulto), com a incumbência de cuidá-los e preservá-los. Sendo que, na colheita, o pagamento margeava uma quantia determinada por alqueire de 50 litros de café colhido e entregue no carreador. Quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a quantidade de café colhido pela família. O colono combinava com a produção de café a produção de alimentos que compunha sua cesta básica. Após o final da safra do café, o fazendeiro fazia o acerto de contas com o chefe da família trabalhadora. A formalização da igualdade ocorria, no plano da contabilidade, que mediava a relação entre ambos no plano dos ganhos monetários.

> "A troca igual não entra no começo da produção, mas unicamente no final. Por essa razão, não se pode reduzir ao menos parte da remuneração do colono à categoria de salário por peça. É que, no colonato, como já foi indicado, o colono se envolvia em uma complexa relação com o fazendeiro. A igualdade formal entre o colono e o fazendeiro, estipulada com base nos elementos da conta corrente, mediante a troca de dinheiro pelo produto do trabalho (o café), era a simples igualdade entre compradores e vendedores no próprio ato de compra e venda. Mas essa igualdade episódica de acerto de contas acoberta uma efetiva relação desigual no processo de trabalho". (MARTINS, 1979:80).

Percebe-se, então, que a contradição da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção não podia resolver-se no próprio interior da economia cafeeira. Como coloca Martins: "A o mesmo tempo em que a economia do café remanejava o colono para o trabalho independente, remanejava o capital por ela engendrado para o empreendimento em que se desse a reprodução capitalista do capital, isto é, a reprodução baseada no trabalho assalariado. Ao produzir essa relação, o café produzia também a sua sujeição, a sujeição das relações não-capitalistas de produção do colonato às relações do modo especificamente capitalista de produção da grande indústria." (MARTINS, 1979:93).

A cultura cafeeira, ou fase cafeeira, que já passara por alguns percalços, tais como geadas (especialmente em 1918) e secas, como também, com a crise econômica mundial de 1929/30, a mesma sofre um abalo maior, e, com ele, Jaboticabal entrava numa fase de estagnação.

A cultura declinou rapidamente na região (tabela 1) e, de 1927 a 1944, houve uma queda de 84% na produção.

Em conseqüência, os agricultores passaram a ter a necessidade de diversificar a produção, aliás, a diversificação agrícola após 1930 foi uma iniciativa dos governos federal e estadual. Há um aumento significativo na produção de feijão, milho, arroz, mas a principal opção foi o algodão (tabela 1) que, desde 1918, já vinha sendo cultivado, ainda que em pequena escala. Implanta-se o que ficou patenteado como fase cerealista - policultura.

TAB. 1 PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS AGRÍCOLAS EM JABOTICABAL

CULTURAS	1827	1944	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Café	7.462.350kg	1.148.400kg	84,0%
Algodão	5.607 arrobas	650.000 arrobas	11.492,0%
Feijão	7.086 sacos	14.200 sacos	100,0%
Arroz	5.095 sacos	37.316 sacos	632,0%
Milho	40.532 sacos	59.584 sacos	47,0%

Fonte: Thomaz Jr., (1982):10

A partir de 1935, houve uma intensificação da cultura do algodão, pois nesta época se instalaram em Jaboticabal as indústrias Sanbra, Anderson Clayton e Orlando Candeloro, todas ligadas diretamente ao beneficiamento do algodão.

A policultura não se instalou sem uma profunda alteração nos quadros da sociedade e das propriedades rurais. As grandes fazendas de café que a região conhecia, em toda sua pujança, no apogeu da cafeicultura, fragmentar-se-iam.

1.1. A cultura canavieira e o processo de monopolização de terras

Faz-se mister destacar que "além da diversificação de culturas, observada de modo geral em toda a região de Ribeirão Preto, caracteriza esta fase cerealista o deslocamento das atividades artesanais para as cidades e o início do uso industrial do solo urbano, caracterizando um processo de urbanização que se acentua continuamente daí em diante" (BACCARIN, 1985:27).

Uma nova fase na agricultura do município tem início após 1950, diretamente ligada ao crescimento da cultura canavieira. "Esta estrutura de produção (fase cerealista) não se modificou muito até a década de 50, quando, de forma mais significativa, começou no município a ampliação da cultura da cana-de-açúcar. Era a volta de um produto tropical de exportação a cobrir o solo do município, e a tornar a concentrar a propriedade agrícola que,

TAB. 2 ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DISTRIBUÍDOS PELAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO (HA). MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

ANO	N. de Estab.	Ana total dos Estab. (tal	ÁREA EXPLORADA		ÁREA DE LAVOURAS		LAVOURAS PERMANENTES		LAVOURAS TEMPORÁRIAS		CANA		ÁREAS DE PASTAGENS	
			Área (ha)	% de Área Estab.	Área (ha)	% da Área Explorada	Área(ha)	% Área de Lavoura	Área (ha)	% de Lavouras	(ha)		Área (ha)	% da Área Explorada
1920	—				—	—	—	—	—	—		—	—	—
1930		—	—								—			
1940	1.410	92.668	84.952	91,7	38.579	45,4	13.238	34,3	25.341	65,7	295,	1,1	38.768	45,6
1950	1.160	78.366	72.038	91,9	24.996	34,7	3.797	15,2	21.199	84,8	1.370,	6,46	43.222	60,0
1960	693	65.128	61.603	94,6	25.562	41,5	4.187	16,4	21.375	83,6	4.570,	21,38	30.152	48,9
1970	748	65.218	61 024	93,6	40.299	66,0	2.469	6,1	37.830	93,9	13.929,	36,81	17.539	28,7
1975	555	66.640	63.225	94,9	52.748	83,4	4.113	7,8	48.635	92,2	16.723,	34,38	8.896	14,1
1980	485	68.533	64.899	94,7	58.928	90,8	3.338	5,7	55.590	94,3	31.250,	56,21	4.842	7,5

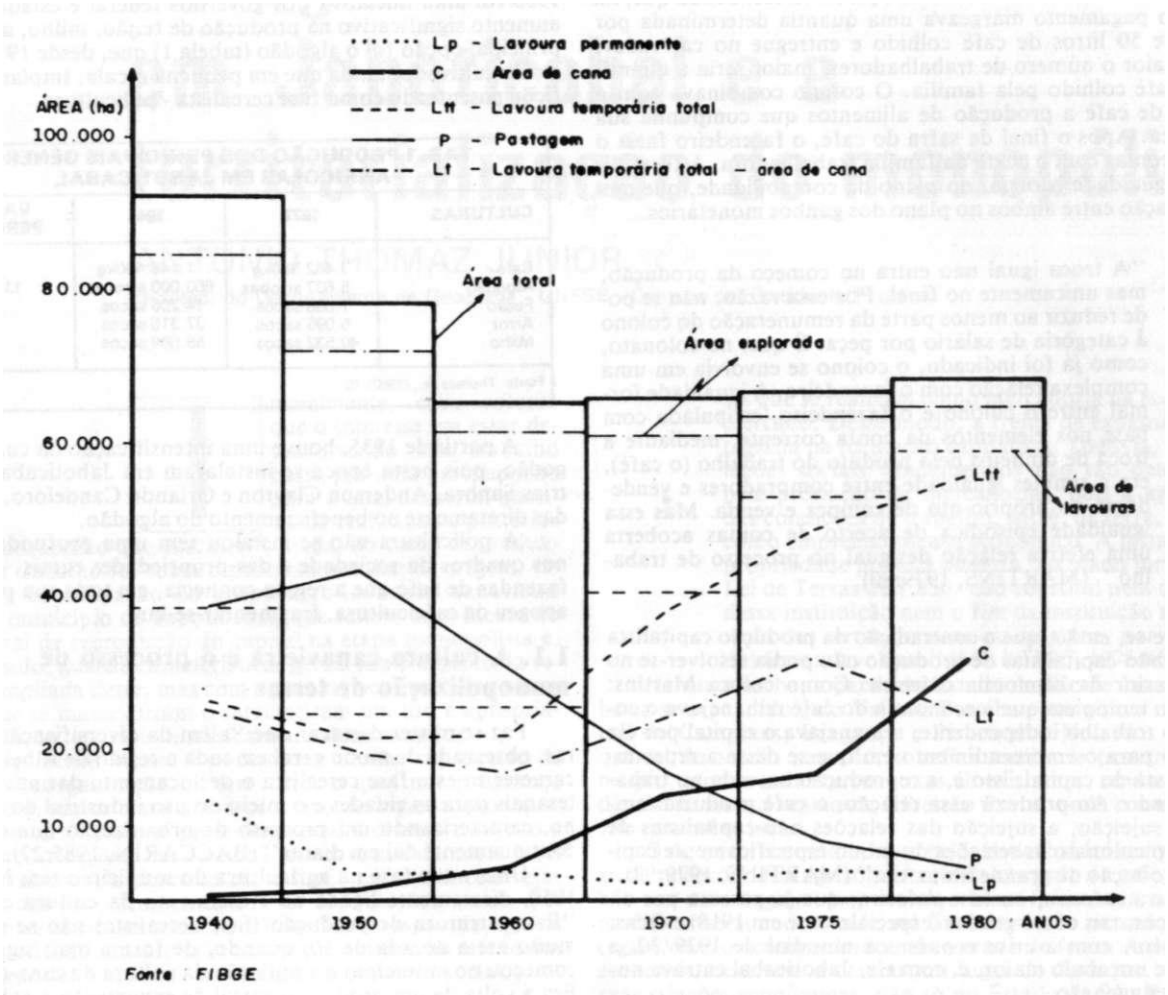
3 - EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL, PERÍODO. 1940-80 (EM HA)

Anos	Café		Laranja		Algodão		Amendoim		Arroz		Cana		Feijão		Milho		Soja		Total das Culturas Consideradas	
	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	área	% área Culturas	«ma	% área Culturas	«ma	% área culturas	área	% área Culturas	área	% área culturas	área	% área culturas	ama	% área culturas
1937/38	15.539	43,2	105	0,3	11.137	31,0			2.007	5,6	295	0,8	1.087	3,0	5.807	16,1			35.977	100*
1950	3.321	13,3	31	0,1	2.974	11,9			5.715	22,9	1.370	5,5	270	1,1	8.725	34,9			22.406	89,6
1960	2.104	8,2	481	1,9	3.583	14,0	215	0,8	2.029	7,9	4.570	17,9	462	1,8	6.074	23,8			19.518	76,4
1970	601	1,5	1.132	2,8	4.157	10,3	3.567	8,9	3.546	8,8	13.929	34,6	324	0,8	8.455	21,0	590	1,5	36.301	90,1
1975	323	0,6	4.776	9,1	5.578	10,6	2.947	5,6	1.416	2,7	16.723	31,7	17	0,0	5.556	10,5	5.246	9,9	42.582	80,7
1980	457	0,8	2.496	4,2	3.936	6,7	4.082	6,9	440	0,7	31.250	53,0	62	0,1	3.615	6,1	6.403	10,9	52.741	89,5

• Não se dispunha da área total de lavouras para este ano. Os cálculos foram realizados em relação a área das culturas consideradas, por isto este valor de 100%.

Fonte: BACCARIN, 1985:31

Gráfico 1 - UTILIZAÇÃO DA TERRA (ha) MUNICÍPIO DE JABOTICABAL



no pós-crise do café, tendeu a uma desconcentração", ou seja, os empresários do café, reticentes em saldar suas dívidas bancárias, "venderam partes de suas terras, fato que contribuiu para a desconcentracão da terra" (BACCARIN, 1985:27/35).

A tabela 2 nos permite discutir este processo de ocupação/exploração dos estabelecimentos agrícolas, em específico, para o município de Jaboticabal.

Como se vê, durante a década de 40, a área de lavouras perde importância relativa (de 45,47o para 34,7%), em relação á área explorada, em detrimento da área de pastagens. Isto deve-se ao fato de que, com a decadência da cultura cafeeira, esta fora inicialmente substituída pela policultura e pela pecuária. Salientando-se que este crescimento da pecuária provavelmente intensificou o processo migratório rural-urbano (BACCARIN, 1985:30).

Vê-se ainda que, após 1950, a tendência apontada acima sofre inversão; sendo que, a partir de então, a área de lavouras vem aumentando acentuadamente, chegando, em 1980, a 90,87o da área explorada. Isto se deu com uma alteração na composição do produto agrícola, ou seja, as lavouras permanentes (entre 40 e 80) passaram de 34,37o para 5,77o (sua participação) da área de lavouras; sendo que, no mesmo período, as lavouras temporárias tiveram um crescimento de 65,77o para 94,37%. O gráfico 1 mostra, de forma mais concentrada (temporalmente), a ocorrência do processo descrito acima.

Mas o que queremos colocar em evidência é que a participação da área de cana no município ampliou-se gradativamente (tabela 3). Chama atenção o crescimento entre o período 1975/1980, quando passa de 16.723 ha para 35.000 ha.

Observa-se, então, para o município de Jaboticabal, uma tendência à especialização da cultura da cana, onde essa passa a ocupar 45,67o da área dos estabelecimentos e mais da metade da área de lavouras em 1980. E não foi só a agricultura do município como um todo que tendeu a especializar-se; as unidades produtivas apresentaram a mesma tendência. Se há 40 anos era comum o cultivo associado da cultura do café com arroz, com milho e com feijão, hoje a cana é cultivada isoladamente, somente permitindo o cultivo da soja e amendoim nas áreas de reforma.

O processo descrito acima está intimamente ligado aos incentivos provenientes do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), criado em 1975, com o qual intensificou-se ainda mais o processo de concentração de terras nas mãos dos grupos usineiros. Contando esse programa com muitos incentivos do governo, partiu-se para uma política e uma ação desenfreada de financiamento de instalações de destilarias autônomas e, ainda, de financiar "aumento" das instalações e da capacidade de produção das agroindústrias sucro alcooleiras. Nesta última, foram canalizados muitos recursos do Proálcool, sendo que, em termos relativos, passou-se a aumentar muito mais a produção de álcool do que de açúcar (tabela 4).

Verifica-se, conseqüentemente, um aumento da capacidade da agroindústria canavieira da região; no caso, as agroindústrias sucro alcooleiras do município de Jaboticabal (tabela 5) — Santa Adélia, São Carlos e Santa Luiza —, sendo que, esta última entra em atividade a partir de 1981, já que em anos anteriores, desde 1972, era aguardenteira. Até o momento, os dados que vimos levantando na pesquisa nos mostram que as terras em nome dos membros da família Bellodi e das respectivas firmas representam aproximadamente 507o da área ocupada com cana.

Aliada ao fato da crescente monopolização de terras nas

TAB.4 A CULTURA CANAVIEIRA: A PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES E "GRUPOS USINEIROS" NOS TOTAIS DE CANAS MOÍDAS E ÁREA CORTADA; E. A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO ESTADO DE SÃO PAULO. 1.946/83

SAFRA	Área Cortada (ha)		Canas Moídas (t)				TOTAL*	Destino (t)		N.°de Us.e Dest.
	Própria*	Fornecedor	Próprias*	%	Fornecedores	%		Açúcar	Álcool	
1.946/47	45.914,6	12.060,7	2.309.488,4	79,2	606.654,0	20,8	2.916.137,4	2.875.012,0	146.212,5	57
1.947/48	51.726,8	23.897,7	2.516.688,7	68,4	1.161.429,4	31,6	3.678.118,1	3.634.904,5	42.661,4	69
1.948/49	53.947,6	27.466,5	2.539.401,9	66,2	1.293.672,1	33,8	3.833.074,0	3.735.287,8	95.037,2	78
1.949/50	51.962,6	26.202,7	2.449.320,4	66,5	1.234.147,4	33,5	3.683.467,8	3.646.418,0	24.915,2	80
1.950/51	57.037,7	30.865,4	2.773.142,9	65,0	1.500.056,3	35,0	4.273.199,2	4.197.786,5	58.552,5	81
1.951/52	63.475,6	59.449,5	3.099.995,9	59,9	2.081.610,0	40,1	5.181.605,9	5.081.072,3	100.493,5	81
1.952/53	74.077,3	60.068,7	3.455.939,7	55,2	2.799.199,5	44,8	6.255.139,2	6.086.572,1	108.509,0	96
1.953/54	93.262,3	84.796,7	4.277.274,5	52,4	3.883.687,5	47,6	8.160.962,0	7.830.613,5	330.348,5	111
1.954/55	81.890,3	83.101,2	4.695.109,6	49,6	4.761.698,3	50,4	9.456.807,9	8.875.915,4	580.892,5	101
1.955/56	91.005,0	72.339,9	4.607.609,9	55,7	3.662.569,4	44,3	8.270.179,2	7.877.697,7	388.625,2	98
1.956/57	95.087,7	66.662,6	5.038.014,2	58,8	3.531.782,9	41,2	8.569.797,1	8.443.110,9	127.796,2	110
1.957/58	100.824,4	81.310,7	6.657.824,0	53,3	5.368.947,3	46,7	12.026.771,3	11.945.685,0	295.296,2	98
1.958/59	134.105,3	118.813,9	9.076.453,3	53,0	8.041.326,9	47,0	17.117.780,2	16.582.657,2	535.123,0	97
1.959/60	105.051,5	100.850,8	7.309.480,3	51,0	7.017.199,3	49,0	14.326.679,6	13.610.593,6	716.086,0	96
1.960/61	137.160,5	123.007,8	8.491.947,1	52,7	7.615.414,9	47,3	16.107.362,0	15.550.065,5	.557.296,6	96
1.961/62	112.441,2	88.260,4	8.501.148,6	56,0	6.672.485,8	44,0	15.178.634,4	14.908.660,2	264.974,3	95
1.962/63	148.791,8	131.476,2	8.377.253,2	53,0	7.402.110,5	47,0	15.779.353,7	15.667.028,9	112.334,8	94
1.963/64	158.556,0	154.054,1	8.289.758,9	50,7	8.053.949,4	49,3	16.343.708,3	16.197.858,6	145.849,7	94
1.964/65	182.623,3	172.806,0	9.214.659,6	51,4	8.719.793,4	48,6	17.934.453,0	17.841.735,1	92.717,9	94
1.965/66	175.197,9	228.135,0	12.139.336,8	43,4	15.807.541,1	56,6	27.946.877,9	26.982.898,2	963.979,8	98
1.966/67	141.816,2	134.398,2	11.687.926,2	51,3	11.075.753,4	48,7	22.763.679,6	19.137.872,0	3.625.807,7	99
1.967/68	174.934,4	153.615,7	12.329.305,6	53,3	10.826.837,9	46,8	23.156.143,5	20.203.384,9	2.952.758,6	97
1.968/69	205.359,5	157.441,8	11.976.708,9	56,6	9.182.003,8	43,4	21.158.712,7	20.847.854,5	311.658,3	96
1.969/70	234.153,9	153.843,6	12.352.566,2	60,3	8.115.252,4	39,7	20.467.818,6	20.432.073.9	35.744,6	93
1.970/71	240.379,5	167.095,6	16.512.174,0	59,0	11.477.800,2	41,0	27.989.974,2	26.800.973,4	1.189.000,7	93
1.971/72	231.451,0	174.318,9	16.583.902,1	57,0	12.489.951,8	43,0	29.073.853,9	27.482.395,3	1.600.458,6	90
1.972/73	242.514,9	178.280,1	18.384.368,2	57,6	13.513.631,1	42,4	31.897.999,3	30.540.519,3	1.357.580,0	86
1.973/74	309.653,8	202.119,2	22.740.811,6	60,5	14.843.630,7	39,5	37.584.442,3	37.566.082,5	18.359,8	84
1.974/75	312.793,5	185.422,0	21.964.227,0	62,8	13.018.481,0	37,2	34.982.708,0	34.916.857,1	65.850,0	83
1.975/76	349.666,2	181.240,2	20.021.291,4	65,9	10.377.816,3	34,1	30.399.107,7	30.378.322,6	20.785,1	80
1.976/77	387.461,0	232.652,0	25.664.674,6	62,5	15.424.158,5	37,5	41.088.833,1	41.245.535,2	312.476,2	79
1.977/78	459.937,0	269.100,0	33.849.767,6	63,3	19.636.684,4	36,7	53.486.452,0	49.650.657,6	3.835.794.4	101
1.978/79	494.760,0	292.432,0	35.324.505,1	63,4	20.368.023,2	36,6	55.692.528,3	41.959.435,1	13.733.093,2	82
1.979/80	519.656,0	314.934,0	37.194.287,0	60,8	24.008.457,0	39,2	61.202.744,0	37.750.207,0	23.457.537,0	92
1.980/81	549.303,0	349.272,0	41.962.521,0	60,9	26.874.909,0	39,1	68.837 430,0	44.518.531,0	24.318.899,0	100
1.981/82	606.324,0	374.070,0	43.222.167,0	61,4	27.202.472,0	38,6	70.424.639,0	43.449.650,0	26.974.989,0	100
1.982/83	728.367,0	459.178,0	55.426.417,0	61,4	34.926.446,0	38,6	90.352.863,0	48.557.640,0	41.795.223,0	120
1.983/84	883.196,0	499.567,0	72.391.863,0	64,5	39.900.721,0	35,5	12.292.584.0	49.732.766,0	62.559.818,0	136

(*) - Inclui-se, canas de origem (própria, acionistas e outras origens)
Fonte: I.A.A.

TAB. 5 PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (SACAS DE 50 KG.) E ÁLCOOL (LITROS) DAS AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS (USINAS E DESTILARIA AUTÔNOMA DE JABOTICABAL) 1984

SAFRA	USINAS DESTILARIAS									
	SANTA ADÉLIA		SÃO CARLOS		ANHUMAS		SANTA LUIZA		TOTAL	
	AÇÚCAR	ÁLCOOL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	AÇÚCAR	ÁLCOOL
1947/48	9.025	—	—	—					9.025	
1948/49	14.348	—	3.152	—	—	—			17.495	—
1949/50	22.745	—	16.495	—	10.641	—	—	—	49.881	—
1950/51	23.852	—	24.488	—	14.676		—	—	63.016	—
1951/52	50.182	—	33.500	260.000	32.399		—	—	116.081	260.000
1952/53	75.434	—	62.102	357.090	36.109	—		—	173.645	357.090
1953/54	86.880	—	51.641	262.080	49.001	—	—	—	187.522	262.080
1954	107.941	—	53.765	344.500	51.542	—	—	—	213.248	344.500
1955/56	73.347	—	51.894	—	49.884	—	—	—	175.125	—
1956/57	72.872	—	66.175	—	45.622	—		—	184.669	—
1957/58	110.616	—	126.136	—	68.460	—		—	305.212	—
1958/59	125.116	—	170.910	—	78.441	—	—	—	374.467	—
1959/60	102.209	—	111.142	—	69.937			—	283.388	—
1960/61	137.452	—	147.203	—	75.945			—	360.600	—
1961/62	121.603	—	147.904	—	70.694			—	340.201	-
1962263	117.553	—	153.508	—	66.967	—		—	338.028	—
1963/64	120.350	—	189.322	—	70.745	—		—	380.417	—
1964/65	130.864	—	183.626	—	64.400	—		—	370.890	—
1965/66	279.530	—	354.425	—	84.907	—		—	718.862	—
1966/67	154.307	—	238.309	—	71.870	—		—	464.486	—
1967/68	154.372	—	210.292	—	100.225	—			464.889	—
1968/69	200.152	5.052.600	272.648	5.288.340		—			472.806	10.340.940
1969/70	241.275	3.365.500	270.231	3.151.000	—	—	—	—	-511.506	6.516.500
1970/71	200.000	6.149.700	272.648	5.578.000	—	—	—	—	472.648	11.727.700
1971/72	205.084	6.260.700	422.648	5.512.000	—				627.732	11.772.700
1972/73	217.401	6.178.500	488.678	5.743.000	-				706.079	11.921.500
1973/74	526.930	4.780.000	665.403	6.727.000		—		—	1.192.333	11.507.000
1974/75	529.050	5.152.840	581.590	6.344.000		—		—	1.110.640	11.496.840
1975/76	473.710	5.220.000	711.811	6.005.500			—		1.185.521	11.225.500
1976/77	516.120	5.696.310	954.000	5.800.000	—				1.470.120	11.496.310
1977/78	713.600	10.810.070	1.050.000	16.608.310					1.763.600	27.418.380
1978/79	600.000	34.440.000	817.000	26.525.000	—				1.417.000	61.965.000
1979/80	1.028.260	40.040.000	988.800	34.700.000		—			2.017.060	74.740.000
1980/81	1.087.000	56.120.000	1.154.500	45.525.000		—			2.241.500	101.645.000
1981/82	1.000.000	60.000.000	1.050.000	51.591.000	—			—	2.050 000	111.501.000
1982/83	1.104.100	54.500.000	1.116.260	51.500.000	—			15.068.000	2.220.360	121.068.000
1983/84	1.155.580	61.808 000	1.094.000	72.000.000	—	—		25.427.000	2.249.580	159.235.000

| Fonte: **I.A.A.**

"mãos" dos grupos usineiros, extrai-se daí uma questão fundamental: Quando temos uma situação em que o monopólio da produção da matéria-prima se dá na esfera da circulação, período identificado com a hegemonia dos fornecedores de cana no montante global de cana moída e, a partir do momento em que passa a existir uma nova configuração deste quadro, ou seja, quando o usineiro passa a ter parcelas cada vez mais significativas no montante global de cana moída (tabela 4), alcançando um patamar de hegemonia, tem-se materializado o processo de monopólio na "produção imediata". É este movimento que afina e dá uma nova direção ao processo de reprodução do capital e um novo redirecionamento ao processo de acumulação do capital. Então, temos a passagem de uma prática de uso e de produção da cana tipicamente concorrencial para uma prática monopolista da produção da mesma. Para a configuração deste processo (monopólio na produção), o industrial (usineiro) se lança decisivamente na aquisição de terra (efetivada pela compra), aumentando ainda mais sua área de exploração e/ou domínio, através de contratos de arrendamento e de parceria agrícola. Este processo que identificamos se dá mediante a intervenção do Estado/I.A.A., quando este, através de decretos-leis, portarias e programas, institucionaliza uma nova configuração territorial ao capital. Neste particular, deve-se dizer que, sem dúvida alguma, a agroindústria canavieira, em especial a paulista, representa hoje o exemplo mais significativo do processo de monopólio na produção, pois cada vez mais a mercadoria sai da produção com o preço de venda ao consumidor estipulado consequentemente pelo custo da mercadoria. É o processo contínuo de valorização capitalista do território, o qual o capitalista se empenha em realizá-lo em todos os momentos da produção e, consequentemente, o processo de organização e reorganização do território.

2. Origem, Estruturação e Consolidação do Grupo Canavieiro Bellodi

Dentro das questões gerais levantadas acima e do processo histórico nos quais as mesmas se materializam, estudaremos em específico a família Bellodi, pois a atividade econômica a qual os membros da família vêm desempenhando (agroindústria canavieira) dá a tônica ao processo de organização/reorganização do território - evidenciando o processo de territorialização do monopólio, já que a mesma é proprietária[2] das duas agroindústrias sucro-alcooleiras, da destilaria autônoma Santa Luiza; tendo também ligações diretas de parentesco com a agroindústria aguardenteira Canta Galo e com o Alambique José Raymundo. E, ainda, vários membros da família também são os maiores proprietários (número e área plantada ha) das propriedades fornecedoras de cana-de-açúcar.

Cabe, inicialmente, para um melhor entendimento, contextualizar historicamente a família Bellodi, desde o início das suas atividades no agro.

No Brasil esta história tem início em 1889, quando Anselmo Bellodi e Adele Rossi Bellodi, imigrantes italianos, chegam aqui, ambos da província de Mântua. Como é sabido, em 1888 tem-se a abolição do regime escravo, e consequentemente o tráfico de escravos estava proibido; aliado ao fato de que as atividades envolvidas na cafeicultura exigiam mão-de-obra numerosa, e que, nesse mesmo contexto, estava ocorrendo um verdadeiro "rush" cafeeiro, a imigração européia, principalmente italiana, fora adotada e incentivada pelo governo brasileiro. "Depois de chegarem ao porto de Santos, os imigrantes eram transportados para a Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, onde aguardavam que fossem contratados por este ou aquele fazendeiro. A hospedaria era o mercado da mão-de-obra: os preços subiam quando a procura era grande e os fazendeiros faziam concorrência entre si; baixavam no caso contrário (...) Em seguida, os colonos e seus familiares eram transportados, ainda às custas do Governo, por ferrovia, até à estação mais próxima da fazenda, cujo proprietário contratara" (IANNI, 1977:16).

Anselmo Bellodi veio com a promessa de trabalho em lavoura de café. Inicialmente foram trabalhar em Socorro, onde permaneceram aproximadamente 6 anos; ai nasceram seus filhos Aristides e Zina. Receberam, então, uma proposta para mudarem-se para Jaboticabal, também para, como colonos, trabalhar na cultura do café.

Nas entrevistas que vimos fazendo com alguns membros da família (netos de Anselmo e Adele), hoje usineiros e/ou proprietários de terra no município, como também em outros municípios vizinhos, estamos obtendo informações para que possamos montar o histórico da família.

Fixaram-se na Fazenda do Coco, hoje pertencente à Usina Santa Adélia - onde residiram até a morte de Adele e Anselmo - até 1960, quando se mudaram para a cidade de Jabuticabal. Na Fazenda do Coco, nasceram os outros filhos: Gino, Oringa, Maria, Ivo, Giácomo, Bárbara, Fermo e Sílvia (INFORMATIVO SÃO CARLOS, Fevereiro de 1.985:02).

Pelo levantamento que estamos fazendo no Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal (CRI) e nos Cartórios de Notas e Ofício (CNO), dispomos da informação acerca da primeira aquisição de terra pela família, que se deu em 4 de setembro de 1911, com uma área de 133,59 ha. Fora adquirida em sociedade com Ermírio Avatti e Olívia De Biasi que, segundo consta, também eram colonos e residiam na Fazenda do Coco, que juntamente com a nova propriedade, era parte da Fazenda Sobra dos Pintos. No ano de 1918, deu-se a segunda aquisição, por compra e venda, sendo que nesta foram os Bellodios únicos compradores de uma área de 79,86 ha, imóvel situado também na Fazenda Sobra dos Pintos. Em 7 de março de 1919, Anselmo vende a sua parte (44,53 ha) da primeira compra, mas, no mesmo ano, em 7 de abril, compra mais uma área de 65,34 ha, imóvel situado também na Fazenda Sobra dos Pintos. Sabe-se, no entanto que, ao mesmo tempo em que cuidavam dos cafeeiros, cultivavam produtos de subsistência, e ainda criavam porcos e galinhas, que eram vendidos para aumentar a renda familiar.

Já a partir de 1924, quando da próxima aquisição de terra, com área de 79,86 ha, são os filhos (homens) que se apresentam como adquirentes, e não mais Anselmo Bellodi.

Em 8 de junho de 1927, compram o primeiro engenho de pinga (Coco), escritura passada era 1934, de propriedade de Aristodemo Rossi, irmão de Adele Rossi Bellodi, juntamente com uma área de terras de 78,65 ha. A partir de então, os filhos Aristides, Gino, Ivo, Giácomo e Fermo assumem o controle dos negócios e das atividades desempenhadas pelo Pai. Tem-se que, por volta da segunda metade da década de 30, Anselmo Bellodi doa os bens que possuía aos filhos, em número de dez. Na partilha, com um total de 145,20 ha de terra, os filhos homens compraram a parte referente às irmãs e formaram um patrimônio do total. Esta data (1927) é o marco incial da tradição agroindustrial canavieira da família. A partir de então, passaram a produzir também farinha de mandioca, ampliada, mais tarde, numa fábrica de raspa de mandioca - fécula; serraria de madeira e pecuária, afora a cana, o produto principal.

No ano de 1940, a família adquire de Emílio Borsari um outro Alambique (Brejão) na Fazenda Sertãozinho do Palmital, no local denominado Brejão, no município de Jaboticabal. Além das instalações e maquinados, mais 169,40 ha de terra. No ano de 1943, fora feita uma divisão dos bens, por ocasião da retirada de Ivo Bellodi da sociedade, ficando esse com o engenho do Brejão e com a área de 169,40 ha, mais alguns hectares de terra de outros imóveis. Sendo que, no ano de 1951, Ivo Bellodi vende o engenho e mais 106,48 ha para B. Paschoal e Irmãos, conhecidos também como Nove Irmãos, que continuaram a produzir pinga. Este (Ivo Bellodi) seguiu seus negócios voltados à agropecuária, de maneira geral.

Outro alambique, nesse caso adquirido de João Evangelista Silva e Outros, da família Bellodi, no ano de 1943 é o Santarita; faz parte desse negócio uma área de 242 ha de terra na Fazenda do mesmo nome, no distrito de Luzitânia. No ano de 1948, vendem o alambique e 101,27 ha de terra a Manoel Trevizan e Outros e, em 1951, vendem mais 151,91 ha de terras a Manoel Trevizan e Irmãos. Na mesma época, compram uma fazenda em Taquaral, distrito de Pitangueiras, de propriedade de Antônio Emiliano da Cunha. Com esse imóvel (Retiro) fazem uma permuta com a propriedade de Roque Antônio Geraldes (Santa Cecília), no distrito de Córrego Rico, município de Jaboticabal, atual sede da Aguardenteira Canta-Galo. Nesta transação, desconhece-se a área da Fazenda Retiro; mas havia uma diferença significativa em área (ha) em favor desta, sendo que a área da Fazenda Santa Cecília era de 649,97 ha. O interesse por essa transação deve-se essencialmente ao fato de que a firma Aristides Bellodi e Irmãos, criada em 1944, antigo engenho do Coco, se lançara à produção de açúcar preto e aumentara bastante sua produção de aguardente, necessitando, então, de terras nas proximidades, para ampliação e plantação da matéria-prima para seu abastecimento. Em 1958, passa a denominar-se Usina Santa Adélia. Tem-se, a partir de então, um franco desenvolvimento da família em moldes essencial-

mente capitalistas.

Em 15 de novembro de 1954, compram a Usina Jaboticabal (São Carlos), de propriedade de Augusto Tonani, que se encontrava em estado precário de conservação e de recursos técnicos. Esta, juntamente com a firma Aristides Bellodi e Irmãos, depois Usina Santa Adélia, formavam as duas empresas da família.

No final do ano de 1959, quando da partilha dos bens das duas Usinas (Santa Adélia e São Carlos), coube a Aristides e Fermo Bellodi a Usina São Carlos: uma área menor, mas com terras de melhor qualidade; e a Gino e Giácomo Bellodi, a Usina Santa Adélia. Sucederam-se na direção de ambas as usinas os filhos dos mesmos e, atualmente, os netos.

Daí em diante, as empresas cresceram, sendo que o arranque decisivo se processou a partir da década de 70, em decorrência das medidas e políticas implantadas pelo I.A.A., como se vê na tabela 4. Fato conseqüente é a crescente aquisição de terras, não somente em Jaboticabal como também nos municípios vizinhos. E, ainda, contratos de arrendamento e de parceria agrícola para assegurarem fornecimento certo de cana, respondendo, no total, mais de 607o da cana moída.

2.1. Arriscando uma periodização

Em suma, poderíamos então dividir nossa análise referente à trajetória (econômica) desempenhada pela família, contextualizando historicamente os momentos e/ou períodos que marcam significância, ou seja, que tenham expressividade. Marcadamente, esses períodos assim os distribuímos: o primeiro tem inicio com a chegada de Anselmo e Adele Bellodi ao Brasil, em 1889, indo trabalhar como colonos nas fazendas de café em Socorro; e, logo em seguida, em 1895, a chegada do casal e do filho mais velho, Aristides, a Jaboticabal, onde também foram trabalhar como colonos do café. Com os rendimentos que obtiveram e os recursos daí conseqüentes, compram a primeira terra em 1911. Esse período, denominamo-lo como sendo a trajetória da acumulação primitiva da família extrapolando também para o segundo período, que tem continuidade até 1924. Isto é, mesmo tendo adquirido terra própria, continuaram a trabalhar (baseados nas informações que obtivemos) como colonos, durante mais alguns anos. Tem-se, então, uma situação onde obtinham rendimentos (colonato) e, pelo fato de produzirem em sua própria terra, já acumulavam uma certa renda. Mas é neste segundo período que são criadas as condições efetivas para a compra do primeiro Alambique pela família; sendo que, a partir de então, os filhos (homens) assumem os negócios da família, sendo também o marco inicial da tradição agroindustrial canavieira da família. No terceiro período, que demarcamos de 1924 a 1955, tem-se a compra de mais dois Alambiques (Brejão e Santa Rita), no início da década de 40, que são vendidos alguns anos mais tarde. Nesse período temos também a criação da firma Aristides Bellodi e Irmãos, no antigo Alambique do Coco. Compram também neste período **a** Usina Açucareira Jaboticabal (1955). Concebemos esse período como sendo o decisivo no desenvolvimento da família, em moldes essencialmente capitalistas principalmente nos seus últimos anos. Concebemos, ainda, como sendo um período em que se tem o lucro concorrencial e a renda fundiária já em ritmo de transformação, ou seja, neste momento a empresa não responde ainda com **a** maior parte da matéria-prima de que necessita, comprando-a por sua vez, em grande parte de fornecedores. No período que se inicia a partir daí e se finda em 1970, dá-se a deflagração de um processo de consolidação, ainda que em transição, em ritmo monopolizante, ou seja, onde se têm as condições para o ingresso definitivo na prática monopolista da produção da matéria-prima. Em outras palavras, é o momento em que se lançam **a** comprar terras, a responder com maior participação no efetivo total de cana moída, desembocando no período seguinte (e último), deflagrando-se no que denominamos de arranque para a consolidação efetiva do processo iniciado no período anterior. Deve-se acrescentar que a culminância desse período se deu com as medidas do Instituto do Açúcar e do Álcool que deram totais condições para que o processo em marcha se efetivasse. Poderíamos citar as mais evidentes e marcantes: Programa de Racionalização da Lavoura Canavieira, em 1971; Fundo Especial de Exportação em 1973 (uma complementação do primeiro); e o Programa Nacional do Álcool, em 1975. A partir desse momento ê que se tem o reforço e a cristalização do processo de monopolização.

BIBLIOGRAFIA

BACCARIN, J. G. **Os Trabalhadores Rurais Volantes da Região de Jaboticabal: Crescimento, Características e Aspectos Organizacionais.** Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1985. (inédito).

IANNI, O. As Relações de Produção na Agricultura, in Seleções de Textos n.° 2, pp. 01/29, AGB/São Paulo. São Paulo, junho de 1977.

INDOVINA, F. & CALABI, D. **Sobre o Uso Capitalista do Território,** in Archivio di Studi **Urbani e** Regionali; anno IV, n.° 2, **pp.** 3/20, **junho** de 1973. Traduzido para o Português **por Moacyr** Marques (mimeo).

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo. Pioneira** Editora. São Paulo, 1975.

MARTINS, J. S. O **Cativeiro** da **Terra.** Livraria **Ciências** Humanas. São Paulo, 1979

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Industria no Brasil. in Boletim Paulista de Geografia n.**° 58, **pp.** 5/**64. São Paulo,** 1981. **(Número Especial).**

, THOMAZ JUNIOR, A. Al Agro-indústrias e as Propriedades Fornecedoras de Cana-de-açúcar no Município de Jaboticabal. Relatório final de Bolsa **de Iniciação Cientifica do CNPq. UNESP/Rio Claro. Rio Claro,** 1982. **(inédito).**

ZAMBONI, S. P. A Agricultura em Jaboticabal. Departamento de Economia Rural - UNESP/Jaboticabal. 1978. **(mimeo).**

NOTAS

1. Obra citada
2. Cabe esclarecer que as empresas agroindustriais canavieiras se compõe em unidades autônomas de capital - sub-grupos.

A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA
Professor-Doutor do Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. - USP

"...é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas de reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital é produção, mas reprodução capitalista ampliada.

*Portanto, não só relações não capitalistas de produção podem ser denominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra" MARTINS**.*

1. Introdução

Ultimamente, muito se tem discutido e escrito a respeito do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, particularmente no que se refere à sua faceta no campo. Este trabalho tem o objetivo de contribuir para este debate. Para tal, assumimos a proposta presente nas colocações iniciais de MARTINS: "A produção do capital nunca é capitalista", nunca é produto de relações capitalistas de produção". No interior desta premissa está a posição de que o modo capitalista de produção tem no seio do seu desenvolvimento contraditório a necessidade de continuar a produzir o capital. E não como podem pensar alguns autores, que o modo capitalista de produção já cumpriu esta missão histórica na sua fase da acumulação primitiva do capital. É verdade que aquela fase foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste modo de produção. Entretanto, como produto de seu devir contraditório, o modo capitalista de produção continua a produzir o capital. Continua, no processo de produção do capital, a sua acumulação primitiva, para que o capital esteja acumulado, para então poder explorar o trabalho na forma assalariada.

Estamos compreendendo, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção supõe, na sua essência, a necessidade de criar, de fazer nascer os capitalistas, a sua base social. E esse processo de fazer nascer a sua base social (a classe burguesa) ele precisa produzir o capital, ou melhor, a ampliação da classe burguesa não se faz apenas pela hereditariedade dos capitalistas , mas sobretudo no processo de produção do capital. É o que ocorre quando, muitas vezes, por exemplo, os camponeses proprietários ascendem à condição de pequenos capitalistas. E esse processo aparece em todo o campo brasileiro, aparece pois, também, e particularmente, na citricultura paulista.

Mas não é apenas através desse processo que o capital é produzido. Ele aparece sobretudo como sendo produzido através do processo de apropriação da renda da terra pelo capital. É na luta pela apropriação da renda da terra pelo capital, que os capitalistas da citricultura paulista têm travado guerra ao cartel da indústria de suco. Uma guerra que tem estratégias próprias. Entre estas estratégias está a constituição de "pools" de produtores, "os citropools", como são conhecidos, e que englobam grupos de produtores de vários municípios, particularmente da região de Bebedouro, que comercializam em bloco suas safras, conseguindo sempre, nos últimos anos, preços de mercado acima do preço médio, produto da negociação entre as associações de produtores e os representantes do cartel do suco Um verdadeiro preço de monopólio pelos seus produtos. Esses "pools" vão para o mercado munidos de todas as informações econômicas que compõem o mercado do suco, desde os seus próprios custos de produção até os custos das indústrias e o quadro do mercado internacional do suco. Para tal,montam unidades de estudos em suas associações, e visitam várias vezes, em bloco, a Flórida, para acompanhar de perto a evolução da citricultura americana.

É como comentava conosco um grande capitalista da citricultura de Monte Azul Paulista: "...todo capitalista é um gananciosо. Ele quer sempre ganhar o máximo. E quando descobre que uma parte do seu lucro está migrando para outro capitalista (da indústria) vai à luta para, pelo menos, dividir ao meio estes ganhos". É a constatação inequívoca de que está se processando na citricultura paulista uma transferência de excedente, renda da terra (é preciso desmistificar esta palavra excedente) para a indústria [2]. E cabe esclarecer que este processo de transferência não termina na indústria brasileira, mas, sim, nas indústrias de suco norte-americanas e do restante do mundo industrializado, unificando de forma contraditória o capital internacionalizado. São as frações da renda da terra, portanto da mais-valia dos trabalhadores do Brasil a garantir a produção do capital, dentro e fora do pais.

O modo como este processo se dá, é tarefa que devemos resolver antes de escrevermos sobre a citricultura paulista em particular.

2. O processo de apropriação da renda da terra pelo capital

Vários autores têm contribuído para aclarar esta questão, entre eles, MARTINS desponta com as propostas que julgamos mais avançadas e esclarecedoras. Entre suas afirmações está: "O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção de mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro, temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção, num outro, temos a produção subordinada à circulação. Mas esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam estar disseminados por espaços diferentes" (MARTINS, 1981:21), (o grifo é nosso).

Nós mesmos, com base nestas afirmações, desenvolvemos outro trabalho[3], onde procuramos mostrar as várias facetas das relações entre a agricultura e a indústria e, particularmente, os dois eixos do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo: o primeiro e fundamental: a circulação subordinada à produção, ou o monopólio na produção; e segundo, a produção subordinada à circulação, ou o monopólio na circulação.

Agora, este trabalho, tratando de apenas uma das muitas atividades no campo brasileiro, procura desnudar esta relação onde

o monopólio capitalista não está na produção e, sim, na circulação do produto agrícola. E talvez, ir um pouco mais além, procurando mostrar as duas feições deste monopólio, ou melhor, as duas frações deste monopólio na circulação, uma em terras brasileiras, outra em terras norte-americanas, particularmente.

Voltemos, pois, à questão teórica de como se processa a transformação da renda da terra em capital, ou por outras palavras, de como capital é produzido para as indústrias de suco.

MARX, em "O Capital" (4), nos fornece um instrumental fundamental para entendermos esta questão, quando discute os efeitos da variação dos preços, fala da flutuação nos preços das matérias-primas e seus efeitos diretos na taxa de lucro.

Observa MARX que "as variações decorrentes de economia do capital constante ou de flutuações nos preços das matérias-primas, repercutirão sempre na taxa de lucro, mesmo quando em nada alterem os salários, por conseguinte, a taxa e a quantidade de mais-valia modificarão em:

$$m' = \frac{V}{C}$$

a magnitude de C e, portanto o valor da fração" (MARX, 1974:118).

Portanto, continua MARX, "influenciam o preço delas (matérias-primas) as variações no preços das matérias-primas que servem para constituí-las. Se esse preço se eleva em virtude das variações nos preços das matérias-primas que as constituem, ou das matérias auxiliares por elas consumidas ao funcionarem, cairá em correspondência à taxa de lucro. E reciprocamente" (MARX, 1974:118).

Assim, "sendo a taxa de lucro

$$\frac{m}{C} = \frac{m}{c+v}$$

é claro que tudo que causa alteração na magnitude de c faz variar também a taxa de lucro, mesmo quando permaneçam invariáveis m e v e sua relação recíproca. As matérias-primas constituem parte fundamental do capital constante ...(grifo nosso). Assim suas variações de preço influenciam, em correspondência, a taxa de lucro " (MARX, 1974:119).

Dessas colocações importantes temos que, se o preço da matéria-prima cai em quantia igual a d, a resultante será;

$$\frac{m}{C} = \frac{m}{c+v}$$

que se transformará por queda do preço da matéria-prima em d na expressão:

$$\frac{m}{C+d} \text{ ou } \frac{m}{(c-d)+v}$$

onde, recapitulando: m é a mais-valia, C é: o capital total, c é o capital constante, v é o capital variável e d a diferença no preço da matéria-prima. O produto dessa expressão será portanto a elevação da taxa de lucro, que é o seu resultado, pois quanto menor a fração do C em relação a m maior porcentagem, produto desta operação.

Já se marcharmos em sentido contrário, ou seja, se fizermos subir o preço da matéria-prima em quantia igual a d, teremos:

$$\frac{m}{C} = \frac{m}{c+v}$$

que se transformará em:

$$\frac{m}{C+d} \text{ ou } \frac{m}{(c+d)+v}$$

caindo por conseguinte a taxa de lucro.

Para tornar o raciocínio mais claro apresentamos dois exemplos com números hipotéticos. Primeiro exemplificamos com uma situação normal, depois com uma em que cai o preço da matéria-prima, e depois com uma em que sobe este preço, não variando m (mais-valia) e v (capital variável)

m = 1000 c = 3000 d = 1000
C = 5000 v = 2000

a) Primeira situação: normal

$$\frac{m}{C} \text{ ou } \frac{m}{c+v} = \text{taxa de lucro}$$

$$\frac{1000}{5000} \text{ ou } \frac{1000}{3000+2000} = 20\%$$

b) Segunda situação: cai o preço da matéria-prima

$$\frac{m}{C-d} \text{ ou } \frac{m}{(c-d)+v} = \text{taxa de lucro}$$

$$\frac{1000}{5000-1000} \text{ ou } \frac{1000}{(3000-1000)+2000} = 25\%$$

c) Terceira situação: sobe o preço da matéria-prima

$$\frac{m}{C+d} \text{ ou } \frac{m}{(c+d)+v} = \text{taxa de lucro}$$

$$\frac{1000}{5000+1000} \text{ ou } \frac{1000}{(3000+1000)+2000} = 16\%$$

Como Produto desse raciocínio, MARX elabora a seguinte lei geral: "não se alterando as demais circunstâncias, a taxa de lucro varia em sentido contrário á modificação do preço das matérias-primas" (MARX, 1974:119). Ou por outras palavras: "a taxa de lucro varia inversamente à variação do valor da matéria-prima" (MARX, 1974:125).

Podemos, a partir daí, analisar com mais profundidade a "importância para os países industrializados a obtenção de matérias-primas com preços baixos, mesmo quando as variações nesses preços não venham acompanhadas de modificações no domínio da venda do produto, pondo-se de lado, portanto, a relação entre a oferta e procura. O comércio exterior influi na taxa de lucro, mesmo pondo-se de lado toda a sua influência sobre os salários, ao baratear os meios de subsistência necessários. Influnêcia os preços das matérias-primas ou auxiliares, utilizadas na indústria ou na agricultura" (MARX, 1974:119).

Portanto, é para a indústria, para o monopólio, nacional ou multinacional, vital a obtenção de matérias-primas a preços baixos, mormente naqueles "ramos industriais onde a matéria-prima se consome, ou seja, onde o próprio objeto de trabalho já é produto de trabalho anterior...", pois que aí "a produtividade crescente do trabalho expressa-se justamente na proporção maior da matéria-prima absorvida por determinada quantidade de trabalho, pelo volume crescente, portanto de matéria-prima que uma hora de trabalho por exemplo transforma em produto, em mercadoria. Na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho, o valor da matéria-prima vai-se tornando componente cada vez maior do valor do produto mercadoria, pois entra nele por inteiro, e além disso vão constantemente diminuindo em cada parte alíquota do produto total à proporção que repõe o desgaste da maquinaria e a porção que representa o novo trabalho adicionado. Em virtude dessa queda, aumenta proporcionalmente a outra parte do valor constituída pela matéria-prima, desde que não se interrompa esse crescimento por decréscimo correspondente no valor da matéria-prima, em virtude de aumento da produtividade

do trabalho empregado na produção dela". (MARX, 1974: 121/122).

E esse processo decorre do fato de que as "matérias-primas e as matérias auxiliares - componentes do capital circulante, como salário - têm constantemente de ser por inteiro repostas em cada venda do produto (da maquinaria só se tem de repor o desgaste, e sob a forma de fundo de reserva, não sendo essencial, no caso, que cada venda contribua com sua cota para esse fundo, bastando que toda a venda anual forneça a correspondente cota), e isto evidencia novamente a possibilidade de o acréscimo no preço da matéria-prima cercear ou estorvar todo o processo de reprodução, desde que o preço obtido com a venda na mercadoria não seja suficiente para repor todos os elementos dela, ou torne impossível prosseguir o processo em escala adequada à sua base técnica, de modo a empregar-se apenas em parte a maquinaria, ou esta não poder trabalhar inteira todo o tempo normal". (MARX, 1974:122).

É dessas lições de MARX que tiramos o fio condutor para entendermos o processo de transferência da renda da terra na agricultura e de como ela é apropriada pelo capital. Pois, como podemos verificar, a laranja, ao se transformar em matéria-prima para a indústria do suco, traz consigo, produto de relações estabelecidas nas negociações entre produtores e industriais, fração ou mesmo a renda total da atividade, e mesmo em alguns casos até fração de lucro médio, senão ele por inteiro, gerando a crise no setor. A questão é saber como ela foi produzida e como ela foi adquirida pelas indústrias.

Assim, de posse deste aporte teórico, é fundamental analisarmos a situação real do setor citrícola brasileiro, particularmente o paulista, analisando o processo de transformação pelo qual vem passando o seu modo de produzir.

3. A citricultura paulista

3.1 - Participação no conjunto do país e transformações estruturais

Em primeiro lugar é importante que ressaltemos a citricultura paulista no contexto da citricultura brasileira, fato este que podemos evidenciar pela tabela abaixo:

Analisando-a no que se refere ao volume da produção de laranja pelas regiões do país a partir de 1950, podemos constatar que a região Sudeste era, no ano de 1950, a principal produtora com cerca de 46,17%, onde se destacavam o antigo Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro, particularmente a Baixada Fluminense como a principal região produtora. A seguir, tinha-se a região Sul (26,52%) com o Estado do Rio de Grande do Sul (19,02%) como principal produtor. Neste ano, São Paulo participou com apenas 9,73% do volume da produção nacional de laranja.

Já o período compreendido entre 1950 e 1960 vai marcar o início do processo de crescimento da citricultura em São Paulo (em 1960 tinha 30,96%) e o decréscimo relativo da Baixada Fluminense (22,76%), fato este que se deu devido às características dessas plantações, como destaca VALVERDE: "Esses laranjais têm certas particularidades que lhes são características: a variedade mais cultivada é a laranja-pêra. Esta, porém, não é a que alcança preços mais elevados no Rio. Neste mercado, a laranja-pêra é geralmente adquirida para a extração do suco; as consumidas em espécie são, de preferência, as variedades chamadas laranja-lima, seleta e bahia. Além disso, as laranjas-pêras têm comumente, no Rio, má apresentação e os laranjais da Baixada estavam, em anos recentes, em completo abandono, invadidos pelo capim.

"A chave do enigma nos é dada pelo objetivo da produção. A laranja da Baixada não tem por finalidade abastecer o mercado do Rio de Janeiro, destinando-se sobretudo ao mercado internacional: Inglaterra e Rio da Prata. Se os laranjais esta localizados perto do Rio, não é para tê-lo como mercado, mas para ter facilidade de acesso ao porto de exportação. Por isso, a laranja no Rio é cara e de má qualidade, porque aí são vendidos os excedentes de safra que não lograram classificação para a exportação, ou então vêm de mais distante, portanto com preço elevado. Isso se não levarmos em consideração a intervenção gananciosa dos intermediários."

"O abandono de certos laranjais explica-se pela perda do principal mercado estrangeiro - a Inglaterra - com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. E a destruição de outros para o loteamento compreende-se pelo crescimento do núcleo urbano, a inflação da moeda e a consequente especulação sobre as terras, em virtude da desvalorização do dinheiro" (VALVERDE, 1964:32).

Gostaríamos de ressaltar aqui o decréscimo, sobretudo do antigo Distrito Federal e posterior Estado da Guanabara, pela especulação imobiliária, como ressaltou VALVERDE.

Pois, a partir de 1960, o que assistimos foi a crescente expansão da citricultura no Estado de São Paulo, que passa a responder por 55,9% em 1970, 72,80% em 1975 e 77,40% em 1980. Este crescimento ocorreu devido à exportação do fruto "in natura" através do porto de Santos, como também ao crescimento do mercado interno representado pelo crescimento urbano de São Paulo, além, e sobretudo, da expansão das indústrias de suco, particularmente na década de 70. São Paulo passa, pois, de uma produção de 1.703.892 caixas em 1950 para 8 milhões em 1960, 34 milhões em 1970, 66 milhões em 1975 e 169,6 milhões em 1980. O que representou um crescimento de 9.876% no período de 50/80, sendo que no período de 70 a 80 a produção aumentou em mais de 130 milhões de caixas, levando a produção a dobrar de 70 a 75 e quase triplicar entre 75 e 80.

Essa expansão significativa da citrícola em São Paulo fez com que apenas o Estado de São Paulo fosse responsável por 77,41% do crescimento do volume da produção brasileira, 71,19% do número de pés plantados no país e 71,25% da área ocupada pela citricultura brasileira. Cabe ressaltar também o aumento da produtividade por hectare da cultura da laranja em São Paulo, que passou de 136 caixas por ha em 1950 para 269 caixas em 1980, para 304 caixas em 1970 e para 371 caixas em 1980. Já para a safra 83/84 estava prevista uma produtividade de 395 caixas por ha, correspondente a uma safra esperada de 200 milhões de caixas de laranja.

Nesse processo de crescimento vertiginoso da cultura da la-

VOLUME DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LARANJA EM CAIXAS (250 FRUTOS CADA = 40,8kg) - IBGE

	1960		1960		1970		1975		(4)1980	
	Caixa*	%	Caixas	%	Caixa*	%	Caixas	%	Caixas	%
Brasil (1)	17.509.804	100	26.942.680	100	61.639.932	100	91.690.344	100	219.100.000	100
Norte	314.004	1.79	349 184	1,29	690.696	1,12	350.052	0,39	700.000	0,32
Nordeste	2.314.008	13,21	2.570.808	9,53	4.780.636	7,75	5.865.104	6,41	18.400.000	8,40
Centro-Oeste	404.052	2,30	614.528	2,28	1.068.568	1,73	719.384	0,78	1.000.000	0,46
Sul	4.646.132	26,52	6.901.812	25,61	8.447.780	13,70	6.258.120	6,82	10.600.000	4,84
RS	3.331.164	19,02	4.847.480	17,99	5.836.352	9,47	4.306.440	4,70	7.300.000	3,33
Sudeste (1)	9.831.608	46,17	16.506.348	61,29	46.652.252	75,70	78.497.684	85,60	188.400.000	85,98
MG	1.491.004	8,52	1.623.476	6,03	3,007.928	4,88	3.388.688	3,70	7.000.000	3,19
ES	260.224	1,49	368.628	1,37	651.448	1,06	556.388	0,60	500.000	0,23
RJ	3.314.100	18,93	3.612.672	13,41	7.930.228	12,87	—			
DF	3.030.704	17,31					—	—		
GB	—	—	2.520.300	9,35	981.068	1,59	—	—	—	
RJ (2)	6.344.804	36,24	6.132.972	22,76	8.911.296	14,47	7.800.524	8,50	11.300.000	5,16
SP	1.703.892	9.73 (3)	8.240.552	30.96 (3)	34.081.580	55,29	66.752.84	72,80	169.600.000	77,40

(1) A diferença entre a soma dos Estados e o total refere-se ao território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - SERRA DOS AIMORÉS
(2) Inclui Distrito Federal
I3I Inclui Estado da Guanabara
(4) Dados = Prognóstico Agrícola do Centro/Sul - IEA

ranja no Estado de São Paulo, cabe ressaltar a profunda alteração nas estruturas de produção. Tomando o ano de 1960, tinhamos a seguinte composição percentual:

1960				
Número de estabelecimento hectare				
	SÃO PAULO	BRASIL EXCETO SÃO MULO	SÃO PAULO	BRASIL EXCETO SÃO PAULO
Menos de 10	50,78	74,37	7,44	15,06
10 a -100	43,66	23,22	44,20	35,85
100 a -1000	5,41	2,26	41,21	33,84
1000 e mais	0,15	0,15	7,15	15,25
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Já no ano de 1980 a composição era a seguinte:

1980				
Número de estabelecimento hectare				
ha	SÃO PAULO	BRASIL EXCETO SÃO PAULO	SÃO PAULO	BRASIL EXCETO SÃO PAULO
Menos de 10	24,53	35,23	2,35	24,68
10 a -100	59,04	54,78	54,78	47,56
100 a -1000	15,17	9,11	44,83	22,90
1000 e mais	1,26	0,88	11,52	4,86
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Como podemos observar, no que se refere à composição estrutural, ou seja, a variação das classes de área, quer quanto ao número de estabelecimentos, quer quanto à área ocupada, ocorre em São Paulo, e no Brasil em geral, uma alteração relativa da participação dos estabelecimentos com menos de 10 ha, que passam de uma participação relativa a 50,78% para 24,53% em São Paulo e de 74,37% para 35,23% no restante do pais. Já, se tomarmos como referência a área ocupada, chama atenção a participação relativa de 24,68% para o Brasil e apenas 2,35% em São Paulo para os estabelecimentos com menos de 10 ha, o que demonstra uma estrutura muito mais concentrada da atividade em São Paulo do que nos demais Estados brasileiros.

Este fato pode ficar comprovado pela participação dos esta- belecimentos da classe de 100 a 1.000 ha, que passam de 5,41% em número em 1960 para 15,17% em 1980. Cabe ressaltar ainda que estes estabelecimentos ocupavam em 1980, em São Paulo 44,83% da área plantada com laranja, que, somados aos 11,52% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, perfaziam um total de 56,35%, enquanto que nos demais Estados produtores do pais estes estabelecimentos (100 a 1.000 ha e mais de 1.000 ha) participavam com um total de apenas 27,76% da área plantada com laranja.

Esta é pois uma das transformações fundamentais no processo de produção da laranja em São Paulo, e que, certamente, faz dessa atividade uma atividade com elevadíssima capacidade de capitalização, como demonstraremos mais adiante.

Podemos ilustrar ainda mais esse processo de alteração na estrutura dimensional dos estabelecimentos produtores de laranja em São Paulo, analisando a participação das diferentes classes dt área no crescimento total entre 1960 e 1980:

CRESCIMENTO TOTAL POR CLASSES DE ÁREAS - 1960 E 1980				
ha	Estabelecimentos		área ocupada	
		%	ha	%
Menos de 10 ha	8.156	22,10	- 351	- 0,14
10 a -100 ha	22.370	60,62	89.034	35,67
100 a -1000 ha	6.038	16,36	130.872	52,43
1000 e mais	338	0,92	29.709	11,90
TOTAL	36.902	100	249.264	100

O que nos revela esta participação no crescimento total entre 1960/1980 é que cai negativamente a participação dos estabelecimentos com menos de 10 ha na participação da área plantada e que 64,13% do crescimento desta mesma área plantada se fez nos estabelecimentos com mais de 100 ha, cujo aumento ficou com apenas 17,28%.

Esse mesmo processo da participação menor dos estabelecimentos com menos de 10 ha pode ser observado na tabela referente ao volume de produção entre 1970 e 1980:

PARTICIPAÇÃO - VOLUME DE PRODUÇÃO - 1970 E 1980		
ha	1970	1980
Menos de 10 ha	6,04	2,21
10 a - 100 ha	36,92	40,06
100 a -1000 ha	46,04	48,39
1000 e mais	11,00	9,34

Antes de concluir esta demonstração da alteração estrutural da citricultura paulista nas últimas duas décadas, cabe apresentar os dados referentes aos pés de laranja plantados em 1980, que apresentavam a seguinte distribuição percentual: estabelecimentos com menos de 10 ha = 39,67%; de 100 a 1.000 ha = 46,98% e de mais de 1.000 ha = 11,64%; o que eqüivale dizer que os estabelecimentos com mais de 100 ha participaram com 58,62% do aumento efetivo dos laranjais paulistas.

Assim, podemos fechar esta parte do trabalho apresentando os dados referentes ao pessoal ocupado na cultura da laranja. Infelizmente, estes dados podem ser apresentados apenas para o ano de 1970, porque, sem explicação alguma, os Censos Agropecuários de 1975 e 1980 não trazem mais esta informação.

Quanto a essa informação tínhamos em 1970:

PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE LARANJA 1970				
TOTAL	Brasil exceto S. Paulo		São Paulo	
	72.928	100	35.438	100
Responsável e membros não remunerados da família	57.081	78,27	17.348	48,99
Empregados permanentes	9.269	12,71	10.877	30,56
Empregados temporários	5.028	6,89	5.703	16,02
Assalariados/total	14.297	19,60	16.580	46,58
Parceiros	1.573	0,79	1.352	3,80
Outros	977	1,34	226	0,63

Como pode-se observar, as diferenças entre a citricultura paulista e nos demais Estados brasileiros já era, em 1970, diferenciada, uma vez que a presença marcante do trabalho assalariado, 46,58%, completa a caracterização estrutural da cultura da laranja em São Paulo, uma vez que apenas 19,60% do pessoal ocupado na citricultura dos demais Estados brasileiros são assalariados. Outrossim, cabe destacar que 78,27% do pessoal ocupado nos estabelecimentos que cultivam laranja, exceto São Paulo, é tipicamente familiar. Esta marca estrutural do campo no país já foi ressaltada por nós em outro trabalho[5], quando afirmavamos que a característica estrutural marcante do campo brasileiro era a presença do trabalho assalariado nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha), enquanto que aqueles com área inferior a 100 ha, tendiam a manter as relações de trabalho fundadas na família. Apenas São Paulo foge à regra.

Se analisarmos os primeiros dados referentes ao pessoal ocupado que está sendo divulgado, podemos verificar que esta tendência apresentada para o ano de 1970 acentuou-se em 1980, pois tínhamos do total do pessoal ocupado na agricultura paulista 63,58% de origem familiar e 30.67% assalariados em 1970: entretanto, para 1980 passamos para 49,43% de origem familiar e 46,53% de empregados assalariados. O que demonstra estar ocorrendo um avanço do trabalho assalariado na agricultura paulista. Consequentemente podemos extrapolar para a citricultura esta tendência, uma vez que estamos assistindo aí um domínio dos estabelecimentos de mais de 100 ha em relação aos de menos.

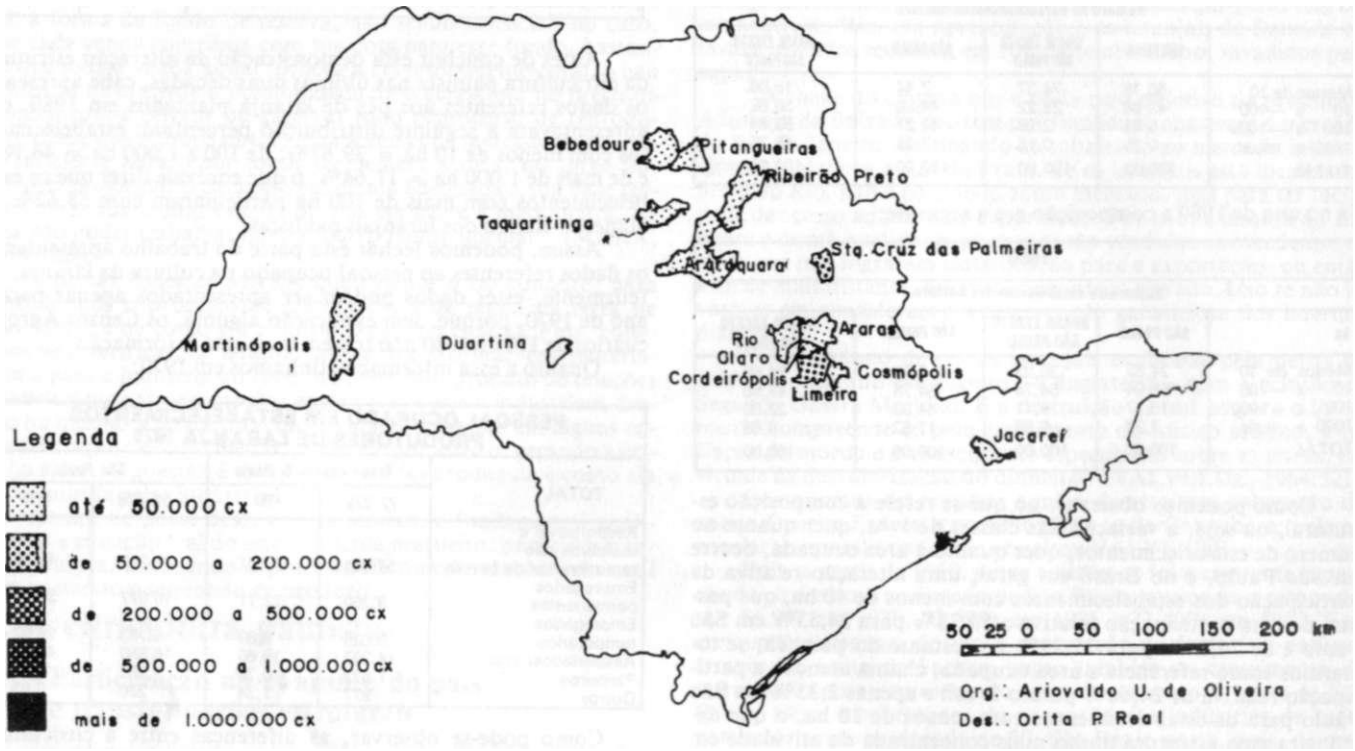
3.2. Expansão territorial

BRAY, em sua dissertação de mestrado, entitulada " A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura de laranja" (Boletim Paulista de Geografia, A.G.B - SP n.° 57, Dezembro, 1980), já tratou dessa questão. Apresentamos a seguir um conjunto de cartas para caracterizar a expansão da citricultura no território paulista.

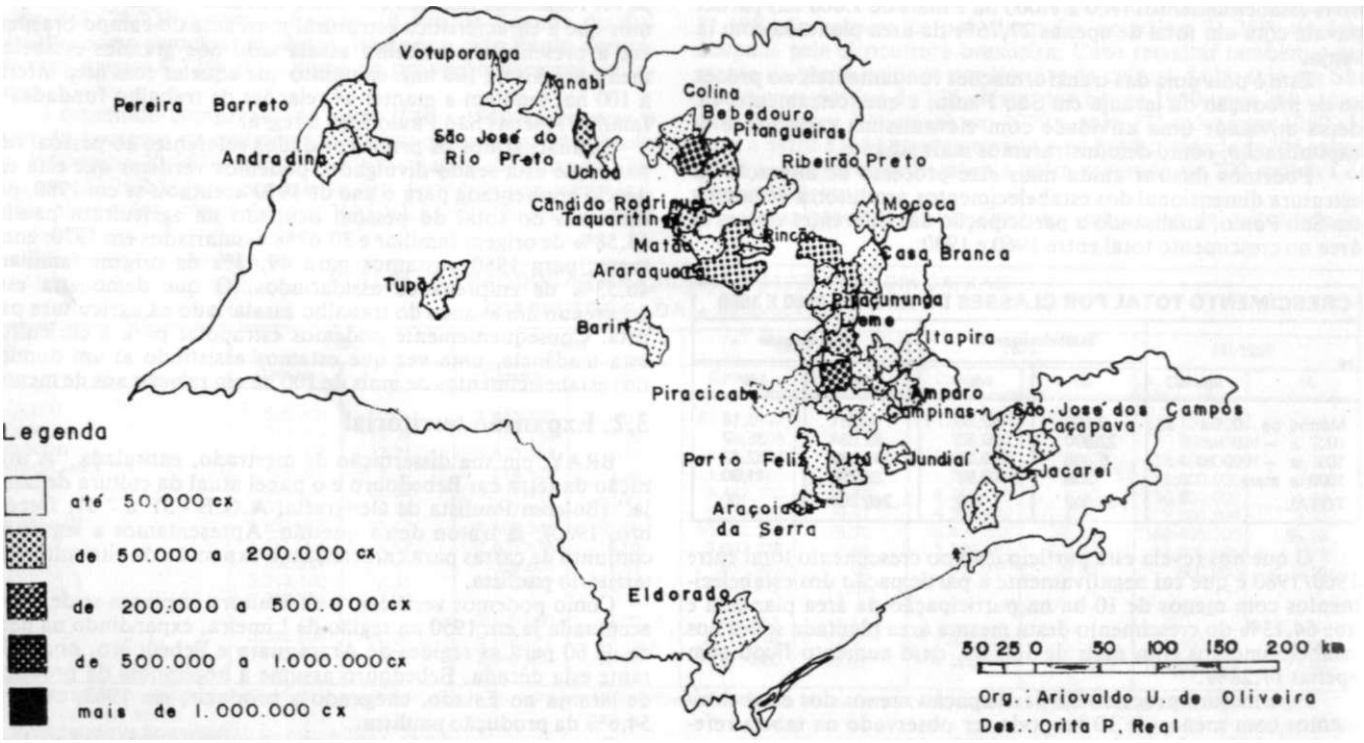
Como podemos verificar, a citricultura implanta-se de forma acentuada já em 1950 na região de Limeira, expandindo na década de 60 para as regiões de Araraquara e Bebedouro, onde, durante esta década, Bebedouro assume a hegemonia da produção de laranja no Estado, chegando a produzir, em 1968, cerca de 54,6% da produção paulista.

Se o alargamento dos mercados internos e externos de fruta

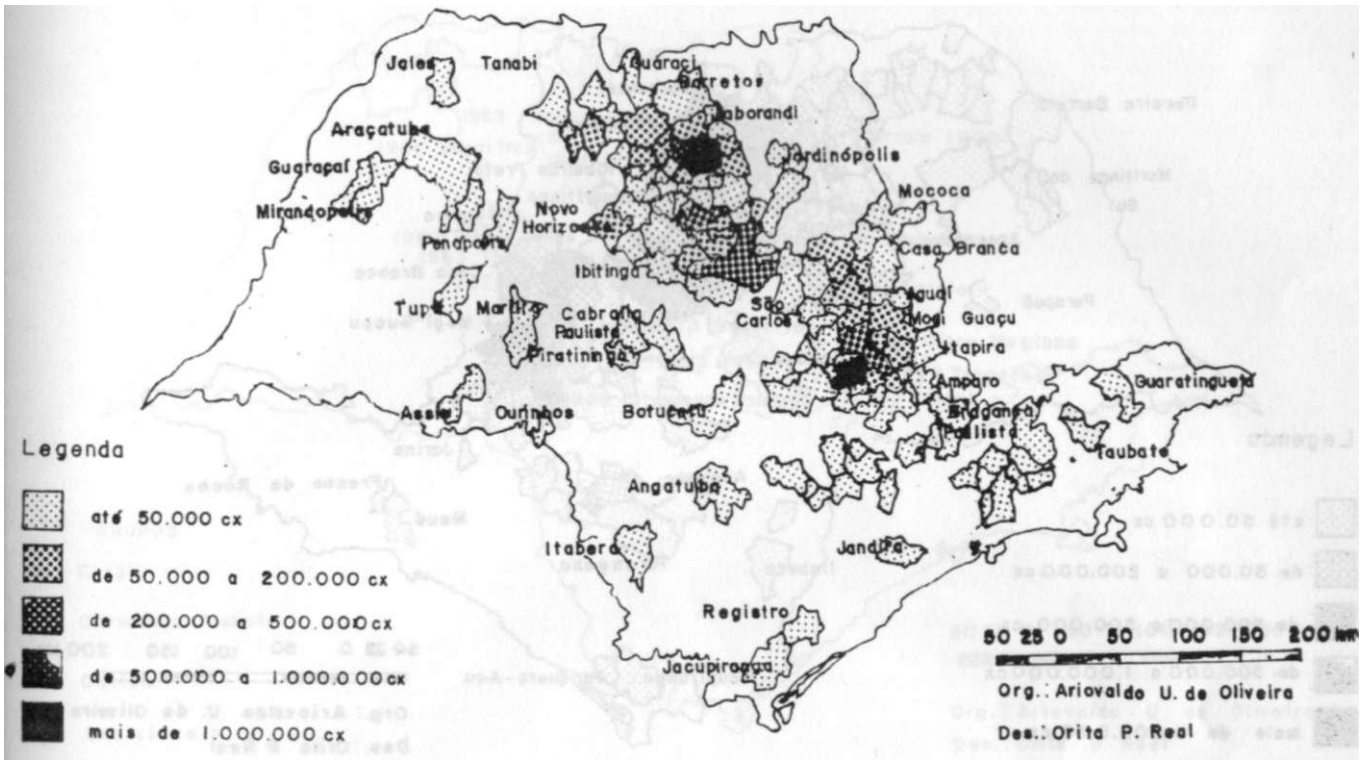
CITRICULTURA PAULISTA
PRODUÇÃO DE LARANJA - 1950



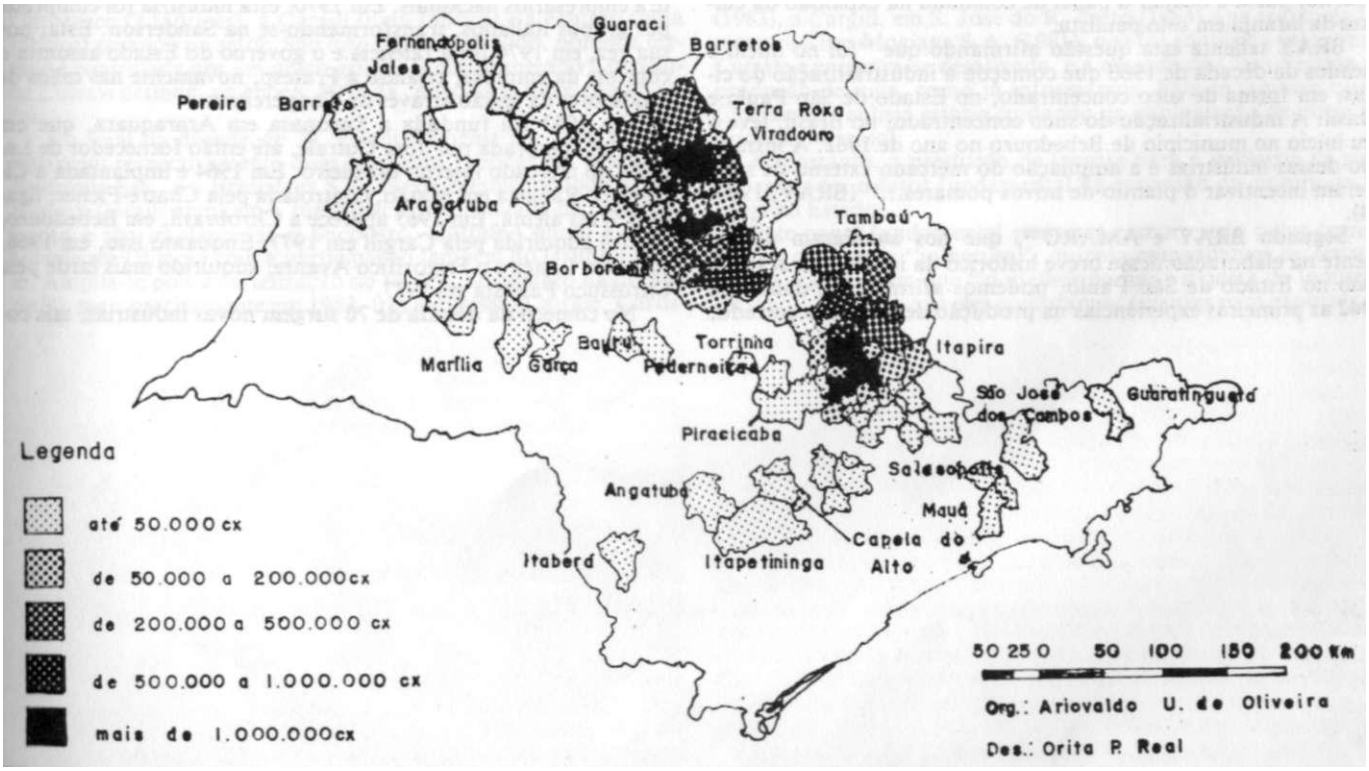
CITRICULTURA PAULISTA
PRODUÇÃO DE LARANJA - 1960



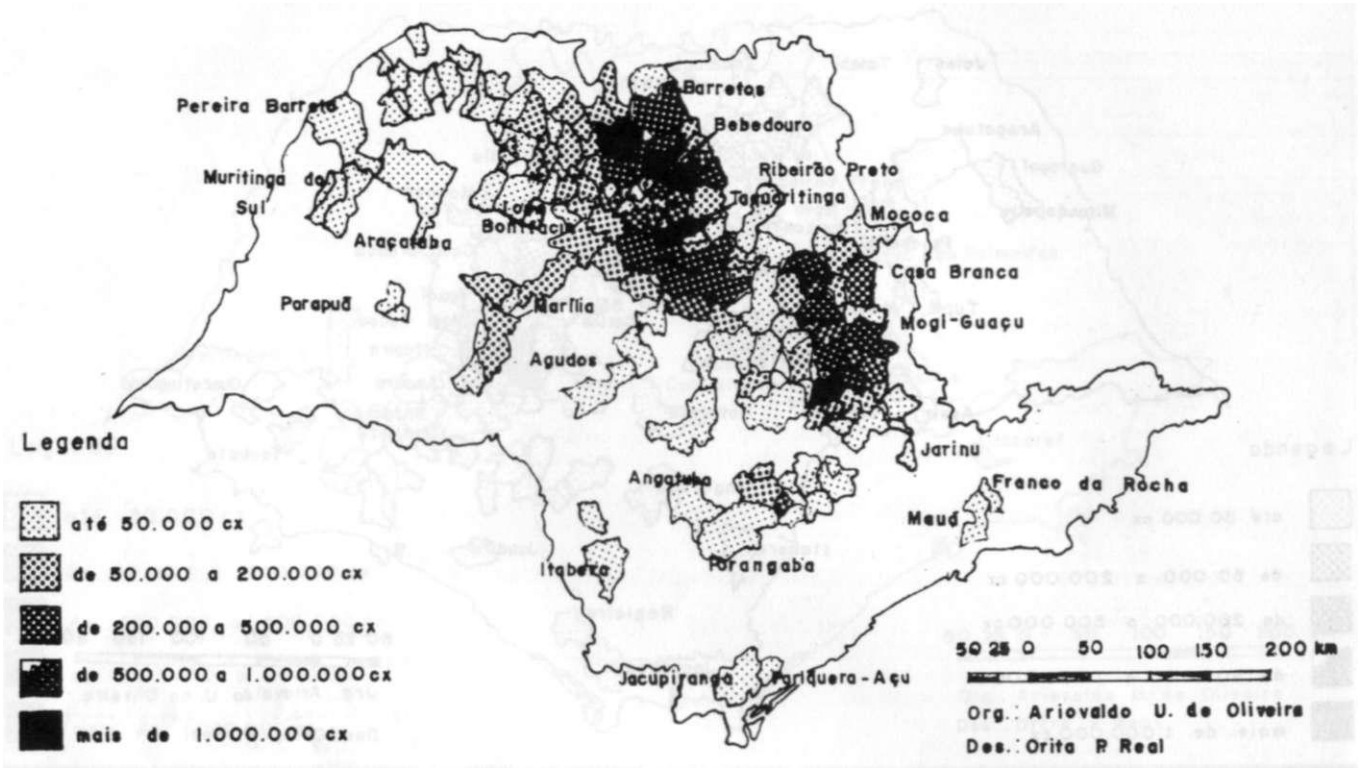
CITRICULTURA PAULISTA
PRODUÇÃO DE LARANJA - 1970



CITRICULTURA PAULISTA
PRODUÇÃO DE LARANJA - 1975



CITRICULTURA PAULISTA
PRODUÇÃO DE LARANJA - 1980



"in natura" pode ser responsabilizado por esta expansão no período compreendido entre 50 e 60, como já havia acontecido com a região da baixada fluminense em outros tempos, o mesmo não pode ser dito do período posterior a 1960, quando a produção de laranja para a indústria de suco (dirigido para o mercado externo) passa a ocupar o papel de comando na expansão da cultura da laranja em solo paulista.

BRAY salienta esta questão afirmando que "foi no inicio e meados da década de 1960 que começou a industrialização do citrus, em forma de suco concentrado, no Estado de São Paulo e Brasil. A industrialização do suco concentrado, no Brasil, teve o seu inicio no município de Bebedouro no ano de 1962. A instalação dessas indústrias e a ampliação do mercado externo de suco vieram incentivar o plantio de novos pomares..." (BRAY, 1980: 14).

Segundo BRAY e AMARO[6], que nos auxiliaram diretamente na elaboração desse breve histórico da industrialização do suco no Estado de São Paulo, podemos afirmar que datam de 1942 as primeiras experiências na produção de suco concentrado, realizadas pela Casa da Laranja de Limeira. Em 1954 implanta-se também em Limeira a Citro Pectina S.A., produzindo particularmente pectina e que agora em 1984 passa também a produzir suco. Em 1962 é criada em Bebedouro a Cia Mineira de Conservas S.A., que foi a primeira indústria de suco concentrado pertencente a empresários nacionais. Em 1970, esta indústria foi comprada por grupos italianos, transformando-se na Sanderson. Esta, por sua vez, em 1974 foi à falência e o governo do Estado assumiu o controle da empresa, criando a Frutesp, novamente nas mãos de produtores da região através da Coopercitrus.

Em 1963 foi fundada a Suconasa em Araraquara, que em 1967 foi comprada por José Cutrale, até então fornecedor de Laranja no mercado interno brasileiro. Em 1964 é implantada a Citrossuco Paulista em Matão, controlada pela Chatré-Ficher, ligada à Wess alemã. Em 1965 aparece a Citrobrasil, em Bebedouro, que foi adquirida pela Cargill em 1977. Enquanto isso, em 1968, surge em Limeira o Frigorífico Avante, adquirido mais tarde pela Citrossuco Paulista em 1977.

No começo da década de 70 surgem novas indústrias, tais co-

INDUSTRIAS DE SUCO DE LARANJA

Estado de São Paulo



mo a Citral S.A. em Limeira (1971), a Sucorrico S.A. em Araras (1973), a Tropsuco S.A. em Santo Antônio da Posse (1974); todas passam a partir de 1979 e 1978, respectivamente, para o controle do Grupo Cutrale. Já no final da década de 70, mais precisamente a partir de 1977, período caracterizado pela concentração de capitais no setor, ficam praticamente a Cutrale (4 fábricas), a Citrossuco (2 fábricas), a Cargill (uma fábrica) e a Frutesp (uma fábrica) atuando no setor. São oito fábricas ao todo, porém a metade é controlada por um único grupo. O conglomerado Citrossuco Cutrale detinha, na época, 80% da capacidade instalada no setor.

No final da década de 70, especificamente em 1978 e 1979, aparecem respectivamente duas pequenas fábricas em Matão — Frutropic S.A. e a Brascitrus S.A. Nesse mesmo período a Frutesp e a Cargill ampliam a sua capacidade instalada de processamento e são implantadas a Sucocitro, Cutrale-Colina) e a Citrovale em Olímpia com a participação também do Grupo Cutrale. Amplia-se pois a cartelização do setor e, no começo da década de 80, mais precisamente em 1982, três empresas (Cutrale, Citrossuco e Cargill) controlam 90% da produção de suco concentrado, sendo que a Cutrale detém sozinha 60% do mercado.

Nas farpas do processo de cartelização surgem novas pequenas empresas nas regiões de expansão da citricultura de Araraquara e Bebedouro: Itapolis - Branco Peres (1980); Mirassol - Bascitrus (1983) (associada à Citrossuco); Tabatinga-Tabacitrus (1983), a Cargill, em S. José do R. Preto (1984) e na região de Limeira: a Citro Mogiana S.A. (1981), que foi adquirida pelo grupo Cutrale e encontra-se desativada, e a entrada da Citro Pectina na produção de suco, como já informamos. Fala-se também que a Citrossuco Paulista estaria cuidando da implantação de outra fábrica em Mirassol.

É, portanto, a produção de laranja para a indústria de suco concentrado, o fator fundamental da expansão da cultura da laranja no Estado.

Este papel fundamental pode ser comprovado pelos comerciantes de laranja "in natura", outrora comandantes do setor, e que agora afirmam que "o melhor pomar é a porta da indústria de suco", pois é lá que eles compram as laranjas para exportar ou



entregar no mercado interno. E em função da importância destas indústrias para a expansão da citricultura no Estado de São Paulo, que apresentamos a localização destas indústrias no território paulista.

Como podemos verificar, é um total de 18 as indústrias de suco no Estado de São Paulo[7], destas apenas uma, a Citro Mogiana S.A., em Conchal, está desativada momentaneamente. As dezessete outras estão distribuídas nas quatro regiões citricolas do Estado:

Região de Limeira
Limeira - Citrossuco Paulista, Citro Pectina, Citral (grupo Cutrale);
Araras - Sucorrico (grupo Cutrale); Santo Antônio da Posse - Tropicsuco
Grupo Cutrale);
Conchal - Citro Mogiana (grupo Cutrale);
Região de Araraquara
Araraquara - Sucocitrico Cutrale - (grupo Cutrale)
Matão - Citrossuco Paulista, Frutropic, Brascitrus;
Itápolis - Branco Peres;
Tabatinga - Tabacitrus;
Região de Bebedouro
Bebedouro - Cargill, Frutesp (Coopercitrus);
Colina - Sucocitrico Cutrale (grupo Cutrale);
Região de São José do Rio Preto
São José do Rio Preto - Cargill.
Mirassol-Bascitrus
Olímpia - Citrovale (grupo Cutrale).

Assim, o cartel da indústria de suco projeta sua dominação também espacial na citricultura paulista, pois na região citrícola de Limeira, hoje, praticamente a Cutrale e a Citrossuco dominam a região. Na região de Araraquara, também a dominação anterior aparece apenas com o acompanhamento de 4 indústrias menores, que tentam sobreviver. Na região de Bebedouro, a Cutrale e a Cargill ficam com a maior fatia e as rebarbas ficam com a Frutesp-Coopercitrus. Na novíssima área de São José do Rio Preto, também a Cutrale e a Cargill controlam a área e a Brascitrus inicia este ano a luta pelas farpas do mercado.

No fundo, o que ocorre é a dominação quase total da Cutrale, que está presente nas 4 regiões, apenas se associando ora com a Citrossuco, ora com a Cargill. É a formação do cartel das indústrias que "escondem-se na Abrassucos - Associação Brasileira das Indústrias de Sucos - para as negociações - enfrentando pois, os citricultores, escudados por sua vez na ASSOCITRUS e FAESP". Essa monopolização do grupo Cutrale no setor sempre deixa dúvidas quanto à nacionalização do processo de concentração e crescimento, pois as duas outras maiores empresas são multinacionais ou associadas. Já a Cutrale, diga-se de passagem, é distribuidor exclusivo de suco para a Coca-Cola Internacional. Consta também que a Cutrale é associada à Coca-Cola através de uma empresa de "joint ventures" nos EUA.

Essa distribuição territorial do cartel das indústrias de suco, fez com que a distribuição territorial da cultura da laranja expandisse em direção à região de São José do Rio Preto, na região de Araraquara, e por todo o vale do Rio Mogi Guaçu, na região de Campinas, conforme pode ser observado pelo mapa referente à previsão de safra de 1983/4.

O que podemos verificar pois, é que se vão definindo quatro grandes áreas produtoras de laranja no Estado: uma comandada por Limeira, a região de Campinas; duas outras na região oeste de Ribeirão Preto, nucleadas por Araraquara e Bebedouro; e a quarta em processo recentíssimo de formação em São José do Rio Preto. Já, entretanto, está havendo a ampliação da laranja na região da Sorocabana, em função do abastecimento do mercado interno paulista.

4. O Quadro atual da Citricultura Paulista e a questão da formação e apropriação da renda da terra

Antes de iniciarmos a apresentação dos dados referentes à renda da terra cabe falar acerca da formação do valor na citricultura. Como sabemos, na agricultura não é o preço médio (quantidade de trabalho socialmente necessária) que regula o valor, mas, sim, o preço de produção no pior solo. Isto significa dizer que, como estamos diante de uma produção agrícola para o mercado

internacional, particularmente o mercado americano, precisamos levar em conta a citricultura da Flórida, e as variantes do mercado americano no processo de definição da estrutura do valor na citricultura paulista.

Como podemos observar pelos dados referentes à exportação de suco para os EUA, que já alcançou no primeiro trimestre deste ano 300 mil toneladas, com uma receita cambial de cerca de 421 milhões de dólares (no ano passado a produção brasileira de suco foi de 420.000 toneladas), esta safra deverá render ao Pais uma cifra correspondente a praticamente o dobro da produção do ano passado. Logo, a relação intrínseca entre a citricultura paulista e a da Flórida é real, e as palavras de Bobby Mackown, vice-presidente executivo da Flórida Citrus Mutual (8), é clara neste particular: "os rumos atuais da citricultura americana estão sendo ditados pelos Brasil, através de seus industriais", (Jornal do Citricultor-n.° 12).

Assim procuraremos iniciar estas colocações pela determinação do preço da laranja nos EUA. Em primeiro lugar devemos lembrar que a produção citrícola norte-americana está articulada pela relação direta entre as organizações de produtores e o setor do Departamento de Estado (Flórida Citrus Comission). Já o setor industrial, ao contrário do que acontece aqui, tem um total de 35 indústrias processadoras, a maioria operando de 3 a 8 milhões de caixas/ano. Ou seja, não se está diante de um mercado cartelizado industrialmente, como é o caso paulista e brasileiro.

A citricultura da Flórida foi violentamente afetada pelas geadas nos últimos anos (13/1/81, 12/1/82 e 25 e 26/12/83), portanto a situação interna é de falta do produto, portanto um mercado em alta. Por isso daremos os dados referentes aos preços nos EUA separados, para o início do ano e para o mês de junho de 1984.

CITRICULTURA DA FLÓRIDA - USA
COMPOSIÇÃO DE PREÇOS -1 TONELADA/SUCO

	Início do ano		Junho de 1984	
	ton/US$	Cx/US$	ton/US$	Cx/**U8»**
Preço de mercado suco - varejo	6.560,00	21,86		—
Preço de mercado suco - atacado	3.100.00	10,33	3 970,00	13,23
Preço de mercado laranja industrial	1.800,00	6,00	2.400,00	8.00
Preço de produção total laranja industrial	1.200.00	4,00	1.200,00	4,00
Preço de produção exceto colheita/transporte/laranja industrial	600,00	2,00	600,00	2,00
RENDA DA TERRA laranja industrial	600,00	2,00	1.200,00	4,00

Fonte: Jornal do Citricultor n.• **12**

Como podemos verificar, a situação no início do ano era de um preço ao produtor na faixa de US$ 6,00, o que equivale dizer cm janeiro Cr$ 6.400,00. Desse total separa-se os US$ 2,00 referentes à colheita e ao transporte, e mais US$ 2,00 referentes ao preço de produção, sobrando outros US$ 2,00 por caixa referentes a renda da terra, carreada para os citricultores americanos. Tudo indica que lá a renda não é drenada para a indústria, pois dos US$ 10,33 referentes ao custo no atacado de uma cx/ton/suco, US$ 6,00 refere-se ao preço da laranja ao produtor.

Entretanto, se o preço de produção da tonelada de suco na Flórida é de US$ 3.100,00, o preço alcançado pelo suco importado é de (na média) US$ 1.800,00, o que vale dizer que o preço recebido pela tonelada de suco, exportado pelo Brasil, é igual ao preço médio da laranja para se produzir igual tonelada de suco na flórida. Esta situação é um forte indicador da transferência de renda da citricultura paulista para os industriais americanos (voltaremos a este ponto mais adiante). A questão a se saber no futu**ro** *t* se esta investida que os industriais do suco estão fazendo no mercado americano não abre caminho para a internacionalização cada vez maior da citricultura lá e cá.

Mas, voltemos aos dados. No Brasil, a situação geral com relação aos preços ê a seguinte:

SITUAÇÃO DA CITRICULTURA NO BRASIL - SÃO PAULO
COMPOSIÇÃO MÉDIA PREVISTA NO ANO DE 1984

	TON/US$	cx/us$	CX/Cr$ **(9)**
Preço de mercado suco - Flórida	1.800,00	6,32	10.276,32
Preço de mercado laranja industrial São Paulo	789,45	2,77	4.500.00
Preço de produção laranja industrial (500cx/Ha) colheita e transporte	627,00	2,20	3.577,20
RENDA DA TERRA laranja industrial	162,45	0,57	926,82

Dados Informativo **FAESP** n.º **221** e Jornal do Citricultor n.º **12**

Podemos verificar que cerca de US$ 162,45, o que equivale a Cr$ 926,82, por caixa está convertida em renda da terra e retida nas mãos do citricultor. Porém a faixa que fica retida nas mãos dos industriais aparecerá em seguida, pois os dados abaixo são reveladores:

TRANSFERÊNCIA DE RENDA DA TERRA NA CITRICULTURA PAULISTA PARA A INDÚSTRIA DE SUCO NO BRASIL E DOS EUA

	TON/US$	CX/US$	CX/Cr$
Preço de mercado suco brasileiro nos EUA	1.800,00	6,32	10.276,32
Preço de produção industrial do suco brasileiro	1.600,00	5,61	9.122,00
RENDA DA TERRA retida na Indústria de suco no Brasil	200,00	0,70	1.138,00
Diferença entre o preço de mercado junho/84 suco no atacado - EUA e	2.070,00	7,26	11.805,00
Preço de mercado do suco exportado para os EUA			

Dados: Informativo FAESP e Jornal do Citricultor n.º **12**

O que podemos tirar destes dados é que cerca de US$ 200 a tonelada ficam retidos na indústria (Cr$ 1.138,00 ou US$ 0,70 caixa). Este valor pode ser aumentado face ao subfaturamento que normalmente ocorre no setor, face à política governamental de praticar um preço de registro CACEX, sempre abaixo do preço real praticado no mercado americano. Na média do ano esta cifra deverá girar em torno US$ 100 a tonelada, o que eleva a fração da renda retirada na indústria para US$ 300, ou seja, US$ 1,05 cx ou o equivalente de Cr$ 1.707,30.

No geral o que temos é que enquanto os citricultores da Flórida obtém uma renda da terra em torno de US$ 3.000 ha, os citricultores brasileiros conseguirão este ano um total de US$ 285 por ha, sendo que cerca de US$ 300 ficam retidos na indústria de suco brasileira, perfazendo um total de US$ 585/ha. A diferença entre a renda da terra retirada por hectare, na Flórida e no Brasil, está sendo drenada para o setor industrial do suco norte-americano, que está faturando o suco pelo preço abaixo do preço de produção do suco Industrializado nos EUA.

Resumindo, temos o preço do suco chegando ao EUA por 50% do total do preço de produção do suco americano, fazendo com que o setor industrial americano compute em seus 50% a menos do que ele realmente deveria ser. Assim, se na estrutura industrial a matéria-prima suco deveria (como efetivamente custa lá na Flórida) custar US$ 3.970, paga-se por ele vindo do Brasil apenas US$ 1.900, havendo pois a transferência de US$ 2.070 por tonelada de suco, referente à renda da terra prisioneira, incorporada no suco produzido no País que ao ser vendido no mercado americano se realiza em mãos estranhas (dos industriais norte-americanos).

É como afirmamos no início do trabalho, a matéria-prima é parte do capital constante do setor industrial e se paga por ela efetivamente um preço inferior ao valor que ela contém, estar-se-á pois, transferindo valor criado e não pago, de um setor a outro. Tudo isto porque a mercadoria produzida contém uma quantidade de valor que não se realiza na primeira venda e sim apenas na venda final da mercadoria/matéria-prima/produto/mercadoria.

Assim, o setor industrial americano deveria desembolsar um total de US$ 3.970 a tonelada/suco, que é o seu valor no mercado

americano hoje - o preço de produção do pior (em termos econômicos) solo do mundo produtor de laranja/industrial/suco - e que portanto é o preço regulador. No entanto, ao contrário do que ele paga à laranja norte-americana, ele desembolsa apenas US$ 1.900, "economizando" US$ 2.070, que representa o valor do produto contido na mercadoria suco, mas não realizado e apropriado pelos citricultores brasileiros. Neste sentido o industrial tem uma fonte segura de produção de parte de seu capital, através da transferência da renda da terra e a sua conversão em fração do capital constante.

Cabe salientar que o mesmo processo se dá com o industrial do suco no Brasil, que absorve cerca de US$ 300 a tonelada de suco, referente à renda da terra, que vai ser transferida para a sua fração no capital constante de seu empreendimento.

Temos que ressaltar que a aparente baixa percentagem da renda retida pelos industriais de suco do Brasil, refere-se apenas à fração referente à laranja para a produção do suco. Faltaria computarmos nessa renda a fração correspondente à venda do bagaço para ração que estaria em torno de US$ 20 tonelada. Faltaria acrescentarmos a fração correspondente ao óleo da casca da laranja, hoje cerca de US$ 13. Faltaria ainda, computarmos a fração correspondente à laranja entregue aos revendedores no mercado interno, que hoje soma em torno de 50 milhões de caixas, e que teve seu preço no mercado afetado, quer dizer, elevado, em função da corrida pela laranja para suco. Faltaria acrescentar a fração referente à laranja exportada "in natura", que corresponde de hoje a cerca de 4 milhões de caixas. E por fim faltaria acrescentar que este é um dos primeiros anos que os citricultores brasileiros ficam com fatia relevante da renda da terra gerada na citricultura, é só verificarmos o quão rápido determinados grupos industriais do setor capitalizam, assumindo praticamente o monopólio no setor. Assim, seguramente estes US$ 300 tonelada/suco, subirão para cerca de US$ 500 ou 600, senão mais.

Nessa rede de extração da renda da terra o único explorado e o trabalhador brasileiro da citricultura, a quem nem o bagaço da laranja sobra, pois o mesmo é transformado em matéria-prima para a produção de ração animal.

Sobre a situação deste trabalhador devemos lembrar que, pelo acordo de Bebedouro, ele receberá um total de Cr$ 210,00 por caixa (27,5kg) de laranja colhida, ou seja, um total de US$ 0,19 por caixa de 40,8kg. No momento, o trabalhador americano está recebendo hoje US$ 0,80 por caixa colhida na citricultura da Flórida. O trabalhador brasileiro está recebendo pois um quarto do que recebe o trabalhador norte-americano do setor. Um tratorista recebe nos EUA cerca de US$ 3,50 por hora, já o brasileiro recebe cerca de US$ 0,80 por hora.

É o processo de exploração, de exploração capitalista, que faz com que a riqueza produzida realize-se sempre em mãos estranhas, às mãos dos capitalistas.

Feitas estas colocações globalmente, acerca do processo, passamos a analisar os primeiros resultados que estamos obtendo no estudo referente à citricultura paulista por município. Utilizaremos para tal, como exemplo, oito municípios das regiões citrícolas do Estado: Limeira, Pirassununga, Mogi Guaçu, Araraquara, Itápolis, Bebedouro, Monte Azul Paulista e Olímpia. A situação prevista para este ano de 1984 está conforme os resultados expressos pela tabela abaixo.

Como podemos observar, a situação da citricultura paulista, ainda que expropriada pelas indústrias de suco (no Brasil e nos EUA), estão numa posição de extrema rentabilidade, uma vez que a sua posição unificada (FAESP/ASSOCITRUS), medida pelo governo (CACEX) nas negociações com o cartel do suco, tem levado uma fatia da renda da terra gerada na atividade, particularmente no que se refere à renda da terra absoluta.

O que se observa é que as chamadas regiões novas (Mogi Guaçu e Olímpia) estão na dianteira do processo produtivo, logrando uma produção em torno de três caixas por pé, ou 750 caixas por hectare, fazendo com que sua fatia de renda diferencial seja expressiva; além do que, é na frente de expansão da citricultura que estão as mais elevadas taxas de renda da terra.

O município de Araraquara ao contrário, face à baixa no rendimento, vem assistindo a uma substituição da laranja pela cana-de-açúcar, pressão esta que também ocorre em Limeira e começa agora a ocorrer em Bebedouro.

É pois através da composição da renda da terra que podemos entender os extremos do processo de desenvolvimento de uma atividade agrícola: a expansão ou a regressão.

Para melhor entendermos esta distinção da renda da terra na citricultura, apresentamos a composição da terra por hectare e por caixa:

RENDA DA TERRA POR HECTARE

	RENDA DA TERRA TOTAL Cr$1.000,00	RENDA DIFEREN-CIAL Cr$1.000,00	RENDA ABSOLUTA Cr$1.000,00
Mogi-Guaçu	2.422	1.278	1.911
Olímpia	2.218	854	1.364
Pirassununga	1.646	525	1.121
Monte Azul Pta.	1.475	426	1.049
Itápolis	1.277	313	964
Limeira	923	172	751
Bebedouro	814	110	704
Araraquara	514	0	514

RENDA DA TERRA POR CAIXA DE LARANJA (EQUIVALENTE)

	RENDA DA TERRA TOTAL Cr$	RENDA DIFEREN CIAL Cr$	RENDA ABSOLUTA Cr$
Mogi-Guaçu	3.189	1.278	1.911
Olímpia	3.107	1.196	1.911
Pirassununga	2.805	894	1.911
Monte Azul Pta.	2.688	777	1.911
Itápolis	2.530	619	1.911
Limeira	2.348	437	1.911
Bebedouro	2.208	297	1.911
Araraquara	1.911	0	1.911

Acreditamos que estes dados completam o que afirmamos antes, pois se verifica que Araraquara tem hoje a mais baixa renda da terra por hectare na citricultura, sendo que os maiores

CITRICULTURA PAULISTA: SITUAÇÃO ECONÔMICA 1984

	Volume Produção Ha (1)	Volume Produção Total (2)	Área cultivada Ha (3)	Preço de Produção Ha* (4)	Preço de Produção Individual Caixa (4:1 = 5)	Preço de Produção Geral** Caixa (6)	Preço de Mercado Caixa (7)	Preço de Mercado Total Milhões Cr$ (2x7=8)	Preço de Produção Total Milhões Cr$ (2-5 = 9)	Renda da Terra Total Milhões Cr$ (8-9 = 10)	Renda da Terra Diferencial Milhões Cr$ (2x(6-5) =11)	Renda da Terra Absoluta Milhões Cr$ (2x(7-6) = 12
Mogi-Guaçu	759	6.300	8.295	994.780	1.311	2.589	4.500	28.350	8.259,3	20.090,7	8.051,4	12.039,3
Olímpia	714	10.800	15.130	994.780	1.393	2.589	4.500	48.600	15.044,4	33.555,6	12.916,8	20.638,8
Pirassununga	587	5.000	8.520	994.780	1.695	2.589	4.500	22.500	8.475,0	14.025,0	4.470,0	9.555,0
Monte Azul Pta.	549	.8.060	14.690	994.780	1.812	2.589	4.500	36.270	14.604,7	21.665,3	6.262,6	15.402,7
Itápolis	505	6.800	13.475	994.780	1.970	2.589	4.500	30.600	13.396.0	17.204,0	4.209,2	12.994,8
Limeira	393	4.160	10.580	845.563	2.152	2.589	4.500	18.720	8.952,3	9.767,7	1.817,9	7.949,8
Bebedouro	369	13.090	35.510	845.563	2.292	2.589	4.500	58.905	30.002,3	28.902,7	3.887,7	25.015,0
Araraquara	269	3.960	14.715	696.346	2.589	2.589	4.500	17.820	10.252,4	7.567,6	0	7.567,6

* Preço de produção elaborado através da estrutura de preços levantados pela FAESP e IEA
** Preço do pior solo.

níveis estão nas áreas novas de Mogi-Guaçu e Olímpia.

Estes dados também revelam o "poder de fogo" dos citricultores que conseguiram garantir perto de 43% do preço pago pelo cartel do suco para suas "gordas" rendas da terra absoluta, demonstrando estarmos longe do chamado capitalismo concorrencial, e sim no seio de um mercado monopolizado de produtores e industriais.

Para encerrarmos este breve estudo apresentamos a tabela referente à fração da renda da terra que é drenada da citricultura para o sistema financeiro, mais precisamente para os bancos:

FRAÇÃO DA RENDA DA TERRA DRENADA PARA O SISTEMA FINANCEIRO

	TOTAL MILHÕES Cr$	HA Cr$1.000,00	CAIXA Cr$
Mogi-Guaçu	1.587,6	191,4	252,00
Olímpia	2.894.4	191,4	268,00
Pirassununga	1.913,6	191,4	326,00
Monte Azul Pta.	2.804,9	191,4	348,00
Itápolis	2.577,2	191,4	379,00
Limeira	1.164,0	157,2	400,00
Bebedouro	5.576,3	133,7	497,00

Também aqui podemos sentir o mesmo efeito espacial da composição da renda da terra, no entanto, apenas destacamos que no conjunto a fração da renda drenada para o sistema financeiro, representa no geral de 8 a 25% da renda auferida por caixa de laranja pelos citricultores paulistas.

5. Considerações finais

Nestas breves considerações finais gostaríamos de deixar claro que este trabalho ainda não se encontra concluído, pois estamos fazendo o estudo da composição da renda para todos os municípios produtores de laranja. Entretanto, não poderíamos encerrar sem antes darmos algumas evidências das conclusões parciais a que já chegamos, e ela se refere às áreas de expansão e de retração da citricultura.

Se tomarmos o plantio de novos pés de laranja previsto para esta safra, veremos que as DIRAS abaixo plantarão:
Campinas: 3.800.000 pés
Ribeirão Preto: 7.100.000 pés
São José do Rio Preto: 4.600.00 pés.

E mais, se tomarmos isoladamente os principais municípios teremos na região de Campinas: Mogi-Guaçu plantando 1.200.000 pés, Mogi-Mirim 250.000 pés, Casa Branca 300.000 pés, o que reflete uma expansão dentro da região de Campinas, deslocando-se o principal centro produtor de Limeira para o vale do Mogi-Guaçu. Já na região de São José do Rio Preto o destaque é para Olímpia com 950.000 pés, vindo a seguir Cajobi com 470.000, Guapiaçu, Itajobi e Tabapuã com 250.000 pés cada.

Outra questão que gostaríamos de deixar registrado refere-se á renda de monopólio na citricultura paulista, ela existe e aparece particularmente naqueles municípios onde existem os chamados "citropools" que conseguem, face às vantagens de produtividade de seus pomares, um preço acima daquele acordado para todo o setor. É o caso do município de Monte Azul Paulista, por exemplo, onde conseguiu-se um preço por caixa de laranja de Cr$ 5.000,00, ou seja, Cr$ 500,00 acima do preço acordado. Esta fração a mais vai formar a fração da renda de monopólio na citricultura.

Desta forma vamos com o decorrer da pesquisa levantando e sistematizando as informações importantes para entendermos a citricultura paulista.

A crise que atinge a citricultura americana está abrindo espaço para a expansão da cultura da laranja em São Paulo, ao mesmo tempo que abre espaço às lutas intraclasses capitalistas dominantes, e no vácuo desta luta entre capitalistas da laranja e capitalistas do suco, tem sobrado uma fatia razoável da renda da terra para os pequenos produtores familiares ainda com presença marcante na citricultura paulista e que, através da possibilidade do acesso a essa fração da renda da terra, vão acumulando esta renda e, certamente, produzindo o capital que lhes é fundamental para a ascensão social na classe dominante, tornando-se pequenos, médios e até grandes capitalistas no campo, estão portanto realizando as suas acumulações primitivas.

Aqui, mantido o processo de expansão das exportações de suco, o desaparecimento dos pequenos produtores familiares entra num movimento dialético, de desaparecimento em uma região, aquelas onde a atividade está consolidada mas reaparece fortemente nas áreas de expansão. Aí também acaba surgindo para os camponeses proprietários pobres a possibilidade de romperem o rumo à proletarização e inverterem o caminho, agora rumo à burguesia. Esta realidade é fundamental para quem quer discutir a aliança entre as classes ou frações de classes hoje na sociedade brasileira.

Neste setor abre-se agora um novo tipo de luta, a luta intercapitalista, que apenas torna nu a realidade da exploração a que estão submetidos os trabalhadores rurais deste País. E a eles é dado a tarefa de, juntos com os demais trabalhadores do País, imporem um basta a este processo. O grito ecoado no dia 15 de maio em Guariba e no dia 16 em Bebedouro foi o sinal de alerta para o campo paulista. Certamente esta luta está-se iniciando.

POST-SCRIPTUM

Citricultores x indústrias de suco (na luta pelo lucro entre capitalistas não sobra nem bagaço para os trabalhadores)

Como todos sabem a citricultura paulista tem caracterizado-se como um setor agrícola que rapidamente expandiu as relações tipicamente capitalistas no campo. Esse processo provocou a passagem da cultura das pequenas e médias propriedades para as médias e grandes.

Além dessa transformação fundamental, a luta por melhores preços para a laranja tem provocado a união desses produtores (em geral hoje capitalistas). Essa união se expressa no papel da Comissão da Citricultura da FAESP, na formação da Associtrus (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo), e na composição de "pools" de comercialização da safra entre, particularmente, os grandes produtores.

No outro pólo, as indústrias de suco cartelizaram-se na ABRASSUCO (Associação Brasileira das Indústrias de Suco), lutando evidentemente para, como compradores, impor seus preços aos citricultores.

A negociação do preço da caixa de laranja realizada durante o ano de 1985 teve duas etapas. Na primeira, os citricultores de certo modo levaram vantagem, pois com a medição da CACEX, o preço foi fixado em Cr$ 20.000 a caixa, embora reivindicassem Cr$ 34.000. Entretanto, os principais integrantes do cartel das indústrias (CUTRALE, CITROSSUCO e CARGILL) decidiram não acatar o preço estipulado. A FRUTESP e a FRUTROP toparam pagar o preço acertado, rompendo de certo modo a unidade do cartel.

Em conseqüência, os citricultores interromperam a colheita, bloquearam várias indústrias, impedindo entrada e saída da laranja ou do suco. Foram bloqueadas as seguintes indústrias: Bascitrus (Mirassol), Cargill (Uchoa e Bebedouro), Branco Peres (Itápolis), Citromogiano-Cutrale (Conchal), Tropsuco-Cutrale (Santo Antônio da Posse), Sucorrico-Cutrale (Araras), Citral-Cutrale (Limeira), Citrossuco e Citropectina (Limeira). Ficando as demais paralisadas exceto Frutesp e Frutrop.

Criado o impasse, o Governo tratou logo de encontrar um saída. Nova rodada de negociações e os citricultores que calculavam receber em torno de US$ 2,50 por caixa (câmbio médio de outubro) perderam. O novo acordo estipulou que:

1. O preço acordado é de Cr$ 20 mil por caixa de laranja de 40,8 quilos;
2. O ICM é dividido igualmente entre citricultores e indústrias;
3. Do preço de Cr$ 20 mil deduz-se o valor do ICM, o sinal dado e uma parcela de Cr$ 4 mil. O saldo será pago em seis (6) parcelas iguais e consecutivamente mensais, a partir da existência de saldo credor positivo em favor do produtor;
4. O valor Cr$ 4 mil será pago em quatro (4) parcelas mensais iguais e consecutivas, sendo a primeira em 30 de julho de 1986.
5. As condições do presente acordo aplicam-se a todo e qualquer contrato de compra e venda de laranja, com preço a ser fixado entre citricultores, indústria e Cacex, referente à safra de 1985/86;
6. O presente acordo é firmado na presença do Sr. Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do diretor da Cacex, Sr. Roberto Fendt, aos 20 de setembro de 1985.

Dessa forma com o pagamento de 50% do 1CM (Cr$ 1.400), Cr$ 4.000 sendo pago apenas a partir de julho de 1986 em 4 parcelas, e os restantes Cr$ 14.600 deduzido o sinal (em média Cr$ 6.000 por caixa, a ser pago em 6 parcelas, o preço real recebido não ultrapassará a casa dos Cr$ 15.000, ou seja, US$ 2,00 a caixa.

Este preço real é portanto inferior ao recebido no ano passado safra de 84/85. O motivo da pressão do cartel industrial está baseado no fato de que o preço de registro também caiu de US$ 1700 a tonelada na safra passada para US$ 1400 neste ano.

Os citricultores não concordaram a princípio com a nova negociação, foram á justiça. Ou então através das assembléias prometiam continuar a luta por uma fatia maior do lucro no setor. Mas, certamente, cederam às pressões dos monopólios.

Mesmo assim, enquanto os citricultores tiveram um aumento em cruzeiros no preço da caixa de laranja de mais ou menos 350% entre a safra de 84 e a de 85, os trabalhadores bóias-frias apanhadores da laranja mais uma vez são explorados. Pois enquanto que na safra passada receberam em torno de Cr$ 210 por caixa colhida, na safra atual recebem agora a importância de Cr$ 500 a Cr$ 580, o que representou um aumento de 140% a 180%. Esta quantia é portanto muito inferior ao que os citricultores receberam.

Mais uma vez, podemos continuar afirmando: aos trabalhadores nem bagaço.

Março 1986

N0TAS

1. Aliás, a expressão "cartel do suco" é comumente empregada pelos citricultores, quando se referem ás indústrias de suco. A realidade deste setor industrial é sem dúvida a cartelização, pois está em torno de 18 indústrias sendo que, três (CUTRALE, CARGILL e CITROSSUCO) respondem por cerca de 90% do suco produzido. Uma delas, a CUTRALE, controla 7 indústrias, a Citrossuco 2, a Cargill 2; as 7 outras são de menor porte.
2. Nas publicações da ASSOCITRUS e da FAESP, respectivamente, Jornal do Citricultor e Informativo FAESP, sempre estão presentes reportagens acerca do que estamos colocando.
3. "Agricultura e Indústria no Brasil" in Boletim Paulista de Geografia n.° 58 - setembro de 1981 - AGB-SP - São Paulo.
4. MARX, K. (1974). "O Capital" - Livro III, Vol. 4. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
5. OLIVEIRA, A.U., "A pequena produção agrícola mercantil no Brasil" in ANAIS do 5." Encontro Nacional de Geógrafos - AGB - Porto Alegre - 1982-Livro 2-Volume II.
6. AMARO, Antônio Ambrósio - Membro do Instituto de Economia Agrícola com excepcional conhecimento sobre a citricultura e inúmeros trabalhos publicados, particularmente nos prognósticos agrícolas do Estado.
7. Existiram três outras indústrias durante o período 1963/65, aliás, uma delas, a Seiva S.A. nem funcionou embora tivesse mudado de nome na década de 70, (Multicitrus). Esta indústria estava localizada em Bebedouro onde também existiu a Universal e em Barretos a Anglo.
8. A Flórida Citrus Mutual ê a maior associação de produtores de cítricos dos EUA. Fundada em 1948, a entidade congrega 13.365 produtores dos 15.500 existentes no Estado.
9. Dólar da época do fechamento do preço da caixa de laranja para a safra 83/84 Cr$ 1.626,00.

A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento

ORLANDO VALVERDE
Geógrafo

1. O que é e o que representa a hiléia

Dos três grandes domínios de selvas equatoriais da Terra, o da América tropical é o maior deles. Estende-se de N a S, desde a costa oriental do México até o centro da Bolívia, e de E a W, desde São Luís do Maranhão até altitudes médias das vertentes orientais dos Andes.

A hiléia representa mais de 20% da biomassa existente no planeta. Embora a taiga [1] siberiana cubra uma superfície bem maior, enquanto esta encerra 250 m³/ha de biomassa, a hiléia alcança, em média, 750 m³/ha. Pode-se afirmar, grosso modo, que 1/3 das árvores da Terra inteira está na floresta equatorial da América.

Mais de 300 espécies arbóreas da Amazônia brasileira já são conhecidas como fornecedoras de madeiras nobres, potencialmente comerciáveis. Apesar de figurar este item em primeiro lugar na pauta das exportações atuais do Estado do Pará, somente 11 espécies botânicas de madeiras foram por lá exportadas.

Além das madeiras de marcenaria, encontra-se na mata equatorial imensa variedade de produtos, tais como: celulose e papel, combustíveis (lenha, carvão, etanol), óleos essenciais (paurosa, cumaru), produtos farmacêuticos (ipecacuanha, salsaparrilha), alimentos (provenientes de frutos, raízes, folhas, estipes), fibras, flores etc. Dentre todos esses recursos, releva em importância a energia, captada da irradiação solar, através da fotossíntese.

A fonte primária de toda a energia na Terra é o Sol. Desde a Revolução industrial, grande ênfase tem sido dada ao consumo de combustíveis fósseis - carvões e petróleo -, substâncias que acumularam a energia solar captada em outras eras geológicas e que, por isso mesmo, são formas não-renováveis de energia.

O álcool, em particular o etanol, pode ser obtido de plantas cultivadas - cana, mandioca, sorgo sacarífero, babaçu -, mas também diretamente da madeira. É uma forma de energia difusa, renovável, para a qual o Brasil já criou uma tecnologia de vanguarda, para seu aproveitamento. Esta energia depende da irradiação solar atual, sendo, por isso, especialmente abundante em regiões cujos recursos hídricos e temperaturas permitem o metabolismo vegetal durante o ano inteiro. Estas premissas colocam o Brasil em situação ímpar, visto que é o maior país tropical do mundo. Ele recebe maior quantidade de irradiação solar que qualquer outro e possui as maiores descargas fluviais. O rio Amazonas tem, no seu baixo curso, uma descarga superior a 200.000 m³/segundo (2), volume que equivale a 1/5 do volume de águas despejado nos oceanos, na unidade de tempo, por todos os rios da Terra reunidos.

Nestas circunstâncias, preservar a hiléia amazônica representa assegurar o futuro do Brasil nesta era de revolução energética, ora em início.

A hiléia brasileira reveste uma superfície de 3.972.000 km² (46,6% da área do Brasil), localizada no norte do nosso País, abrangendo a maior parte dos Estados de Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Rondônia; Territórios de Amapá e Roraima, bem como o oeste do Maranhão e o extremo norte de Goiás.

2. Origem e manutenção

Até o fim da era mesozóica, no lugar onde existe agora a bacia sedimentar do Amazonas havia um golfo, que abria para o Oceano Pacífico. O seorguimento dos Andes, a partir daquela época, facilitou o entulhamento dessa região.

Daí, até a formação da atual bacia sedimentar da Amazônia, a evolução não foi simples. O pacote de sedimentos paleozóicos, com arenitos e calcários, que constitui o sinclinal paraense, cujo eixo é percorrido pelo rio Amazonas, já estava depositado.

Sob condições de clima bem mais seco que o atual os sedimentos terciários foram severamente aplainados, dando origem ao baixo platô terciário de nossos dias. Conforme o ambiente de sedimentação, é ele constituído pelas formações: Pebas ou Solimões, a oeste; Alter do Chão, no médio vale; Barreiras, nas vizinhanças da foz. É provável que o referido aplainamento tenha afetado o escudo cristalino em algumas partes, formando o atual pediplano de Inselberge do alto rio Negro, por exemplo. Enquanto isso, o rio Amazonas abria caminho para o Atlântico, apesar de que o seu débito era, então, muito menor que o de hoje.

Durante as glaciações quaternárias, especialmente na última (Würm), o nível dos oceanos esteve mais baixo que o atual cerca de 160 metros, em virtude de grande quantidade de suas águas estarem retidas nas calotas polares sob a forma de gelo. Em consequência, o rio Amazonas e seus principais afluentes encaixaram profundamente seus leitos nos tenros sedimentos terciários. Por isso mesmo, o lençol de água subterrâneo se aprofundou e o revestimento vegetal predominante tornou-se, nesse período, de cerrados abertos (cujas árvores têm maior desenvolvimento radicular em profundidade que as das florestas). As chuvas eram mais concentradas que hoje, na Amazônia. A alternância com as estiagens permitia a formação de crostas lateríticas, e o forte escoamento superficial formou os horizontes de laterita pisolítica.

A floresta equatorial se restringia a pequenos "refúgios" dispersos, situados, na maioria, no sopé oriental dos Andes. Três deles foram localizados no atual território brasileiro.

Durante a época da transgressão flandriana, quando as temperaturas de novo se tornaram mais altas, o nível dos oceanos se elevou. O rio Amazonas e seus tributários provenientes dos Andes construíram suas várzeas, acumulando nas margens seus aluviões. Os outros afluentes, com cargas sólidas reduzidas, encharcaram as terras vizinhas, formando lagos e igapós.

A partir dos "refúgios", as matas se estenderam pelas margens dos rios, formando florestas de galeria; depois, subiram as vertentes e coalesceram no alto dos tabuleiros. Assim, como fato geográfico, a hiléia amazônica é geologicamente recente, posterior à última glaciação, isto é, com menos de 10.000 anos B.P. [3].

Um dos aspectos mais enganadores que a hiléia apresenta é sua pujança, mesmo sobre solos muito pobres. Os seus descobridores imaginaram que somente solos de grande fertilidade poderiam sustentar uma formação tão densa e verdejante.

O ecossistema da hiléia mantém uma formação—clímax(4), auto-sustentada, independente da fertilidade do solo. As análises de águas realizadas por H. Sioli (1981/82) e sua equipe demonstraram que:

- a chuva que cai sobre a floresta é composta praticamente de água destilada, adicionada de anidrido carbônico (CO_2);

- a água que goteja das folhas e escorre pelos galhos e troncos das árvores tem um pH quase neutro, é rica em bases solúveis e húmus;

- a água proveniente das fontes do tabuleiro terciário é rica em ácido húmico, muito pobre em bases solúveis, tendo assim um pH de valor muito baixo.

Desses fatos se tira a seguinte explicação: Os nutrientes recolhidos pelas águas da chuva na floresta amazônica provêm dos excrementos de sua riquíssima fauna arborícola - aves, macacos, insetos - bem como dos restos de plantas e animais que ali viviam. Os troncos e galhos das árvores da hiléia ostentam uma rica e variada cobertura de epífitas e de vegetais inferiores, compostos estes de limo, fungos, líquens e cogumelos; depois que caem mortos sobre o solo, adensa-se a população de cogumelos de orelha, por exemplo. Aspecto comum é ver-se sobre o solo florestal uma folha ainda não inteiramente morta, porém já atacada por líquens e por um fungo - um micélio, por exemplo - ser unicelular gigante, com um prolongamento que sorve nutrientes da folha, e outro, que se estende a distâncias até um metro, conduzindo-os diretamente à raiz de uma árvore. Os nutrientes dissolvidos nágua que trespassam a serapilheira do solo florestal não conseguem, entretanto, ultrapassar a rede de fina malha do sistema radicular pouco profundo das árvores da hiléia, três vezes mais denso que os das árvores das florestas temperadas. Efetivamente, das árvores da selva amazônica raras são aquelas que possuem raiz pivotante; comumente, elas não vão além de um metro de profundidade, ou rastejam sobre o solo, até distâncias da ordem de 5 a 10 metros, como enormes serpentes.

Para se apoiarem em pé no terreno, algumas árvores desenvolvem dispositivos curiosos: uma se escoram em enormes raízes verticais, triangulares, chatas, que alargam a base do tronco, chamadas sapopembas ou catanas; outras ficam encavaladas sobre um sarilho de raízes adventícias. No vale do rio Teles Pires, no extremo norte do Mato Grosso, 10% das árvores da mata de terra firme desenvolviam tais dispositivos.

A água utilizada no metabolismo das plantas retorna depois á atmosfera pela evapotranspiração. Dada a importância do "vento geral", que sopra constantemente de leste para oeste no baixo Amazonas, a água da chuva é reciclada várias vezes sobre a região. E. Salati et allii (1978) comprovaram que cerca de 30% das chuvas caídas em Manaus provêm da evapotranspiração da hiléia que lhe fica a leste, e não da evaporação direta das águas do Atlântico. Daí se deduz como corolário que, a continuar a devastação acelerada na Amazônia do leste e central, as chuvas ficarão drasticamente reduzidas em Manaus e nos países vizinhos do oeste (Peru e Colômbia).

3. Exploração das florestas equatoriais

Até agora, toda a exploração direta da floresta amazônica tem sido feita de maneira seletiva, em busca de uma espécie ou gênero botânico, fornecedor de determinada mercadoria: Hevea para a borracha, Bertholletia excelsa para a castanha, madeiras finas como o mogno (Swietenia macrophyla). "A riqueza botânica da hiléia corresponde a uma pobreza econômica", afirmou P. Deffontaines (1945). De fato, a heterogeneidade da selva dificulta essa exploração seletiva. Ademais, na Amazônia, todos os grandes plantios de uma só espécie têm resultado em malogros comerciais. Assim se deu: em Belterra, com seringueiras; em Tomé-Açu, com pimenta-do-reino; no Jari, com Gmelina arbórea.

Nos trópicos úmidos do Velho Mundo, técnicos das potências metropolitanas conseguiram, no passado, alguns êxitos no aproveitamento racional dos solos e da floresta, cujos resultados foram depois anulados pelo odioso instituto colonialista que governava aqueles países:

A - Sistema de corredores. Este sistema revelou-se perfeitamente adequado às terras planas da floresta equatorial. As tribos do baixo Congo, que tinham sido dispersas em conseqüência do recrutamento de mão-de-obra para a coleta de látex produtor de borracha, foram reunidas em comunidades tribais homogêneas ("barza"), chamadas "paysannats" pelos técnicos belgas, organizadas em habitat linear concentrado. Num dos extremos da aldeia, os cultivos são organizados em faixas paralelas, na direção leste-oeste (para receber bastante irradiação solar direta), com 100 metros de largura cada uma, alternadas com iguais faixas de mata.

Os agrônomos belgas já haviam concluído então, em suas pesquisas no Congo, que as lavouras consorciadas dos nativos rendem mais, naquelas condições ecológicas, do que as mesmas alturas singelas, tratadas com as técnicas européias (usando arado). Isto porque os solos dos trópicos úmidos não devem ficar desnudos, expostos à erosão, lixiviação e eluviação.

Assim, após a derrubada e a queimada, o terreno de cada faixa era ocupado durante quatro anos, sucessivamente por: milho, arroz, banana e mandioca (esta em duas safras) consorciadas; novamente milho, e afinal, amendoim. Após esse período de cultivo, praticado em conjunto pela comunidade, cada faixa era deixada em pousio durante 17 anos.

Tão longo prazo de repouso em capoeira, na Amazônia, permitiria inclusive o cultivo de certas espécies de madeiras nobres, de crescimento rápido, como a quaruba (Vochysis sp.) e o freijó (Cordia sp.).

As casas do aglomerado congolês situavam-se dentro de pequenos lotes de 20 ares, tendo à frente um pomar de laranjas, em lugar de jardim; no quintal, fruteiras diversas, e no fundo, em cultivo comum, duas lavouras permanentes: de café (Coffea robusta) e de dendê (Elaeis guineensis).

A adaptação deste modelo de comunidade rural seria muito facilmente implantado em terra firme, na Amazônia, visto que o colono nordestino - principal povoador da região - mantém tradicionalmente os vínculos de família e já alcançou um nível técnico superior ao dos nativos do baixo Congo.

B - "Taungya-forestry system". Em birmanês, a palavra taungya (pronuncie-se "tânguia") significa "roça". Por conseguinte, a expressão deste subtítulo deve ser traduzida como "sistema combinado de roça e silvicultura". No entanto, o fazedor de roça é considerado, em princípio, inimigo n.° 1 do silvicultor, já que pratica uma rotação de terras, precedida de derrubada e queimada.

Em 1856, tendo sido nomeado Superintendente das Florestas, em Pegu, na Birmânia, o silvicultor alemão Dietrich Brandis, em vez de perseguir os agricultores nativos, convidou-os a plantar mudas de pau-teca (Tectona grandis) em seus roçados, em fileiras intercaladas com o arroz, mediante pequena remuneração por pé plantado. Quando o agricultor abandonava um campo não perdia o direito sobre a árvore ali plantada; mas só podia cortá-la passados vinte anos, quando então a tora de pau-teca era adquirida pelo governo, ao preço corrente no mercado. Nestas circuns-:âncias, a floresta heterogênea da Birmânia tornou-se enriquecida em madeira nobre, sem afastar os agricultores nativos.

Tanto êxito resultou do "taungya-forestry system" que ele foi estendido à Índia, Java e todo o sul asiático. Mais tarde, passou para a África tropical, aumentando o número de espécies produtoras de madeiras comerciais, plantadas nos roçados.

C - Extração de madeira em faixas horizontais. Carl Jordan, ecólogo do Jardim Botânico de Nova York, propôs, em artigo recente(*), uma técnica de exploração madeireira, adequada a terrenos fortemente ondulados, como os que se encontram em partes do escudo cristalino da Amazônia (por exemplo nos segmentos da Transamazônica entre os rios Anapu e Pacajá, no Pará, e entre Jacareacanga, PA, e Aripuanã, AM).

Uma faixa em curva de nível, com uns 50 metros de largura, seria derrubada para extração de suas madeiras comerciais. Na borda superior desta faixa seria aberta uma trilha, conduzindo até a estrada mais próxima, de modo a permitir a retirada das toras por caminhão.

Completada a extração das madeiras desta faixa, seria ela abandonada por alguns anos, a fim de que novas árvores começassem a regenerar a floresta. Os madeireiros voltariam mais tarde, porém desta vez na faixa adjacente, acima do caminho carreiro.

O referido autor indica duas vantagens fundamentais na adoção desta técnica: os nutrientes arrastados pela erosão da segunda faixa seriam rapidamente assimilados pelas árvores novas da primeira; as sementes produzidas pelas árvores da faixa adulta ajudariam a repovoar a faixa vizinha, recentemente cortada.

É claro que as capoeiras podem ser enriquecidas com espécies de madeiras nobres, nela plantados de maneira dispersa.

Todas as técnicas de utilização da mata equatorial acima descritas são racionais, porém extensivas, espalhadas no imenso domínio florestal; nunca se prestarão a uma produção maciça, devastando grandes áreas contínuas. Tal política interessaria ape-

nas a grandes empresas estranhas á região, multinacionais talvez, mas rompendo irremediavelmente o equilíbrio ecológico. Corresponderia, isto sim, a uma pilhagem, típica do imperialismo colonialista.

Nos trópicos americanos, nenhum dos manejos florestais mencionados foi experimentado, em escala apreciável.

A descolonização dos países tropicais do Velho Continente (índia, Birmânia, Zaire, Indonésia etc.) foi aproveitada pelas grandes madeireiras para negociar com os novos governos, inexperientes, endividados ou comprometidos, para saquear suas florestas equatoriais. M.K. Ranjitsinh (1979), da FAO, denunciou que, anualmente, são derrubados S milhões de hectares dessas florestas na Ásia.

No Brasil, a exploração da hiléia amazônica após o surto da borracha obedeceu esquematicamente a três fases:

1.ª - Colonização por pequenos proprietários, ao longo de eixos rodoviários recém-construidos (1971-73).

Esses projetos tiveram resultados aquém das expectativas, por duas razões principais: a) incapacidade do governo em atender ao afluxo maciço de migrantes, na BR-364, entre Vilhena e Ariquemes, em Rondônia; b) falta de assistência aos colonos e precária manutenção das estradas, depois de 1973, na Transamazônica, entre Marabá e Itaituba (PA).

2.ª - Grandes Projetos Agropecuários (1974-78).

Favoreceu a especulação imobiliária por grandes empresas, financiadas pelo governo; agravou severamente o problema agrário e a violência na Amazônia; vêm devastando, em grande escala, as matas do E e SE da região, com graves desequilíbrios ecológicos.

As técnicas de desmatamento têm-se intensificado com grande rapidez. Até 1970, usavam-se apenas o machado e a foice; com esses instrumentos 6 a 8 homens levavam cerca de uma semana para derrubar 1 hectare. Com moto-serra, empregada a partir de 1971, um homem derruba 1 hectare em 2 dias. Com o correntão, usado no desmatamento de florestas secundárias ou cerradões, por empresas especializadas, 5 a 6 homens derrubam, com sua parafernália, 40 a 50 hectares, em um só dia. Jogando desfolhante sobre a floresta, com um avião agrícola, seu piloto devasta cerca de 100 hectares, em meio dia de trabalho.

Extrapolando os somatórios das áreas devastadas da hiléia, observadas em imagens de satélite colhidas em 1973 e 1978, o ecólogo Ph. Fearnside (1982) calculou, por meio de computador, a tendência do crescimento daquelas áreas, a ser mantido o ritmo do desmatamento, deflagrado no citado qüinqüênio. (O mencionado autor chama a atenção para o fato de que o cálculo não equivale a uma **previsão,** mas revela uma **tendência).** As datas do desaparecimento final da floresta nas Unidades amazônicas da Federação brasileira seriam as seguintes:

U.F.	Ano
Amapá	2159
Pará	1991
Roraima	2002
Amazonas	2003
Maranhão	1990
Goiás	1988
Acre	1995
Rondônia	1988
Mato Grosso	1989

Mais recentemente, o próprio Fearnside reconheceu, entretanto, que o cálculo da área desmatada, efetuado pelo INPE, estava muito aquém da realidade, porque as imagens de satélite utilizadas por aquele Instituto não cobriam toda a área da hiléia brasileira. Desde janeiro de 1979, porém, nenhum órgão do governo federal publicou qualquer dado mais atualizado a respeito do desmatamento da Amazônia.

3.ª - Projetos madeireiros

Já existem, há muito tempo, grandes empresas madeireiras multinacionais extraindo essências nobres na Amazônia brasileira, como: a Geórgia Pacific (norte-americana), a Toyomenka (japonesa) e a BRUMASA (holandesa).

Um projeto de lei de zoneamento da Amazônia para fins de utilização (PROZAM) aguarda oportunidade para ser aprovado pelo Congresso Nacional. De acordo com tal projeto, 50 milhões de hectares - área equivalente à do Estado da Bahia - serão destinadas a Florestas Nacionais, sujeitas a exploração madeireira "racional e auto-sustentada" por grandes companhias, sob contrato com o governo brasileiro. Essa exploração intensiva, proposta pela SUDAM desde 1972, pretende atender á crescente demanda de madeiras tropicais nos grandes mercados mundiais, premidos pela irremediável deplecção das florestas dos trópicos asiáticos e africanos.

Acontece- que, até hoje, não se formulou em pais algum, uma técnica para exploração racional e intensiva das madeiras das matas heterogêneas dos trópicos. A extração seletiva das essências nobres dispersas nessas matas abre clareiras com a queda das árvores e exige a abertura de numerosos caminhos carroçáveis para a penetração de guindastes e tratores, os quais compactam e degradam os solos. Esses espaços são depois tomados por plantas heliófilas, de crescimento rápido, sem valor comercial.

Por outro lado, os valiosos e pacientes experimentos realizados pela Estação Experimental de Curuá-Una (Convênio FAO/SUDAM) e pelo INPA (em Manaus) têm fornecido dados iniciais que poderão orientar o manejo silvicultural de algumas essências florestais (talvez menos de dez), porém nunca a reposição de mais de 300 espécies de árvores, em superfícies contínuas de dezenas de milhares de quilômetros quadrados! Ademais, não foram até hoje organizados na Amazônia grandes viveiros para reposição das espécies vegetais bem conhecidas.

Sob tais condições, a floresta amazônica será saqueada da mesma forma e pelas mesmas empresas que as dos trópicos africanos e asiáticos.

Nas vastas áreas florestais da Amazônia submetidas a esse tipo de exploração serão desencadeados os seguintes processos de degradação ambiental: erosão acelerada, lixiviação e eluviação dos solos, destruição da vida microbiana dos mesmos, aumento da carga sólida e do assoreamento dos rios, alteração do clima local e regional (com aumento da amplitude térmica diária, concentração e diminuição das chuvas), alteração dos regimes fluviais, extinção de número incalculável de espécies vegetais e animais.

Pior ainda que o desastre ecológico serão as conseqüências econômico-sociais que restarão para os habitantes da Amazônia, especialmente aos das classes pobres.

4. Propostas para um futuro melhor

Como se vê, toda a política de valorização e desenvolvimento da Amazônia brasileira, desde a nossa independência, foi concebida e aplicada em função de interesses estranhos á região e ao próprio Brasil. Isto a começar pelo surto da borracha, iniciado no último quartel do século passado. Com ele, enriqueceram extraordinariamente as fábricas de pneumáticos, de automóveis e de artefatos de borracha, nos Estados Unidos e na Europa. Quando elas puderam adquirir matéria-prima a preços mais baratos, a Amazônia, em colapso econômico, foi abandonada á própria sorte.

Ê indispensável mudar radicalmente, quanto antes, essa orientação; porém, tão brusca mudança só seria possível em consequência de outra mudança na estrutura econômico-social de nosso País. Contudo, rápidas alterações poderiam ser desde já introduzidas, de modo a refrear poderosamente o ritmo das devastações.

A primeira mudança proposta seria semelhante à do governo imperial inglês na Índia: declarar a floresta amazônica propriedade dos Estados (lá as matas foram declaradas patrimônio da Coroa britânica), sujeita a uma legislação normativa e fiscalização pelo Governo Federal.

Um acordo com os países exportadores de madeiras tropicais, atuais (Tailândia, Indonésia, Filipinas, Malásia) e potenciais (Peru, Colômbia, Guianas etc.) constituiria a OPEMÁT, semelhante à OPEP, que elevaria os preços no mercado mundial. Ao mesmo tempo, o Brasil criaria uma legislação permitindo somente a exportação de madeiras nobres beneficiadas ou em artefatos e, ademais, apenas depois de satisfeitas as demandas anuais do mercado interno, a preços ao alcance dos consumidores.

As rendas obtidas com a economia madeireira nacional reestruturada seriam aplicadas, em sua maior parte, na preservação de nossas florestas e nos experimentos com seu manejo agrosilvicultural.

Tal como se procede em relação aos ecossistemas florestais delicados, situados em países desenvolvidos (taigá siberiana, na URSS; floresta de sequóias, nos EUA), a hiléia brasileira deve ser mantida intacta, na quase totalidade de sua área. Somente em pontos dispersos, bem estudados e escolhidos, deve ser utilizada: solos de eleição não muito frágeis, boas vias de acesso aos mercados, jazidas minerais...

NOTAS

1. Nome russo dado às florestas de pinheiros das zonas frias.
2. Vários autores: "As mais recentes medições do rio Amazonas". Div. Águas, DNPM. Min. Minas e Energ. Divulg. Téc. n.° 1 81 p. Belém, 1964.
3. "Before present".
4. Diz-se que uma formação vegetal atingiu o clímax quando ela entrou em equilíbrio com as condições ambientais. Ela deixará de ser um clímax, quando as mencionadas condições mudarem, o que só pode ocorrer numa cronologia de milênios. Ê, portanto, um conceito completamente errôneo esse de que a hiléia é "o pulmão do mundo", dando excedentes de oxigênio. Tudo o que ela produz ela própria consome.
5. Carl Jordan: "Rich Forest, Poor Soil". Oarden, jan.-fev. 1982 (número especial sobre a Amazônia), p. 11-16.

BIBLIOGRAFIA

DEFFONTAINES, Pierre (1945). '**A Floresta** a **Serviço do Homem no Brasil'. Boi. Geogr.,** vol.TII, n.° 28,p. 561-8.

FEARNSS1DE, Philip M. (1982). **Desmatamento na Amazônia Brasileira: Com que intensidade vem ocorrendo?** Acta Amazônica, vol. XII, n.° 3, p. 579-590. Manaus, INPA.

RANJITSINH, M. K. (1979). **Forest Destruction in Ásia and the South Pacific.** AMBIO, vol. VIII, n.°5. p. 192-201. Stockholm.

SALATI, Eneas; MARQUES, J. & MOLION, L. C. B. (1978): **Origem e Distribuição das Chuvas na Amazônia.** Interciência, vol. 3, p. 200-205.

SIOLI, Harald (1981/82). **Conservação e Proteção de Fauna e Flora.** Ih "Amazônia Brasileira em **Foco",** n.° 14, p. 83-97. **C**.N.D.D.A., R. *1.*

VALVERDE, Orlando. (1980) O **Problema Florestal da Amazônia Brasileira.** 120 p., Ed. Vozes, Petrópolis.

Os agrotóxicos e suas implicações socio-ambientais

WANDA CARNEIRO DE CLAUDINO SALES,
PEDRO JOSÉ ALVES CAPIBARIBE, PAULO RAMOS,
MARIA CLÈLIA LUSTOSA DA COSTA

Membros da Comissão de meio-ambiente da Seção Fortaleza da AGB

O presente texto foi produzido pela Comissão do Meio Ambiente da seção Fortaleza da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), para subsidiar a discussão sobre Agrotóxicos no Brasil, realizada na "sessão técnica" da XVII Gestão Coletiva da AGB, ocorrida em Uberlândia, em julho de 1985. O objetivo da sessão foi gerar reflexão sobre o tema, para posicionamento da AGB Nacional diante do assunto, tão em evidência nos últimos anos. Dessa forma, o texto não é produto de aprofundamento científico ou teórico da questão, nem tem o rigor metodológico necessário à produção intelectual; trata-se sobretudo de uma síntese do material disponível coletado, de um apanhado geral a partir de pesquisas representativas de situação a nível nacional realizadas em jornais e revistas de diversas áreas do País. Ê, portanto, um texto informativo, que trata de questões específicas do problema Agrotóxicos, elaborado com a intenção de propiciar uma visão panorâmica do tema, cuja discussão, na Gestão Coletiva, aprofundou os aspectos políticos e sociais do assunto.

A utilização de elementos químicos no controle de pragas na agricultura brasileira vem ocorrendo desde as primeiras décadas desse século, como demonstra a legislação datada de 1934. Depois do final da segunda guerra mundial, com a introdução do DDT e mais tarde, de outros inseticidas organosintéticos, o consumo de pesticidas aumentou consideravelmente, sobretudo a partir da década de 70. Em meados da década de 60, o consumo aparente de inseticidas, fungicidas e herbicidas era de 16.193 toneladas de princípios ativos. Na década de 70, o Brasil passou a ser o terceiro país do mundo em consumo de agrotóxicos, posição que sustenta até hoje, embora não produza no mesmo ritmo. Na época, superou o mercado japonês, com investimentos da ordem de US$ 679 milhões, para um total estimado em US$ 9,18 bilhões. Em 1979 foram aplicados na agricultura brasileira 228.441 toneladas de inseticidas, fungicidas e herbicidas, equivalentes a 84.394 toneladas de princípios ativos. A taxa média de crescimento foi de 5.414,2% para herbicidas, 584% para fungicidas e 2.336% para inseticidas, entre 1964 e 1979. Dados existentes permitem concluir que, nesse período (15 anos), foram aplicados perto de 1 milhão de toneladas de princípios ativos de agrotóxicos na agricultura brasileira, representando uma taxa de crescimento da ordem de 421,2%. O comércio de agrotóxicos em 1984 representou um volume da ordem de US$ 1 bilhão, gerando lucros de 300% a 400%, sendo que 60% a 70% foram repassados para multinacionais (existem 34 indústrias cadastradas que produzem princípios ativos de agrotóxicos no Brasil, sendo que apenas duas são de capital privado nacional) (1). Segundo algumas previsões, o Brasil apresentará, nos próximos cinco anos, o maior aumento de consumo de agrotóxicos do mundo todo.

A razão desse surto de expansão do setor liga-se diretamente ás intenções expressas no "Plano de Desenvolvimento Nacional", bem como aos incentivos governamentais para que se incremente o seu uso, através do FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), implantado em abril de 1970. Em 1975, foi lançado o PNDA (Programa Nacional de Defensivos Agrícolas), cuja meta principal era a redução da dependência externa de 70% para 50% em 1980. As estimativas existentes previam que como consequência desse programa, a produção de agrotóxicos no Brasil atingiria 123.516 toneladas de princípios ativos em 1980, representando um aumento de 450% em apenas seis anos (2). Paralelamente ao aumento do consumo do agrotóxicos, evoluíram as técnicas de produção e utilização, sem que tenha havido evolução da necessária infra-estrutura de fiscalização da produção, da venda e dos usos dos agrotóxicos, bem como atualização da legislação vigente.

O desenvolvimento de uma economia voltada para ã exportação fez com que na agricultura brasileira predominassem as monoculturas. Estas propiciaram o aparecimento de pragas antes não existentes, em função da pouca diversidade florística e da alteração primária do ambiente. A tentativa de exterminar as pragas da agricultura provocou a introdução do uso de defensivos agrícolas, e a necessidade de aumentar a produção para responder **à** demanda externa e interna fomentou o uso dos fertilizantes, químicos.

De fato, um dos argumentos comumente usados pelos produtores é o de que, no estágio atual do desenvolvimento da produção, torna-se absolutamente indispensável o uso de produtos químicos na agricultura, como condição única para o aumento da produtividade e expansão da fronteira agrícola. Sob um outro prisma - o da saúde pública - os produtores enfatizam a eficiência dos produtos na erradicação de doenças e enfermidades, principalmente em países tropicais.

Na verdade, os argumentos acima são usados apenas como fachada para esconder a real utilidade da produção: a acumulação de capital para multinacionais. Os produtos químicos usados em saúde pública são restritos a um pequeno número de compostos químicos. Na agricultura, os agrotóxicos incluem porém inúmeros produtos, largamente utilizados, como consumo crescente nos últimos anos. No entanto, os esforços para dar à agricultura nacional um caráter mais moderno, inclusive com recursos à mecanização em moldes de empresas capitalistas, não oferecem os resultados esperados. O aumento da produção e consumo de agrotóxicos nos últimos anos está nitidamente em contraste com o aumento da produção na agricultura, sendo a última menor que a primeira. Além disso o crescimento da agricultura revela que "o que vem sucedendo não é um aumento da produtividade agrícola, mas sim um aumento de produção decorrente de ampliação da fronteira agrícola e expansão das áreas de cultivo. Estudos evidenciam que o aumento da área explorada foi o grande responsável pelo aumento total da produção agrícola brasileira nos últimos 20 anos"(3).

Assim, grande parte das justificativas para a utilização dos agrotóxicos mostram-se falaciosas quando checadas com os fatos. O que de concreto resulta dessa prática é a grande alteração imposta ao meio como um todo, causando prejuízos inestimáveis **à** fauna, **à** flora, **às** populações rural e urbana, à própria agricultura e **à** economia nacional.

As alterações ambientais são causadas porque "os agrotóxicos muitas vezes funcionam como agentes heterobióticos causadores de disassociação das proteínas em aminoácidos, tornando as culturas predispostas ao ataque de pragas e moléstias"(4). Por outro lado, determinadas pragas, com o aumento da utilização desses produtos tornam-se resistentes a eles, adquirindo assim maior importância. Há ainda vários exemplos de surgimento de novas pragas em função de utilização contínua dos produtos

químicos e casos de destruição parcial e/ou exterminação de insetos úteis.

A persistência de alguns defensivos agrícolas no emprego da agricultura contamina alimentos, em maior ou menor escala, dependendo da concentração do princípio ativo e da natureza do vegetal. Na horticultura, há exemplos de espécies que, uma vez contaminadas, assim permanecerão na reprodução, pois a alteração provocada na estrutura química do vegetal é codificada geneticamente. A utilização de agrotóxicos também leva a uma acumulação de material (resíduos), tanto nas plantas quanto nos solos; os resíduos, no solo, fazem com que toda a comunidade formada por microorganismos seja prejudicada, atacada intensamente em profundidades que alcançam até 20 cm, originando acúmulo prejudicial, alterando o gosto, o sabor e o desenvolvimento dos produtos da agricultura. Na maioria dos casos, o produto químico fica retido no ambiente, perpetuando a sua ação, ou é transportado pelo vento e/ou pela chuva para outros locais, ampliando horizontal e verticalmente o seu poder poluidor.

Os agrotóxicos, na sua natureza, podem ser orgânicos e inorgânicos. Na sua posição química, possuem, entre outros componentes, o PRINCÍPIO ATIVO, elemento que dá a sua toxidade [5]. Os princípios ativos dos agrotóxicos são basicamente os clorados, os fosforados e carbamatos. Os clorados são os mais tóxicos dentre eles. Têm como característica grande persistência no ambiente e ampla faixa de ação, sendo passíveis de armazenamento no organismo; são neurotóxicos, causando tumores, hiperexcitabilidade, perda de mobilidade, danos a fetos e morte. Pertencem a este grupo os organoclorados DDT, DDC, BHC, Aldrin, Edrin, Dularin, Endosulfan, Cloridane, Decalcloro, Dodecacloro, etc. Os fosfarados são também altamente tóxicos, mas alguns dentre eles não são persistentes, nem se armazenam nos tecidos orgânicos; provocam náuseas, dificuldades respiratórias, danos a fetos e morte. Pertencem a esse grupo: Diazinan, Nexiton, Thiocron, Gusthian, Alazinan, Thrithion etc. Os carbamatos também são altamente tóxicos e atuam sobre o sistema nervoso; os sintomas de intoxicação desenvolvem-se rapidamente, consistindo no aparecimento de lacrimejamento, contração da pupila, salivação, mioses e convulsões acompanhadas de morte. No Brasil, os principais produtos carbâmicos são: Carboryl, Baygon, Mesural, Elocron, Zextran, Furadan etc.[6].

A toxidade dos agrotóxicos pode ser sentida através de ingestão do produto, inalação de gases e vapores desprendidos ou por simples contato. As formas de aplicação na agricultura variam muito, em função dos objetivos e da sua própria formulação. As formulações normalmente encontradas no mercado são: Pó Seco (para ser diluído em pó inerte), com concentrações de 1% a 20% do princípio ativo; pó molhado (absorvido em pó inerte especial), com concentrações de 1% a 20% do princípio ativo; pó molhado (absorvido em pó inerte especial), com concentrações de princípio ativo de 20% a 90%; pó solúvel (em água), com concentrações de até 90%; emulsão concentrada, com 20% a 80%; solução concentrada, com 40 a 90%; óleos, com 1% a 10%; granulado, com concentração de 2% a 5%. As formas de aplicação são várias: polvilhamento (utilizando pó seco), que permite que o produto seja facilmente transportado pelo vento e lavado pela chuva; pulverização (pó solúvel), que permite maior resíduo, exigindo para sua aplicação o uso rigoroso de equipamentos; aviação agrícola, extremamente perigosa, na medida em que expõe a ação do agente ou outros elementos da paisagem e a própria população[7].

A ação dos pesticidas é indicisplinada, agindo não somente contra as pragas, mas também contra o homem e contra os animais de sangue quente, sendo, portanto, um eficiente biocida. O uso de adubos químicos, assim, destrói a vida macrobiana do solo e o estereliza, compactando, adensando e salinizando as camadas superficiais pouco a pouco com seu uso continuado. Nas áreas onde se pratica a irrigação, a gravidade do problema é maior, pois a irrigação permite que o mal se espalhe por áreas maiores, através do escoamento superficial, levando o produto aos cursos de água, que assim terão também sua fauna e sua flora atacadas e suas águas poluídas.

É necessário se falar também da utilização de agrotóxicos no controle de doenças tropicais. Ao que consta, embora haja sucesso nessa prática, quase todos os problemas acima citados permanecem, ainda que em menor escala; salienta-se, contudo, que nos ecossistemas tropicais os fatores ecológicos apontam para uma grande diversidade biótica e para uma estabilidade climática dos agroecossistemas, que evidenciam a maior importância dos fatores biológicos sobre os físicos e químicos na estabilização das populações de insetos, o que amplia o potencial desequilibrador dos produtos empregados no ambiente.[8]

No Brasil, há muitos casos de contaminação por agrotóxicos, que vão desde simples intoxicação até cegueiras, distúrbios e disfunções, câncer, danos a fetos, veneno no leite materno e mortes. Só ultimamente têm sido divulgados casos fatais, já registrados em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Amazonas, dentre outros, e, em maior escala, notícias de intoxicações de camponeses em vários graus, espalhados por todo o Brasil. Evidencia-se contudo que, num grande número de vezes, o principal causador de intoxicação ou morte foi a utilização dos produtos de alta toxidade indiscriminadamente, sem a devida utilização de técnicas e equipamentos de proteção adequados. Não se pode, porém, afirmar que o não uso desses equipamentos seja consequência da falta de conhecimentos e informações do trabalhador rural, ou pelo menos que seja só em função disso. Na verdade, os equipamentos são caros e exigem certo treinamento para o seu manejo; assim, não são usados porque representam um custo adicional na produção da agricultura que não tem retorno - lucro - para os donos de terra e para os latifundiários.

É difícil avaliar com a devida seriedade a extensão do problema e a dramática situação a que se chegou com o uso indiscriminado e abusivo desses produtos na agricultura brasileira. A insuficiência de dados sobre a contaminação causada pelos biocidas tem servido de desculpa para que sejam adiadas as medidas de controle de sua utilização. As indústrias procuram minimizar o problema, colocando dúvidas sobre as denúncias que surgem na imprensa ou se eximindo de culpa pelo uso errôneo dos seus produtos. Os hospitais dão outros diagnósticos para as doenças causadas por intoxicação através dos agrotóxicos; as autoridades, principalmente na área do Ministério da Agricultura, nunca tomaram uma posição firme e clara para coibir o uso abusivo dos venenos agrícolas. Está claro, no entanto, que as formas de uso, comercialização e venda são os principais fatores responsáveis pelo caráter maléfico dos agrotóxicos.

Esses problemas têm despertado a atenção de técnicos e entidades ligadas à defesa ambiental e de opositores do sistema econômico vigente, pois os agrotóxicos, de elemento de defesa das atividades agrícolas, tornaram-se fatores de intoxicação e morte de trabalhadores rurais, contaminadores de alimentos, perturbadores das condições ambientais, fator de dependência econômica externa e exploração capitalista, criando situações as quais exigem providências do Governo Federal e dos Governos Estaduais, através de fiscalização e legislação sistemática, que disciplinem o seu comércio e uso e obriguem os donos de terra a adotarem necessariamente para os trabalhadores o uso de equipamentos e material de proteção, e campanhas de educação e conscientização dos malefícios dos biocidas e da estreita ligação entre agrotóxicos e imperialismo - estas a serem realizadas pela sociedade civil. De fato, chega a ser curioso, observar que vários produtos foram proibidos em países anteriormente produtores, os quais empregam agora capital na produção dos mesmos produtos em países do "terceiro mundo", como o Brasil.

A legislação vigente sobre o comércio de agrotóxicos no Brasil é baseada no "Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal", do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto-Lei 24.114, de 12 de abril de 1934 e publicado no Diário Oficial de 04 de maio do mesmo ano; a evolução que se processou no emprego de pesticidas entre nós, iniciada por volta de 1945/46 com introdução do DDT, vem exigindo que se processem profundas e cada vez mais urgentes modificações na legislação, não só de caráter geral mas principalmente de caráter específico. De 1934 para cá, houve apenas uma portaria, publicada pelo Ministério da Agricultura, que é o órgão responsável no que se refere aos resíduos tóxicos, datada de janeiro de 1961 (Decreto n.° 50.040), a qual dispõe acerca das normas reguladoras do emprego dos aditivos químicos em alimentos, considerando os inseticidas, herbicidas e fungicidas como "aditivos incidentais".[9]

Em 1967, a "Comissão Nacional de Normas e Padrões Alimentícios" do Departamento Nacional da Saúde (Ministério da Saúde) reviu o assunto e lançou a Resolução n.° 33/66, que modifica a tabela anterior de "Aditivos Incidentais", admitindo níveis máximos de tolerância adotáveis, limites esses calculados com base na dose diária aceitável (DDA), que deve ser entendida como a quantidade de um produto químico que, de acordo com o conjunto de dados toxicológicos conhecidos, pode ser ingerido diariamente sem danos apreciáveis.[10]

Essa legislação mostra-se inoperante e ultrapassada, inclusi-

ve porque não aborda assuntos absolutamente indispensáveis no trato da questão, como exportação/comercialização; sabe-se, por exemplo, que, dentre a grande variedade de agrotóxicos importados, muitos estão proibidos de serem utilizados nos países de origem ou têm sérias restrições ao seu uso e comércio, embora no Brasil eles circulem livremente.

Vários desses produtos já foram, através de estudos confiáveis, classificados comprovadamente como causadores de câncer e de distúrbios neurológicos graves, prejudicando inclusive fetos, sem que nenhuma restrição se faça a sua comercialização. Por outro lado, há numerosos exemplos de agrotóxicos vendidos sem todos os seus dados toxicológicos básicos discriminados. Junta-se a isto o fato de que não há ainda grande mobilização nacional no sentido de educar os usuários quanto às formas corretas de aplicações e suas implicações.

Esses problemas são previsíveis, visto que o decreto-lei que regulamenta o comércio e o uso dos agrotóxicos já completou meio século. A reação contra essa legislação veio com as legislações estaduais de agrotóxicos, recentemente aprovadas em nove estados brasileiros (São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros). As leis estaduais são, na maior parte, claras e objetivas.

Um dos aspectos principais diz respeito à proibição definitiva dos organo-clorados, responsáveis pela maior parte dos casos de contaminação e morte. Além disso, instituem o receituário agronômico, prescrição técnica assinada por engenheiros agrônomos ou técnicos habilitados para a compra de produtos sem registro nos países de origem, e só permitem a comercialização de agrotóxicos que tenham todos os dados toxicológicos especificados. Essas leis estaduais estão sendo questionadas pela ANDEF — Associação Nacional de Defensivos Agrícolas. A Associação entende que as legislações ferem a Constituição e, alegando portanto inconstitucionalidade, estão tentando anulá-las no Supremo Tribunal Federal.

O Governo Brasileiro está preparando, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Agricultura, a minuta do projeto de lei a ser apresentado ao Congresso Nacional. Essa legislação, no entanto, não atende às necessidades da sociedade, na medida em que não proíbe os organo-clorados, propõe um receituário agronômico vago e incompleto, não toma nenhuma atitude contra os agrotóxicos sem registro e não proíbe produtos que tenham causado câncer. Dessa forma, esse projeto da lei, se aprovado, levará a uma situação na qual as legislações estaduais ficarão sem efeito, na medida em que há contradições básicas nos seus corpos, não permitindo, inclusive, especificidades à nível estadual. Com efeito, verifica-se que o projeto de lei do Governo Federal coincide com os objetivos da ANDEF.

A existência da legislação adequada, absolutamente não garantiria, apesar de sua importância, a resolução de todas as questões referentes ao assunto. Mesmo que fossem aprovadas e cumpridas — o que parece improvável, já que há grande pressão para a não aprovação das leis estaduais ou ainda estas sofrem vetos substanciais nos itens mais válidos das propostas — se faria necessário o emprego de outras alternativas.

Alguns apontam para soluções pontuais, das quais a mais divulgada é a do retorno à agricultura biológica, alternativa já adotada por diversos países, através do manejo integrado de pragas, que é fundamentalmente ecológico e conservacionista. A técnica, denominada de manejo integrado, prevê a utilização de variedades resistentes de plantas e animais; controle biológico por microorganismos patogênicos; controle cultural (rotação de culturas, cultivo múltiplo, adubação orgânica etc); controle legislativo, através de uma lei que regulamente a produção, o uso, **a** comercialização, a importação e **a** exportação dos agrotóxicos, e que institua uma fiscalização rigorosa; emprego de agrotóxicos seletivos, de baixa toxidez e baixa persistência no ambiente.

No entanto, essas seriam soluções localizadas — mudança do paradigma atual da nossa agricultura para o paradigma biológico, já presente em vários países do mundo. Soluções desse gênero podem minimizar a problemática, mas não se mostram suficientemente fortes para enfrentar e combater as verdadeiras causas do problema. Claro está que a questão não é puramente ambiental — no sentido mais limitativo desse termo. Trata-se, sobretudo, de um problema que tem suas raízes no modelo de desenvolvimento econômico implantado no País. Tal fato torna-se evidente, para os que ainda nutrem dúvidas, ao se observar que os agrotóxicos foram introduzidos com o objetivo de aumentar em quantidade e "qualidade" a produção na agricultura; em que pese o fato de este aumento ter realmente ocorrido, ainda assim pode-se falar que o quadro de miséria e fome de alguns segmentos da sociedade não foi modificado. Certamente, isso não se deve a um caso puro e simples de superpopulação mundial ou brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DA BAHIA - **Proposta para a Lei dos Agrotóxicos.** Salvador, 198S.

ALMEIDA, Elber - **Toxidade dos Defensivos Agrícolas** Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, Suplemento Agrícola, São Paulo, 20 de maio de 1981.

BEZERRA, Evandro - **Os Agrotóxicos e a Agricultura Orgânica.** Jornal O POVO, Seção Opinião Econômica. Fortaleza, 21 de abril de 1985.

CREA/BA - **Boletim Informativo,** ano II n.° 7. Salvador, 1984.

CREA/CE - **Boletim Informativo,** ano I n.º 1. Fortaleza, março de 1984.

CREA/RS - **Jornal do CREA,** número 3. Porto Alegre, Fevereiro de 1984.

DANTES, Reginaldo Cavalcante - **Generalidades dos Defensivos Agrícolas.** Empresa Agropecuária do Ceará (EPACE), Boletim 47. Fortaleza, 1983.

GRANOTTI, O. et alii - **Noções Básicas sobre Praguicidas.** Boletim O Biológico, ano XXXVIII, vol. 18. Instituto Biológico de São Paulo, São Paulo, 1982.

JORNAL "O DIÁRIO DO NORDESTE" - Noticia **Agrônomos Continuam em luta por lei federal para Agrotóxicos.** Fortaleza, 5 de junho de 1985.

LAGO, J.A. et alii - O que é Agrotóxico. Ed. Brasiliense, coleção Primeiros Passos. São Paulo, 1984.

LAZARINNI, Walter - **Agrotóxicos:** O **Desenvolvimento Industrial contra a saúde.** Boletim de Atuação Parlamentar MANDATO, ano I n.º 1. Publicação do autor. São Paulo, março de 1985.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo - **A questão Ambiental no Brasil** (1960-1980) Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia; São Paulo, 1981.

REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA - vols. 15 e 16 RBT, São Paulo, 1985.

REVISTA CIÊNCIA HOJE - Ano I n.° 6. Editora Abril, São Paulo, 1985.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA - **Legislação de Agrotóxicos no Estado da Bahia.** Salvador, 1985.

PELOSO, Ernani - **Os agrotóxicos no Brasil.** Jornal do Engenheiro Agrônomo do Ceará, ano III, n.° 10, trimestre janeiro/março. Fortaleza, 1985.

NOTAS

1. Os dados de caracterização geral foram colhidos no artigo "Agrotóxicos - O Desenvolvimento Industrial Contra a Saúde", do Dep. Walter Lazarinni, publicado no "Boletim de Atuação Parlamentar - Mandato", ano I, n.° 1, São Paulo, março de 1935.
2. Dados extraídos do artigo "A Questão dos Agrotóxicos", de Ernani Peloso, apresentado como discurso a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, e publicado no "jornal do Engenheiro Agrônomo do Estado do Ceará (JEAC), ano III n.° 10, trimestre janeiro/março, Fortaleza, 1985.
3. Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo. A Questão Ambiental no Brasil (1960-1980). Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
4. Artigo "Os Agrotóxicos e a Agricultura Orgânica", de Evandro Bezerra publicado na Seção Opinião Econômica do jornal O POVO (Ceará), de 21/04/1985.
5. Artigo de Evandro Bezerra, do jornal O POVO, citado anteriormente.
6. Artigo "A Toxicidade dos Defensivos Agrícolas", de Elber Almeida, publicado no Suplemento Agrícola do jornal "O Estado de S. Paulo".
7. Idem
8. Grannotti, O. et alii "Noções Básicas Sobre Praguicidas". In O Biológico, ano XXXVIII, vol. 18. Instituto Biológico de São Paulo, 1922.
9. Dados colhidos no "JEAC", citado anteriormente.
10. Idem.
11. Dados colhidos no "JEAC", citado anteriormente.

A natureza na Geografia do ensino médio

MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO
Aluno de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH - USP

A percepção de que os quadros físicos dos espaços não esgotam os limites de estudo e reflexão, a que se propõe a geografia, é antiga. Os sintomas desta percepção vem desde o tempo em que os "possibilistas" de a Blache, julgando contrapor-se aos "deterministas" de Ratzel, constataram que o homem era algo mais do que um "cacho de bananas".

Com o advento do "neodeterminismo" — o econômico —, se assim podemos chamá-lo, a natureza adquire o "status" de recursos á disposição do capital, e assim, boa parte dos homens volta a ser "cachos de bananas" (a maioria, diga-se de passagem), e uma pequena parte impõe as suas "novas" determinações. "Novas" talvez para a história do pensamento geográfico, mas decerto muito antigas para aqueles que a sentem na pele.

Aqui digladiam-se as concepções: o homem, um submisso das vontades naturais; ou, a natureza, uma submissa das vontades humanas; ou, ambos — homem e natureza — submissos das vontades do capital.

Apologias e polêmicas à parte. O que importa ê que nesta altura do campeonato, a geografia há muito decolou, ganhou o "seu" espaço, descobriu e enxergou os homens "dentro" dele.

As preocupações espaciais, objeto da geografia, não mais se limitam às descrições do quadro físico, mas revelam os arranjos nele levados a cabo pelos homens. Busca compreender os limites — agora políticos — que os Estados (essa antiga novidade) impõem uns aos outros, ou melhor dizendo, que alguns Estados impõem a centenas de nações submetidas, não mais aos desígnios da natureza, mas às "naturais" superioridades de alguns, determinadas pela santíssima trindade do capital: trabalho, lucro, amém. Desígnios e superioridades tão naturais, quanto a vocação "físico-desentiva" da ciência geográfica, como ainda insistem alguns.

De qualquer forma o espaço físico existe, não ê uma abstração como são os complicadores políticos e econômicos que nele se digladiam.

Se nele (espaço físico) se vive ou se morre, pode até ser um problema importante, mas de qualquer forma há que se descrevê-lo (alguma utilidade terá). Tera? Pelo menos isso a geografia o fará bem. Fará?

Essa opção "avestruz", via de regra, adotamos nós professores de geografia. Deixamos o curso anormal e irregular das coisas correr. Adotamos uma bibliografia básica, que pode ser do Brasil ou do Japão, ou até de todos os países do globo, não importa, a ladainha é sempre a mesma: o quadro físico, o quadro humano, o quadro econômico. Pode mudar o país, a região, pode até ser o mundo inteiro que essa receitinha didática (lembra aquele antigo drops Dulcora: embrulhadinho, quadradinho...) da geografia não falha. O argumento da separação é sempre o mesmo: o tratamento didático (o estudante é um burro, o professor um incapaz)!

Às vezes são feitas relações. Naquele maciço antigo (geografia física), muito desgastado pela erosão (física), abundam os minerais metálicos (econômica), que são extraídos pelos homens (humana), negros na África do Sul e caucasianos em certas partes da Europa (humana-etnias).

Ê o espírito físico-descritivo já contagiando o humano e o econômico e, assim, vai a geografia cumprindo a sua função ideológica: fotografar o espaço. Admirar ou não este fotografia, mas jamais desvendar seus mistérios ou questionar seus arranjos, pois estes são problemas afetos a outras áreas do conhecimento. Afinal não foi da boca de nenhum geógrafo que saiu a afirmação: "0 mundo não foi feito só para ser descrito ou estudado, mas para ser mudado."

Grande parte de nós, professores de geografia, contentamo-nos com o "só" da frase acima, nos sentindo até contemplados, e a reinterpretamos da seguinte forma: ao geógrafo compete a descrição, a outros (sabe-se lá quem) compete a mudança. Assim ficamos em paz com as nossas consciências, transportando para a realidade aquilo que pregamos ser mero recurso didático.

E comum até a seguinte "concessão" no discurso: na realidade tudo é integrado — a natureza, o homem e a economia. No entanto, para efeito de facilidade de compreensão, separaremos os três ramos na sala de aula. É com esse discurso que se quer vender o "peixe geográfico".

Ora, por que não abrir o jogo e afirmar que este separação é o que acontece na realidade. Desde quando o homem (força de trabalho) é senhor e dono dos meios de produção (natureza, elaborada ou não), ou exerce alguma influência na determinação das relações de trabalho ou se de determina montanha, se deve tirar 1 ou 1 milhão de toneladas de minério de ferro?

Se na realidade a grande "sacada" do capitei foi a separação dos homens dos meios de produção, não há por que subverter este ordem, isto é, a geografia física tem que se separar da humana e os homens da economia.

O ensino, enfim, não é contraditório com a realidade na qual se insere. É, no máximo, contraditório com a construção de outra realidade que vislumbramos mais justa ou desejável.

A separação — física x humana x econômica —, sacramente ideologicamente o vencedor da dispute capital x trabalho. A nós, professores de geografia, compete o papel de "manter este chama acesa". Isto é, mostrar ou descrever o quadro natural dos espaços, ressaltar as potencialidades e/ou fraquezas, desvendar as possibilidades. Descrever da mesma forma os homens que habitam neste espaço, sua origem colorida e cultural, sua homogeneidade, ou heterogeneidade, seu ritmo de crescimento e de falecimento. Depois, num capítulo à parte, a realização das possibilidades, a descrição dos resultados que chamamos de econômicos e ai desfilamos na agropecuária, no extrativismo, na indústria, no transporte, no comércio, o quanto se faz, o quanto não se faz, etc.

Via de regra, o ponto de partida é a descrição do quadro físico, mesmo que isto não traduza uma visão intencionalmente determinista; já que se vai partir de alguma coisa, por que não partir do "palpável", daquilo que primeiro salte os olhos? Assim, vai-se descobrindo o "não palpável" e, aos poucos, enxerga-se o homem nesta paisagem e, depois, o resultado de seu trabalho (que, de preferência, não deve ser reconhecido como resultado do seu próprio trabalho). Dessa forma, começamos pelo "geográfico" e, depois, acrescentamos os "acessórios", que lhe dão vida.

Há quem ache que esta abordagem, por mais que se diga ao contrário, é determinista e criticável. A saída, então, seria inverter a ordem, isto é, começar pela economia e depois desembocar no quadro físico, mostrando alguns resultados, algumas limitações, completando o estudo "geográfico" (com a geografia?), tentando fazer com isso uma minimização da importância da física para o estudo geográfico, ressaltando a importância dos cha-

mados quadros humano e econômico, subvertendo a "mesmice" e, por tabela, convencendo o aluno de que geografia é ciência humana. Ciência humana começa pelo homem, o homem termina na terra, a geografia também. Se algum aluno questionar a inversão (demonstrando impaciência por chegar à geografia — lá no último capítulo), cobre-lhe uma nova postura, convença-o de que o quadro físico deve vir no fim, pois ele é resultado; se vier no começo aparece como determinante, e isto ele não ê.

E se não for nada disso, se esse discurso nem a nós convencer (não convence), é uma outra coisa qualquer que não sabemos qual é, mas acabamos descobrindo.

O que fazer com o quadro físico?

Em primeiro lugar é bom ter claro que ele não ê resultado, originalmente, de trabalho humano, mas a conjunção de forças físicas ou naturais. Assim, em princípio, não determina nada nem é determinado por coisa alguma, construção que é de sua própria dinâmica. Tanto faz para um estudo geográfico o lugar onde colocamos a descrição do quadro físico. No inicio ou no fim? Isto 6 o que menos pesa no resultado. O problema ê buscar resumir o papel da geografia nessas descrições, principalmente considerando-as como quadros originais de dinâmicas imutáveis, excluindo da análise os aspectos interativos que a presença humana veio complicar. Em suma, a necessidade de estudo da natureza (que chamamos de quadro físico), não deve ser pretexto para o desenvolvimento de uma geografia metafísica. "Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após o outro, de per si, como algo dado e perene. Pensa só em antíteses, sem meio-termo possível; para ele, das duas uma: ou sim, sim; ou não, não; o que for além disso sobra. (...) Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. (...) absorvido pelos objetos concretos não consegue perceber sua concatenação (...) obcecado pelas arvores não consegue ver o bosque. (...) todo ser orgânico é, a qualquer instante, ele mesmo e outro; a todo instante, assimila matérias absorvidas do exterior e elimina outras do seu interior; (...)" (Engels, 1975, pg. 39).

A geografia metafísica se desenvolve, portanto, toda vez em que, na abordagem da natureza ou do quadro físico, excluímos o homem, suas necessidades, suas interações, etc. É a abordagem do quadro físico que deve incluir o homem, naturalmente, não o livro didático ou o curso que se pretenda dar. E isto elimina a falsa polêmica do começo ou do fim.

No entanto, é bom que se tenha claro que o detalhamento da dinâmica natural não interessa, a não ser por mero conhecimento diletante ou por necessidades técnicas especificas. O que não é o caso do propósito do ensino médio de geografia.

A geografia ê ciência da sociedade que busca compreendê-la nas suas realizações e injunções históricas, espacialmente definidas. A escala de tempo do fenômeno geográfico é, portanto, histórica. A história, por sua vez, se realiza num determinado período de tempo de uma escala que ê geológica, aparentemente incompreensível para o homem, que vive uma outra escala de tempo, uma outra dimensão, quando a vive.

Este é sem dúvida o primeiro problema e o primeiro passo a se superar. Como entender a escala histórica dentro da escala geológica? Se ê que isto é possível.

A Terra e sua dinâmica (que não é lenta nem rápida, mas apenas sua dinâmica) desenvolve-se segundo uma escala geológica, vale dizer, lenta segundo o referencial de tempo dos homens, mais lenta ainda segundo o referencial de certos organismos, cujas vidas não ultrapassam as 24 horas de duração. O tempo histórico, teoricamente, se insere no tempo geológico, sendo um período de sua existência.

Raciocinemos por uma hipótese hoje não tão absurda: o homem, se quiser, pode pôr fim à história geológica da Terra, simplesmente porque pode dar cabo do planeta (estamos na era atômica).

Assim, chegaríamos à absurda conclusão de que o tempo histórico só será o preponderante com o fim da própria Terra, o que significaria também o fim da própria história.

Não há, portanto, possibilidade de exclusão ou de vislumbramento de um possível vencedor desta "disputa". No entanto, pensando no tempo presente, a partir de uma preocupação que não seja nem só histórica nem só geológica (ou da dinâmica natural do planeta), mas genericamente geográfica, deveríamos no mínimo encarar o fato de que há uma terceira dimensão escalar, obviamente surgida por "culpa" de determinações históricas, mas fruto da convivência interativa e do entrechoque das várias dimensões que, via de regra, são analisadas na base do sim-sim ou do não-não.

Isto sem dúvida deveria ser objeto de nossa reflexão e análise, não só porque queremos eliminar o caráter metafísico da ciência geográfica, mas também porque queremos compreender a sua existência enquanto área do conhecimento, que tem um objeto definido ou a se definir.

Por onde começar a refletir?

Não houve espécie animal surgida no transcurso da história geológica da Terra que mais subvertesse a noção de tempo. Criou o seu próprio, disputando com o planeta e ganhando longe na velocidade.

O tempo geológico, ao saber das forças naturais, tem o seu ritmo e uma história escalar que pode ser recomposta. Para a geografia, a recomposição da escala geológica interessa na medida em que possa nos ajudar a dimensionar a escala temporal humana que, diferentemente, mas também de início, ao sabor das mesmas forças naturais, impôs o seu ritmo e a prevalência de forças sociais. O "tempo-homem", por imposição das forças sociais, é arrítmico. Tende a encurtar (ou até eliminar) a cronologia dos fenômenos tanto sociais como naturais.

O homem adquire consciência do ritmo natural, compreende o ritmo da escala geológica, quando resgata sua própria escala histórica, analisando os passos evolutivos concretamente dados, que se espalham em espaços materialmente definidos.

Desde que o homem se "fez" história, as contradições ou forças sociais têm determinado avanços significativos para o aprimoramento das relações de dominação, que passaram a se estabelecer entre as classes nos mais diferentes tempos históricos. A dimensão do tempo histórico é, portanto, uma dimensão que se compreende ou se desvenda, entendendo o sentido da dominação.

Não ê apenas uma questão de tempo de duração! A efetivação dessa dominação significa um confronto com o ritmo da natureza, porque introduz elementos que modificam esse ritmo, determinando a substituição das forças naturais pelas forças sociais. A acumulação não pode se processar ao sabor dos ventos, ela cobra uma racionalidade construtiva onde tudo e todos tenham um único objetivo: acumular. Mesmo que a acumulação não tenha objetivo algum.

A perspectiva é sempre a imediata: manter a dominação, aumentar a acumulação.

Por paradoxal que seja, o homem não submete e não submeterá a natureza, pois não tem domínio sobre as forças naturais (pensadas, é claro, na escala geológica). O homem submete ou explora o próprio homem, cuja maioria se converte em bilhões de ferramentas, devidamente comandadas e dominadas para transformar a natureza em recursos que proporcionem a acumulação para uma pequena parcela desses mesmos homens.

Desde uma perspectiva histórica, portanto, não há base de comparação rítmica (mais ou menos lenta), pois não existem objetivos racionalizados para o fenômeno natural, como existem para o social. O tempo histórico ê inegavelmente mais recente se localizado na escala geológica, podemos até considerá-lo com um dos períodos "microscópicos" da história geológica do planeta. Objetivamente para quê? Conter nossa arrogância? Diminuir a importância do processo histórico?

Isto descomplicaria o problema do enfoque, mas não solucionaria a formulação que buscamos para aquela 3.ª dimensão escalar-temporal, fruto desta "intromissão" da história no ritmo "lento" e natural do planeta.

O interesse, portanto, da abordagem da escala geológica para o ensino médio da geografia não deveria ser o de apenas listar períodos, eras e seus respectivos fenômenos, pois todos sabemos que estes não passam de pré-ficções científicas, "hipotéticas", que só adquirem importância para a geografia na medida em que contribuem para o dimensionamento histórico do homem, num espaço cheio de contornos políticos, cuja escala de tempo não é ficcional nem hipotética e cujos séculos, a quem tem sido submetido á dominação, são muito mais longos do que os 4 bilhões de anos do pré-cambriano. Se os continentes podem se dar ao "luxo" de demorar centenas de milhões de anos para se separar,

quanto tempo pode o capital esperar para contorná-los politicamente? E o homenzinho famélico, quanto tempo pode esperar para usufruir os resultados da acumulação?

Qual será, enfim, nossa abordagem histórica? Geológica? Ou, finalmente geográfica?

Se a opção é a geográfica, claro está, por tudo que dissemos, que a ênfase na concepção do tempo histórico deverá ser levada aos alunos. Nesta perspectiva, o enfoque deve ser o de prioritariamente explicitar o prevalecimento das forças sociais ou históricas sobre as forças naturais, inclusive na determinação do ritmo daquilo a que chamamos de natureza, a partir do momento em que a história humana passa a se desenvolver.

É importante também desvendar as tentativas de racionalização objetiva do tempo histórico: a busca da acumulação, e o aprimoramento da dominação, travestidos de busca do progresso. Além do mais, se existem forças sociais em conflito (e elas existem), quais têm levado a melhor? Por quê? Quais as conseqüências espaciais disso? E o retorno destas conseqüências para o próprio homem? Só para ilustrar, caso este "papo" de espaço ainda esteja abstrato para alguém, basta pensar, por exemplo, num continente africano com suas milhares de nações "acondicionadas" em seus mais de cinqüenta países.

Claro está que apenas a listagem dos fenômenos físicos, ao longo das eras geológicas, não contribui para a elucidação destas questões. Porque esta ênfase, então, que os livros didáticos e cursos insistem? Porque a introdução do homem no tempo geológico é colocada apenas como sendo algo recente ou episódico (período: cretáceo fenômeno: répteis gigantescos; período: ordoviciano fenômeno: anfíbios; período: quaternário fenômeno: homem, glaciações)? Por que não colocar o homem como aquele que criou a noção de tempo, subvertendo sua própria criação? Não é tão simples assim desvendar as características ideológicas que a dimensão do tempo ganhou.

Refletir sobre estes questionamentos é dar dimensão de importância ao potencial de transformação e de subversão que os homens têm. O que, afinal, tanto pode ser utilizado para dar significação às suas existências, ou não. Dai, os aspectos interessantemente ideológicos imprimidos pelas tentativas que se utilizam da escala geológica de tempo para mostrar o caráter "insignificante" e"episódico" da existência humana. O homem, "esse calouro terrestre se curvando diante da grandeza de um colega de fenômeno : um veterano paralelepípedo de granito"!

O tempo histórico é inconcluso. Hoje, quem comanda e corre é ele. O espaço terrestre, no tempo presente, tem sido produzido ao longo e por causa das injunções históricas. Se entendemos que o objetivo da geografia é o entendimento dessa produção histórica e seus reflexos no espaço, a abordagem das escalas de tempo deve ser outra. A isso tudo chamaremos de escala geográfica do tempo. Assim, batizamos geograficamente aquela 3.ª dimensão escalar que, afinal, é o nosso objeto de estudo.

Pode a geografia prescindir de uma abordagem física?

Não, sob pena de subtrairmos a base material onde a produção espacial se desenvolve através de seus arranjos econômicos e sociais.

Se propusemos uma visão geográfica para a abordagem da questão tempo (assim batizamos a nossa escala temporal - aquela em que a história ganha dimensão de importância e destaque na escala geológica), demarcamos o esboço do campo ideológico por onde transitaremos com nossa abordagem e ensino de geografia. É neste campo que deve ser vista também a abordagem dos recursos naturais.

Pensando no arranjo espacial do Planeta, o homem, em toda sua existência, não fez outra coisa que não seja aprimorar as técnicas das limitações: ampliando ou retraindo mercados, discriminando, "inventando fronteiras". Aí a natureza não passou de recurso ou "palco" privilegiado onde a imposição dos limites se desenvolveu. Claro está que a existência politizou-se, então, ou politizamos a discussão e transmissão do chamados conhecimentos geográficos (em sua abordagem física), ou essa dimensão política (isto é, "dos limites que os homens se impõem para conviver") **(1)** dificilmente será captada pelos alunos.

A descrição apenas dos quatro itens normalmente abordados **em física:** relevo, hidrografia, clima, vegetação; mesmo que se leve o aluno a compreender e estabelecer relações (relevo de planalto-rio não navegável; solo com deficiência de nutrientes-clima tropical-cerrado), acaba sendo uma discussão especializada que só interessa ao profissional de uma área específica (pode até ser um geógrafo), mas que os programas de ensino médio, seja na área de geografia regional, de grandes temas ou do Brasil, nos impõem. O pior é que diante das imposições, nos acomodamos num tratamento do fato natural, desconectado das imposições humanas, sem sequer explicitar a quê esse tipo de abordagem se presta e qual a sua importância para o estudo geográfico. Depois é reclamar dos alunos que amesquinham o conhecimento geográfico ao estudo dos fatos naturais!

Politizar esta abordagem é hoje trazer a questão ambiental à tona, ou se preferirmos, dar um tratamento ecológico ao estudo do quadro físico e, de resto, a qualquer estudo geográfico. A abordagem ecológica tem o grande mérito de explicitar a imposição dos limites que os homens se impõem a si mesmos na busca de suas realizações sociais, tendo como pano de fundo a própria natureza. Além do mais, se não pretendemos desenvolver um conhecimento que seja a-histórico, isto é, completamente descolado da realidade (inclusive da que queremos construir), não há como negar que a questão ambiental é a preocupação central deste final de século.

Como surgiu essa preocupação central?

Afora os "modismos", a verdade é que a natureza, que sempre forneceu graciosamente ao homem-principalmente o de posses — elementos que viabilizassem os mais diferentes graus de conforto e "desenvolvimento", está agora cobrando caro essa "generosidade".

Os minerais se esgotam, os desertos avançam, a atmosfera se desfigura, as águas apodrecem, as florestas estão sendo liquidadas etc. Sem dúvida, a persistir este ritmo, em poucas décadas o "desconforto" terá atingido, indiscriminadamente, todos os homens. É o vislumbramento desta perspectiva catastrófica que começa a colocar a questão ecológica como a preocupação n.° 1 deste final de século.

Os homens não são iguais, são indivíduos que são forçosamente homogeneizados de acordo com as localizações dos seus agrupamentos (nações inteiras ou classes sociais) dentro das estruturas econômicas. Dessa forma, a questão ecológica não se coloca com o mesmo grau de intensidade para todos eles. Os recursos da natureza sempre foram mais "dadivosos" para os que a possuem. A natureza conhece, na atualidade, um alto grau de privatização e suas benesses são usufruídas diferentemente, não segundo critérios de respeito às individualidades e necessidades humanas, mas, sim, segundo critérios de poder.

Se conseqüências danosas advêm do usufruto dessas benesses, essas, sim, são "socializadas" para os que não fazem parte do círculo restrito de "privatizadores" da natureza. Mesmo porque, para estes "sempre restarão" espaços ensolarados e verdejantes. Pelo menos crê-se nesta ilusão.

No entanto, estas possibilidades se esgotam, mesmo para aqueles círculos restritos. É hora então dos partidos verdes, dos grupos ecológicos, dos comitês naturais de seitas apocalípticas. E aqui as águas se dividem. De um lado, uns questionam o próprio modo de produção, responsabilizando-o pelo desastre, acenando com novos parâmetros para os cálculos econômicos (que não sejam os do consumismo e acumulação), cobrando dos homens uma nova concepção no trato com a natureza, isto é, um novo arranjo econômico. De outro lado, vêm aqueles que propõem verdadeiras "comunhões" classistas para despertar o "inconsciente ecológico" que dormia no "bicho-homem" e, assim, todo mundo ganha o seu quinhão de responsabilidade num processo secular de destruição de um patrimônio que, para muitos, apenas significa sobrevivência e, para uns poucos, supervivência.

A nós cabe uma opção, posto que a questão ecológica é também ideológica, e a tal da irresponsabilidade generalizada dos homens no trato com a coisa natural é álibi ideológico, cujo fundamento é o mesmo da ganância colonial: "(...) durante vários séculos, dividiram a humanidade em cristãos e pagãos, depois em civilizados e 'selvagens', considerando-se os primeiros, como portadores de uma superioridade incontestável e congênita sobre os segundos (...) enquanto existiam os elos estreitos da dominação colonial, e enquanto se procurava mantê-los por bem ou por mal, admitir que as populações colonizadas estavam na miséria era, numa certa medida, reconhecer o fracasso desta famosa missão civilizadora, álibi ideológico da colonização. A maior parte dos colonizados tornou-se independente, desapareceu progressi-

vamente o 'tabu' (Josué de Castro) que impedia os 'civilizados' de ver, de admitir que cerca de três homens em quatro passavam fome. Hoje a miséria, a doença, a ignorância, a fome são denunciadas pelas personalidades mais diversas. Mas ainda há poucos anos na França, tais propósitos eram idéias subversivas e caíam sob a guante da lei e da investigação policial". (Lacoste, 1971, págs. 15 e 16).

Da mesma forma que nunca se encontraram os culpados dos estragos coloniais e do subdesenvolvimento, a destruição do patrimônio natural é também outro crime sem culpado, ou na pior das hipóteses, é o preço do "progresso".

A ganância do capital sempre teve essa peculiaridade: seus confortos atingem uns poucos e, via de regra, são "dádivas divinas"; seus desastres atingem uns muitos e, não raro, são frutos da ignorância e irresponsabilidade dos "selvagens" ou "pagãos".

Assim, quando se fala na questão ambiental, ou se leva em conta que a relação homem-natureza é uma relação desigual, onde se confrontam forças desproporcionais e que, nessa relação (que é econômica e política por excelência) prepondera a relação homem-homem, também desigual e desproporcional; ou então escondamos o jogo, voltemos para os nossos livros "didáticos", desenvolvamos a velha geografia (meta) física.

Decididamente, a descrição, o inventariar de recursos, obstacula riza todas essas discussões, na medida em que omite os objetivos dos homens no trato com a natureza.

Partamos, então, de algumas pré concepções

Como já dissemos no início deste trabalho, é senso comum e concordância geral que a geografia não se limita apenas às descrições de "quadros", sejam eles humanos, econômicos ou físicos. Este "senso comum" nasce de concepções que hoje predominam na ciência geográfica e que entendem que o homem é o grande "arranjador" do planeta. Hoje, tudo funciona como ele quer e tudo se molda às suas necessidades.

No entanto, quando isso não ocorre em algum canto do mundo, dizemos que se trata de agrupamentos com baixo conhecimento tecnológico, com fracos recursos etc. Mas cá para nós, sabemos muito bem que para que a natureza (ou o planeta e seus recursos) seja extremamente submetido e utilizado em certas regiões, ou por certos agrupamentos, é necessário que ele seja subutilizado, pouco submetido e, mesmo assim, muito maltratado em outros.

Claro está que os tratos diferenciados que observamos nas relações dos homens com a natureza, são fruto das próprias relações desiguais que os homens estabelecem entre si. Os estágios de "ignorância" ou de pouco "domínio tecnológico" de certos agrupamentos é necessidade imposta pelo relacionamento desigual, caso contrário a acumulação não se processaria na forma como se processa.

A conclusão que deveríamos tirar daí é a de que se o planeta está hoje, claramente submetido aos desígnios da dominação econômica, o espaço natural-Terra já recebeu há muito o "carimbo" geográfico. E este "carimbo" tem hoje o sentido que o desenvolvimento histórico lhe imprimiu (como já abordamos).

Onde está então o espaço natural?

Há muito que foi para o espaço e, diga-se de passagem, que o homem já botou em seu encalço os foguetes e engenhocas que as desigualdades terrestres construíram.

Ora, se muito do que dissemos é óbvio, não tão óbvia assim é a constatação de que se a Terra é hoje um espaço geográfico produzido por relações econômicas bem caracterizadas, todas as suas regiões também são, por mais diferentes e "naturais" que aparentem ser, pois diferenciação espacial e desigualdade econômica são faces da mesma moeda.

Podemos até dizer que, em certas regiões as paisagens "naturais" afloram ou subsistem aqui e acolá, isto é, as paisagens não estão ainda, em certos locais, completamente "aculturadas". Mas isso só é possível porque as relações de produção e as forças produtivas nestas regiões, ocorrem espacialmente ainda mais concentradas do que em outras (compare a Europa com a África, ou os EUA com a Índia).

Isto pode significar que as relações de produção e as suas conseqüências no trato com a natureza (uso do solo etc), não submeteram todos rincões. O que é perfeitamente compreensível dentro do quadro de diferenciações econômicas que os grandes centros do capital impõem. Caso contrário, seria apenas mera coincidência o fato de que regiões com paisagens "naturais" em maior quantidade, são muito mais comuns justamente em países subdesenvolvidos.

São na realidade mais que paisagens, são reservas estratégicas do grande capital.[2]

Diante disso, como encarar, a título de exemplo, essa explicação tão comum?: "o interior do continente africano, ao contrário do seu litoral, é despovoado por causa da presença da mosca Tsè-Tsé e também por causa de suas paisagens inóspitas" (sic). Ou, como considerar a seguinte proposta?: "transformar parte da Amazônia Oriental em área de risco ecológico para depósito de lixo atômico" (sic).[3] Estes dois exemplos evidenciam, de um lado **3** uso ideológico que se faz da natureza e, de outro, o tipo de destinação que lhe está reservada.

Está claro, voltamos a insistir, que não encontraremos a explicação de nada disso que estamos apontando na história geológica da Terra e nem na análise dos agentes internos e externos daí forças naturais, mas, sim, na história dos homens e na análise, se quisermos, dos agentes internos e externos do capital.

Em suma, a geografia não pode dedicar-se, nem a nível de aprendizado, nem a nível de ensino, a tratar de um espaço que na realidade não existe, qual seja, o espaço natural. E isso se faz ao descrevê-lo como se tivesse uma dinâmica própria.

Mas essa é uma discussão acadêmica, como transportá-la para o secundário?

Ora, é objeto da geografia o estudo do espaço, como se arranja, como se produz, que relações se estabelecem. Contribui para a realização desse objeto o desvendamento das chamadas partes invisíveis das paisagens, sejam elas "naturais" ou não.

Esta constatação pode até ter um enfoque acadêmico, mas não pode única e exclusivamente restringir-se à academia. Sob pena de simplesmente não ensinarmos geografia de fato no secundário. Qual o objetivo de um curso de geografia do Brasil para o segundo grau? Só pode ser a tentativa de realização daqueles objetos e objetivos, definidos por nós como sendo geográficos. Só isto instrumentaliza o aluno para compreensão e intervenção na realidade que o cerca.

Levar o aluno a ser "vítima" de uma discussão "acadêmica" sobre o objeto da geografia, se o planeta é ou não espaço geográfico, se as paisagens "naturais" e "humanizadas" convivem com maior ou menor intensidade nas várias regiões, se estas paisagens são resultados de relações espaciais que são temporais e econômicas, pode simplesmente não ser correto. Mas menos correto ainda é omitir que a preocupação geográfica hoje gira em torno disso.

Por causa de certos receios, esses "sim" tipicamente acadêmicos, levaremos o aluno a ser, ai sim, vitima de um aglomerado de constatações descritivas sobre, por exemplo, as paisagens brasileiras nos seus mais variados aspectos, classificados arbitrariamente em físicos, humanos e econômicos? Achamos, verdadeiramente, que com isso estaremos fornecendo ao aluno um conhecimento adequado do espaço brasileiro?

Ora, estaremos ensinando tudo aí: conhecimentos "de almanaques", curiosidades etc. Teremos bastante material para ser cobrado numa possível prova, poderemos pedir trabalhos sobre tomas diversos, mas efetivamente a geografia foi para o espaço.

Tente, por exemplo, convencer um aluno de 3.° colegial (fim de feira) de que a geografia serve para algo mais que não seja desculpa ou justificativa para se dar aulas de geografia, ou observe sua cara de espanto diante de uma afirmação como a de Lacoste: "a geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra".

E essa, verdadeiramente, a impressão que se tem: a de que a geografia serve apenas para se dar aulas de geografia. Sem dúvida que o mesmo não ocorre com todas as outras ciências ministradas no *2.°* grau. Pensemos nisso!

O que se debate aqui não é a diferença entre discussões acadêmicas ou não. Mas o completo descolamento entre a conceituação que a ciência geográfica vem ganhando (ciência do espaço produzido por relações econômicas), com o aglomerado de informações que transmitimos com auxílio dos livros didáticos e apos-tilas aos alunos de 2." grau.

Pensemos como é abordada a produção de matérias-primas

que, na divisão do trabalho, tornou-se a grande especialização da natureza.

Por exemplo, o Brasil é sabidamente um dos grandes produtores de minério de ferro do mundo e suas jazidas apresentam um dos maiores potenciais deste e de outros minérios. Esta constatação, ao lado de outras, é suficiente para que nos capítulos inaugurais dos livros didáticos se enalteça o grande potencial de riquezas deste "continente" chamado Brasil (sic).

Como abordar geograficamente este fenômeno?

Não se é rico em minério de ferro em determinada região, não porque a formação geológica daquele local (terrenos cristalinos - escudos antigos do proterozóico) assim o determinou, mas porque o ferro adquiriu valor de utilidade para os homens, que "sabiamente" a ele incorporaram trabalho (explorado), o que lhe atribuiu um valor de troca. Em muitos casos (necessariamente se é matéria-prima explorada em país subdesenvolvido) este valor de troca não resulta em pagamento do custo social exigido para extração e produção da matéria-prima, isto quer dizer que muitos países tidos como "ricos em minério de ferro ou outras matérias-primas" acabam sendo é "pobres em minério de ferro", ou pobres por causa dele. E aquele enorme "potencial de riqueza" acaba se revelando, na prática, um grande potencial de pobreza.

Querer explicar para um aluno a situação acima, com base nas forças naturais, na escala geológica etc, evidentemente que não dá. Não dá também para se trabalhar ao nível das intenções, isto é, pegar o esquema tradicional proposto por 99% dos livros didáticos, enxertando suas compartimentações com discussões e alertas nas salas de aula. Não dá, porque estabelece-se uma disputa entre a palavra impressa do autor e o esforço verbal do professor. No fim acaba prevalecendo aquela idéia de que a estrutura do conhecimento do espaço brasileiro acaba tendo sua melhor realização naquela apresentada pelo material didático. No fim das contas será o "melhor" material de estudo para o aluno seu grande referencial de conhecimento e com o qual o aluno terá, inegavelmente, maior convivência. Poderá pendurá-lo numa estante e, sempre que visualizado, trará ao aluno aquela lembrança de quão suada e cansativa era a decoreba infinda em que ele tinha que se atirar para conhecer os detalhes da geografia do Brasil. Nesta altura do campeonato, onde estará o blá-blá-blá do professor (aquele papo complicado) e aquelas cópias mal feitas no precário mimeógrafo a álcool da escola, com os quais alguns poucos professores tentavam ampliar a discussão.

E os passos a seguir?

Sem querer fugir da raia, nossa preocupação não é a de propor passos concretos dentro do desenvolvimento de um programa didático que pudesse ser levado a cabo pelo professor. Não nos sentimos em condições para isso e também não nos propusemos a realizar um livro didático. Nosso propósito é o de levantar pontos para discussão (o fruto tem que ser comunitário) e estabelecer metas, apontando também alguns meios para isto. Isso acreditamos estar fazendo.

Partimos de uma crítica e também de uma autocrítica, daquilo que realizamos com a geografia dentro das salas de aula, quando deixamos de ser alunos das preocupações espaciais e passamos a ser professores.

Por tudo que já dissemos, o importante é que se tenha claro o que se quer ensinar e quais os objetivos deste ensino. Queremos que se enquadre a geografia como ciência do espaço, que o discute, explica-o e, desvendando seus "mistérios", fornece elementos para sua modificação e aprimoramento.

O espaço geográfico é um fenômeno de escala planetária que, nas escalas locais e regionais, manifesta-se em paisagens com maiores ou menores graus de humanização e aculturamento.

Fica claro, portanto, que a "geografia" que se presta à descrição das paisagens "naturais" presta um serviço muito pouco geográfico.

Portanto, qualquer local ou região sobre o qual se pretenda realizar um estudo geográfico requisita, de quem pretenda isso, um desvendamento dos processos históricos daquilo que fisicamente se manifesta na região em estudo, sejam estas manifestações "naturais" ou não. Tanto um grande arranha-céu como uma montanha coberta de mata são manifestações físicas que visualizamos e entendemos, hoje, como frutos de um desenvolvimento histórico que se processou nestas paisagens. Mesmo que no arranha-céu seja inferida, sem muito esforço, a presença de trabalho (mesmo porque arranha-céu não cresce à toa na natureza), da mesma forma também, só que com um pouco mais de esforço, podemos detectar a "presença" do trabalho na montanha. No mínimo ela está mapeada, tem um potencial de riqueza ou de pobreza, não tem mais, portanto, uma dinâmica própria que dependa única exclusivamente da atuação de forças naturais, porque hoje são as forças históricas que acabam determinando a sua utilização ou não. Assim, a dinâmica que submete todas as paisagens acaba sendo uma dinâmica única, fruto de determinações históricas e das "necessidades" sociais, que denominamos de dinâmica do espaço geográfico.

A ênfase, portanto, no desenvolvimento da escala de tempo histórico e a explicitação da sua capacidade de atropelamento e de imposição de novas determinações à escala de tempo geológico, como, já abordamos no início deste trabalho, é que instrumentalizará o aluno para a compreensão do espaço geográfico e suas manifestações paisagísticas.

A elaboração de conceitos e a compreensão de dinâmicas particulares de fenômenos naturais ou sociais, como por exemplo: dinâmica das massas de ar, coberturas vegetais, geomorfologia, urbanização, industrialização etc. deve ser algo que surja como necessidade imposta para maior compreensão das manifestações paisagísticas, no sentido de ajudar a desvendar os "mistérios", aos quais já nos referimos. Por exemplo, num estudo sobre Cubatão (SP) concluiremos que, entre as várias ameaças que pesam sobre a população local, é grave a possibilidade de deslizamento da encosta. Para compreendermos melhor esta situação e, até para nos convencermos dela, não bastará constatar que a dinâmica natural se alterou pela presença do parque industrial (dos mais poluidores do globo), mas teremos que estudar também o efeito da intensa pluviosidade em encostas tropicais, o manto de intemperismo, o escoamento superficial etc; se é que se quer chegar a alguma conclusão sobre a destinação que se dará à região e até que ponto a eliminação da ameaça implica em apenas remover os entulhos assoreados pelos rios, ou desativar o próprio parque industrial.

Os momentos, então, de elaboração e desenvolvimento dos conceitos, vão se aflorando na medida em que o trabalho de investigação geográfica, como tradução espacial da escala histórica, vai-se materializando nas realidades concretas.

Devemos transmitir a visão de que as paisagens devem ser encaradas como verdadeiros laboratórios, onde as marcas de processos pretéritos se farão presentes, entrarão em choque com processos atuais, determinarão processos futuros. Assim a dinâmica destas paisagens vão sendo retrabalhadas e modificadas, determinando novas características físicas. A isto chamamos de dinâmica geográfica e enxergamos no homem e suas contradições as grandes forças (não exclusivas) que intervém e atuam nestes processos. Por isto ele é histórico e sua caracterização possibilita ao aluno uma visão de si, explicitando até mesmo a capacidade que ele tem ou não de intervir nessa dinâmica.

Esta perspectiva de ensino terá que ser ministrada ao longo da convivência geográfica do aluno na escola, que inclui o ginasial e o colegial, em no máximo 2 horas-aula semanais. Como já dissemos, não temos a pretensão de estabelecer, ao nível de detalhe, os pontos programáticos a serem desenvolvidos nas várias séries dos dois graus. Temos claro, no entanto, que sem uma boa instrumentalização ao nível da compreensão da dinâmica das forças sociais no desenvolvimento da escala histórica, determinando dinâmicas particulares (para as "geografias" - física, humana e econômica); o desvendamento das paisagens, isto ê, detectar ao nível das implicações espaciais, as relações econômicas, fica bastante prejudicado.

E as paisagens "naturais" do Brasil? (como são trabalhadas, como deveriam ser?)

Não costumamos colocá-las dentro do contexto de análise que vimos desenvolvendo, apesar disto ser imprescindível para que se compreenda, inclusive, o significado da condição de "natural".

As paisagens "naturais" do Brasil são verdadeiras "reservas estratégicas" para o capitalismo brasileiro que, por sua vez, está subordinado aos centros do capitalismo internacional. Diga-se de passagem que esta não é uma característica apenas do Brasil, mas

de resto de todo o terceiro mundo.

Não é por outra razão que quando se fala em expansão da "fronteira agrícola", os privilégios são dados às culturas exportativas, redistribuindo o campesinato, criando condições de "tranqüilidade" para a expansão dos latifúndios. Ou então, quando se fala em ocupação da Amazônia, logo nos vem a associação com grandes projetos agropecuários e minerais, todos geradores de divisas (dólares), na sua totalidade, atada aos compromissos do endividamento externo (que é o que materializa a situação de dependência hoje).

É este, a grosso modo, o dinamismo que a situação de subordinação às necessidades de capitalismo monopolista e financeiro internacional impõem ao espaço brasileiro. É desta forma que o nosso espaço se reproduz, isto é, acompanhando as necessidades de reprodução do capitalismo internacional que imprime no território paisagens necessariamente diferenciadas e desiguais, cuja compreensão só se desvenda ou se capta, caso encaremos o espaço geográfico como algo subordinado a uma dinâmica única (que ê hoje um espaço de atuação) ou a serviço dos monopólios.

Não tem sentido, portanto, chamar de quadro físico o estudo ou a descrição de "paisagens naturais", se este estudo e descrição pretendem-se geográficos. Pois o quadro, ou espaço físico brasileiro inclui todas as paisagens que o contato simplesmente visual nos permite detectar a existência. O trabalho geográfico consiste em compreendê-las como manifestações diferenciadas daquela dinâmica única a que nos referimos, e se características particulares (que podem até ser a dinâmica natural local) têm também algum peso nessa diferenciação.

Há ciências cuja preocupação é o desvendamento da dinâmica natural. Para estas, as minúcias climáticas, geomorfológicas, geológicas, hidrográficas, botânicas etc. são o objeto de suas análises e estudos. Portanto, não estamos negando em absoluto as especificidades da física, da química, da biologia, da botânica, da geologia etc. Nem estamos discutindo a validade ou não da inclusão destas disciplinas nos currículos do ensino médio, mesmo sabendo de antemão que muitas delas devem, necessariamente, integrar um currículo que se proponha transmitir conhecimentos suficientes (mesmo que básicos e gerais) para uma formação universal do aluno (o que, em linhas gerais é o que se propõe no ensino médio).

O que nos propusemos a discutir é simplesmente a nossa área de atuação, o nosso objeto de estudo, enfim, a geografia que levaremos para nossos alunos, o que não se confunde com as especificidades das outras áreas de conhecimento. Não há, por exemplo, melhor pessoa para falar das características da formação vegetal cerrado, do que um professor de biologia numa aula de botânica. Por que nos preocupamos em fazer então sínteses mal feitas e superficiais sobre as formações vegetais do Brasil?

Normalmente, nos livros didáticos de geografia do Brasil, inclui-se um capítulo com as formações vegetais, onde se destacam as espécies principais, as características físicas do local, ilustradas por fotografias que nos mostram o porte das árvores ou nos convencem de "como tal mata é impenetrável" (por mais que milhares de hectares estejam sendo negociados ou grilados). Serve de ilustração, também, um mapa, onde geralmente o Brasil aparece inteirinho pintado de verde, como se da Mata de Araucária à floresta Amazônica a natureza se mantivesse intacta. Lá no fim do capítulo vem um texto complementar sobre, por exemplo, o entrechoque homem-natureza (problemas ambientais, a ocupação da Amazônia, a **destruição** da Mata Atlântica etc). Enfim, aquilo que toca o homem ou que por ele é tocado é acessório, texto para leitura complementar. Quer dizer, a geografia foi mais uma vez, para o espaço, virou acessório nos próprios livros e cursos de geografia. Isto sem contar os livros onde nem os textos complementares estão presentes.

Mas isto é simplificação, dirão alguns, pois o "homem amazônico" é analisado (sic) lá na unidade de população, no capitulo sobre "tipos regionais" e a economia amazônica está lá na unidade de geoeconomia, no capítulo sobre extrativismo ou naquele sobre agropecuária ou sobre transporte etc. Para nós isto é pura mistificação (e não simplificação), ou alguém acha que há condições de se compreender a realidade amazônica, de resto a do Brasil, prosseguindo-se nesta ("tri")-cotomia (os livros didáticos há muito superaram a fase dicotômica).

Assim vai sendo pintada a aquarela brasileira. Na hidrografia, os nos sempre azuis com seus traçados sinuosos preservados, sempre cheios d'água, eternamente enclausurados nos seus leitos. No relevo (geomorfologia e geologia) aquele aglomerado de serras e formações inanimadas, inexploradas. No clima, aquelas chuvas sempre de verão e aquelas secas sempre de inverno. Se por algum acaso a população afogou-se no último inverno ou emagreceu na estiagem do último verão, tudo não passará de anomalia que o discurso (in) competente dos livrinhos didáticos não levarão em consideração. "O livro é perene, a população não" (sic).

Decididamente não dá para se prosseguir assim!

Há concretamente dois caminhos difíceis de serem seguidos, mas necessários à superação destes "desvios" da nossa "geografia escolar". O 1.° deles diz respeito a como localizamos e que importância daremos ao estudo do "quadro físico" (paisagens naturais). O *2.°* deles diz respeito a como será feita a abordagem daquilo que consideramos relevante.

Este 1.° passo nos aponta para o fato de que os elementos do quadro físico, podem ser referência para qualquer estudo geográfico, podendo até permear por todas as discussões e estudos que busquem desvendar as dinâmicas espaciais, desde que se preserve o enfoque de "base material", o que é diferente do enfoque-objeto. O que será tanto mais transparente quanto mais a fundo for a investigação geográfica.

Se, no entanto, em algum trecho do território essa base material não está bem caracterizada como tal, ou porque o estágio das forças produtivas que o ocupam não conseguem adequá-lo e transformá-lo nessa base, ou porque há "negligência" com algumas das dinâmicas particulares. É até interessante um maior aprofundamento das particularidades da natureza, nem que seja para desmistificar o peso da responsabilidade que lhe é atribuída nestas situações.

Isto nos coloca diante do 2.° passo. A abordagem do "quadro físico" deve desenvolver-se pari-passu ao desvendamento do espaço brasileiro, cujas determinações já discutimos.

Não diremos que o privilégio da abordagem deve dar-se à geografia econômica e humana, porque essa terminologia está suficientemente desgastada (não queremos que haja margem de confusão com aquele enfoque descritivo e nem estamos propondo uma simples inversão).

Entendemos que o ponto de partida é sem dúvida a sociedade, pois se achamos que é o estudo das dinâmicas humano-econômicas de determinado território, ou até da sociedade (que extrapola esse território), que nos explicita o sentido "impresso" na história (a dominação), não há porque proceder-se de outra maneira, pois é isto que explicita o sentido do próprio espaço "as relações sociais imprimem-se nas paisagens como sobre uma superfície de gravação: memória" (Lacoste; 1977, pàg. 133).

Corremos o risco de transformar o ensino geográfico acima proposto em um curso da história? Não se durante todo o desenvolvimento do estudo a preocupação espacial transparecer, à medida em que se desvende os resultados espaciais de cada passo histórico. Esse desvendamento cobra-nos um conhecimento dos elementos que compõem a "natureza" do lugar, pois o tal do resultado espacial incorpora-os em si. Hoje, por exemplo, o enfoque ambiental torna isto bastante claro.

Dizer, no entanto, que não tememos esta confusão, não significa negar o fato de que a geografia é ciência histórica. Tem no homem o seu principal protagonista. Talvez por isto tentem desfigurá-la, destruindo este seu caráter e nos transformando (professores de geografia) em "vendedores" de ideologia, pegando-nos no ponto fraco: a descrição da "natureza".

E difícil estruturar-se um curso de geografia do Brasil que se encaminha por ai? Não temos dúvida que sim. Porém, ou encaramos urgentemente esta tarefa, inclusive abrindo uma discussão neste sentido (este é o nosso objetivo), ou continuamos a fotografar e descrever fotografias de um espaço que não queremos eterno, simplesmente por que é injusto para a maioria dos homens e mulheres que o habitam.

O peso das paisagens naturais justifica sua abordagem; como aborda-las dentro do espírito anteriormente exposto?

Nesta altura do campeonato já deve estar claro para o aluno que as paisagens naturais não mais apresentam dinâmicas exclusivas e próprias, independentes do que se passa nas paisagens aculturadas. São espaços potencializados, como já dissemos, cuja ocupação em quase nada lhes respeita as dinâmicas particulares.

Sendo assim, não há porque proceder-se ao estudo interpretativo basicamente dos 4 ou 5 mapas territoriais, que normalmente utilizamos para o chamado estudo do quadro físico: mapa de relevo, geologia, hidrografia, clima e vegetação. Esses mapas falseiam a nossa realidade "dita" física, pois indiscriminadamente preenchem o mapa do Brasil com informações erradas, com claros objetivos ideológicos.

Exemplos gritantes são os mapas de vegetação, onde invariavelmente ainda aparecem as matas tropicais, mata de araucária, floresta amazônica, intactas em locais que, sabemos, não existe nem mais um cipozinho que seja, para não nos deixar mentir tanto. Nos mapas de relevo, as formações aparecem igualmente intactas nos seus respectivos lugares, mesmo que todos saibam que a Serra do Navio, por exemplo, há muito se deslocou para os EUA! E os rios estão sempre cheios, azuis e eternamente enclausurados em seus leitos: e assim por diante...

Qual o objetivo disto? Recuperar a dinâmica natural dos elementos que compõem as bases físicas do território brasileiro? Ora, mas já está mais do que claro que essa dinâmica não é natural. Então seria o de mostrar o Grande potencial da natureza brasileira e, por tabela, o grande potencial do Brasil? Em primeiro lugar uma coisa não tem nada a ver com a outra, pois se dependesse deste tipo de geográfico, o Japão não passaria de uma infeliz ilhota do extremo oriente e, em segundo lugar: potencial para quem?; para a população?; para "necessidades" de acumulação?

Mas, dirão alguns, há certos enfoques bem intencionados que, mesmo abordando o quadro físico desta maneira, não deixam de, na abordagem do quadro humano e econômico, expor a situação mais concreta e real das áreas. Louve-se as boas intenções, mas ainda nos resta a dúvida: por que a compartimentaçâo? Por que esse jogo de empurra? Por que esse mente-desmente? É comum inclusive o argumento de que há de se fazer pequenas "concessões", no caso de livros didáticos, às editoras pois estas se preocupam com o vestibular e no vestibular ainda se pergunta onde fica a Serra do Navio (e a resposta deve ser Amapá e não EUA), onde fica a Mata de Araucária (e a resposta não pode ser: não fica) etc. Aqui há duas ordens de problemas. Uma é a do próprio vestibular, que mereceria uma discussão à parte, mas apenas ps exemplos citados (que são reais) nos indicam que o caminho das nossas críticas está correto, pois, que outro tipo de questões poder-se-ia cobrar de quem é formado da forma como estamos relatando? E a outra ordem de problemas é a questão da concessão, sobre a qual apenas diríamos o seguinte: o que está em jogo não é uma questão de menor importância para o ensino da geografia, mas o seu caráter ideológico e seus objetivos que, no caso, são obscurecidos por aquilo que muitos julgam "simples concessões". Acreditamos que aí ou há ingenuidade e falta de compreensão, ou não há nada de boas intenções.

Acreditamos que seja importante passar a noção de certas dinâmicas particulares, como por exemplo; determinados tipos climáticos implicam determinadas formações vegetais, se levarmos em conta certas características de solo, relevo etc. Mas não se passam esses raciocínios vendendo informações mentirosas, ufanistas ou compartimentadas, como fazem as cartas de aspectos físicos com as quais estamos acostumados a lidar.

Então, um grande passo para uma abordagem coerente com o método que estamos propondo seria uma verdadeira revolução na cartografia didática. Onde, em primeiro lugar, se eliminariam as informações mentirosas e, em segundo lugar, se buscaria a construção de cartas onde se agrupassem os fatos mais importantes que permitissem ao aluno, não uma postura de comodismo pacífico diante das informações que está recebendo, mas que exigissem do aluno e do professor um esforço de raciocínio, com elementos da natureza e da dinâmica econômico-social para compreensão das informações que a carta lhes dá (4). Nesse caso poderiam ser de grande utilidade mapas simplificados de uso do solo e de domínios morfoclimáticos, que já incorporassem as relações e inter-relações entre os elementos do quadro físico, humano e econômico.

Ao aluno, cujo campo de interesse é o de conhecer a dinâmica geográfica do espaço que habita (que é essencialmente humana), não interessa a discussão especializada ou detalhada de cada elemento do quadro físico. As referências particulares aos elementos específicos (hidrografia, clima, vegetação, relevo, geologia) deveriam aparecer na medida em que fossem exigências da compreensão mais global das dinâmicas geográficas do País como um todo ou de uma região qualquer. A título de sugestão, porque não colocar os mapas clássicos de paisagens naturais, caso se ache necessário, no apêndice ou na parte de leitura complementar, eliminando-se de vez o seu caráter de principalidade dando-lhes o caráter de curiosidade (5).

Qual a importância de se saber que numa região ultraurbanizada chove no verão e há seca no inverno? Principalmente quando omitimos, no momento da análise do clima, o grau de urbanização desta região, pois isto só será caracterizado no capítulo de população ou de economia (quando for). Qual terá sido então o objetivo daquela informação adicional sobre clima, que poderia ser assim reinterpretada: "o ABC paulista é a região de maior concentração da indústria automobilística e de auto-peças do Brasil e chove no verão, além do mais, seus terrenos são cristalinos, seus rios perenes e suas matas tropicais"?

E claro que em paisagens rurais, onde a dependência de fatores naturais é total, ainda mais levando-se em conta o fraco estágio tecnológico, de mecanização etc, a compreensão da dinâmica destes fatores pode ser fundamental. No entanto a razão desta dependência deve ser sempre explicitada. Da mesma forma, pode ser importante conhecer as condições gerais de circulação atmosférica de um do local, pois isto tem implicações que, somadas ao tipo de ocupação, podem resultar em uma região extremamente poluída, o que evidencia de forma mais completa a realidade do espaço que estudamos etc.

Portanto, quando objetivamos um maior esclarecimento ao aluno, podemos até recorrer a informações especificas ou mesmo aos paleomapas do que quadro físico do Brasil. Mas isto deve acontecer num contexto de objetivos bem definidos. Se desejamos, por exemplo, mostrar a evolução da destruição da Mata Amazônica, a título de ilustração pode ser utilizado um mapa com a cobertura vegetal original da região.

Isto é, os paleo-mapas nos serviriam apenas para ilustrar aquilo que, cartograficamente, já vinha sendo tratado com dados da realidade atual.

Normalmente trabalha-se, como já dissemos, apenas com os (paleo) mapas e, a realidade atual vira acessório de complementação que o esforço do professor desenvolve ou não. Visualmente o território brasileiro terá para o aluno aquela configuração, para sempre impressa nos livros didáticos, pelo menos nas suas páginas principais.

Às vezes nos dá a impressão que se propuséssemos uma simples inversão, isto é, tudo que é tratado como completar o acessório virasse principal e vice-versa,já teríamos dado um passo monstro no sentido de transformar o ensino (dito) de "geografia" em ensino geográfico de fato.

NOTAS

1. Afirmação de Carlos W.P. Gonçalves, que chama a atenção para: é interessante notar que o termo "polis" significa originariamente muralha, isto é, aquilo que limita a cidade do campo, os cidadãos dos não cidadãos.
2. Diga-se de passagem, os subdesenvolvidos seriam os países que apresentariam maior demanda nessa ocupação e submissão, justamente por apresentarem as maiores carências e maior crescimento populacional.
3. Proposta feita pela assessoria alemã que participou da elaboração do II PND. O tamanho da área proposta era aproximadamente igual ao do território da Alemanha Ocidental. A proposta não foi aceita.
4. A titulo de exemplo que se aproxima daquilo que estamos querendo dizer: a Cetesb-SP, construiu cartas da região de Cubatão, onde através de um planejamento visual-gráfico, incluiu numa carta única entre outras, as seguintes informações: atividades industriais, diferenciando níveis de emissão poluidora; núcleos urbanos; zonas de deslizamento; tipos de mata (encosta, mangue degradado ou não; direção dos ventos; hidrografia, com trechos assoreados e dessesoreados etc.
5. Não estou discutindo, em hipótese alguma, importância de se ter sólidos conceitos específicos, por exemplo, sobre as províncias geológicas do Brasil, suas rochas, formação, evolução etc. Estou *i* discutindo a ligação e a importância disso com o ensino da geografia. Caso se ache que o assunto é relevante para a formação do aluno de ensino médio, a solução seria, por exemplo, engrossar o coro dos geólogos que reivindicam **a** introdução da geologia como matéria curricular no 2.° **grau.**

Estado nacional e capital monopolista

reflexões para a crítica da Geografia que se ensina

DOUGLAS SANTOS
Aluno de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH - USP

Para:
Ruy Moreira, pelas lições de ontem e de hoje, pelo carinho com que me ensina o bê-a-bá
Dí, Thomaz, Valdir, etc e tal, pela companhia que me fazem neste estágio da Revolução
aqueles que me têm carinho, pelas feridas que fiz, pelas feridas que tenho
Alexandre e Leandro (pelos pedaços inteiros que são)

"Diríjamos-nos diretamente para o mundo, para as coisas, para o conteúdo. Libertemo-nos de todos os traços do formalismo; de todas as obscuras sutilezas da metafísica reconvertida - como na Idade Média - em escolástica abstrata; de todos os seus "problemas" insolúveis. Sejamos resolutamente modernos. Se o real está em movimento, então que nosso pensamento se ponha em movimento. Se o real é contraditório, então que seja o pensamento consciente da contradição."

(Henri Lefebvre - Lógica Formal, Lógica Dialética, Civ. *Bras., 1967, 2.ªed. pág. 174).*

I — É aqui que começamos a discutir o Estado, categoria central da geografia, que fingimos não perceber.

Geralmente, as introduções têm o objetivo de dar ao leitor algumas pistas sobre o texto que ele se prepara para ler e, a partir dai, desempenham a dúbia tarefa de fornecer aos leitores interessados um roteiro de leitura e evitar que os desinteressados leiam tudo, para chegar à triste conclusão de que só perderam tempo.

Em respeito ao leitor, quase faremos o trivial (já que não queremos aqui romper com esse tipo de tradição), com a diferença de que aproveitaremos essa introdução para tratar de alguns temas que não farão parte do texto central, e, no sentido de garantir a ordem lógica do pensamento, omitiremos aqui coisas que terão realce no texto central. Perdoem-nos os leitores, mas não conseguimos desistir da idéia de que o suspense tem efeitos que ultrapassam a literatura policial.

Nossa preocupação está relacionada com o desvendamento do discurso que, em linhas gerais, tem fundamento na Geografia e que se manifesta num conjunto bem diversificado de fontes, desde os jornais até as teses acadêmicas, desde os livros didáticos até os palanques político-partidários.

Nosso tema central é o Estado. Não este ou aquele Estado, mas o Estado enquanto categoria, enquanto institucionalidade geral do controle e fonte primária da ideologia da dominação.

O que vem a ser isso? Vamos por partes:

Em primeiro lugar, o Estado aparece como ponto de referência dos mais complexos. Confundindo Estado com nação (onde nem sempre possivel se falar em nacionalidade) e pais, vivemos afirmando que pertencemos a esta ou àquela nacionalidade, a qual se circunscreve nas fronteiras do "nosso" Estado. Ser brasileiro, norte-americano, canadense, italiano ou alemão ocidental, coloca-nos dentro de um certo domínio econômico-político que nem sempre se confunde com nacionalidade.

Em segundo lugar, há de se observar que mais que a nação é o Estado-país o centro da linguagem geográfica. Os cartogramas, os textos e, principalmente, os manuais partem do princípio de que a divisão do mundo em Estados nacionais ê dada pelo real-evidente (no caso, o objeto) estudado. Na nossa linguagem mais comum, temos a todo instante o pudor de conferir se o Estado do qual falamos conserva o mesmo nome ou a mesma capital, não importando quem ou o que pode garantir mudanças ou estabilidade em tais casos. Realçamos, ainda, um outro fator que sempre nos obriga a atualizarmos nossos atlas: a transitoriedade das fronteiras. Cuidadosos que somos em não traçar fronteiras em rios meandrados, não há como entender que, mesmo *calcadas em fenômenos físicos mais perenes, as fronteiras sejam tão móveis.

Em terceiro lugar, temos de nos ater ao discurso político mais comum, onde a confusão parece ser ainda mais aguda, pois, como num passe de mágica, homogeneiza-se o não-s homogeneizável, isto é, quando os que concentram o poder do Estado falam em nome do povo de um certo pais, escondem que falam em nome dos que detêm o poder, sendo, portanto, muito difícil de aceitar que governantes, lixeiros, camponeses, latifundiários, industriais e operários tenham todos os mesmos interesses e incluam-se num *único discurso. Esconde-se por trás do Estado a farsa que permite ver como único o que é múltiplo, como igual o que é desigual, como inteiro o que está profundamente partido.

A importância dessa confusão vai mais além. Ela estabelece uma estranha relação entre pronomes. A partir do Estado, identificamos quem somos "nós" e quem são "eles", conseguimos diferenciar-nos de "outros" povos, confundimos Estado, nação e país com classe social. Se as contradições em cada Estado nacional se expressam pela divergência de interesses entre classes e/ou frações de classe, a nível "inter" nacional, passa-se por cima dessa realidade e joga-se o conflito para o plano da nacionalidade. Se falamos em imperialismo norte-americano, por exemplo, estamos identificando os EUA como uma unidade, perdendo de vista as relações de classes desse pais e colocando o mendigo e o financista como igualmente imperialistas, como se ambos usufruíssem em pé de igualdade as relações de exploração e, ainda mais, escondemos aqui que as relações de exploração ocorrem, por determinação geográfica, de forma localizada e, portanto, se algo possibilita o deslocamento de volumes constantes de trabalho para fora de seu local de origem, há de se pressupor que nesse local há relações que não só permitem como viabilizam esse deslocamento.

Dito isso, voltemos ao discurso geográfico: dando razão a Lacoste e a sua definição da Geografia dos professores, (1) temos de dar a mão á palmatória e reconhecer que o pressuposto básico da divisão territorial do mundo é, no mínimo, dinâmico, o que nos obriga, perante nossos alunos, a explicações maiores que a mera identificação cartográfica dos Estados nacionais com sua infinita listagem de dados estatísticos.

Como se não bastasse, com a aceitação sumária da divisão

territorial do mundo em Estados nacionais, continuamos *indefinidamente tal processo, aceitando, também de forma sumária, outras dicotomias, como a expressa na divisão cidade/campo, cidade grande/cidade pequena, região industrial/região agrícola. Não há como não se preocupar com o fato de que ensinamos "Geografia do Brasil" partindo da divisão regional proposta pelo IBGE, sem sequer nos questionarmos acerca da funcionalidade de tal divisão.

II - Da divisão social à divisão territorial ou o espaço geográfico e a relação das classes mediada pelo jurídico-político (Estado).

Ao que parece nossos olhos já se acostumaram com a desigualdade! Nada mais "natural" que o fato de alguém cozinhar e outro alguém comer; há os que constroem e os que moram; há os que se apropriam do lucro e os que produzem a riqueza. Se, como afirmam os religiosos, "somos todos irmãos", poucos são os primogênitos, e a grande maioria tem de contentar-se em "fazer parte da família".

Sabemos que a sociedade, na forma como hoje a conhecemos, não passa da conjunção de desiguais, e que, por motivos que merecem uma boa discussão, é essa desigualdade, aparentemente natural, que permite que nosso sistema funcione. Assim, vemos confirmado no nosso cotidiano a velha dúvida dos intelectuais (reconhecidos ou não): se todos escrevessem artigos, como esse "autor", quem recolheria o lixo de "nossas" casas?

Aliás, a reflexão sobre a desigualdade não é nova: São Paulo, na primeira carta aos Coríntios, dizia:

"Também o corpo não se compõe de um só membro, mas de muitos. Se o pé dissesse: 'por que não sou a mão não pertenço ao corpo', deixaria por isso de pertencer ao corpo? Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? (...) Os membros do corpo que nos parecem menos honrados, são os que cercamos de maior honra (...). Vós sois o corpo de Cristo, membros cada um por sua parte. A alguns, Deus estabeleceu na Igreja primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro doutores; em seguida o poder dos milagres, depois os dons de curar, de assistir, de governar, a diversidade das línguas. São todos apóstolos? Todos profetas? Todos fazem milagres? (...)" (I Coríntios - 12, 14 - 17 a; 22, 27-29).

É Paulo ainda, na sua carta aos Colossenses, que afirma: "Servidores, obedecei em tudo a vossos senhores aqui na terra (...). Senhores, tratai vosso escravos com justiça e eqüidade". (Colossenses - 3,22 a 4, 1a)

Para Paulo, a desigualdade devia ser respeitada, afinal o "papel" de cada um é sagrado, e tudo não passa de uma escolha pessoal de Deus, que atribui a cada homem uma tarefa ou exige que cada homem seja um bom escravo, bem tratado pelo seu Senhor.

Muito antes da era cristã, já se vivia a desigualdade: homens nos campos produziam para os da cidade; escravos para senhores, bárbaros para romanos, e, não há dúvidas para a historiografia, cada um, em relação ao conjunto dos diferentes, produzia e reproduzia o espaço dos iguais. A necessidade de controlar os escravos agremia os senhores, a necessidade de produzir para os senhores agremia os escravos, e é na divergência/convergência de especialidades desiguais que as civilizações se constroem e se destroem.(2)

O proprietário de terras não olha sua propriedade com os mesmos olhos do escravo, a geografia do senhor não é a mesma que a do serviçal, mas, sem dúvida, as duas visões determinam a especialidade das relações entre dominados e dominantes.

Para não ficar num único exemplo, poderíamos afirmar ainda que o espaço dos que vão ao trabalho de ônibus e dos que vão de carro não é percebido da mesma maneira, ainda que o percurso seja o mesmo. É fácil notar que o agricultor que ara a terra com a força do boi e o que ara com a força do trator mantêm relações diferenciadas com seus trabalhos, das quais nasce a noção de pouco e muito, grande ou pequeno, produtivo e improdutivo, caro e barato, mas a totalidade não é senão conjunção de fatores divergentes e/ou diferentes, cuja resultante é a sociedade em que vivemos, e esta constitui a Geografia de todos nós.

Acontece que o que dissemos acima não basta para atingir o que queremos e, portanto, temos de ir além.

Partimos, então, do fato de que a de igualdade tem sua especialidade e que essa especialidade é a pré ria dinâmica da Sociedade. Por trás da lógica do espaço está a lógica da própria sociedade, e, se a sociedade é desigual, consequentemente o espaço será o espaço da desigualdade.

Não há o que estranhar em tudo isso: um é que vive no deserto, outro é o que vive na floresta; um é o camponês, outro ê o operário fabril: um é o que vive na tribo, outro é o que vive na cidade. Determinismo geográfico? Não! O que buscamos é a Geografia enquanto estudo de determinações! É na medida em que Homem e Natureza são faces de uma mesma moeda, em que suas relações são agentes/pacientes das relações homem/homem que se tem o espaço. Ou temos a dinâmica histórica de tais relações ou não temos Geografia.

"O caráter simultâneo e articulado dessas interações pode ser expresso nos seguintes termos: **os homens entram em relação com o meio natural através das relações sociais travadas por eles no processo de produção de bens materiais necessários à existência** (...). Decorre do exposto, que é o processo de produção dos bens necessários à existência humana, no bojo do qual se dão tais interações, que lhes confere unidade" (Moreira, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: Território Livre n.° 1 p. 9-grifos no original).

Façamos um resumo do raciocínio percorrido até aqui, para organizar nossa discussão: Afirmamos que as inter-relações se dão pela e na via da produção da sobrevivência. Claro está que tais limites estabelecem, antes de tudo, a qualidade pela qual se definem as determinações que buscamos. Consideremos, então, que o ato de lutar para sobreviver, no seu sentido mais amplo, é a origem da espacialidade. Trocando em miúdos, o ser humano promove certas características qualitativas para viver, tais como a reprodução de si próprio, a manutenção da vida pela produção/consumo de bens e serviços, a sociabilidade enquanto meio e fim dessas relações anteriores. Como já afirmamos antes, viver sob a égide do escravismo significa produzir e reproduzir relações escravagistas, viver e sobreviver de e para o escravismo, pensar, andar, amar, produzir, consumir e mais uma infinita lista de verbos que se conjugam de e a partir de relações escravagistas. Para confirmar nossas palavras e compreender toda a sua amplitude, teremos de dizer que viver sob o capitalismo significa "conjugar verbos" de e para o capitalismo. Isto é, há uma geografia do escravismo e uma geografia do capitalismo, pois são espacialidades cujas fontes primeiras são diferentes: as inter-relações que permitem a apropriação ou não da vida não são as mesmas(4).

Já temos aqui algumas pistas sobre as quais podemos caminhar. Nosso próximo passo deve incluir mais algumas idéias: 1.ª - A primeira diz respeito a uma definição mais precisa do "como" acontecem as relações em cada contexto historicamente definido; 2.ª - A segunda, "mera decorrência", nos leva a refletir a espacialidade de tais relações sem nisso excluir o fato de que, na medida em que avança o "como" de cada processo, ocorrem mudanças de caráter espacial e, portanto, que as relações homem/homem e Homem/Natureza se transformam quantitativa e qualitativamente.

Analisemos tudo isso com mais vagar.

Aquilo que acima chamamos de "diferença", "diversidade nas relações entre os homens no processo de produção e reprodução da vida", pode ser melhor entendido se observarmos que, além das diferenças individuais (cor dos olhos, cabelo, impressões digitais), existe na sociedade uma certa homogeneização de certos coletivos.

Um conjunto de pessoas, diferentes entre si quanto a certos traços, tem em comum a forma pela qual produzem e se apropriam da produção social dos meios de sobrevivência. Senhores e escravos, burgueses e operários, latifundiários e camponeses, senhores e servos, enfim, diferentes formas da população se agrupar em coletivos frente ao modo de apropriação dos meios de vida. É observando essa divisão em classes, que poderemos entender as vias pelas quais há identidades e diversidades fundamentais nas relações entre os homens(5).

Os homens, identificáveis individualmente, também o são na sua forma coletiva, pois têm de viver de forma mais ou menos independente da individualidade as regras do jogo que reproduzem as condições necessárias à manutenção de si mesmo enquanto indivíduo e enquanto classe e, outro limite de tais relações, deverão, então, a partir dessas mesmas relações (pois não têm alternativa), viver os passos da sua própria destruição enquanto classes.

São, portanto, essas diferentes inserções coletivas no processo de produção/apropriação da sobrevivência que chamaremos de divisão social do trabalho.

Mas... o que tem a ver a classe social e divisão social do trabalho com a Geografia? Entendemos que a resposta a tal questão já está implícita no texto acima, mas não custa nada esclarecê-la melhor e assim, continuar nossa discussão.

Para entendermos melhor o problema, devemos partir do princípio de que classe social existe realmente, isto é, não é mera imaginação de um conjunto de autores de contos de fadas. Quando falamos em classe social, estamo-nos referindo a um conjunto concreto de pessoas concretas que nascem, crescem (ou não), se reproduzem (ou não), e morrem sob determinadas condições social e historicamente definidas, condições essas que extrapolam a vontade individual, ou melhor, que podem expressar-se até como vontade individual, mas que, na verdade, se identificam com os anseios de todo um grupo de pessoas, conhecidas e desconhecidas, as quais, de forma pública e/ou privada, colocam "suas" vontades em ação, garantindo dessa maneira a existência/reprodução de sua classe.

Vejamos o caso dos capitalistas e operários: uns e outros existem enquanto indivíduos e enquanto classes. Se, em pleno império romano um indivíduo quisesse ser capitalista ou operário, na forma como o conhecemos hoje, não o conseguiria, pois sua individualidade ainda não existia enquanto classe, assim como, mesmo que possamos premiar este ou aquele capitalista pelo sucesso de suas decisões pessoais e a este ou àquele "operàrio-padrão", pelo sucesso pessoal no cumprimento de suas tarefas, o arrojo pessoal não passa de expressões individualizadas de condições coletivas sem as quais o mais arrojado dos homens não passaria de um visionário.

Se entendermos que as classes sociais existem realmente, nada mais simples que entender sua territorialização.

Se as classes sociais são formadas por pessoas concretas, com um conjunto de idéias e ações reais, não há como retirar tais seres reais de sua territorialidade. Isto é, esses indivíduos-coletivos ocupam um espaço físico; têm peso, largura e altura, movem-se nesse espaço e têm atitudes concernentes a sua situação de classe; têm, portanto, sua própria espacialidade.

A condição da produção dessa espacialidade é a territorialidade, isto é, para que a classe exista enquanto tal é preciso que ela exista em algum lugar. Assim sendo, a produção do conhecimento geográfico só pode ser feita na medida em que leve em consideração a espacialidade, isto é, a territorialidade da dinâmica própria de cada classe e das classes entre si, pois a produção do espaço numa sociedade de classes está submetida às relações dessas classes.

Temos ainda de realçar que, se a existência das classes se expressa por uma divisão social do trabalho, e se tal divisão, por força mesma de sua realidade, se territorializa, nada mais justo que falarmos de uma divisão territorial do trabalho.

Por outro lado, a divisão social do trabalho se expressa, na sua origem, pelo distanciamento entre o trabalho intelectual e o manual, entre quem produz política e quem produz alimentos. O que dizer, então, da seguinte afirmação:

"A maior divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é a traduzida pela separação entre cidade e campo" (MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 4.ª ed. Lisboa, Ed. Presença, v.1. pâg. 62).

As classes sociais, ao se especializarem, territorializam-se e é na origem da divisão do trabalho que reside uma questão espaço/território chave: a questão cidade/campo[6]:

"A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbaria à civilização, da organização tribal ao Estado, do provincialismo à nação, e persiste através de toda a história da civilização até os nossos dias (...) A existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc, numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política no geral. Ê ai que aparece em primeiro lugar a divisão da população em duas classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção.

A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o fato oposto, o isolamento, a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro geral da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo á divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta (...)". (MARX, K. e ENGELS, F. op. cit. pàg. 61).

Temos ai então, a expressão territorial acabada e com retoques, da divisão do trabalho nas sociedades de classes, segundo Marx e Engels.

O que ainda nos falta observar é que tal divisão deve ser vista sob dois aspectos, que se interdeterminam: 1.° - a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, comum a todas as sociedades de classes, se aprofunda dentro do capitalismo em seu aspecto técnico; 2.° o processo necessário à produção circulação da sobrevivência sob o capitalismo implica uma constante divisão de tarefas, não só na produção de um só produto (a linha de produção), mas também na produção total de bens e serviços onde a sobrevivência de cada um depende de um complexo conjunto de tarefas individuais e coletivas. Podemos, então, debruçar-nos sobre a reflexão que Lipietz nos apresenta quando afirma a existência de: "Uma divisão 'horizontal', a divisão entre ramos de atividades; a divisão cidade-campo; a divisão interurbana; a divisão entre comunidades (locais, nacionais e internacionais), etc: - uma divisão 'vertical' entre grupos sociais dominantes e dominados, presentes no processo de trabalho dos mais variados setores e que, na base econômica, se definem em relação à posse ou não dos meios de produção.

Na verdade, há interação entre divisão social e divisão técnica do trabalho. Na divisão 'horizontal' está contida a divisão 'vertical', que subordina a expressão econômica, política e social das atividades e, conseqüentemente, dos sujeitos coletivos (exploradores e explorados, dominantes e dominados) que as integram.

Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção 'stricto senso', implica a utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. Essa divisão territorial, não sendo alheia aos dados objetivos representados pela diversidade das condições naturais, é a divisão espacial das formas de divisão social do trabalho". (GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, Manuel. "Divisão Territorial do Trabalho e Nova Racionalização". In: Revista do Departamento da Geografia USP, n.° 1 p.21.[7].

III - De onde falamos em modos de produção, formação econômico-social e formação espacial para ampliar ainda mais os dados de que dispomos para esta discussão.

Produzir parece ser a palavra de ordem de todos os tempos. O que diferencia os tempos e os espaços não é o ato em si de produzir, mas sim o modo pelo qual o homem produz, isto é, o modo de produção.

Clãs, tribos, gens, nações, se identificaram e se "estranharam" através dos tempos pela forma com a qual conseguiam responder a seus corpos, mentes, filhos e velhos a pergunta básica da vida: como sobreviver?

Sobreviver não é uma mesma coisa em todos os tempos e lugares. O homem tem a seu favor (ou contra si) o fato de fazer história. Seu trabalho, por isso mesmo é trabalho, implica em imprimir novos contornos qualitativos á cata de alimentos, ao pastoreiro, á agricultura, à manufatura, à cibernética. O trabalho é um fenômeno humano e como tal histórico (e vice-versa), tendendo a aumentar cada vez mais o número de variáveis e de determinações, abrangidas pela definição do trabalho socialmente necessário á vida. Essas determinações, por sua vez, se definem pelas "duas direções" de uma única estrada: a relação homem/homem e a relação homem/natureza, sendo que tanto uma quanto outra se interdeterminam.

O homem faz sua história na medida em que transforma, quantitativa e qualitativamente, as relações entre ele próprio e a natureza; para isso precisa transformar, em maior ou menor velocidade, as relações entre ele mesmo e o próximo[8].

A árvore que cai sob a força de um raio traz consigo determinações, do ponto de vista qualitativo, diferentes daquela que cai sob a força de um machado, e vale lembrar, diferente ê a qualidade da que cai sob a ação de uma moto-serra.

A determinação não se refere ao ato de cair, mas ao "co-

mo", "por que", "para quem" e "para que" cai a árvore. A primeira (muito provavelmente) será alimento de outras árvores, a segunda e terceira, em velocidades diferentes, poderão transformar-se em cama, mesa, casa ou papel (aqui pouco importa), mas sob as condições capitalistas serão mercadoria.

"A 'primeira natureza' somente é incorporada ao espaço geográfico quando absorvida pelo processo da história. Daí decorre que sua importância geográfica resulta sobretudo do fato de situar-se no próprio âmago da natureza social do espaço, sendo esse âmago o trabalho social." (MOREIRA, Ruy, op. cit. p. 7).

Bem ... já vimos então que a história implica em responder "como", "porque", "para quem", "quando", ocorrem as relações homem/natureza e homem/homem e como cada uma e o conjunto de tais perguntas são respondidas pelas ações concretas dos homens e da própria natureza (na medida mesma em que a natureza é forçada pelos homens a adquirir características da demanda social) através de sua territorialização em múltiplas e diferenciadas inter-relações.

Se temos em mente a forma pela qual os homens se relacionam com a natureza e entre si, teremos o agente pelo qual é possível compreender e escolher a melhor forma de elaborar (teoricamente) a geografia: precisamos, portanto, definir o chamado modo de produção, de qual modo de produção estamos falando e quais são suas regras gerais.

Vamos considerar então o capitalismo como o modo de produção que nos interessa diretamente, pois é nele que vivemos e é dele que tiraremos as idéias centrais necessárias ao nosso tema. Pois bem, o que é, afinal de contas, o modo de produção capitalista?

Cremos que para nosso objetivo bastaria afirmar que o capitalismo é a forma mais complexa que a História do homem já elaborou na luta pela sobrevivência. Sua característica básica é a transformação de todas as relações em mercadorias e seu objetivo, a acumulação do capital.

No capitalismo, o trabalho, a terra, a matéria-prima, os meios de produção, a arte, o conhecimento científico, a comunicação de massa etc, têm como característica dominante o fato de serem mercadoria, isto é, de serem produzidos para o mercado. Além do valor de uso característico de todos os produtos do trabalho, tudo adquire um valor de troca, um preço, um valor resultante da média do trabalho social necessário à produção (9). Tal característica, embora peculiar a um certo modo de produção, faz parte da nossa vida e é por nós encarada como a única forma real e eterna - é nessa incorporação que se coloca o "segredo" da possibilidade histórica de se acumular capital.

Está no fato de, também a força de trabalho do homem ser mercadoria, com a característica particular de ser a única mercadoria que produz mercadorias, que se pode extrair no processo global da produção/reprodução o lucro e, ainda, transformar uma parte desse lucro em capital[10].

Se temos em mente a noção de modo de produção, logo perceberemos que se trata de uma categoria de suma importância na nossa análise, mas que não corresponde às diversas realizações concretas, aos diversos aspectos que a realidade toda assume ao realizar tal modo de produção e, conseqüentemente, devemos buscar a ajuda da idéia de formação econômica e social.

Por formação econômica e social entendemos aqui a expressão historicamente definida das múltiplas determinações que, ao mesmo tempo, individualiza e dá as condições necessárias a algo de pertencer á unidade que é o modo de produção. Fazendo um paralelo lógico de cunho puramente didático, poderíamos afirmar que da mesma maneira que a categoria "humanidade" ê por demais geral para caber neste ou naquele homem, isto é, num homem particular, com características que o individualizem do "resto" da humanidade, tal categoria tira essas características de uma expressão multiplamente determinada por sua inserção na abstração. Em outros termos, a individualidade ê a característica particular do geral e é através de tal relação que podemos afirmar que este "homem" é "homem" e que pertence, portanto, à humanidade. Da mesma maneira, é através do modo de produção que podemos entender as particularidades da formação econômica e social e é na formação econômica e social que encontramos os meios necessários para ampliar nossa compreensão acerca do modo de produção. Portanto, a "Formação Econômica e Social é uma estrutura que combina o entrecruzamento das contradições nucleares dos Modos de Produção que contém". (MOREIRA, Ruy "Movimento Operário e a Questão Cidade Campo no Brasil". 1.ª ed. Vozes, 1985, p. 34)[11].

E aqui podemos dizer que o desenvolvimento histórico dos diversos modos de produção conhecidos pela humanidade é fator determinante para a formação econômica e social. Na "mão invertida", o modo de produção é o fator hegemônico na determinação da dinâmica da formação econômica e social, ou seja, das relações entre os modos de produção nucleares mas não hegemônicos.

Considerando-se que o modo de produção capitalista é hegemônico a nível mundial, e, que em sua formação estão "territorialmente" localizados combinações de expressões mais ou menos clássicas e até aparentemente contraditórias desse mesmo capitalismo (12), há de se concluir que:

1. cada formação econômica e social corresponde a uma formação espacial determinada;

2. a cada formação econômica e social hegemonicamente dirigida para a acumulação do capital corresponde uma dada formação espacial capitalista, cuja dinâmica é a própria dinâmica da acumulação;

3. as diversas formações econômicas e sociais, cada qual com sua própria formação espacial, tendem, com a hegemoneização do capitalismo, em primeiro lugar a colaborar efetivamente com a acumulação primitiva do capital no seio do sistema enquanto um todo, e em segundo lugar a ter suas relações de produção internas gradativamente submetidas às relações tipicamente capitalistas.

Resumindo, podemos dizer então que:

1. A sociedade é o induzido/indutor das relações homem/homem e homem/natureza (13).

2. O modo de produção hegemônico é a produção/reprodução de relações espacializadas, cuja concretização ocorre a nível da formação econômica e social e cuja estrutura é a formação espacial (14).

3. O entendimento do espaço é, então, condição e finalidade do entendimento do modo de produção hegemônico.

IV - De onde falamos em infra e supra-estrutura, retomando a questão do Estado

Temos de entrar agora num campo bem escorregadio de nossa discussão e, para isso, pedimos ao leitor um pouco de calma e paciência.

Quando pensamos em infra e em supra-estrutura nada mais "lógico" que "visualizarmos" a existência de algo que está em "baixo" sustentando outro algo que está em "cima".

O primeiro e fundamental engano dessa lógica tão simples e transparente está no fato que ela deixa de lado a condição básica de qualquer relação: a interdeterminação. É impossível pensar na adequação do "sustentador" sem a existência do "sustentado" e, portanto, infra e supra estrutura são interdeterminantes. Sem a primeira não há a segunda e vice e versa, ou, melhor ainda, só a compreensão da totalidade dessas interdeterminações pode dar "fundamento lógico" a esse movimento.

A segunda questão é que, a busca de tais determinações ultrapassa os limites da mera caracterização dos fatores e nos leva a atribuir pesos de caráter qualitativo a cada uma das determinações. É lícito afirmar aqui que está contida nesse caráter qualitativo das determinações da totalidade a definição de "infra e de supra-estrutura".

Considerando que as relações homem/homem e homem/natureza são, em última análise, relações entre fatores de determinação da vida e que, portanto, a base da vida está na forma pela qual o homem produz e reproduz e se apropria do produzido e do reproduzido, o que, por sua vez, está em constante movimento de interdeterminação com as relações de cunho político-ideológico ou supra-estruturais. Ao considerarmos esse movimento de interdeterminação, não estamos propondo uma "vitamina liqüidificada" de fatores: o que é "infra" continua "infra" e é enquanto "infra" que se transforma constantemente, pois, sua estagnação significaria a impossibilidade lógica da "infra-estrutura" não suportar o que deve sustentar. Tal paciente também é, simultaneamente, agente, pois, enquanto "base" ("infra") deve adequar o "sustentado" à sua capacidade de "sustentação" (15).

Parece que já conseguimos nos organizar o suficiente para

iniciar nossa discussão.

Devemos partir de uma afirmação aparentemente ridícula: o Estado existe. Trabalharemos então com algo palpável, verificável, e, ao mesmo tempo, dinâmico, pois não devemos esquecer que o Estado nem sempre existiu e que, por outro lado, desde que existe, tem assumido formas e aspectos diversos e às vezes superficialmente contraditórios entre si.

Temos, aqui, algumas linhas-mestras nas quais podemos nos basear:

1. Desde o seu aparecimento, o Estado expressa uma forma específica de poder, e é essa especificidade que lhe dá identidade temporal, não o poder em si.

2. O Estado tem como limite o próprio território em que se circunscreve.

3. O Estado, dentro de seu limite territorial, jamais exerceu o poder a partir de todas as classes sociais nele inseridas, mas seu discurso político tende a generalizar e a exercer o poder sobre todos; o poder, na verdade, sempre se concretiza de forma heterogênea sobre os que a ele são submetidos.

4. O Estado não é, então, o modo de produção, mas sim a expressão supra-estrutural de uma formação econômico-social (ou de várias), em que aparece um modo de produção enquanto relação de hegemonia.

5. Considerando, então, a interdeterminação de fatores, o Estado se apresenta como induzido/indutor das relações de produção e, portanto, é a internacionalização do modo de produção hegemônico que da mesma forma que ajusta as bases materiais, também o faz com suas expressões supra-estruturais, isto é, com a ideologia, Estado, instâncias juridico-políticas, etc.

6. O Estado, portanto, não pode ser visto como uma totalidade em si isto, enquanto chegaria que se basta a si mesma e, nem mesmo como expressão unívoca do poder de uma "classe" sobre outras "classes".

Só se pode discutir o Estado "em separado" na medida em que se considere que a "totalidade histórica" está no modo de produção e que a "totalidade Estado", fruto excelente de múltiplas determinações, além de comportar o poder de uma classe, comporta a existência do poder e das classes; portanto, o Estado só pode ser entendido na multiplicidade dessas relações e nunca no mecanicismo que o vê como "instrumento" de uma única classe: o Estado é a expressão supra-estrutural da sociedade de classes.

V - A cerca do que há de específico e de genérico no poder, ou melhor, a tentativa de responder as dúvidas sobre o papel geral do Estado

Dissemos acima que a "identificação temporal" do Estado acontece pela forma específica de como se exerce o poder, e que não se coloca em questão a existência do poder, isto é, Estado e poder são expressões diferentes, mas inseparáveis, pois sua separação implica, no mínimo, na inexistência do primeiro (consideramos então a possibilidade da existência do poder sem a existência do Estado).

Assim sendo, precisamos, em primeiro lugar, relacionar "Estado" com "divisão social do trabalho". Como já vimos anteriormente, a divisão social do trabalho ocorre no momento em que a História se obriga a definir quem produz e quem se apropria da produção. A divisão entre o trabalho intelectual e o manual produz forma de organização divergentes e interdeterminantes, definindo espaços da apropriação e espaços de produção, onde, a divisão cidade/campo nada mais é que o embrião do Estado tal como o conhecemos hoje.

"Desse modo, na constituição grega da época histórica vemos, ainda cheia de vigor, a antiga organização gentílica, mas já observamos, igualmente, a sua decadência: o direito paterno, com herança nos haveres pelos filhos, facilitando a acumulação de riquezas na família e tornando esta um poder contrário às gens; a diferenciação de riquezas, repercutindo pela constituição social e pela formação dos primeiros rudimentos de uma nobreza hereditária e de uma monarquia; a escravidão, a princípio restrita aos prisioneiros de guerra desenvolvendo-se depois, no sentido da escravidão de membros da própria tribo e até da própria gens; a degeneração da velha guerra entre as tribos na busca sistemática, por terra e por mar, de gado, escravos e bens que podiam ser capturados, captura que chegou a ser uma forma regular de enriquecimento. Resumindo: a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como um bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimissem o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam uma sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas; uma instituição, em uma palavra, que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. In: Obras escolhidas Alfa Omega v.3. p.87-8).

Temos, então, algo que deve necessariamente ser aprofundado: considerando que a forma pela qual o homem "resolve" os problemas relacionados com a sobrevivência (modo de produção) está em última instância na base do edifício sobre a qual se erige a divisão social do trabalho, e que é na divisão social do trabalho que se encontra a origem lógica do Estado, deve-se entender então, que é no próprio modo de produção e, portanto, na formação econômica e social e na divisão territorial que reside a origem do poder; e já que:

"Toda a ideologia (...) uma vez que surge, desenvolve-se em ligação com a base material das idéias existentes" (ENGELS, F. "Ludwing Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã" In: Obras Escolhidas, Alfa-Omega v.3, p. 203), as interdeterminações entre tais fatores explicam a interdinâmica entre Estado, poder, formação econômica e social e modo de produção.

O Estado sofre um conjunto de transformações e, ao mesmo tempo as impõe, de forma que a presença do Estado, nas diversas épocas históricas, se faz sentir no seio do desenvolvimento do modo de produção e, portanto, essas diferentes expressões de poder respondem a diferentes relações de produção. A base material sobre a qual se imbrica o Estado dá-nos condição de falar de um Estado feudal com relações diferentes do Estado capitalista e, portanto, se Estado não é o mesmo que formação espacial, não há dúvida de que a Geografia do Estado só pode ser elaborada a partir do estudo das formações espaciais que o estruturam.

Assim como toda ideologia é fruto da base material que a sustenta, ela é o instrumento social capaz de dar força inercial à base material e a si própria. O Estado vem responder não só às necessidades da reprodução das relações de produção, mas constituir-se como um pólo reacionário a quaisquer mudanças mais profundas em sua base material, sendo necessária a destruição de suas formas de poder para que outra classe, ou classes, consiga impor novas relações de produção; consequentemente, as transformações conjunturais necessárias ao desenvolvimento e maturação do modo de produção implica a reordenação no âmbi-*TO* da ideologia em geral e do Estado em particular.

VI - Das discussões sobre fronteiras e limites do poder

Do coletivismo tribal ao individualismo burguês muita água rolou sob a ponte. Independentemente do fato de que não estamos aqui para defender o evolucionismo darwinista, temos de reconhecer que há mudanças de cunho qualitativo nas relações sociais através da História.

A mudança de grande valor para o nosso tema está justamente na noção de limite, não no sentido teleológico do limite, mas sim no da resposta diferenciada que cada formação econômica e social dá à espacialidade de uma ação particular (enquanto indivíduo) ou coletiva (enquanto totalidade).

Hoje em dia, tais fatos são razoavelmente fáceis de se identificar: a casa, por exemplo, não só abriga o homem, como o faz sob certas condições, isto é, ao entrar em "sua" casa mudam-se os pontos de referência do que poderíamos denominar "comportamento possível" a que a nossa personagem está sujeita. É muito oportuno lembrar que uma coisa é entrar onde se mora ou no quarto onde se dorme, e outra é entrar na casa vizinha ou num quarto que não nos pertence. O que observamos é que, se no pla-

popular e vai isolá-lo, mistificá-lo, julgá-lo, mantendo, a nível nacional, isolado como uma doença, aquilo que, por sua lógica interna, tem caráter mundial.

O Estado-naçâo-país é ideologia! Mas não se iludam os idealistas! Ideologia não é sonho, ideologia aqui são ruas e nomes nas ruas, o asfalto, a previdência, o judiciário, monumentos, o executivo e o legislativo, a escola e o funcionalismo público. Ideologia é fato concreto, é o Estado-nação-país em ação na medida em que aparece como algo alheio às classes e ao mesmo tempo define impostos, fronteiras, é empresário e consumidor, mediador interno e externo da lógica capitalista. E é na medida em que a ideologia não é ideologia do vazio mas é superestrutura de uma dada base material da sociedade que o Estado-nação-país é induzido/indutor das relações de classe concretas do modo de produção hegemônico e assim deve mediar as formações espaciais no sentido de viabilizar a reprodução ampliada do capital. E é nessa lógica que entendemos as diferenças entre os Estados, e nos Estados, entre regiões; entre cidade e campo; e na cidade entre subúrbio e o centro, e na casa entre a suíte e o quarto de empregada. A formação espacial é a espinha dorsal da divisão entre as classes, seus mecanismos de interação e disputa, seus meios de domínio e sujeição.

A diferença, portanto, entre pobres e ricos, ocidente e oriente, norte e sul, desenvolvido e subdesenvolvido, primeiro, segundo e terceiro mundo, não passa, em última análise, de formações espaciais do próprio capitalismo e, portanto, de suas relações específicas de classe.

É assim, portanto, que, invertendo a rota da discussão, podemos afirmar que a contradição não elimina mas, ao contrário, faz parte do real, assim como a eliminação do proletariado pressupõe a eliminação da burguesia e é contradição que se sustenta a sobrevida do modo de produção. Da mesma forma, as classes fundamentais, suas frações e agremiações, as formações espaciais são formações dessas relações e, portanto, são formações espaciais dessa contradição fundamental. Onde vemos a diferença devemos ver mais, devemos observar a contribuição que a diferença traz para a unidade do modo de produção. Se entendemos que desigualdade é unidade da diversidade, já não falaremos em desenvolvimento e subdesenvolvimento, mas em divisão internacional do trabalho, em divisão regional do trabalho, em divisão territorial do trabalho, em formação econômica e social e, por fim, em formação espacial.

Aqui já podemos cumprir a tarefa proposta no título deste item: podemos falar em desenvolvimento desigual e combinado, podemos entender então que a "vida" ou "sobrevida" do modo de produção está na combinação das contradições as quais ocorrem de acordo com a mesma lógica que nos leva a entender a unidade dos contrários.

Estão, por isso, resolvidos os conflitos entre as nações? De forma alguma. Quando falamos em hegemonia de um modo de produção não falamos em homogeneização de interesses para além das questões fundamentais. Se é consenso a necessidade de acumulação, não o é, no mesmo nível, o "como", o "quando", o "para quem" e "para onde" deve dirigir-se tal acumulação. A Lei tendencial de Desenvolvimento Desigual e Combinado produz frações de classes capazes de lutar entre si usando a ideologia do Estado-nação-país, da soberania nacional, da honra nacional, para garantir a criação e a manutenção de vias de reprodução localizadas dessas mesmas frações.

A acumulação localizada da totalidade de riqueza gerada no mundo levaria à impossibilidade da reprodução dos mecanismos de exploração, assim como a socialização do capital acabaria com o monopólio, e a gerência dessa mediação, exercida hoje pelos bancos, não é feita sem conflitos, sem Fundo Monetário Internacional, sem divida externa, sem transferência para o Estado das contradições impostas pelo próprio desenvolvimento.

Um outro aspecto dessa discussão, que precisa ser realçado é aquele que evidencie a polarização entre países dependentes e independentes ou, ainda, entre centro e periferia.

Temos aqui, sob outras vestes, a mesma discussão. Não há, nem pode haver, independência ou dependência nacional, bem como não há países centrais ou países periféricos. Tal engano se dá pelo fato de que se costuma dar mais valor à aparência que à essência.

Já sabemos que as contradições, só a nível ideológico, são **contradições** nacionais. A luta pelo poder se efetua no seio das classes e não no da nação, mas, por outro lado, a nacionalidade pode perfeitamente ser usada como móvel ideológico nessa luta. Sabemos, também que para além das fronteiras nacionais aparece de forma ubíqua o modo de produção, o qual internaliza e subordina as formações espaciais. Como se tudo isso não bastasse, ainda precisamos afirmar que a universalização do modo de produção capitalista não implica a universalização do Estado, pois é o seccionamento ideológico que garante a desigualdade enquanto essência da unidade do próprio modo de produção.

Assim sendo, não há centro nem periferia, não há países dependentes. O que há é a divisão internacional do trabalho, a divisão territorial do trabalho, pois a lógica que usamos não busca a unidade das semelhanças, mas a unidade da desigualdade. Não é a união de semelhantes, mas o imbricamento das divergências, não é a pasteurização das contradições, mas a luta de classes, que nos pode fornecer pistas para compreender e transformar o mundo.

Um outro aspecto também comum à literatura geográfica diz respeito à comparação entre diversas "etapas" do desenvolvimento técnico científico. Ao que parece, a criação de "tecnologias nacionais" deve levar à "independência" e, por outro lado, a tecnologia, aparentemente neutra, deve, por si só, eliminar a miséria, a diferença de nível de vida entre os povos.

Já tivemos a oportunidade de discutir um pouco o assunto e não pretendemos levantar aqui os argumentos já trabalhados. Queremos somente enfatizar que, diferentemente de outros modos de produção, o capitalismo transformou o conhecimento científico em mercadoria, e é a partir desse pressuposto que afirmamos ser a ciência um fator de acumulação e não de socialização; portanto a aquisição do conhecimento não esclarece de "per si" "de qual" conhecimento se fala; "para que", "quando", "como", será usado ou foi gerado. Na medida mesma em que conhecer implica poder, a ciência é fator de acumulação e de reprodução do capital.

IX - Entre a geografia das coisas e a geografia das classes (ou, de quando as coisas só são coisas de e para uma sociedade)

"Essa condição imposta à história dos homens de, para efetivamente existir, ter que adquirir uma forma espacial, decorre do fato de o modo de produção da vida material desses homens pressupor a territorialização da produção, da realização do circuito que retorna à produção (...).

Desse modo, fábrica, mercado e Estado são os nexos estruturais que executam no capitalismo a mediação do movimento de transfiguração das contradições em valor e vice versa (...). O espaço - Estado é a transfiguração do eixo economia política em processo de hegemonização do capital sobre o trabalho, por meio da disciplinarização da reprodução das contradições que tendem a implodi-lo.

Se a geração do valor é o núcleo da estruturação da sociedade burguesa, é a realização desse valor que a organiza. Isto porque a geração do valor não é a razão em si, sendo esta razão a acumulação do capital. E sem realização não há acumulação (...). O papel do Estado burguês segue pois uma linha geral simples: realizar o deslocamento do lugar nuclear exercido pelo espaço - fábrica para que este seja exercido pelo espaço - mercado, de modo que as contradições fabris fiquem dissimuladas por desigual distribuição de renda e como tal podendo, por conseguinte, serem resolvidas por meio da distribuição mais justa da renda. Nesse passo, transformar o espaço mercado em lugar da leitura da história e o Estado em seu sujeito" (MOREIRA, Ruy. O movimento Operário e a Questão Cidade e Campo no Brasil. Petrópolis, Vozes 1985. p. 26-8.).

E é aí justamente que entramos com nossas tristes e malfadadas aulas de Geografia. Montanhas, rios, minérios, estradas, cidades, regiões, estados, continentes: tudo isso conjugado numa grande vitamina, cujo nexo nos é difícil captar. Talvez o mais importante de tudo seja o fato de que tal falta de nexo constitui uma questão superficial, pois, no fundão do poço vamos encontrá-lo e

entendermos que, como toda a ideologia tem como base o espaço econômico, o caos do discurso geográfico é a lógica da apropriação que o modo de produção capitalista faz da natureza, o cerne do modo de produção capitalista está na acumulação do capital e, para tanto, é necessário obrigar a natureza a produzir na velocidade da acumulação. Natureza é, pois, natureza para o capital, como já vimos, quem dá o nome aos bois é o dono dos bois.

Por isso mesmo se um rio é somente um rio, para os homens ele será mais que uma água corrente: ele será o que determinar a relação dos homens com as coisas; ele será o que determinar a vida dos homens; e é a vida dos homens que resolverá as relações de poder sobre as coisas e, mais ainda, acabará determinando que o poder de propriedade realizado por uma classe se transforma em poder sobre os próprios homens e, daí, a transformação do espaço em Estado.

A política está no centro da Geografia, a Geografia está centrada na política e o Estado tornou-se a própria unidade da Geografia Regional do mundo atual. É hora de assumirmos como ponto de partida a espacialidade contemporânea, de modo a fazer da Geografia que se ensina uma poderosa arma de elucidação desse leviatã moderno, o deus onipotente de nossos dias.

São Paulo, verão de 1985/1986

NOTAS

1. LACOSTE, Yves. A Geografia Serve, Antes de tudo, para Fazer a Guerra. Lisboa. Iniciativas Editoriais, 1977.
2. Já se deve ter em mente aqui o que veremos mais adiante, desde a divisão cidade/campo ale a formação da nobreza, as revoltas de escravos, os diferentes partidos, religiões, sindicatos, etc.
3. Ver aqui o texto de Ruy Moreira — "O Espaço da Crise e a Crise do Espaço", in Anais do 5.° Ene. Nacional de Geógrafos — AGB — Livro 2, v. II — p.89es.
4. Para aprofundar o tema ler de Marx e Engels A Ideologia Alemã, Livraria Martins Fontes e Ed. Presença, Lisboa, principalmente o 1 ° volume. O outro texto de suma importância seria o capítulo VI Inédito de O Capital, de Marx, K. Ed. Morais, 1985, principalmente a seção "A Reprodução Capitalista é Produção e Recuperação das Relações de Produção Especificamente Capitalistas", p. 133 es.
5. Atualmente existe uma grande discussão a respeito dos limites das classes sociais. Não desenvolveremos essa polêmica aqui, esperando tratá-la de forma mais especifica em futuro próximo.
6. O tema cidade/campo pode ser observado, em linhas gerais, na obra de Henri Lefebvre O Pensamento Marxista e a Cidade, Portugal, Ed. Ulisséia, 1972.
7. Esse artigo, na sua totalidade, traz importante contribuição para o tema e merece ser lido com toda a atenção.
8. Vale a pena aqui recorrer ao artigo de Engels "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem", In: Obras Escolhidas, Alfa ômega, v.2, p.267-80.
9. Verificar as bases da Teoria do Valor no livro I de O Capital de Karl Marx Ver col. Os Economistas, introdução de Jacob Gorender. Abril Cultural, cap. I.
10. Verificar aqui a palestra proferida por Marx sobre o titulo "Salário, Preço e Lucro", In: Obras Escolhidas — op. cit. vol. I, p. 333-78, sem prejuízo de consulta â "Contribuição á Crítica da Economia Política", do mesmo autor, principalmente o cap. I "A Mercadoria" — na segunda edição brasileira: Martins Fontes, p. 31-62; ver ainda O Capital, op. cit., seção III, cap. V "Processo de Trabalho e Processo de Valorização".
11. Ver aqui o excelente trabalho de Máximo Quaini Marxismo e Geografia, Paz e Terra, 1979.
12. "Essa dupla face do imperialismo, e principalmente de suas relações com as "regiões", não tem o significado que a teorização sobre o terceiro mundo confere ás relações centro-periferia. É cer- capitalismo mercantil a criação de colônias deu lugar ao posterior surgimento das nações; mas a diferença significativa entre as formas de expansão internacional do capital no período colonial c no período imperialista é, precisamente, o fato de que no período imperialista, sob as determinações da própria reprodução do capital, essas classes dominantes locais que emergiram em contradição com o capital internacional têm interesses coincidentes, agora, com a forma de reprodução do capital internacional; mais: essas classes dominantes locais são absolutamente necessárias para a "nacionalização" do capital, sem o que o capital internacional só existiria como abstração. Assim, a teorização terceiro-mundista mais corrente não dá conta dessa dimensão de heterogeneidade externa do imperialismo; a oposição entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas no contexto do sistema capitalista em escala internacional, que é o núcleo de teorização terceiro-mundista, deveria, para ser correta, demonstrar que persistem conflitos de interesses entre o imperialismo e as classes dominantes locais, conflitos cuja raiz deve ser buscada nas formas de redução do capital. No atual estado da divisão internacional do trabalho do capitalismo, a possibilidade de esses conflitos resultarem entagônicos é cada vez mais remota (OLIVEIRA, Francisco. "Elegia para uma Re(li)gião. 3.ª edição. Paz e Terra, 1981.p. 28.
13. Novamente aqui temos a presença de reflexões referentes ao capítulo VI Inédito de O Capital - op. cit.
14. "Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição" (OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p. 29).
15. Ver O Capital de Karl Max. 3 ed. Civilização Brasileira, Livro 3, v. 6.
16. Sem considerar aqui a extensa bibliografia disponível vale lembrar:
    De Hegel:
    Seleção de Textos preparada por Djacir Meneses: "Textos Dialéticos", Zahar, 1969, principalmente p. 77-105.
    De Marx:
    — Crítica da Filosofia do Direito de Hegel — presença (Portugal) e Martins Fontes (Brasil)
    - As lutas de Classes na França de 1848 e 1850 — Obras Escolhidas op. cit. v. I, p. 93-108
    - O Dezoito Brumário de Luiz Napoleão — Ob., Esc., Esc, v. I, p. 199-285
    - Critica ao Programa de Gotha — Idem, ibidem
    - v.2. p. 203-34
    De Engels:
    - Anti During - Ed. Paz e Terra - 1974 - Principalmente 2.ª seção, itens II, III e IV.
    - A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado - Ob., Esc., op. cit. v. 3, p. 7-143.
    De Lenin:
    - A Comuns de Paris - Seleção de Textos, Lisboa, Ed. Avante, 1975
    - O Estado e a Revolução - Obras Escolhidas - Alpha-Omega, v. 2, p. 219-305.
    De Gramsci:
    - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno - Civilização Brasileira, 1984.
17. "Não são apenas as condições objetivas do processo de produção que se apresentam como resultado dele; o mesmo acontece com o caráter especificamente social das mesmas; as próprias **relações de produção** são produzidas, são resultado sem cessar inovados do processo." (Marx, K - Cap. VI - Inédito, etc. p. 138-9.
18. "Não há capital sem trabalho assalariado, não há trabalho assalariado sem capital. Daqui tiram os economistas burgueses a conclusão de que, portanto, não há trabalho que não seja assalariado, assim como não há objetos e meios de produção que não sejam capital. A classe operária tirará daí outra lição, formulada no mesmo ano (1865) por Marx: 'Abolição do Trabalho Assalariado!'" Maffi, Bruno. "Introdução à Edição Italiana do capítulo VI, Inédito etc. p. 24).
19. "Essa concepção da polarização do mundo capitalista tende a atribuir (...) papel secundário às classes de cada pais na determinação da dinâmica social de todo o sistema capitalista mundial, colocando em primeiro plano as relações que se estabelecem entre nações ricas e pobres. As classes entram na análise mais como representantes das respectivas nações do que propriamente como agentes que definem o processo de seu espaço nacional. É como se as classes dominantes das metrópoles se relacionassem com as classes dominadas dos satélites, sem mediação, no primeiro caso, das classes dominadas metropolitanas, e, no segundo caso, das classes dominantes periféricas. (MANTEGA, Guido. "A **Economia Política Brasileira",** 3, ed. Polis/Vozes, 1985, p. 228.

O enfoque locacional na Geografia

ROBERTO LOBATO CORRÊA

Geógrafo do IBGE

O propósito desta comunicação é o de apresentar criticamente o enfoque locacional na geografia. Um enfoque que a partir de certo momento marcou bastante a prática dessa disciplina nas universidades e em órgãos ligados ao planejamento.

Inicialmente é preciso clarificar o que se entende por enfoque locacional na geografia. Aparentemente não haveria muita discussão sobre o fato de localização ser uma questão eminentemente geográfica e mesmo central à geografia. Mas uma análise mais aprofundada na história do pensamento dessa disciplina indica que os geógrafos privilegiaram também outros enfoques e que a questão da localização foi muitas vezes tratada secundariamente.

Assim, um dos enfoques é o de considerar as relações homem-natureza, enquanto outro é o dos estudos de áreas. Em ambos os casos, as abordagens têm sido preferencialmente a críticas e mesmo profundamente comprometidas com os interesses das classes dominantes: o determinismo ambiental e o possibilismo vidaliano são expressões do primeiro enfoque. Os estudos de regiões, onde se consideram ingênua e descritivamente as combinações de fenômenos heterogêneos em uma dada área, são exemplos do enfoque regional. Ambos polarizaram em momentos distintos os interesses dos geógrafos e, enquanto isto ocorria, o enfoque locacional ficava em um plano secundário.

Por estudo locacional - muitas vezes denominado de estudo sobre a organização espacial - entende-se a procura de resposta para uma questão central: por que o homem e suas atividades estão localizados do modo como estão? Esta questão pode ser desdobrada em outras, a saber: Existem regularidades na localização do homem e de suas atividades? Que interações existem entre as diferentes localizações? Que processos afetam a localização e a interação do homem e de suas atividades? E ainda, qual a organização espacial resultante da localização do homem e de suas atividades e das interações entre essas localizações?

Estas questões diferenciam-se daquelas que, explícita ou implicitamente, fariam, respectivamente, um geógrafo determinista, um possibilista e um geógrafo regional. São elas: Como o meio físico influenciou o homem e suas atividades em um dado local? Como o homem reagiu face ao meio físico , dele retirando as possibilidades que lhe eram oferecidas e, ao longo do tempo, elaborando uma paisagem? Como os diferentes elementos sociais e naturais combinaram-se para originar uma região específica, única?

Naturalmente as diferenças entre essas questões colocam em cena uma série de questionamentos sobre a natureza da geografia, seu objeto e sua finalidade. Mas estes são problemas situados muito além do escopo desta comunicação.

A - A Emergência da Questão Locacional

A questão locacional somente poderia ter sido pensada de modo sistemático a partir de uma determinada fase da História, que é aquela em que localizar a população e as atividades passa a ter uma importância crucial para os propósitos da classe dominante.

Esta fase é a do capitalismo, quando a produção passou a ser comandada pelo capital, quando o capital passou a subordinar o trabalho, dele extraindo sua fonte básica de acumulação, a mais-valia. No bojo do capitalismo verificou-se enorme desenvolvimento tecnológico gerador de um volume de capital investido e de uma escala de produção impensáveis até então. Esta escala, por sua vez, introduziu novas necessidades locacionais. Assim, por exemplo, não se tratava mais de localizar pequenas, numerosas e dispersas forjas que extraíam minério e madeiras de suas proximidades, vendendo localmente a reduzida produção. Tratava-se, isso sim, de relativamente poucas e concentradas unidades de produção, as usinas siderúrgicas, que consumiam milhares de toneladas de minérios, carvão e fundentes, produzindo por sua vez milhares de toneladas de ferro-gusa e aço.

Em outras palavras, a localização passou a ter enorme significado quando passou a representar um dos elementos que influenciava os custos e os lucros e, portanto, a capacidade de sucesso em um capitalismo concorrencial.

Queremos dizer com isso que não fazia sentido pensar sistematicamente em localização numa fase pré-capitalista. Ou seja, o pensar sistemático a respeito da realidade ou de uma de suas facetas só se justifica quando a realidade demanda esse pensar. Afinal, são as condições concretas da vida que determinam nosso pensar, e não o contrário. Mas que fique claro que não estamos afirmando que não havia normas de localização e padrões espaciais resultantes em uma sociedade pré-capitalista. Havia, e muitas estavam mesmo explicitadas. Mas a questão da localização só apareceria aos olhos da classe dominante e do Estado como uma questão crucial com o capitalismo. Por quê?

Primeiramente verifica-se o investimento maciço de capital acumulado no comércio, inclusive no comércio colonial, em escravos, na terra, em atividades de produção "stricto sensu", mas também na circulação e na distribuição, em atividades novas e em grande escala, que deveriam gerar excedentes para o processo de acumulação. Tais atividades estavam submetidas à concorrência e deveriam apresentar um lucro que fosse pelo menos igual ao lucro médio do setor, o qual advinda da mais-valia mas também de ganhos diferenciais associados às vantagens locacionais: distância das fontes de matérias-primas, do porto, do mercado etc.

Além disso verifica-se simultaneamente uma crescente proletarização marcada pela desapropriação dos meios de produção e de consumo da massa da população, criando-se um enorme e crescente número de pessoas que, para viver, vende sua forma de trabalho. As relações sociais de produção passam a ser comandadas pelo capital, e é necessário que a burguesia controle a força de trabalho e que minimize seu custo de reprodução. Esse controle passa necessariamente pela localização diferenciada no espaço urbano de grupos sociais como a burguesia e a classe operária.

Argumentar-se-ia que a segregação residencial já existia na cidade pré-capitalista, como é o caso da cidade sagrada da Ásia ou dos astecas. Mas o volume de população da cidade capitalista, as novas especificidades da luta de classes, agora centrada no conflito capital-trabalho, e ainda as cada vez mais complexas condições de reprodução das classes sociais - escolarização, formação profissional, higiene, lazer etc. - tornam a questão locacional das classes sociais relevante para os poderosos.

Por outro lado, a economia perde de vez as amarras que a prendiam ao nível local, isto é, a produção "stricto sensu", a circulação e a distribuição passam a ser realizadas com horizontes

mais amplos, associados à crescente divisão social e territorial do trabalho em que se verifica:

1 - Especialização produtiva de áreas na agricultura e na indústria e maior diferenciação entre os centros urbanos, em função de uma racionalidade centrada na relação custo-benefício, ou seja, considerando-se diferenciais de fertilidade, ocorrência de recursos naturais, força de trabalho barata e acessibilidade aos mercados consumidores. A especialização regional ou urbana, por sua vez, reforça a perda do caráter autárquico que caracterizava sobremodo a economia pré-capitalista, cujos horizontes eram espacialmente limitados.

2 - Como conseqüência verifica-se a complementaridade inter-regional de áreas especializadas, a qual é viabilizada pelo progresso técnico na conservação de matérias-primas e alimentos, nos meios de transporte e de comunicação. O mundo inteiro, afirma Hobsbawn (1), por volta de 1870 se torna ao mesmo tempo dividido e unificado. Há vários mercados de produção e consumo que se articulam entre si. É neste contexto que a questão locacional emerge.

B - A Ausência da Geografia dos Estudos Locacionais

(a) Do século XVIII a meados de 1870

Os primeiros que se preocuparam explicitamente com a questão locacional não foram os geógrafos. Mestres dos séculos XVII, XVIII e da primeira metade do século XIX, como Varenius, Kant, Humboldt e Ritter, preocuparam-se com questões relativas à natureza da geografia, tais como, a existência de uma geografia geral e outra especial ou regional, a geografia como um saber corológico, o avanço e a sistematização do conhecimento sobre os processos da natureza ou sobre os países e continentes.

Neste sentido, os geógrafos atendiam a uma demanda de sistematização do conhecimento da superfície da Terra que tinha, então sido incorporado de modo praticamente total, à ação humana. Assim, por exemplo, Varenius, que viveu no século XVII, no apogeu da expansão mercantilista holandesa, produziu estudos regionais sobre a Ásia, os quais interessavam à burguesia de Amsterdã onde viveu. Humboldt, que era membro da oligarquia fundiária prussiana, teve, por outro lado, entre outras contribuições, uma envolvendo um vasto conjunto de informações sobre o mundo intertropical.

Os primeiros que se preocuparam, de modo efetivo e explicito, por vezes até sistemático com a questão locacional foram pessoas ligadas aos negócios e não vinculadas ao incipiente mundo acadêmico.

Assim, o banqueiro francês Richard Cantillon publica em 1755, um ensaio que pode ser visto como uma primeira tentativa de pensar a organização espacial: sua obra visava a um esquema em que fosse possível economizar tempo e espaço, maximizando assim a organização espacial face à circulação de capital (2).

Cantillon admitia uma diferenciação entre os núcleos de povoamento, a qual assumiria uma natureza hierárquica, tal qual Christaller colocaria em evidência cerca de 180 anos depois. Percebe-se claramente o interesse que um banqueiro teria sobre a hierarquia urbana, pois esta é indicadora dos pontos principais e secundários por onde se realiza a drenagem de capital.

A questão da hierarquia urbana seria aprofundada mais tarde, entre 1836 e 1841, por Jean Reynaud, um engenheiro de minas e co-editor de uma enciclopédia (3). Reynaud propõe um sistema hierárquico de centros com três ou quatro níveis, com suas áreas de influência constituindo-se hexágonos embutidos. Tal sistema está fundamentado em três princípios: sociabilidade, fator econômico e administração.

O princípio da sociabilidade gera a formação de aldeias agrícolas, cada uma reunindo um certo número de pessoas; esse número é limitado, sendo influenciado por custos de transportes, ou seja, além de uma certa distância os agricultores são obrigados a construir outras aldeias. Por sua vez, o fator econômico reforça o princípio da sociabilidade, ou se contrapõe a ele, ou seja, a população agrícola dispersa-se espacialmente enquanto os serviços e o comércio apresentam diferentes graus de coesão, o que é fundamental para a hierarquização dos núcleos. Finalmente, o princípio da administração se ajusta ao conjunto, chegando mesmo a confirmá-lo. Mais do que Cantillon, Jean Reynaud antecipa cerca de 100 anos a obra que consagraria Christaller.

Numa época em que o progresso técnico no setor ferroviário e a expansão dos trilhos começavam a verificar-se de modo crescente, viabilizando alterações na localização de produção e na importância absoluta e relativa das cidades e possibilitando uma efetiva integração nacional, verifica-se uma das primeiras tentativas, senão a primeira, de pensar a organização espacial resultante da expansão ferroviária. É Leon Lalanne, um engenheiro ferroviário que, em 1863, apresenta uma proposta teórica sobre a questão (4). Segundo ele, uma rede ferroviária, à medida que se adensa, tende cada vez mais à forma triangular; os triângulos, por sua vez, tendem a agrupar-se de 6 em 6 em torno de um ponto central que é o centro de um hexágono e de 6 linhas ferroviárias. Lalanne admite ainda uma "lei de equilateralidade", isto é, a existência de um espaçamento regular dos centros ferroviários situados nos ângulos dos triângulos equiláteros, bem como a idéia de hexágonos embutidos uns nos outros, de forma a cobrir todo o território. Isso implica a existência de um padrão de distância entre cidades de mesma importância, assim como uma regra que permitiria deduzir um padrão de distância entre centros de tamanhos diferentes.

Os estudos acima selecionados constituem-se em contribuições básicas que, de modo marcante, antecedem as proposições teóricas sobre o tema localidades centrais, formuladas por Christaller. Referem-se a localizações pontuais e suas projeções em termos de área, e a fenômenos que se verificam linearmente. O que se verá a seguir refere-se à primeira proposição teórica sobre um fenômeno que se manifesta em área, a agricultura.

Johann Heinrich von Thunen é efetivamente considerado o pai da teoria locacional pela sistematização com que tratou a questão da localização e pela extensão das proposições que formulou para situações fora da agricultura (5). Sua obra, Der Isolierte Staat, foi publicada em dois volumes: o primeiro em 1826 e o segundo em 1863.

As proposições thunianas foram elaboradas em uma época de mudanças na organização sócio-espacial da agricultura de certas áreas da Europa continental. Passava-se então de uma agricultura camponesa, de subsistência e venda de excedentes, baseada em práticas comunitárias e no sistema agrícola de rotação trienal de cultivos, para uma agricultura de mercado, capitalista, onde se reafirmava a propriedade privada e o trabalho assalariado. Passava-se ainda de uma agricultura espacialmente pouco diferenciada para uma outra baseada na crescente especialização de áreas em função de custos e rendas diferenciados. A proposição thuniana procurava dar conta dessas mudanças na organização da agricultura descrevendo e tentando explicar o que seria um uso mais racional da terra dentro da economia capitalista.

É preciso considerar, entretanto, que von Thunen via em sua proposição de uso racional da terra a expressão espacial, e em equilíbrio, de uma sociedade que se tornava plenamente capitalista e que ele sonhava tornar-se harmoniosa. Esse é o ponto central de sua obra, que é impregnada de uma ideologia que reafirma um modo de produção em processo de plena realização, o qual para von Thunen, deveria traduzir-se em uma realidade sem conflitos entre os proprietários rurais e a força de trabalho(6). Sintomaticamente, von Thunen era grande proprietário de terras - um "junker" portanto - no norte da Alemanha, possuindo uma formação que lhe possibilitou realizar uma rigorosa contabilidade agrícola, a qual, sem dúvida, muito contribuiu para a elaboração de suas proposições.

As proposições thunianas são normativas, indicando como deveria ser a organização espacial da agricultura. Também podem ser consideradas como proposições pioneiras no âmbito do pensamento econômico marginalista, pois estão centradas na teoria do valor utilidade e na lei dos retornos decrescentes. Assim, a diferenciação no uso agrícola da terra se dá em virtude dos custos crescentes de transporte de cada produto que se quer cultivar, à medida que a distância do mercado consumidor aumenta. A partir de uma dada distância há uma margem além da qual não é mais compensador cultivar um dado produto, havendo sua substituição por outro que se torna mais rentável. Conforma-se assim um uso da terra que, em uma situação ideal, apresenta-se constituído por círculos concêntricos, cada um sendo caracterizado pela cultura que maior retorno ali produzir, desse modo estabelece-se uma utilidade variável de cada área circular, a qual ê expressa pelo valor da terra.

Cantillon, Reynaud, Lalanne e von Thunen situam-se entre os principais precursores da análise locacional. Os temas que consideraram são eminentemente geográficos, respondendo ainda,

pelo modo como foram abordados, a uma determinada visão de mundo, aquela da classe dominante da qual eles eram legítimos representantes.

(b) O período 1870-1920

A década de 1870 marca o inicio do capitalismo em sua forma mais avançada, o imperialismo, onde o capital financeiro passa a dominar, dividindo o mundo entre si, mas também entre as potências capitalistas.

A emergência da geografia moderna, alçada, juntamente com outras ciências sociais, à condição de disciplina acadêmica, e a emergência do imperialismo estão relacionadas. A geografia, tanto em termos de pesquisa como de ensino, relaciona-se com o imperialismo através de vários de seus aspectos, especialmente o militarismo, o crescimento dos impérios, a exploração econômica e a questão da dominação racial e social[7]. A questão da localização que se tornava mais e mais dramática para o grande capital era, agora no âmbito acadêmico, deixada, ainda que marginalmente, á economia e à sociologia.

A guerra franco-prussiana (1870-1871) foi ganha em parte pelo preparo que tinham os oficiais alemães em termos de conhecimento do território: muitos desses oficiais tinham sido alunos de Carl Ritter, que ensinava geografia tanto na Escola Militar como na Universidade de Berlim. A constatação da geografia como conhecimento fundamental levou o governo alemão a estabelecer em 1874 cadeiras de geografia nas universidades do Estado: a geografia era importante para a compreensão das relações homem-meio, do desenvolvimento do Estado e para imbuir a oficialidade de um senso de missão promulgadora da civilização européia.

Na França, após 1871, a geografia também ganha status acadêmico, o mesmo ocorrendo na Inglaterra: foi a partir da Royal Geographical Society, cujos membros eram em parcela ponderável constituídos por militares, que se fundou na Universidade de Oxford a primeira escola de geografia da Inglaterra.

O rápido desenvolvimento da geografia moderna na Europa também deve ser atribuído à formação de vastos impérios coloniais e à exploração econômica. Nesse processo de desenvolvimento as sociedades geográficas, representantes dos interesses imperialistas, tiveram importante papel: os cursos de Geografia Colonial eram expressão desses interesses. O geógrafo inglês Herbertson, conforme assinala Hudson[8], sugere que os profissionais deveriam ser treinados para o levantamento dos recursos das diferentes partes do mundo, tal como fizera, entre outros, o geógrafo alemão Richthofen, enviado pelo governo de seu país à Ásia e à América para mapear os recursos e as possibilidades comerciais dessas áreas. Seu trabalho foi importante para revelar os recursos em carvão da península de Shantung na China, bem como para indicar as possibilidades comerciais da área. Isso implicou na aquisição, pela Alemanha de Kiaochow, um enclave alemão em território chinês[9].

Em relação ao racismo, há que se relacioná-lo com a expansão colonial; os geógrafos não apenas participavam do processo de exploração de recursos diversos, como também propalavam idéias desuperioridade racial do homem branco e de sua missão civilizadora.

Essa superioridade precisava ser legitimada cientificamente, e a isto serviu o determinismo geográfico, ou seja, o pensamento que considerava a influência do meio físico sobre o homem. Determinismo que, em uma forma mais suave, transformar-se-ia no possibilismo[10].

Também em conexão com a expansão colonial havia a questão do desemprego interno nos países industriais e a necessidade daí decorrente de povoar áreas de latitudes médias com os excedentes demográficos europeus, evitando assim conflitos internos e criando novos mercados produtores e consumidores.

Em realidade a geografia incorporou ao seu discurso a questão dos conflitos entre classes sociais, posicionando-se a favor das classes dominantes. E isto foi particularmente relevante para a Inglaterra, onde a classe operária desempregada constituía um perigo para o sistema político do país. A emigração para a América do Norte, Austrália e planaltos africanos era uma solução.

Desse modo, o discurso geográfico servia simultaneamente ao imperialismo, ao racismo e à minimização das lutas de classes. Estas são as origens da geografia acadêmica, inseridas no âmbito dos processos históricos dentro dos quais a geografia emerge. Os estudos sobre a paisagem geográfica constituem o lado ingênuo da geografia.

No entanto, entre economistas e sociólogos, a análise locacional já produzia resultados expressivos. No caso da economia destaca-se, no período de 1870 a 1920, a contribuição do economista alemão Alfred Weber. Sua obra, publicada em 1909, constitui o marco inicial da discussão sobre localização industrial e, juntamente com a obra de von Thunen e a de Christaller, compõe a trilogia clássica dos estudos locacionais.

A questão da localização industrial é vista em Weber como uma questão de minimização de custos em face das alternativas locacionais em função de matérias-primas, mercado e mão-de-obra. Weber também considera o papel das economias de aglomeração como elemento de minimização dos custos[11]. A partir dele sucede-se uma discussão, no âmbito da economia espacial burguesa, sobre a questão da localização industrial: Hotelling, Losch, Hoover, Isard e Greenhut, entre outros, são expoentes dessa discussão[12].

No caso da Sociologia, sobressaem as contribuições da Escola de Ecologia Humana, criada a partir da década de 1910 por Robert Park. A ecologia humana, como uma expressão do "darwinismo social", considera o comportamento da sociedade análogo ao das plantas e animais. A sociedade é vista como uma comunidade, e por isso tem uma organização territorial: é assim que a questão locacional se coloca para Park e seus discípulos[13].

A partir da competição entre atividades pelo uso da terra, competição onde uma delas apareceria como dominante, emergiu um determinado arranjo locacional das atividades. Esse arranjo significava um equilíbrio que era rompido devido às inovações introduzidas de fora; haveria então uma mudança locacional das atividades e seu equilíbrio seria restaurado através de um novo arranjo locacional. Concentração regional, centralização e descentralização e, mais tarde, áreas sociais, compõem, entre outros, o temário da ecologia humana.

Tanto a economia espacial como a ecologia humana influenciaram os estudos locacionais na geografia. Ambas permitiram a manutenção, através de um novo enfoque, do compromisso de fato da geografia com as classes dominantes e com o Estado capitalista. No entanto, seriam necessárias algumas décadas para que o enfoque locacional passasse a vigorar na disciplina geográfica.

C - A Geografia e os Estudos Locacionais

(a) Os primeiros estudos: 1920-1955

O período 1920-1955 foi caracterizado na Geografia pela continuação do confronto determinismo-possibilismo, conflito esse de onde emerge uma geografia cultural e uma abordagem regional. Da disputa determinismo ambiental - possibilismo emerge uma geografia econômica no bojo da qual existem questões locacionais. Mas, por outro lado, no âmbito do sistema de planejamento também emergirá um enfoque eminentemente locacional na geografia. É, portanto, a partir da discussão interna à geografia e dentro da prática de seus profissionais que está a terceira fonte do enfoque locacional na geografia.

Da polêmica determinismo - possibilismo emerge uma geografia econômica: estamos nos Estados Unidos na década de 1920, onde a disputa em pauta está acirrada. A necessidade de explicações convincentes sobre o porquê da localização das atividades do homem suscita novas explicações fora do âmbito do determinismo. Em 1925 surge o período Economic Geography que reunirá parcela considerável dos estudos econômico-locacionais.

A perspectiva locacional, ainda que não tenha se tornado o enfoque dominante, gerou importantes trabalhos. Um deles é o O. Jonasson[14] sobre as regiões agrícolas da Europa; esse estudo, publicado em 1925, aplica as idéias thunianas à agricultura européia. Outro estudo pioneiro é o de Richard Hartshorne, datado de 1927[15]; nesse estudo há uma nítida reação ao determinismo ambiental, através da tentativa de identificar os elementos que afetam a decisão locacional. Hartshorne adota uma linha tipicamente weberiana, acentuando a importância da localização relativa no que se refere à localização industrial. Discute ainda o conceito de localização ótima, aquela onde há maximização da diferença entre o total de custos e o preço de venda.

Merece menção ainda o estudo de Charles Colby, publicado em 1933[16], sobre as forças centrífugas e centrípetas na geografia urbana. No primeiro caso, há como conseqüência a centralização de atividades, gerando a Área Central da cidade. No segundo, verifica-se como conseqüência a descentralização, geradora de

novos núcleos de atividades interurbanas. Estudo semelhante é o de M.J. Proudfoot[17] sobre a tipologia de centros comerciais intra-urbanos, uma tipologia derivada da generalização indutiva a partir de numerosos estudos detalhados em várias cidades norte-americanas. A influência da Escola de Ecologia Humana nesses dois últimos estudos é nítida.

O sistema de planejamento urbano e regional suscitaria também a necessidade do enfoque locacional. Assim, na Inglaterra,a concentração urbana em Londres e a vetustez das cidades inglesas levaram à criação de um sistema de planejamento. Após a 1.ª Guerra Mundial, o sistema é reativado e, já em 1918, C.B. Fawcett[18] propõe uma nova divisão da Inglaterra em províncias com base na área de influência das grandes cidades: Londres, Manchester, Birmingflan, Bristol, Nottingham, Leeds etc.

Os estudos de Robert E. Dickinson"", por outro lado, são dedicados a colocar em evidência a área de influência das cidades inglesas. Particularmente significativo é seu estudo de 1934 sobre a hierarquia e a área de influência das cidades norte-americanas. É o caso também de A.E. Smailes, que publicou em 1944 um estudo sobre a hierarquia urbana inglesa[20].

Contudo, a mais importante contribuição do período seria a de Walter Christaller[21], publicada em 1933. Tratava-se de uma obra deslocada em seu tempo, isto é não se situava dentro dos paradigmas dominantes na geografia. Sua importância só seria reconhecida a partir da década de 1950 e sua divulgação só seria feita a partir dos anos 60.

A contribuição de Christaller para os estudos locacionais é enorme. Considera ele a organização espacial dos centros varejistas e de serviços, as localidades centrais. O tema já tinha sido abordado desde Cantillon, Jean Reynaud, e de geógrafos ingleses e de sociólogos rurais norte-americanos, como Galpin e Kolb, mas só com Christaller ele é plenamente sistematizado: os núcleos de povoamento hierarquizam-se entre si em função de dois mecanismos básicos: o mercado mínimo e o alcance espacial máximo.

Além da apresentação formal da organização espacial da rede de localidades centrais, Christaller apresenta os diferentes elementos que existem na realidade, possibilitando assim que se considerem redes de localidades centrais concretas. Por outro lado, a obra de Christaller apresenta de modo explícito o modelo de análise do mundo real que seria adotado plenamente pelos geógrafos dos anos 60. Veremos isso em breve.

Assim, no período 1920-1955 foi gerada a análise locacional na geografia. A partir de meados dos anos 60, ela poderia emergir como o paradigma mais importante da geografia.

(b) O apogeu do enfoque locacional na geografia: 1955-1970

O período 1955-1970 caracteriza-se pelo apogeu do enfoque locacional na geografia, enfoque esse que, pelo menos nos países anglo-saxões, passa a ser dominante, eclipsando de certo modo os enfoques baseados nos estudos homem-natureza e nos estudos regionais. Por que agora o enfoque locacional emergiria com todo o vigor? Há de se considerar, de um lado, razões externas e, de outro, razões internas à geografia.

Do lado externo à geografia é necessário considerar que a década de 1950 foi marcada por uma retomada da expansão capitalista no pós-guerra. Esta tinha sua necessária projeção espacial e a ideologia do desenvolvimento que afetavam diferentes setores das ciências sociais e geravam uma crescente preocupação com questões de localização, organização do espaço, difusão, modernização, desigualdades regionais etc.

O interesse por questões espaciais foi estimulado pelos recursos financeiros advindos do Estado capitalista de organismos de ajuda à pesquisa, de órgãos do sistema de planejamento e mesmo das forças armadas - e de fundações vinculadas ás grandes corporações industriais e financeiras. Nesse período aparecem em forma embrionária ou acabada as teorias dos pólos de desenvolvimento da François Perroux, do centro-periferia de John Friedmann e da difusão espacial de inovações de Torsten Hagerstrand. Data dessa época a criação pelo economista Walter Isard da "Regional Science Association", que passaria a congregar uma comunidade interdisciplinar interessada em questões espaciais.

Do lado interno - a geografia havia uma crescente insatisfação por parte de geógrafos, que viam a disciplina como um saber idiográfico - que não se preocupava com leis e predições - e que contestavam a proposição de ser a geografia uma ciência com métodos próprios. Essa insatisfação, aliás, não era gratuita, mas refletia claramente a inadequação da geografia às novas exigências do capital e do Estado capitalista.[22].

A idéia de tornar a geografia uma ciência de acordo com o método científico preconizado pelo positivismo lógico iria acionar, a partir de meados da década de 1950, uma fase de polêmicas e novas proposições, em cujo centro estavam, de um lado Fred Schaefer[23], com sua feroz crítica à geografia tradicional e, de outro, Richard Hartshorne, o defensor das idéias idiográficas em geografia e de seu caráter de ciência única.[24].

Fred Schaefer propugnava a geografia como uma ciência social que, como tal, deveria abandonar seu caráter idiográfico tornando-se nomotética, isto é, procurando leis e predizendo. As leis a que Schaefer se refere são leis morfológicas, que dizem respeito aos padrões espaciais dos fenômenos sociais sobre a superfície da Terra. Por trás da proposta de Schaefer estava a proposição de se adotar o positivismo lógico como método de apreensão da realidade, calcado na tese da verificabilidade e na neutralidade científica.

A tese de William Bunge, "Theoretical Geography"[25] marca o final de uma fase polêmica e o triunfo do enfoque locacional na geografia. A década de 1960 seria marcada por este enfoque.

Como caracterizou-se a prática locacional entre os geógrafos durante a década de seu pleno apogeu, isto é, na década de 1960? Primeiramente é necessário lembrar que a prática locacional geográfica incorporou vários aspectos das duas fontes mencionadas, a economia espacial burguesa e a ecologia humana.

Da economia, incorporou de modo marcante a teoria do valor-utilidade e a lei dos retornos decrescentes. Incorporou também conceitos como economia de aglomeração e o raciocínio hipotético-dedutivo que se fundamentava nas premissas da planície homogênea, da racionalidade econômica, da competição perfeita e da a-historicidade dos fenômenos sociais, tal como, de certo modo fizera Christaller nos anos 30. Incorporou também a noção de espaço relativo, estruturado por custos de transportes, os quais, por sua vez, estruturariam as localizações e os usos da terra.

Da ecologia humana, bem como da economia espacial, a prática locacional geográfica incorporou os conceitos e os resultados dos estudos sobre organização interna da cidade: área central, zona de transição, segregação residencial e áreas sociais, entre outros. E tanto da ecologia humana quanto da economia burguesa, incorporou o conceito de equilíbrio, um conceito paradigmático para as classes dominantes.

Houve também a redescoberta de seus precursores, Christaller sobretudo. Pela descoberta ou redescoberta de autores como von Thunen, Alfred Weber, Robert Park e Christaller, os geógrafos locacionais aprofundaram um amplo temário, retrabalhando as idéias desses autores através de testes de hipóteses e proposições adicionais[26].

Além disso muitos dos geógrafos que adotaram o enfoque locacional buscaram na matemática, sobretudo na geometria, e na estatística uma linguagem tal como fora proposto por Bunge[27], e as técnicas através das quais se identificavam padrões espaciais e realizavam-se testes de hipóteses[28].

Ao serem incorporados elementos metodológicos e conceituais da ciência burguesa à economia espacial e à ecologia humana e ao ter resgatado sua própria tradição, o enfoque locacional na geografia ratificou uma velha tradição geográfica: a de servir aos poderosos, agora não mais à burguesia mercantil holandesa, como no tempo de Varenius, nem aos interesses dos "junkers", como foi o caso de von Thunen, mas ao interesse do capital monopolista e de seu Estado.

Como o enfoque locacional serve aos poderosos? Primeiramente através do sistema de planejamento onde os estudos locacionais indicam localizações eficientes para um capital específico. Em segundo lugar, contribuindo para a segregação residencial, participando, desse modo, ao lado do capital, de uma das formas espacializadas da luta de classes que é a segregação. Em terceiro lugar, fornecendo valiosa informação que é a própria descrição da organização espacial, um verdadeiro mapa estratégico para a Capital e seu Estado. E, finalmente, através de um jogo matemàtico-estatístico, fora da realidade, escamoteando a própria organização espacial, tratando-a como se fosse uma "coisa" destituída de vida social.

D - A Localização Fora de Foco?

É questão agora de se perguntar se o enfoque locacional está

fora de foco, se está mal localizado. Está, pois não focaliza os interesses da maioria da população constituída por aqueles que são explorados pelo capital, por aqueles que, através do trabalho, produzem a organização espacial, a qual acaba voltando-se contra eles próprios. (Pois não é o trabalhador da periferia ou da favela que constrói os edifícios de luxo onde moram aqueles que o exploram? Não é ele quem constrói escolas, hospitais e parques localizados nos bairros suntuosos, e que nunca pode frequentá-los?)

Mas o destino do enfoque locacional é o de estar sempre fora de foco, desfocalizado? Seu destino não lhe pertence, mas pertence à História, que fará uma nova sociedade mais igualitária. Sociedade que, ainda assim, defrontar-se-à com a questão locacional, pois o espaço não é homogêneo, nem em termos naturais, nem em termos de "locus" das atividades humanas. Mas a questão da localização deverá ser colocada de outro modo e por outro agente, pela coletividade. Aí a questão locacional estará claramente focalizada. Mas isto pressupõe a gestão democrática do espaço. E de outra geografia, cujo caminho já começou a ser trilhado.

NOTAS/BIBLIOGRAFIA

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Eric J. Hobsbawn. A Era do Capital - 1843-1870. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
2. Sobre Cantillon, ver, entre outros, Claude Ponsard. Histoire des Thèories Économiques Spatiales Paris, Armand Colin. 19S8.
3. Sobre Jean Reynaud consultar, Marie-Claire Robic. Cent Ans Avant Christaller... Une Thèorie des Lieux Centraux. L'Espace Geographique, 11 (1). 1982.
4. León Lalanne. Essai d'une Thèorie des Reseaux de Chemins de Fer, Fondêe sur l'Observaüon des Faits et sur les Lois Primordiales qui Presidem au Groupement des Populations. Comptes Rendus des Séances de l'Academie des Sciences, Paris, tome 57. 1863.
5. Sobre von Thunen ver, entre outros, Olindina Vianna Mesquita. O Modelo de von Thunen: Uma Discussão. Revista Brasileira de Geografia, 40(2). 1978.
6. Sobre o assunto consultar Joern Barnbrock. Prolegomenon to a Methodological Debate: The Case of von Thunen. Antipode, 6(1). 1974.
7. Ver a propósito o artigo de Brian Hudson. The New Geography and the New Imperialism: 1870-1918. Antipode, 9(2). 1977.
8. idem.
9. idem.
10. Sobre o determinismo geográfico e o possibilismo, consultar, entre outros, Antônio Carlos Robert Moraes. Geografia - Pequena História Critica. São Paulo, HUCITEC, 1981, e Nelson Werneck Sodré. Introdução e Geografia. Geografia e Ideologia. Petrópolis, Vozes. 1976.
11. Sobre Weber consulte-se, entre outros, Stuart Daggett. The Systems of Alfred Weber. in Readings in Economic Geography, editado por R.H.T. Smith, E.J. Taaffe e L.J. King. Chicago, Rand McNally & Co. 1968.
12. Sobre a discussão sobre localização industrial consulte-se David M. Smith. Industrial Location: An Economic Geographical Analysis. New York, Wiley. 1971.
13. Sobre a Escola de Ecologia Humana ver a coletânea organizada por G.A. Theodorson, Estúdios de Ecologia Humana. Barcelona, Editorial Labor S.A. 1974, 2 volumes, onde estão as contribuições de Park e de seus discípulos, Burgess, McKenzie e outros.
14. O. Jonasson. The Agricultural Regions **of** Europe. Economic Geography, 1. 1925.
15. Richard Hartshorne. Location as a Factor in Geography. Annals of the Association of American Geographers, 17(2). 1927.
16. Charles C. Colby. Centrifugai and Centripetal Forces in Urban Geography. Annals of the Association of American Geographers, 23 (1). 1933.
17. Malcolm J. Proudfoot. City Retail Structure. Economic Geography, 13(4). 1937.
18. C.B. Fawcett. The Provinces **of** England. London, Hutchinson University Library. 1919.
19. Sobre Robert E. Dickinson veja-se, entre outros: The Metropolitan Regions of the United States. Geographical Review, 24.1934.
20. A.E. Smailes. The Urban Hierarchy in England and Wales. Geography, 29. 1944.
21. Walter Christaller. Central Places in South.-n: Germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hail Inc. 1966 (tradução de C.W. Baskin do original em alemão).
22. Ver sobre o assunto Roberto Lobato Corrêa. Da "Nova Geografia" **i** "Geografia Nova". Revista Vozes de Cultura, 74 (4). 1980, onde esta questão é levantada.
23. Fred K. Schaefer. O Excepcionalismo na Geografia: Um Estudo Metodológico. Boletim Carioca de Geografia, 27. 1976, e Boletim de Geografia Teorética. 7. 1977.
24. Richard Hartshorne. Propósitos e Natureza da Geografia. São Paulo, HUCITEC-EDUSP. 1978
25. William Bunge. Theoretical Geography. Lunc Studies in Geography, Serie C, 1.1962.
26. Ver, entre outros, a coletânea, já mencionada Readings in Economic Geography, editada por R.H.T. Smith, E.J. Taaffe e L.J. King, Chicago. Rand McNally & Co. 1968. Ver ainda os numerosos estudos intra-urbanos realizados por geógrafos em Internai Structure of the City, editado por Larry S. Bourne, Toronto, Oxford University Press. 1971.
27. William Bunge. Ver nota 25. Neste estudo Bunge propõe que a geografia seja considerada não uma ciência social, mas sim uma ciência espacial, capacitada a estudar, através de sua linguagem, a geometria, os temas sociais e naturais. Sobre a questão, veja-se a obra de Peter Haggett. Locational Analysis in Human Geography. Londres, Saint Martin's Press. 1966, que segue de perto as sugestões de Bunge.
28. Numerosos são os livros escritos por geógrafos sobre a aplicabilidade da estatística em geografia Veja-se, entre outros: B.J.L. Berry e D. Marble, editores, Spatial Analysis, A Reader in Statistical Geography. Englewood Cliffs, Prentice-Hail Inc. 1967; L.J. King. Statistical Analysis in Geography. Englewood Cliffs, Prentice-Hail Inc. 1969; e R. Hammond e P. Mc Cullagh Quantitarive Techniques in Geography: An Introduction. Oxford, Clarendon Press. 1974.

Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano

BEATRIZ MARIA SOARES PONTES

Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento Regional - UNESP - Campus de Rio Claro

O projeto governamental (1)

O Projeto de Lei que disciplina o uso do solo urbano é resultado de estudos de técnicos do Ministério do Interior, apoiados pela resolução CNDU n.° 016/82, os quais contaram, inclusive, com a participação de conselheiros do CNDU, entidades de classe do setor privado e o parecer jurídico dos professores Miguel Reale e Hely Lopes Meirelles.

O Projeto compõe-se de seis capítulos:

a) Capitulo I - Dos objetivos e diretrizes do desenvolvimento urbano;
b) Capítulo II - Da urbanização;
c) Capítulo III - Da promoção do desenvolvimento urbano;
d) Capítulo IV - Do regime urbanístico;
e) Capítulo V - Da política nacional de desenvolvimento urbano
f) Capítulo VI - Disposições gerais.

No que tange aos objetivos e diretrizes do desenvolvimento urbano, o projeto estabelece normas de natureza programática com o propósito de delinear o escopo da ação urbanística e de estabelecer os parâmetros de direcionamento desta ação. Atenta ao fato de as ações urbanísticas serem exercidas em diferentes níveis, pelas três esferas de governo e, também por particulares, o que conduz à necessidade de fazê-las convergir para objetivo homogêneo e específico.

Orientando a ação pública em seus vários níveis quanto ao desenvolvimento urbano, as diretrizes fixadas no projeto sugerem políticas urbanas específicas e a adoção de um conceito de propriedade imobiliária urbana adequado às suas finalidades sociais.

O princípio constitucional da função social da propriedade abrange os seguintes pontos básicos:

a) oportunidade de acesso à propriedade urbana e à moradia;
b) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
c) correção das distorções da valorização da propriedade urbana;
d) regularização fundiária e urbanização específica de áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda;
e) adequação do direito de construir às normas urbanísticas.

Ainda no que concerne ao controle do uso do solo, o projeto ressalta o combate à ociosidade do solo urbano edificável, o parcelamento do solo e a edificação vertical excessiva. Em seguida, salienta que o Poder Público deve recuperar os investimentos por ele efetuados e que resultaram na valorização de imóveis particulares. De conformidade com o projeto trata-se de diretrizes de grande alcance social, pois visa a impedir que recursos públicos, provenientes do esforço da comunidade, revertam em benefício de alguns.

No capítulo dois é introduzido na legislação nacional o conceito de atividade de urbanização, de forma a precisar o campo sobre o qual incidirão as normas que pretendem o controle do uso e ocupação do solo urbano. O referido dispõe, portanto, sobre a divisão físico-espacial do território do município e estabelece critérios urbanísticos para a delimitação de suas áreas urbanas e de expansão urbana, vinculando-a quando pertinente, à ordenação do espaço regional.

Quanto ao conceito de urbanização é adotada pelo projeto uma noção abrangente, englobando as atividades que resulte a formação de espaço urbano, tais como: a transformação de área rural e urbana, o parcelamento do solo, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários e a construção para fins urbanos. Fica claro que no conceito de urbanização acolhe-se o critério de finalidade, preferencialmente ao de localização, como meio de distinguir as atividades urbanas das rurais.

Na divisão físico-espacial do território municipal, somente poderão ser estabelecidas áreas urbanas, de expansão urbana e rural. Neste sentido, o objetivo é o de esclarecer os conceitos de área urbana e de expansão urbana sob uma perspectiva urbanística. A delimitação dessas áreas, bem como de suas posteriores alterações, não poderão ultrapassar a superfície necessária à localização da população urbana e de suas atividades, para um período de 10 anos. Assim, pretende-se ordenar o processo de ampliação de áreas destinadas à urbanização que, em grande número de cidades brasileiras, vem ocorrendo de forma excessiva e em detrimento das atividades rurais.

O projeto sugere também uma melhor adequação entre a construção e a disponibilidade, a custos compatíveis, de equipamentos urbanos e comunitários e entre estes e a densidade populacional das áreas urbanas. Faculta-se, desta forma, ao município condicionar a licença à existência desses equipamentos, ressalvando-se a possibilidade do interessado responsabilizar-se pela sua implantação.

O governo estabelece, no projeto, que a lei municipal, ao dispor sobre o uso, ocupação e aproveitamento do terreno, deverá atender às diretrizes do plano de uso do solo. Inexistindo a referida lei, fixou-se o índice máximo de uma vez a área do terreno para o respectivo aproveitamento, o que possibilita um melhor controle da tendência para adensamento, presente em certos núcleos urbanos que não dispõem de planos de uso do solo.

No que diz respeito à preservação do patrimônio histórico e artístico, arqueológico e paisagístico, dispõe o governo sobre a possibilidade da transferência do direito de construir, mediante lei municipal. Assim, compensa-se o proprietário impedido de exercer seu direito de construir no local objeto das restrições da preservação. Idêntica possibilidade é estendida aos casos de doação de imóvel, ou parte dele, ao poder público para implantação de equipamentos urbanos e comunitários. Ressalte-se que este mecanismo não será de utilização ampla, contendo-se nas condições e nos locais previamente estabelecidos em lei municipal, assegurando-se, por outro lado, um controle efetivo da transferência dos direitos de construir, através da necessária averbação no Registro de Imóveis.

Em face da heterogeneidade de nossas cidades, institui o projeto, áreas especiais como meio de se viabilizar o ordenamento de cartas-parcelas do território urbano ou regional. São previstas cinco áreas de interesse especial.

a) A área de urbanização preferencial é aquela que, por suas características ou pelas disposições dos planos de uso do solo, deva ser objeto de ações que incrementem sua urbanização.
b) A área de urbanização restrita é aquela que, por suas características naturais ou culturais ou ainda pela necessidade de proteção a equipamentos de grande porte, deva ser objeto de ações que desestimulem sua ocupação.
c) A área de regularização fundiária é aquela habitada por população de baixa renda e que deva, no interesse social, ser objeto de ações visando a legislação da ocupação do solo e a regulamenta-

ção específica da urbanização, bem como a implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários.
d) A área de renovação urbana é aquela destinada à melhoria das condições de espaços urbanos deteriorados, ou inadequados às funções previstas em plano de uso de solo.
e) A área de integração regional é aquela em que, em função do interesse da ordenação do uso do solo regional, seja necessária à ação integrada da União, do Estado e do Município.

Ao dispor sobre a promoção do desenvolvimento urbano, o projeto identifica e precisa o campo de atuação de cada um dos agentes públicos que intervém no espaço urbano - União, Estados e Municípios.

Na determinação do campo de atuação de âmbito nacional são indicados temas que refletem a abrangência e generalidades próprias à caracterização dos atos da União. Tais atos resumem-se na definição da política, diretrizes e normas gerais de caráter nacional, bem como de ações específicas em espaços, onde notoriamente ocorra um interesse macroregional, ou ainda um interesse que não possa ser caracterizado como exclusivamente local ou regional.

Nos termos da Constituição Federal, cabe aos Estados prover sobre aspectos de predominante interesse regional, e ainda exercer atribuições complementares da União.

Quanto às atribuições municipais no campo do desenvolvimento urbano, seguindo princípio constitucional, o projeto indica os temas caracterizados como de peculiar interesse local, complementando assim o detalhamento das competências constitucionais que assegure a necessária integração e complementação das ações da União, Estados e Municípios.

As disposições que compõem o "regime urbanístico" tratam de instrumentação jurídica que propiciaria a ação controladora e corretiva do poder público sobre o espaço urbano, visando à melhoria da qualidade de vida nas cidades.

São, portanto, indicados os instrumentos tributários e financeiros, os institutos jurídicos e da desapropriação, servidão e limitação administrativas, o tombamento e o direito real de concessão de uso, sendo indicado ainda o instituto de regularização fundiária, a ser objeto de lei específica. O projeto cria o instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e reveste de uma roupagem eminentemente urbanística os institutos do direito de superfície e do direito de preempção.

Entre os investimentos tributários que mais diretamente repercutem sobre o desenvolvimento urbano, destaca-se a mensão à progressividade e regressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano, mecanismo que poderá ser de grande utilidade na consecução de uma política de controle da ocupação do solo urbano.

O direito de superfície, como tratado no projeto, é concebido a partir do projeto do Código Civil, sofrendo ajustes que o tornam mais específico e adequado como instrumento jurídico do desenvolvimento urbano. O direito de superfície ao invalidar a presunção "superfícies solo cedit", admite a existência de uma superposição de domínio no mesmo terreno. Esta possibilidade abre amplas perspectivas para a adoção de uma política pública sobre o solo urbano, mediante a concessão do direito de superfície preferencialmente à transferência do domínio pleno. Desta forma, possibilitar-se-á a manutenção em mãos do poder público, da propriedade do solo urbano, o que facilitará a realização de uma política habitacional menos onerosa, sobretudo quando destinada às populações mais carentes. Será igualmente de grande valia no encaminhamento de solução referente à regularização fundiária de áreas atualmente ocupadas por população de baixa renda. Finalmente, poderá vir a se constituir em alternativa interessante aos proprietários privados, que, não desejando ou não podendo construir em seus terrenos, cederão a outrem esta faculdade, o que contribuirá para uma melhor utilização do solo urbano.

O instituto jurídico do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, permitirá a efetiva utilização de glebas ou terrenos que, situados em áreas já dotadas de equipamentos urbanos e comunitários, sejam mantidos ociosos por seus proprietários. Essa retenção configura típico comportamento especulativo, extremamente danoso, tanto para os incorporadores imobiliários, que se vêm privados de terrenos para exercer sua atividade, como do ponto de vista urbanístico. De fato esta prática estimula a formação dos denominados "vazios urbanos", fenômeno presente na maioria das grandes cidades brasileiras, forçando sua expansão desmesurada e encarecendo o provimento e a operação de equipamentos urbanos e comunitários.

Este instituto fornece novo instrumento às administrações municipais, mediante a fixação de áreas nas quais, persistindo a ociosidade depois do prazo fixado na sua ocupação, os terrenos poderão ser desapropriados, facultando-se sua alienação a terceiros que se comprometam a cumprir a obrigação estabelecida Com isto, pretende-se dar, efetivamente, função social ao terreno urbano, nos termos do artigo 160, item 3, da Constituição Federal.

O direito de preempção é concedido, no projeto, a partir da idéia do estabelecimento de uma preferência, já existente no Direito Civil, para aquisição de terreno urbano, objeto de transação entre particulares, com a peculiaridade de que a preferência é atribuída ao poder público.

O direito de preempção tem uma tríplice finalidade. A primeira é a obtenção de terrenos por parte do poder público, principalmente tendo em vista a política habitacional e a aquisição paulatina de áreas em uso desconforme, sem a necessidade de se utilizar a desapropriação. A segunda, a de exercer, na medida do possível, um certo controle sobre a especulação imobiliária, uma vez que, no arbitramento do preço, não seria considerada a valorização decorrente de investimentos públicos na área. A terceira é possibilitar ao poder público o conhecimento prévio das transações imobiliárias, realizadas em determinadas áreas, a fim de que possa provê-las dos indispensáveis equipamentos urbanos e comunitários. Cumpre destacar, no entanto, que o direito de preempção só poderá ser utilizado para determinadas finalidades, em áreas previamente delimitadas por lei municipal e durante prazo não superior a dez anos.

No que tange à "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano", pretende o projeto a atuação descentralizada, todavia compatibilizada de todos os órgãos e entidades, envolvidos no desenvolvimento urbano, nas três esferas governamentais, para com isso obter-se inter-relacionamento mais efetivo das ações que hoje se processam informalmente.

No que concerne ao planejamento urbano dispõe-se sobre a compatibilização das diretrizes e planos entre as três esferas de Governo, e entre planos espaciais e setoriais, com especial atenção ao planejamento metropolitano. Ressalte-se a possibilidade de serem suspensas, por período variável de até três meses ou um ano, as licenças ou autorizações para urbanização na hipótese de elaboração de planos de uso do solo ou estabelecimento de área de interesse especial. Trata-se de medida visando a impedir que no período da elaboração dos planos do uso do solo, ou que anteceda a instituição de áreas especiais, sejam implantados empreendimentos ou atividades que, eventualmente, venham a impedir a efetivação dos planos ou a comprometer seus resultados.

Assim, o Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano institui novos mecanismos que se revestem da vantagem de serem especificamente criados e adequados à promoção do desenvolvimento urbano. Eles poderão, de forma geral e integrados, constituir-se em elementos importantes para implantação de uma política de ocupação e uso do solo; realização de uma política habitacional mais adequada às necessidades do meio urbano; controle da expansão urbana; contenção de vazios urbanos; adensamento de áreas específicas; melhor aproveitamento e economia dos equipamentos implantados; tentativa de controle da especulação imobiliaria, permitindo ainda o aumento de oferta de terreno para a população de baixa renda.

Destacam-se, entre as disposições gerais, os artigos referentes á proposição de ação visando ao cumprimento das normas urbanísticas. Para tanto são consideradas partes legitimas igualmente, as associações comunitárias, o vizinho e o Ministério Público, sendo que este último qualquer pessoa poderá representai no sentido de se promover ação destinada ao cumprimento dos preceitos previstos no projeto e das normas estaduais e municipais pertinentes ao desenvolvimento.

Finalmente, dispõe o projeto sobre o impedimento da urbanização que limite o livre e franco acesso público às praias e ao mar. Trata-se de medida necessária tendo em vista a ocorrência de empreendimentos privados que inviabilizam o uso de bens públicos, como as praias e o mar.

As críticas ao Projeto de Lei do Uso do Solo Urbano

As críticas mais contundentes relativas ao Projeto de Lei do Uso do Solo Urbano, elaborado pelo Governo, partiram principalmente dos empresários, embora entidades de classe (como a OAB), representantes da sociedade civil e parlamentares, também tenham externado pontos de vista desfavoráveis.

Para os referidos, os aspectos mais questionáveis do Projeto são os seguintes:

a) Os institutos que deverão ser implantados, bem como o amplo rol de atribuições deferidos ao CNDU, em curto espaço de tempo poderão conturbar não só a estrutura jurídica urbana, mas também a própria estrutura p**olítica.** através da submissão dos municípios ao poder central[2].

b) Constata-se uma ingerência do Estado brasileiro na propriedade privada. O projeto não se restringiu meramente às questões ligadas a loteamentos e afins, mas incluiu o disciplinamento de todas as atividades urbanas. Expressões tais como "terrenos urbanos", "terrenos vagos", "construção de imóvel" e "bens", são usadas indiscriminadamente, o que resulta em que nenhuma atividade de construção deixa de ser abrangida pelo aludido disciplinamento (3).

c) Causa grande preocupação aos construtores o dispositivo que permite o embargo ou demolição de obras, em lei municipal, mas que não atendam a exigências da "lei mãe". Assim, qualquer vizinho, apesar da mesma estar sendo construída de acordo com o Código de Edificações Municipal, poderá pedir o seu embargo ou demolição causando sérios prejuízos e grande injustiça ao construtor e proprietário (4).

d) O direito de preempção, isto é, a prioridade ao Estado e Municípios na compra de terrenos considerados de interesse social pode dar margem a "negócios ilícitos". Semelhante fato poderá ocorrer, principalmente em pequenos e médios municípios onde os donos de terrenos geralmente se conhecem.
Há possibilidade, portando, do delineamento de um esquema ilícito em que o vendedor combina com o comprador e ambos fazem gestões junto à Prefeitura. Assim sendo, as três partes ganham com prejuízo para o erário público [5].

e) O projeto em apreço é socializante, antidemocrático e inconstitucional. Corre-se o risco da emergência de uma política única e exclusivamente especulativa, porque nem o patrimônio adquirido pelos proprietários ao longo dos anos, com enormes sacrifícios, será preservado. A proposta governamental inibe a iniciativa privada, destrói a lei da oferta e procura, levando as pessoas a eliminarem bens e raízes para seus sucessores [6].

f) O documento elaborado pela CNDU é abrangente demais e está procurando criar fatos novos na esfera jurídica, como é o caso do direito de superfície, além de abrir o precedente de deixar o direito de propriedade exposto à intervenção do Estado. O projeto trata das causas da deterioração urbana, mas não leva em conta a origem do problema que repousa na própria estrutura organizacional do País. Como exemplo pode-se citar o empobrecimento real dos Municípios brasileiros, decorrente da excessiva concentração tributária na área federal (7).

g) A iniciativa governamental fere a propriedade e contraria o sistema capitalista, que dita as norma da atividade econômica no Brasil [8].

h) O artigo 29, que autoriza as prefeituras a determinarem o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de terreno vago, poderá gerar problemas, em vez de dar solução ao que se pretende. No caso em que o município determinar, por exemplo, a construção de unidades habitacionais numa área em que não haja mercado para tanto, ou durante uma época em que se verifiquem dificuldades para a obtenção de financiamento (como hoje), é de se ponderar em que situação não ficaria a empresa empreendedora. O mais viável seria criar mecanismos que viessem a estimular aqueles que se dispusessem a construir, dando-lhes maiores coeficientes de aproveitamento dos terrenos e reduzindo o índice para aqueles que desejassem retê-los. Dessa maneira, estar-se-ia evitando a especulação e reduzindo os custos dos terrenos, sem medidas passíveis de serem acusadas de ferir o direito de propriedade.

Se o objetivo final é conter a especulação imobiliária, isto poderia ser conseguido com a viabilização desse grande instrumento que o Imposto Territorial Progressivo, já que obrigaria o proprietário de áreas urbanas ociosas a pagar mais imposto quanto mais tempo permanecesse com elas sem utilização. Isso o forçaria a ceder essas áreas, o mais rapidamente possível, para a construção, por exemplo, de unidades habitacionais.

Outro ponto passível de crítica é o direito de preempção. Tal instrumento é dispensável, já que tendo interesse por determinado terreno - para a construção, no mesmo, de obras de caráter social - o município deve negociar diretamente com o seu proprietário e, em último caso, recorrer ao instrumento de desapropriação.

É de se imaginar, também, o prejuízo que pode ter uma empresa empreendedora que, depois de se ter interessado por um determinado terreno, gastar tempo e dinheiro em estudos - para comprovar a viabilidade econômica do seu empreendimento - acabar impossibilitada de o adquirir, por causa de um posterior interesse manifestado pela municipalidade.

Não se deve esquecer que, se o município não aceitar o preço estipulado entre as partes, poderia, de acordo com o parágrafo 1.° do artigo 34, requerer arbitramento judicial, o qual poderia demorar alguns meses, prejudicando o proprietário do terreno, se este necessita dos recursos advindos de sua venda. Ou seja, se o proprietário se dispõe a vender o seu terreno, coloca-se um fator complicador, em prejuízo do próprio espirito da lei.

Extremamente preocupante, no entanto, é o artigo 219 que, no seu parágrafo 2.°, permite a qualquer pessoa representar ao Ministério Público para promover ação pretensamente destinada a impedir o descumprimento dos preceitos da lei, e no seu parágrafo 1.° admite a suspensão liminar daquilo que se estiver executando. Isso poderá provocar ações arbitrárias, criando uma verdadeira indústria do embargo, com evidentes prejuízos que não serão ressarcidos se comprovada posteriormente a regularidade da obra. Na verdade, cabe ao município a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da lei e punir, até mesmo com o embargo, o construtor que porventura estiver em desacordo com as normas pertinentes [9].

i) O projeto de lei deve sofrer algumas modificações de caráter formal e material. No primeiro caso deve haver uma inversão nos objetivos fixados no projeto, dando prioridade à distribuição espacial da população brasileira de maneira mais equitativa, para depois procurar melhorar a qualidade de vida, ao contrário do que estabelece o instrumento encaminhado pelo governo federal. Considera-se prioritária a fixação de uma política nacional de urbanização, integrada à política nacional de desenvolvimento. O governo federal deveria desenvolver novos pólos urbanos e incentivar a fixação da população em suas origens, interrompendo, assim, os caudais de migração, os quais são os grandes responsáveis pela má utilização do espaço urbano. Além disso, o instrumento em questão é muito abrangente, dificultando a sua aplicação, que não pode ser igual em todas as regiões urbanas do País, devido às dimensões e características próprias de cada uma [10].

j) O projeto não vai adiantar nada se não se chegar às causas do problema, as quais se localizam no longo abandono a que foram relegadas a agricultura e a pecuária. Entre os vícios de inconstitucionalidade do projeto, salienta-se a tentativa de delegar poderes ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) para legislar sobre matéria nessa área, com o que praticamente elimina a autonomia municipal. Outorgar-se à tecnocracia brasiliense a imposição de soluções a todos os municípios brasileiros, os quais, por sua diferenciação socioeconômica e geográfica, devem dispor de área mais ampla de manobra para articular as regras de sua urbanização. O grau de intervenção do Poder Público poderá provocar uma desarticulação de todo o sistema da construção civil, justamente o setor responsável pela geração do maior número de empregos no País [11].

1) Existe o risco de um crescimento considerável da intervenção burocrática, que passaria a exercer poderes ditatoriais sobre as atividades imobiliárias urbanas, com todos os inconvenientes daí resultantes, inclusive o tráfico de influências. É preciso rever algumas normas incluídas no projeto, como, por exemplo, a que estabelece uma opção por 30 dias nas vendas de terrenos para que o Município use ou não o direito de preferência. Como já existe para o Município a faculdade de expropriação, por interesse público, essa demora obrigatória de 30 dias para que ele decida se está ou não interessado, resulta em inegável embaraço e ônus para as operações imobiliárias [12].

m) Sugere-se que o projeto seja colocado em prática, inicial-

mente, em grandes áreas ociosas do governo, para a partir dessa experiência, aferir-se sua extensão e viabilidade. Essas áreas poderiam ser vendidas a particulares, que se comprometessem a construir, evitando-se assim, elevados investimentos em desapropriações. Questiona-se a necessidade de criação de um instrumento legal para evitar a manutenção de terrenos vagos com fins especulativos, uma vez a própria situação econômica do País cria barreiras naturais a isso. Vive-se uma época de mercado vendedor, onde muitos lançamentos são vendidos a preços inferiores aos do ano passado (1983), pois a procura é bem menor que a oferta. Os terrenos vazios, muitas vezes, não são ocupados porque o proprietário não tem recursos para construir ou teme fazê-lo e não encontrar comprador. Na verdade, a queda do poder aquisitivo da população está bloqueando a especulação [13].

Os argumentos favoráveis ao projeto de lei do uso do solo urbano

Manifestaram-se favoravelmente ao Projeto Governamental, planejadores, representantes da Igreja Católica, professores universitários, juristas e parlamentares da oposição no Congresso Nacional.

Das observações positivas levadas a termo, no que concerne ao Projeto destacam-se as seguintes:

a) O documento do governo corrige a ociosidade do solo urbano edificável e incentiva a participação individual e comunitária no processo de desenvolvimento urbano. A promoção e controle do solo urbano deve ser prioridade nos planos governamentais. Sem isso as famílias de baixa renda não conseguirão acesso à moradia condigna [14].

b) O artigo 47 do Projeto em causa, salienta-se pelo seu alcance social ao estabelecer e institucionalizar a ação das associações comunitárias neste campo (urbano), permitindo á comunidade fiscalizar a implantação ou mudança de qualquer plano urbanístico [15].

c) A nova lei é extremamente importante pelo freio que põe à especulação imobiliária. Os instrumentos de controle de especulação são o direito de preempção, o direito de superfície e o direito de urbanização compulsória, previstos na legislação.

O direito da preempção é o direito de preferência que o governo tem na compra do terreno, quando o dono for vendê-lo; o governo só paga pelo valor que o proprietário adquiriu, acrescido da correção, apenas até dez anos depois da compra. O direito de superfície é aquele que permite ao proprietário particular ou governo ceder o terreno para uma construção, por um prazo determinado, findo o qual o proprietário recebe o terreno de volta, com a construção em cima. É uma espécie de aluguel em que o pagamento não é feito mês a mês, mas pela entrega da construção. E o direito de urbanização compulsória é aquele em que um perímetro de urbanização é definido por lei, e a Prefeitura fica aguardando por um prazo de dois anos que o proprietário da área inicie a construção, pelo menos. Se não fizer isso, o poder público fica autorizado a desapropriar o terreno. Se o proprietário não tiver condições de construir, pode vender o terreno para quem tenha condições de fazê-lo. Isso é bom porque é uma indução à ocupação do terreno. Se não aparecer comprador para o terreno é até lucrativo para o proprietário vender ao governo. A experiência tem mostrado que o governo paga 10% acima do valor de mercado, quando o proprietário entra em juízo contra o primeiro preço fixado. Em juízo os peritos arbitram, geralmente, 10% a mais.

d) Do ponto de vista jurídico, nenhuma dívida parece existir, em primeiro lugar, quanto à competência da União para editar normas, programáticas ou não, visando a disciplinar o uso do solo nos centros urbanos, a fim de estabelecer uma justa correlação entre o direito individual dos proprietários, que a Constituição assegura, e as exigências não menos respeitáveis da comunidade, de cujos esforços e realizações depende o valor dos terrenos, cuja utilização passa a ser objeto de limitações de caráter social.

Pode-se dizer que a União fixa bases e diretrizes a serem seguidas em todo o território nacional em matéria de uso da propriedade, em função dos imperativos do desenvolvimento urbano, mas o Município é o instrumento essencial de ação. Daí o cuidado de balizar os fins e a amplitude dos poderes locais que, tratando do que lhes é próprio com meios próprios, só poderão agir em consonância com as altas finalidades éticas e sociais da lei.

A União, além de supervisionar a política de desenvolvimento urbano, encontrará novos instrumentos legais para ir ao encontro das necessidades dos municípios, sobretudo através dos recursos do BNH, obedecendo a uma ação programada segundo requisitos técnicos de ordem econômica, financeira, urbanística e jurídica.

O projeto em estudo, longe de atentar contra o direito dc propriedade, vem fornecer também ao proprietário novos meios de ação, permitindo-lhes, por exemplo, ceder o uso da "superfície" de seu terreno, para construção de um edifício que, vencido o prazo contratualmente combinado, reverterá por inteiro ao seu patrimônio.

A preempção, por seu turno, é aplicável dentro de uma área legal e previamente circunscrita, ou seja, em função de um programa urbanístico determinado. Ora, se a Prefeitura pode desapropriar o imóvel abrangido pelo plano, nada de extraordinário que o seu proprietário deva oferecê-lo, preliminarmente, à Prefeitura. Serão evitadas assim, compreensíveis especulações imobiliárias, baseadas no "sobrepreço", que resultará dos serviços públicos e equipamentos já aprovados.

Reconhece-se o alcance social da apropriação, que visa a armar o poder público municipal da faculdade de assinar o prazo de dois anos para que o proprietário, por si ou em sociedade com terceiros, realize no seu imóvel as edificações reclamadas pela coletividade, sempre em obediência a um programa urbanístico prévia e legalmente sancionado. O que se quer, em suma, é que os investimentos feitos pelos cofres públicos não redundem em benefício dos que se colocam à margem da vida produtiva e aguardam o momento oportuno para auferir lucros desproporcionais ao bem que possuem, ou às obras que realizaram. Note-se que, longe de bloquear o direito de propriedade e causar crise no campo da construção civil, a medida acima lembrada virá agilizar as edificações urbanas, levando o proprietário a se compor com terceiros para atender ao plano de caráter urbanístico. Se não concordar com essa solução, o proprietário sempre fará jus ao justo preço correspondente ao seu imóvel expropriado, conforme é garantido pela Constituição, mas sem se levar em conta a valorização decorrente das obras e serviços programados. É mister, em suma, distinguir entre o **valor real** dos imóveis e o **valor acrescido** em virtude de programas de aperfeiçoamento urbano.

Ressalte-se também a solução encontrada para atender aos interesses dos proprietários de prédios declarados, por exemplo, de interesse histórico ou arquitetônico. Pelo projeto, nasce incontinenti, para o proprietário, um direito especial, um "crédito" negociável correspondente ao valor potencial do direito de construir de que ficou privado[17].

Considerações Finais

Uma análise acurada do conteúdo do Projeto de Lei do Uso do Solo Urbano, sugere o resgate de vários aspectos que não foram veiculados pelos defensores ou pelos críticos do documento governamental, os quais, todavia, são dignos de uma reflexão mais profunda.

A política urbana brasileira, no que concerne às suas linhas institucionais e financeiras, tem, ultimamente, enfatizado a questão dos padrões de uso da terra.

Do ponto de vista estrutural, a questão da terra urbana no Brasil tem sido exacerbada por uma alta taxa de urbanização, a qual tem sido amplamente influenciada pela maneira como a economia rural tem se desenvolvido. Parcelas extensas de áreas rurais têm sido ocupadas por modernas unidades de produção, alienando, assim, crescentes parcelas de força de trabalho da agricultura. Este processo global não tem configurado um sistema alternativo para absorver produtivamente a força de trabalho. O resultado, portanto, tem sido uma grande pressão sobre os centros urbanos existentes. Estas áreas têm crescido nas duas últimas décadas, tomando preferencialmente uma forma metropolitana. Tal concentração da população urbana em áreas metropolitanas induziu o governo federal a intervir em áreas constitucionalmente reservadas aos poderes locais e regionais. Outro motivo para a intervenção do poder central tem sido o comportamento eleitoral das populações metropolitanas brasileiras, as quais desde 1972 optaram por votar nas oposições.

Além disso, observou-se uma crescente concentração de renda não só nas áreas urbanas, mas entre certos estratos da população. De acordo com o IBGE, os 50% mais pobres da população têm uma participação na renda nacional que decresce de 17,4% em 1960 para 13,2% em 1977. Em contrapartida, a concentração

da renda nacional nas mãos dos 20% mais ricos aumenta, de 54,8% em 1960, para 64,9% em 1977. Esta concentração apresenta-se estruturalmente conectada à natureza do modelo econômico, no qual a apropriação do capital social gerenciado pelo Estado tende a ser aplicado na produção de bens de consumo sofisticados e equipamentos desigualmente dispostos nos espaços urbanos.

O funcionamento do presente sistema, marcado pela alta concentração de renda e de riqueza, leva a economia urbana brasileira à contradição na qual, em uma economia de mercado, o padrão prevalecente de uso do solo resulta da necessidade de maximizar a taxa de lucro sobre parcela de terra que seja consistente com sua renda de localização. O padrão que prevalece, entretanto, nada tem a ver com a realização social máxima da mais-valia.

Além disso, semelhante dinâmica está vinculada a processos mais profundos, mediante os quais uma economia de mercado baseia sua existência sobre a contradição entre a apropriação privada do excedente social e sua produção socializada. O Estado, por seu turno, através de seus programas de investimentos e obras públicas, é, sem dúvida, o maior responsável pela valorização das propriedades privadas. Para equacionar as demandas sociais, os investimentos públicos não estão necessariamente favorecendo a sociedade como um todo, mas estão apenas exercendo seu papel nesta cena urbana: manter a segregação, que é funcional, e garantir, além disso, os modos pelos quais a ordem urbana se expande. Assim, o Estado, através de suas políticas, tem constantemente redefinido modos potenciais de extração de renda da terra urbana.

Portanto, por de trás do projeto governamental em questão, há o interesse da indústria da construção, setor de edificações, que tem um grande obstáculo para seu desenvolvimento, na prática de retenção de terras urbanas para fins especulativos.

Aos mais atentos não escapa o favorecimento da lei a esse segmento do empresariado nas seguintes passagens da referida:

"Capítulo I - Dos objetivos e Diretrizes do Desenvolvimento Urbano, Art. 2.°, Diretriz n.° 5; Controle do uso do solo de modo a evitar, a) A ociosidade do solo urbano edificável".

"Capítulo IV - Do Regime Urbanístico Sessão 4 - Do parcelamento, da edificação ou utilização compulsórios, Art. 29.° - Lei municipal baseada em plano de uso do solo para assegurar o aproveitamento do equipamento urbano existente, poderá determinar o parcelamento, a edificação ou utilização compulsórios de terrenos vagos, fixando as áreas, condições e prazos para sua execução."

Ressalte-se que tais empresários de conformidade com o Art. 29.°, poderão lograr vantagens, edificando em áreas já servidas por equipamentos urbanos. Portanto, a quase totalidade das queixas dos construtores referentes à Lei em pauta atende apenas às razões táticas, pois sob o tempero da "utilização social da terra", a referida foi trabalhada pelo Ministério do Interior precisamente para servir aos empresários da construção civil.

Aliás, os mesmos contribuíram para o projeto com importantes sugestões e com a análise e veto de medidas de ordem mais verdadeiramente social. Os vetos nem sempre puderam prevalecer, como foi o caso da preempção ou preferência do Poder Público na aquisição de terrenos. Entretanto, o fundamental, que era o aumento forçado da disponibilidade de áreas para a construção e com a redução substancial do investimento dos incorporadores na compra do terreno, ficou assegurado.

Observa-se, inclusive, que esse projeto favoreceu o capital financeiro que tem interesse na produção imobiliária.

Por outro lado, ninguém sofre mais com a especulação imobiliária do que os trabalhadores, que são obrigados a morar em loteamentos clandestinos, exilados, desprovidos de todos os recursos urbanos. Na periferia de São Paulo moram quatro milhões de pessoas. A alternativa para o loteamento na periferia é freqüentemente a favela, condição de habitação para um milhão de pessoas nesta cidade.

A grande carência habitacional faz aumentar o preço da terra e leva renda aos proprietários. Os investimentos públicos, que nunca chegam á periferia, pois têm que atravessar áreas vazias, também "valorizam" a terra por eles servidas e levam renda aos proprietários.

A especulação imobiliária não é a única, mas é uma das grandes responsáveis pela baixa qualidade de vida do trabalhador urbano brasileiro. Ao estender a cidade para os limites da zona urbana, ao construir as vilas com seu trabalho nos fins de semana, os trabalhadores ajudam a valorizar as áreas vazias que ficam no caminho entre o centro urbanizado e seu bairro desurbanizado. Paralelamente á exploração na fábrica, se dá a espoliação no bairro.

Como entender que o governo federal, tão insensível às reivindicações dos trabalhadores, apresente agora uma lei que pode beneficiá-los, mesmo que minimamente?

Em primeiro lugar é preciso lembrar os interesses de setores do capital, já referidos anteriormente, que essa lei permite atender.

Em segundo lugar ê preciso enxergar também o peso representado pelos movimentos sociais de favelados e moradores de loteamentos clandestinos, que nos últimos seis anos têm assumido posições ofensivas. Essa lei deve ser vista por esses movimentos, mesmo que atenda aos interesses de certos setores do capital.

A Lei em questão, se aprovada, terá algum significado para os trabalhadores, na medida em que estes contêm com a possibilidade dc participar da fiscalização e do controle da aplicação da mesma. Por outro lado, fica claro que a solução para o problema da habitação está longe de ser atingida, pois além da questão da terra, que não será eliminada pela lei, há outros fatores, entre os quais se incluem o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores e o tão criticado Sistema Financeiro de Habitação.

Finalmente, como aliás já foi lembrado acima, a presença rada vez mais forte de movimentos sociais urbanos, de caráter autônomo, frente ao Estado, tem colocado no cenário político brasileiro a questão da politização do espaço.

A politização do espaço urbano significa que as relações sociais, envolvendo um recurso que se apresenta relativamente escasso (o solo), exigem uma mediação política. Atores privados, colocados em vários níveis do sistema de estratificação capitalista, têm de entrar em relações de natureza não-econômica com o Estado, para o encaminhamento da questão.

A impressão inicial ê que os movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatório ou não, são os responsáveis pela politização. Todavia, também o Estado tem muito a ver com a politização do espaço. As implicações do Estado, quanto à politização do espaço, são deliberadamente dissimiladas pela tentativa que os agentes estatais fazem de tornar ideologicamente neutras suas intervenções.

Assim sendo, boa parte dos programas e das políticas urbanas brasileiras têm em vista transformações de amplo alcance. O Projeto de Lei do Uso do Solo Urbano sugere uma maior socialização do espaço pelo capital, na sua retórica. Todavia, transformar a riqueza em capital apto a crescer continuamente, a valorizar-se, é função básica do Estado capitalista. A garantia de que esta expansão e/ou transformação constante de uma riqueza, como o solo urbano, em capital, esteja seguindo os ditames da ordem econômica estabelecida, ou seja, a propriedade privada, em primeira instância está dada pela superposição política.

O controle político da expansão é fundamental. Portanto, o Estado ao intervir pelo planejamento e pelos investimentos, sobretudo quando redefine os padrões de o uso do solo das cidades ou quando estabelece as normas pelas quais as áreas urbanizáveis deverão ser ocupadas, está politizando a questão urbana. Assim, ele torna claras as relações de interesses sociais, geralmente conflitantes.

O que está em jogo, atualmente, pode ser consubstanciado da seguinte maneira: de um lado, o Estado capitalista e os segmentos sociais dominantes pretendendo garantir os seus interesses que emergem da leitura de várias passagens do Projeto de Lei do Uso do Solo Urbano, ao observador mais atento, sob o signo da "utilização social da terra" e, de outro, a maior participação do povo, evidenciando que as alternativas à atual política urbana deverão contemplar mudanças efetivas que ponham, em primeiro lugar, não a eficiência capitalista, mas o atendimento das necessidades básicas da população.

NOTAS

1. Projeto de Lei do uso do solo urbano e exposição de motivos do Ministério Mário David Andreazza, submetendo-o á apreciação do Presidente João Batista Figueiredo. Maio de 1983.
2. Empresário paulista Paulo Afonso Garcia Costa, presidente do Setor de Assuntos Imobiliários da Federação do Comércio. Folha de São Paulo, 20.5.1983, p. 19.
3. Empresário Lúcio de Souza Assumpção, vice-presidente da Associação Comercial de Minas Gerais. Folha de São Paulo, 20.5.1983, p. 19.
4. Leon Alexandre, vice-presidente do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e ex-secretário dos Transportes no Governo Paulo Egídio Martins. Folha de São Paulo, 23.5.1983, p. 7.
5. idem.
6. Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, 6.5.i583, p. 20.
7. Paulo Afonso Garcia Costa, presidente do setor de assuntos imobiliários e urbanísticos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Folha de São Paulo, 6.5.1983, p. 20.
8. Mauro Magalhães, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI). Folha de São Paulo, 6.5.1983, p. 20.
9. Samuel Kon, vice-presidente em exercício do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (SECOVI). Folha de São Paulo, 7.5.1983, p. 3.
10. Ex-Prefeito Figueiredo Ferraz. Folha de São Paulo, 25.5.1983. p. 12.
11. Senador Murilo Badaró (PDS-MG) - O Eítado de São Paulo. 15.5.1983. p. 49.
12. Herbert Levy, deputado federal pelo PDS. Folha de São Paulo, 6.5.1983, p. 20.
13. Raimundo Martins, vice-presidente da Sérgio Dourado Empreendimentos Imobiliários de São Paulo. Folha de São Paulo, 6.5.1983, p 20.
14. Don Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB. Folha de São Paulo 6.5.1983, p. 20.
15. Prof. Kadames Teixeira da Silva, chefe do Depto. de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Folha de São Paulo. 6.5.1983, p. 20.
16. Cândido Malta Campos, ex-secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo. Folha de São Paulo, 6.5.1983, p. 20.
17. Miguel Reale, jurista, professor catedrático da Faculdade de Direito da USP, ex-reitor dessa Universidade e membro da Academia Brasileira de Letras. Folha de São Paulo, 11.5.1983,p. 3.

Plano Diretor da AGB nacional Gestão 85/86

DOCUMENTO

1. Introdução

1.1. Por que um Plano Diretor?

Este Plano Diretor não é o primeiro que surge, na AGB, desde a realização da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de julho de 1979, que mudou os estatutos da entidade e inaugurou uma nova fase; o relatório de passagem da Gestão 1980-1982/1982-1984 (informativo 00, de setembro de 1982) já era um Plano Diretor, sem sombra de dúvida. E nem é um plano que nasce de "Geração Espontânea". É a síntese da prática destes cinco anos, de 1979 a 1984, ou de como esta prática ficou registrada nos documentos da AGB.

1.2. As fontes e o Método de Elaboração desse Plano Diretor

Muitas são as fontes desse Plano Diretor, mas as que lhe servem de base mais imediata são os documentos registrados dessas práticas e experiências, sobretudo os relatórios das RGCs e as reflexões e resoluções dos Anais dos IV e V ENGs e do 4.° CBG. Estes documentos fundamentais da AGB após 1979 contêm um rico material que conta a história recente da entidade, os vaivéns dessa história, os temas que foram priorizados e que polarizaram nossas ações (CONFEA/CREA, SESU/MEC), o mapeamento dos encontros e desencontros dessa história frente ao caminho traçado pela AGB de julho de 1979. Fonte de conteúdo que dá a substância desse Plano Diretor, o conjunto desses documentos praticamente foi deixado à margem de qualquer valorização pelo coletivo da AGB. E para conferirmos o que está dito, basta verificar o que dizem a respeito de nossas práticas os próprios relatórios das RGCs, caso alguma Local ainda tenha algum deles.

O método e filosofia de trabalho de elaboração desse Plano Diretor se basearam na leitura e na análise sistemática desses documentos, visando localizar: os pontos programáticos que têm polarizado nossas atenções e ações; as formas e métodos de trabalho utilizados; o que isto representou de avanço, tomando como data-base julho de 1979 e buscando analisar o espírito que presidiu esta demarcação (pudemos dispor somente dos relatórios das VI, XI, XII, XIII, XIV e XV RGCs e do importante plano de trabalho de setembro de 1982, da Gestão 82-84).

A XVI RGC discutiu e aprovou o presente Plano Diretor para ser então a um só tempo um instrumento de análise crítica de nossas práticas e experiências acumuladas nestes 5 anos, e de organização, a partir dessa análise, do salto de qualidade que a esta altura se torna necessário.

2. Balanço das concepções e da prática de atuação da A G B no período 79-84

A análise anteriormente citada pôs em evidência:

a) Que uma lista permanente de temas tem polarizado a AGB nestes cinco anos, tomando quase por inteiro os programas, o tempo, a energia e os quadros das sucessivas Gestões após 79. Estes temas são: CONFEA/CREAS. Comissão do SESU, AGB na SBPC e ENGs (neste tempo, sucederam-se S Gestões: as Gestões-tampão do II semestre de 79 e I semestre de 80, do biênio 84/86).

b) Que, em face disso, as pautas das RGCs basicamente resumem-se a uma pauta-padrão.

c) Que, em consequência, o espaço da prática desses 5 anos é o da natureza desses temas: o espaço institucional-governamental (CONFEA/CREAS, Ministério do Trabalho e Comissão SESU, Ministério da Educação) e o acadêmico-universitário (SBCP e ENGs).

d) Que, em nenhuma pauta da RGC (vejam-se os relatórios), prioriza-se a sociedade, ou mesmo seus segmentos organizados, como espaço de temário e das práticas da AGB/GEÔGRAFOS/GEOGRAFIA.

e) Que tem sido continuo o crescimento da máquina de representatividade da AGB perante a categoria. Predominam os indícios quantitativos (número de novas Seções Locais, número de participantes nos ENGs, número de eventos realizados pelas Seções Locais, etc.) sobre os qualitativos (renovação epistemológica e metodológica da Geografia, apreensão analítica da realidade, poder de participação nos movimentos sociais).

Tais pontos de evidência permitem a extração de algumas inferências fundamentais:

a) A análise dos temas polarizadores e do espaço de prática que deriva de sua natureza conduz a duas inferências, principalmente:

a.1. O ponto frágil tem sido a nossa prática da sociedade. Algumas Locais avançaram bastante nesse sentido, porém não se conseguiu uma socialização dessas experiências a nível nacional.

a.2. Tem faltado um esforço disciplinado de sistematização da prática relativa dos temas e espaços priorizados, o que limitou o amadurecimento e aperfeiçoamento dessa mesma prática. A comparação entre o dispêndio de tempo, energia, quadros e resultados é desfavorável para os resultados, explicando-se por isso o pequeno poder de fogo que atingimos até mesmo nesse espaço temático.

b) A análise da "Pauta-Padrão" (basicamente uma mesma pauta nas sucessivas RGCs) indica:

b.1. Ausência de uma estratégica escalonada para os pontos programáticos (definindo prioridades, desdobramentos temporais etc).

b.2. Necessidade de definir-se: (1) a filosofia e a extensão da Gestão; (2) o Papel das RGCs nessa estratégia.

b.3. Insuficiência da própria dinâmica funcional das RGCs.

c) A análise das práticas e das experiências acumuladas nestes cinco anos, referenciada aos propósitos da Assembléia Geral de 1979, indica que a razão principal de a AGB não ter conseguido se constituir num veículo de ação organizada dos geógrafos no espaço da sociedade brasileira se deve a AGB não ter avançado nos espaços reais dos movimentos sociais (que ê onde os acontecimentos se dão e por isto o verdadeiro espaço geográfico) e ter crescido insuficientemente mesmo nos espaços que temos priorizado (o espaço "do Estado", por exemplo).

Este quadro, traçado em linhas gerais e parciais, precisa ser explicado.

A análise do conjunto dos documentos, agora não somente dos relatórios das RGCs, mas de introduções, conteúdo dos textos científicos e resoluções constituintes dos volumes dos Anais do IV e V ENGs e do IV CGB, sugere:

a) O espirito que domina a AGB de julho de 1979 reflete: (1) o Plano Geral das lutas democráticas que atravessam a sociedade brasileira sobretudo a partir de 1978, o ano do III ENG; (2) a crise da Geografia vigente.

b) A combinação destas duas conjunturas, a externa e a interna ao "Mundo dos Geógrafos", conduz ao clima intensamente crítico que domina o III ENG e a AGE (Assembléia Geral Extraordinária) de julho de 1979, exigindo: (1) democratização da AGB e mudança de seus estatutos vigentes desde 1970; (2) ruptura com a epistemologia e a prática da Geografia até então dominantes.

c) um extraordinário número de debates por ruptura tem lugar sobretudo entre 70 e 80 (do III ao IV ENGs) no "Mundo dos Geógrafos", ocupando a AGB papel fundamental na sua sustentação e tornando-se seu veículo principal.

A partir de 1981 todavia, fica evidente a queda deste número. Sugerimos três causas para esse vai-e-vem de 1978-1984:

(1) A Lei 6.664/79 aparece no auge desse momento, polarizando, mais e mais, a partir da Gestão 1980-82, as preocupações da entidade que, então, passa a priorizar a "Questão Profissional". A Lei 6.664/79 surge quando os parâmetros velhos da Geografia já estão caducos, mas os novos ainda não foram formulados.

(2) A longa tradição de manter a Geografia mergulhada no espaço temático institucional-governamental e acadêmico-universitário atua como fator de inércia frente às proposições de: (a) democratização do "Mundo dos Geógrafos"; (b) Passarem os geógrafos a tomar como lugar de prática da Geografia o espaço da sociedade e a ter a AGB como veículo desse processo global de ruptura.

(3) Os rumos das lutas democráticas gerais na sociedade brasileira sofrem uma ampliação ao longo do período 1978-1984, evoluindo em velocidade muito superior à capacidade da AGB de realizar transformações "internas" ao "Mundo dos Geógrafos" concomitantemente ás novas e mais complexas condições postas pela sociedade. Por isto, parte dos quadros da AGB formados no período de 1978-1980 optou pelas novas frentes gerais de atuação e não houve a sua substituição, necessária no quadro doméstico, da entidade.

A evolução desses três eixos sintetiza a contradição principal que hoje rege a AGB: suas proposições são de criar as práticas dos Geógrafos no espaço da sociedade, mas as suas práticas efetivas têm sido de reforço da tradição de assentamento da Geografia no espaço institucional (governamental e escolar-universitário). As formas de administração e superação dessa contradição são o objetivo desse Plano Diretor.

3. A base social da entidade

A base social da entidade é a sociedade, com suas nuances, especificidades e contradições.

4. Segmentos que compõem a entidade

A diferenciação dos interesses dos segmentos que compõem a entidade (professores de 1.°, 2.° e 3.° graus, técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação) deve ser encaminhada conjuntamente com aqueles diretamente envolvidos nas suas lutas e anseios.

Para que essas lutas e anseios sejam efetivamente conhecidos, torna-se necessário um levantamento estatístico dos associados, a ser realizado pelas Seções Locais, para que se possa ter um diagnóstico real desses segmentos.

5. Objetivos e propostas

O espaço da prática da AGB deve ser o espaço da sociedade. Nesse sentido, a AGB, além de se tornar um instrumento organizador e unificador da luta de seus associados por suas reivindicações específicas, deve se posicionar sobre as questões mais gerais que intencionar sobre as questões mais gerais que interessam ao movimento dos trabalhadores, já que representa, nesse movimento, os trabalhadores em Geografia. A AGB deve, ainda, se manifestar sobre quaisquer temas em que seus associados, na condição de cidadão, e a partir do domínio de sua ciência e técnica, possam utilizar para esclarecimento e superação das questões colocadas á sociedade como um todo (conforme estabelecido no artigo terceiro dos estatutos da entidade); chamar representantes das entidades civis (como Conclat, Associação de Moradores, CUT) para participarem da prática da entidade: agilizar a prática de sociedade, através da delegação de representantes da entidade nas entidades de sociedade.

A grande questão para a AGB, então, é justamente romper com a prática do oficialismo de ficar olhando para si mesma, numa preocupação obsessiva com suas questões internas, e de ficar correndo atrás dos acontecimentos, onde a maior parte das questões que requerem um processo de discussão mais aprofundada ou não foram enfrentadas ou o foram de maneira precária.

Nesse sentido levantamos aqui alguns pontos.

5.1. Reuniões de Gestão Coletiva (RGCs)

A base em que se assenta a construção política da entidade é a Gestão Coletiva (GC).

Esta forma de gerir a entidade traz, no seu espírito, grandes possibilidades de gestão democrática e de integração das Seções Locais, que são a base de nosso trabalho. No entanto, tem-se considerado erroneamente as RGCs como gestoras da burocracia da entidade, o que tem levado ao imobilismo como regra e reforçado num certo reonalismo das Locais.

Para que esse processo de GC tenha frutos, é importante integrar e regular o funcionamento da entidade como um todo. Assim, uma proposta de regulamento para as GC não deve se ater burocraticamente a normalizar somente o tempo que passamos em reunião, e sim prever o processo de socialização pré e pós-reunião. Em função disso, deliberou-se:

a) Que as RGCs se tornem realmente o fórum de construção da política de atuação da entidade.

a.1 A Diretoria Nacional deve ser executiva das deliberações das RGCs, que devem encaminhar as resoluções dos congressos e encontros nacionais.

b) Que durante a RGC, a Seção Local que sediar o evento deverá promover atividades que reflitam problemáticas locais, sobre as quais a AGB deva se manifestar, com a participação de representantes da comunidade.

b.1. Que, durante a RGC, deverá haver um espaço destinado ao relato de práticas a experiências das Seções Locais.

c) Que a dinâmica de funcionamento das RGCs deve permitir o esclarecimento e o aprofundamento dos temas sobre os quais a AGB deve se manifestar.

Isso pode ser conseguido a partir do seguinte processo:

c.1. Definição das questões, com antecedência;

c.2. Nomeação de uma Seção Local, de um grupo ou de uma comissão para pesquisar as questões em foco (a questão dos agrotóxicos no Brasil, a participação nos CONCLAT, a posição da AGB quanto à questão do ensino etc);

c.3. Produção de um ou mais documentos de subsidio à discussão;

c.4. Envio dos documentos a todas as Seções Locais, para conhecimento prévio das conclusões e das propostas do grupo de trabalho;

c.5. Discussão na RGC, a partir de uma exposição prévia do grupo de trabalho, para esclarecimento aos participantes sobre os pontos abordados, e, finalmente;

c.6. Deliberação sobre a posição da entidade e proposta de encaminhamento a curto, médio e longo prazo, em relação ao tema abordado.

Como decorrência das duas propostas básicas anteriores, acrescentamos:

d) Toda Seção Local deve ter, no seu calendário ordinário de reuniões, uma reunião dedicada ao tratamento em específico da matéria oriunda da GC, para discussão com os demais membros da diretoria, e à definição de atividades da Seção em relação ao encaminhamento das resoluções.

e) O delegado da Seção Local na RGC deve ser o mais representativo possível e não ficar restrito à participação da diretoria, nas congregar o conjunto dos associados.

0 Cada RGC deve, no final, divulgar, via relatório, cronograma detalhado de atividades da DNA e Seções Locais para o trimestre entrante.

g) Deve ser (re) adquirido o saudável hábito de troca efetiva de correspondência entre as Seções Locais e a DNA, bem como entre as Seções Locais. Cada correspondência recebida é o elo que integra o conjunto da entidade, e muito pode ser levado adiante, via correio.

5.2. Qual é a melhor maneira de encaminhar as tarefas da entidade?

A partir de 79 achou-se que o melhor seria que o encaminhamento se desse através de "Comissões Nacionais" formadas em torno de tarefas. Devido às dificuldades de deslocamento e à imensidão do território (que dificultava ou impedia o funcionamento dessas comissões), passou-se, posteriormente a delegar o encaminhamento de questões às Seções Locais. Por exemplo, a Seção Brasília ficou encarregada de encaminhar as questões relativas à Lei 6.664/79, na sua tramitação no Congresso; a Seção São Paulo ficou encarregada dos contatos com a SBPC etc.

Com a eleição desta nova Diretoria Nacional, devemos refletir qual dessas formas de encaminhamento tem dado frutos e como poderão ser superadas das dificuldades.

5.3. Participação da AGB na SBPC

Temos participado das reuniões anuais da SBPC sem que no entanto tenhamos discutido quais são nossos objetivos em relação a esta participação.

Sabemos que as reuniões anuais da SBPC são um imenso painel da produção dos trabalhadores em ciência no Brasil e um espaço para a promoção do contato e integração da comunidade científica brasileira e internacional, principalmente na medida em que possibilitam o intercâmbio de informações entre grande número de entidades congêneres.

Assim, a linha de participação da entidade nesse espaço deve se dar a partir dos seguintes princípios:

a) A SBPC também se constitua num fórum de aglutinação, discussão e definição dos trabalhos da entidade;

b) A ciência não deve ser assunto somente de cientistas;

c) O lugar de atuação do cientista deve ser a sociedade;

d) A articulação com a comunidade científica deve se dar com base nos temas propostos para as reuniões anais da SBPC.

5.4. Publicações

Toda publicação da AGB terá a responsabilidade editorial da Diretoria Nacional e de um representante indicado por cada seção local.

Projeto editorial da revista Terra Livre

(Criação aprovada na XV RGC - Campo Grande)

a) Veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade;

b) Veicular artigos nos quais, com base no seu conhecimento científico e técnico, o geógrafo se manifeste sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira;

c) Que a revista tenha um caráter pluralista, com o sentido de: (1) não se ater somente a uma das linhas da Geografia; (2) que não participem somente geógrafos na elaboração dos artigos;

d) Que tenha como objetivo atingir um público mais amplo que a categoria específica dos geógrafos;

e) Que a revista seja um instrumento do Plano Diretor;

f) Que haja espaço na revista para a entidade, através de editorial, se posicionar ante as questões nacionais.

É importante, ainda, a realização de um estudo da viabilidade de publicação de um jornal de posicionamento, por ser este um veículo mais agil, através de levantamento orçamentário, participação das seções locais, quanto à distribuição e comercialização, bem como o seu envolvimento na elaboração.

5.5. Os encontros regionais e nacionais

O objetivo deve ser o de despir os ENGs de sua roupagem excessivamente acadêmica e torná-los eventos que caminhem no sentido de dar respostas às necessidades da comunidade geográfica por um lado, e, por outro, de capacitar esta mesma comunidade a dar respostas às demandas sociais. Isto pode ser feito com a participação nesses ENGs, de representantes da sociedade organizada, que estejam direta ou indiretamente relacionados com o tema posto em discussão pela AGB, para que, juntos, geógrafos e representantes de outros segmentos da sociedade discutam e reflitam sobre a realidade brasileira, definindo melhor os rumos de uma intervenção organizada e conseqüente, da seguinte forma:

a) criando comissões para articulações junto a entidades representantes da sociedade civil;

b) promovendo debates sobre problemas da atualidade que interessem á sociedade civil.

5.6. Finanças

É prioritário que se defina uma política de construção material da entidade, que garanta uma regularidade financeira e possibilite uma infra-estrutura operacional mínima e continua tanto às seções locais quanto ã Diretoria Nacional. Essa política será implementada tendo em vista as prioridades programáticas que venham a ser definidas. Estabelece-se como medidas gerais:

a) A AGB Nacional elaborará um modelo de formulário-padrão para "Finanças" e o encaminhará periodicamente às seções locais;

b) As seções locais elaborarão um cronograma financeiro e devolverão o formulário-padrão preenchido á Nacional;

c) A partir do material levantado, a AGB Nacional elaborará balancete das informações;

d) A AGB Nacional deverá estar constantemente informada acerca de formas alternativas de arrecadações de verba;

e) Cumprimento das normas estatutárias com relação às finanças.

5.7. A Estrutura da CAP e a representação no CONFEA/CREAS e MEC/SESU

A política dos assuntos profissionais deve ser formulada no interior na entidade, não devendo ser decorrência das necessidades do CONFEA/CREAS, pois as atividades da AGB no CONFEA/CREAS devem ser encaradas como forma de atender à luta e aos interesses dos profissionais em Geografia e não do sistema, o mesmo se aplicando à questão do ensino no âmbito da SESU/MEC.

a) Como resultado dessa concepção, a nova estrutura da CAP será formada da seguinte maneira:

a.1. um representante no CONFEA/CREAS

a.2. um representante no MEC/SESU

a.3. um representante junto às entidades sindicais e associações profissionais.

Dentro dessa estrutura, os representantes nacionais, em cada uma das frentes, deverão trabalhar conjuntamente com representantes indicados pelas seções locais.

b) A CAP deverá organizar, no seio da categoria, amplo debate sobre Questão Sindical.

c) A CAP deverá realizar o mapeamento mais completo possível das condições de trabalho em que se encontram os geógrafos em geral e em suas formas de prática social diferenciadas (professores, técnicos, estudantes etc).

d) A CAP deverá atuar no sentido de debater a demarcação do terreno de atribuição do Geógrafo, a partir da análise do histórico escolar em relação à Lei 6.664/79, realizado pelo sistema CONFEA/CREAS.

A AGB e o documento final do Projeto Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia no Brasil

De 1981 a 1984 um Grupo de Consultores, formado por iniciativa da Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Superior/SESu/MEC, reuniu-se para subsidiar esse organismo ministerial em relação ao ensino de Geografia no Brasil, a nível de Graduação e Pós-Graduação. O fato não é inédito: outras áreas de ensino também foram convocadas, e um conjunto de documentos tem sido produzido periodicamente, dentro da SESu e remetido ao Conselho Federal de Educação.

O Grupo de Consultores da área de Geografia, que contou com a participação da A.G.B., também produziu seu "Documento Final do Projeto Diagnóstico e Avaliação do Ensino da Geografia no Brasil", e é sobre este documento que nos posicionaremos aqui.

1. Em busca de pressupostos

Não é incomum se falar de ensino. Que é ensinar? Como se deve ensinar? Para que e para quem serve o ensino? Essas e outras questões têm levado pedagogos, professores, técnicos, psicólogos e especialistas de todo o tipo a discutir, escrever, intervir, propor e, principalmente, criticar as formas pelas quais a prática de ensinar se realiza em quase todo o mundo, isto é, na escola.

Novas técnicas substituem as velhas, novas escolas aparecem, prometendo a substituição da repressão pelo diálogo, dos antigos manuais pelos coloridos livros didáticos, dos velhos currículos pelos novos, do velho professor pelo videocassete e pelos computadores. A tecnologia avança, mas os professores continuam batendo na mesma tecla: a escola vai mal.

Não pretendemos aqui propor soluções para a escola no geral e nem mesmo para o ensino de Geografia em particular. A tarefa que iniciamos, de comum acordo com professores, tem por objetivo único abrir caminho para colocar em foco a Geografia dentro do contexto desses problemas.

A primeira afirmação que fazemos é que, na maioria dos debates, o ensino é tratado de forma técnico-burocrática: parte-se normalmente do pressuposto de que haveria solução para o ensino através da mera adesão a esta ou àquela pedagogia, a este ou àquele currículo. A partir dai, conjunto de problemas estaria automaticamente solucionado.

Ao considerarmos que a escola está - e sempre estará - colocada no conjunto de movimentos da sociedade, entendemos que discutir ensino é, antes de tudo, discutir a sociedade na qual ele se insere e que, conseqüentemente, não há qualquer plano possível para o ensino fora de um plano global de sociedade.

Que sociedade é essa? Que sociedade queremos? Se não respondermos a essas perguntas, estamos, na melhor das hipóteses, colaborando para reproduzir o senso comum, para criar pseudos-soluções com falsos diagnósticos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, podemos, afirmar que o ensino da Geografia, em qualquer nível, sofre diretamente das vicissitudes impostas pela escola e, portanto, a nossa disciplina será obrigada, sempre, a recorrer às perguntas supracitadas, se quiser ter, de si mesma, um retrato e uma proposta.

A A.G.B., nos últimos anos, vem-se esforçando para obter um diagnóstico constante de nossa sociedade e, nesse sentido, da própria Geografia. A discussão nos tem demonstrado que, entre as características mais importantes da conduta de nossa sociedade, uma é o uso do Estado como parâmetro indicador do comportamento possível.

Nossos encontros têm demonstrado que, sob a égide de um Estado extremamente autoritário, duas tendências se fazem normalmente presentes: a primeira é a de se tomar a aparência pela essência, mantendo então a educação como um problema técnico-burocràtico, processo já descrito acima; a segunda, particular ao contexto de repressão contínua, é a de se considerar o Estado como um ser ubíquo, capaz de definir o comportamento individual e coletivo e, portanto, legitimo quando define os caminhos e os limites do conhecimento científico e de sua socialização, ou seja, do ensino.

Se observarmos a tendência predominante dos debates colocados pelos geógrafos, veremos uma cerca exacerbação das preocupações com relação à questão curricular, motivada pela Lei 6.664/79. Se, de um lado, colocarmos como parâmetro o que a "lei" define por Geografia e geógrafo, nada mais óbvio que adaptarmos a estrutura dos Departamentos de Geografia (leia-se Grade Curricular) às palavras divinizadas do superpoderoso Estado brasileiro.

Se o que dissemos é certo, não menos correto é afirmar que o movimento histórico se faz das contradições, e não se exime delas. O Estado define o que é Geografia? Muito bem. Mas não consegue resolver o problema fundamental, que está na relação Ciência-Sociedade e não na relação Estado-Ciência. A real produção científica se dá, mesmo amordaçada, dentro do movimento vivo da sociedade, na medida em que tal dinâmica se impõe, direta ou indiretamente, sobre a relação pesquisa/pesquisador.

Um fato é notório: não há consenso! O conjunto daqueles que respondem pelo nome de geógrafos em nosso país (para usar de um reducionismo) pensam e produzem a Ciência diferente mente, absorvem e respondem às questões colocadas pelo real a partir de interesses pessoais e coletivos diferenciados, e é a partir de tais divergências que a ingerência do Estado passa a ter muito mais o papel de mordaça (tendendo a manter e reproduzir a ideologia dominante) que o papel de incentivador do desenvolvimento da Ciência.

Queremos, portanto, deixar claro que, se a Lei 6.664/79 tem o papel de fornecer, à revelia dos geógrafos, sua "carteira de identidade", o documento de "Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia no Brasil", produzido pelo Grupo de Consultores da SESU/MEC, não passa de mera conjugação dos fatores já analisados, isto é, de subserviência ao fato consumado, de tentativa de adaptação da estrutura dos cursos ao pré-definido pela lei que regulamenta nossa profissão.

2. Currículo para quem?

O conjunto de questões e proposições encontradas no documento do Grupo de Trabalho da SESU/MEC pode ser reduzido, basicamente, a três blocos: o primeiro refere-se à proposição de

*** Posicionamento deliberado durante a reunião da gestão coletiva da A G B em Recife, fevereiro de 1985.**

Currículo para o III Grau; o segundo, a uma avaliação da Pós-Graduação; e o terceiro, ao PIMEG-GEO.

Para efeito de análise faremos um cotejamento das assertivas existentes no Documento Final.

O que levou à implantação do projeto?

"O primeiro (motivo) referia-se à identificação de problemas que afetam a área de Geografia, tais como: (a) a queda de qualidade no ensino de Graduação; (b) os efeitos nocivos para o ensino resultantes da instituição dos chamados 'Estudos Sociais'; (c) a defasagem entre o currículo mínimo definido pelo CFE (Parecer 412/62) e a regulamentação da profissão de geógrafo (Lei 6.664/79); (d) a inadequação do currículo mínimo em vigor às atuais exigências da formação dos professores de Geografia."

"O segundo aspecto chamava a atenção para a necessidade do desenvolvimento de um trabalho participativo envolvendo a comunidade da área." (p.2)

"As Instituições de Ensino Superior (IES) vêm negligenciando a qualidade da formação de professores, o que demonstra a desvinculação com o ensino dc I e II Graus Predominam o metodo expositivo, o ensino factual e a despreocupação com os conhecimentos, as teorias e metodologias da Geografia, fatos que repercutem em todo o sistema de ensino "

e "A tarefa básica da Universidade não é a simples reprodução do conhecimento, mas a sua produção. Isto significa o desenvolvimento continuo e permanente da pesquisa." (p.6)

O que é currículo?

"O currículo deve ser concebido tanto como instrumento da educação para preparar os indivíduos para a sociedade, como meio para a sociedade definir os princípios e os fins da educação. Conseqüentemente, a preocupação com a questão curricular é da alçada da sociedade, através da participação de educadores, professores e alunos, administradores, políticos." (p.7)

"... ao professor são necessárias as bases teóricas, metodológicas e técnicas, semelhantes às do profissional definido pela Lei 6.664/79." (p.8)

Qual é a premissa?

"Como premissa, o Grupo de Trabalho parte do pressuposto de que o curso de Geografia, conceitualmente, deve ser definido como um meio de preparar geógrafos, isto é profissionais capazes de pensar, praticar e trabalhar a Geografia (...) Isto eqüivale dizer que o curso de Graduação em Geografia não pode ser concebido como um fim, mas, ao contrário, como um começo, uma iniciação no campo da Ciência Geográfica." (p.14)

é preciso que o Curso de Geografia seja pensado, praticado e trabalhado como um curso de formação de geógrafo. Este sairia da Universidade com preparo em Geografia, para a prática do ensino (o professor), para a prática da pesquisa (o técnico) e com as bases necessárias para a prática da reflexão (o teórico)" (P- 14).

"Para o Grupo de Trabalho, o Geógrafo é o profissional em Geografia, tanto o professor que ensina, como o técnico que pesquisa, o teórico que pensa ou reflete sobre a Ciência Geográfica..." (p. 15).

Quais são as propostas?

"A manutenção de um curso único de Geografia, mas que permita (...) optar pela Licenciatura, ou pelo Bacharelado" (sic) (p. 16).

"Consideram-se ainda necessárias: a exclusão do Ciclo Básico, que deixou de ter função no desenvolvimento curricular" (p. 8).

"A opção pela Licenciatura, ou pelo Bacharelado, só deverá ser feita após a obtenção dos créditos correspondentes à formação considerada básica (Tronco Comum)" (p. 16).

3. De volta à discussão

Não há necessidade de engrossar nosso documento com mais citações. O que se lê acima é suficiente para demonstrar que o Documento Final do GT sofre profundamente de falta de lógica interna, de pressupostos que respondam a todas as questões em pauta sem se atropelarem entre si.

Observamos a apologia da formação única misturada à-divisão do Curso em Licenciatura e Bacharelado; observamos a negação do Ciclo Básico ao lado de sua propositura; observamos, por fim, a palavra Currículo sendo definida como resultado de amplo debate, e temos sua efetivação pela "inadequação" do atual em relação aos Parceiros do CFE e da lei 6.664/79.

Em primeiro lugar, temos um se tudo isso não basta, vamos observar um pouco o próprio Currículo exposto nas paginas 18 e 19 do referido documento

Tronco Comum com nada menos do que 25 disciplinas. Na Licenciatura, além das disciplinas obrigatórias, temos a presença de Estudos Regionais do Brasil e do Mundo e Instrumentação para o Ensino de Geografia (não confundir com Prática de Ensino); no Bacharelado, por sua vez, mais sete disciplinas formam esta listagem.

Perguntamos esta é realmente uma proposta de Currículo Mínimo? Respeita se, através dessa proposta a liberdade dos Departamentos em vincular seus Cursos de Graduação à sua prática de pesquisa? A inclusão dessas disciplinas geográficas no Curso de Licenciatura não seria pressupor que o ensino de I e II Graus deve, necessariamente, passar pela Geografia Regional? Por que a Geografia Regional repete-se no Tronco Comum e no Curso de Licenciatura? O que se pretende com isso?

4. O posicionamento da AGB

A AGB, representando os Geógrafos brasileiros, defende os seguintes posicionamentos:

a - A formação do Geógrafo não deve estar sujeita a adjetivações apriorísticas e portanto, todos os Cursos de Geografia devem formar Bacharéis, deixando para o profissional a liberdade de escolher sua especialização a posteriori.

b - A definição de Geografia e Geógrafo não deve emanar da Lei 6.664/79, nem ser limitada por ela e os Currículos não devem constituir-se numa adequação mecânica aos termos da referida Lei e devem ser amplamente discutidos.

c - A questão do ensino não deve ser colocada nos estreitos limites do problema curricular, uma vez que tal assunto é extremamente amplo e complexo.

d - O MEC deve ater-se apenas à definição do Currículo Mínimo, cabendo às Instituições de Ensino, de acordo com suas especificidades, a formulação dos seus respectivos Currículos Plenos

associação
dos geógrafos
brasileiros

agb

Presidente
Orlando Valverde

Vice-Presidente
Luis Carlos Batista

Secretária Interina
Neli Aparecida Mello Amaral

2.º Secretário
Cornélio Silvano Vilarino **Neto**

1.º Tesoureiro
Maria José Rocha Tavares

2.° Tesoureiro
Moisés Santana

Coordenação de Publicações
Diamantino Alves Correia Pereira
Élvio Rodrigues Martins
Waltemir Evangelista de Souza

Comissão Nacional de Assuntos Educacionais
Deise Alves
Aldomar Arnaldo Rückert

Comissão Nacional de Assuntos Profissionais
Pedro Costa Guedes Viana
Luciano Ferreira Rodrigues
Francisco de Assis Moura
Carlos Alberto da Paixão Carneiro

TERRA LIVRE

Editor de texto
Diamantino Alves Correia Pereira

Coordenador do Conselho Editorial
Elvio Rodrigues Martins

Editor de Arte
José Ramos **Neto**

Revisão
Maria Esteia Heider Cavalheiro
Inaldo Firmino Soares

Composição
DCI - Indústria Gráfica S.A.

Impressão

EJB EDITORA JORNALIVROS DO BRASIL LTDA.

Sede própria - Av Rudge. 533/535 - Caixa Postal 2887 - CEP 01051
São Paulo - SP - PBX 826.5099 - DDD 011

TERRA LIVRE conta com o apoio do programa CNPq/Finep

AGB
Edifício Geografia e História
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária
Tel. 210-2122 ramal 637 - Caixa Postal 8105
CEP 05508 - São Paulo - SP - Brasil